



Agência Nacional de Transportes Aquaviários



**RELATÓRIO DE GESTÃO  
2015**



**Secretaria de Portos da Presidência da República  
Agência Nacional de Transportes Aquaviários**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

**Março 2016**



**Secretaria de Portos da Presidência da República**  
**Agência Nacional de Transportes Aquaviários**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 146/2015, nº 147/2015 e da Portaria TCU nº 321/2015.



## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AFRMM	Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante
AI	Auto de Infração
AIR	Análise do Impacto Regulatório
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CAP	Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio - ANTAQ
CASNAV	Centro de Análises de Sistemas Navais
CCP	Coordenadoria de Cadastro e Pagamento - ANTAQ
CCT	Coordenadoria de Contabilidade - ANTAQ
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CISET/PR	Secretaria de Controle Interno da Presidência da República
CPGF	Cartão de Pagamento do Governo Federal
CSG	Coordenadoria de Serviços Gerais - ANTAQ
DBR	Declaração de Bens e Rendas
DN	Decisão Normativa
DOU	Diário Oficial da União
EBN	Empresa Brasileira de Navegação
ETC	Estações de Transbordo de Carga
GOF	Gerência de Orçamento e Finanças - ANTAQ
GPF	Gerência de Planejamento e Inteligência de Fiscalização- ANTAQ
GRI	Gerência de Regulação da Navegação Interior- ANTAQ
GRL	Gerência de Recursos Logísticos - ANTAQ
GRU	Guia de Recolhimento da União
IDA	Índice de Desempenho Ambiental
IHCPP	Indicador de Número de Servidores com Horas de Capacitação suficientes para Progressão e Promoção
IIRSA	Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americanana
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
IP4	Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte
IPG	Indicador de Pós-graduação
IPT	Instalação Portuária de Turismo
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRIT	Sistema de Identificação e Acompanhamento de Navios a Longa Distância
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MT	Ministério dos Transportes
OCI	Órgão de Controle Interno
PAC	Processos Administrativos Contenciosos
PAF	Plano Anual de Fiscalização
PAINT	Plano de Auditoria Interna
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PGO	Plano Geral de Outorgas
PHE	Plano Hidroviário Estratégico
PIL	Programa de Investimentos em Logística
PNIH	Plano Nacional de Integração Hidroviária
PNLT	Plano Nacional de Logística em Transportes
PPA	Plano Plurianual
SAF	Superintendência de Administração e Finanças- ANTAQ
SAMA	Sistema de Afretamento Marítimo e de Apoio
SARH	Sistema de Administração de Recursos Humanos
SDAC	Sistema de Divulgação de Aquisição e Contratações
SDN	Sistema de Desenvolvimento da Navegação Interior e Marítima
SDS	Superintendência de Desempenho, Desenvolvimento e Sustentabilidade - ANTAQ
SEAE	Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda
SEP/PR	Secretaria de Portos da Presidência da República
SFC	Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - ANTAQ

SIADS	Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIASS	Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contrato de Repasse do Governo Federal
SIGEP	Sistema de Gestão de Pessoas
SIGPLAN	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SISAC	Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SISTRAM	Sistema de Informação sobre o Tráfego Marítimo
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SOG	Superintendência de Outorgas – ANTAQ
SPIUNET	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPL	Secretaria de Planejamento e Coordenação Interna - ANTAQ
SPNT	Secretaria de Política Nacional de Transportes
SPO	Superintendência de Portos – ANTAQ
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SRG	Superintendência de Regulação - ANTAQ
STI	Secretaria de Tecnologia da Informação - ANTAQ
SUNAMAM	Superintendência Nacional da Marinha Mercante
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TAP	Termo de Abertura de Projeto
TCU	Tribunal de Contas da União
TED	Termo de Execução Decentralizada
TI	Tecnologia da Informação
TPB	Tonelada de Porte Bruto
TUP	Terminais de Uso Privado
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNB	Universidade de Brasília
URE	Unidade Regional
UREBL	Unidade Regional de Belém – ANTAQ
URECO	Unidade Regional de Corumbá – ANTAQ
UREFL	Unidade Regional de Florianópolis - ANTAQ
UREFT	Unidade Regional de Fortaleza – ANTAQ
UREMN	Unidade Regional de Manaus – ANTAQ
UREPL	Unidade Regional de Porto Alegre - ANTAQ
UREPR	Unidade Regional de Paranaguá - ANTAQ
UREPV	Unidade Regional de Porto Velho - ANTAQ
URERE	Unidade Regional de Recife – ANTAQ
URERJ	Unidade Regional do Rio de Janeiro - ANTAQ
URES	Unidade Regional de São Luís – ANTAQ
URESP	Unidade Regional de São Paulo - ANTAQ
URESV	Unidade Regional de Salvador – ANTAQ
UREVT	Unidade Regional de Vitória – ANTAQ
USP	Universidade de São Paulo

## LISTA DE QUADROS

### *Quadros*

Quadro 1 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas .....	27
Quadro 2 - Quantidade de Outorgas no Setor Aquaviário .....	29
Quadro 3 - Resultado dos Leilões 2015 .....	30
Quadro 4 - Afretamentos em 2014 e 2015 .....	31
Quadro 5 - Afretamentos por Bandeira .....	31
Quadro 6 - Registro especial brasileiro (REB).....	32
Quadro 7 - Carga Prescrita.....	32
Quadro 8 - Resoluções Normativas editadas em 2015.....	34
Quadro 9 - Audiências Públicas .....	34
Quadro 10 - Agenda Regulatória da ANTAQ biênio 2016-2017 .....	40
Quadro 11 - Número de fiscalizações programadas e executadas em 2015 .....	43
Quadro 12 - Resultados da Fiscalização por URE e GF – Ano 2015 .....	44
Quadro 13 - Evolução da movimentação de cargas no Brasil – janeiro a dezembro de 2015 .....	55
Quadro 14 - Evolução da movimentação de cargas nos Portos Organizados – janeiro a dezembro de 2015 .....	55
Quadro 15 - Evolução da movimentação de cargas nos TUPs – janeiro a dezembro de 2015 .....	55
Quadro 16 - Evolução da movimentação de cargas ns TUPs – janeiro a dezembro de 2015 .....	56
Quadro 17 - I Ciclo de Planejamento Estratégico .....	73
Quadro 18 - Programa Temático Vinculado .....	74
Quadro 19 - Objetivos Relacionados ao Programa 2073 – ANTAQ corresponsável .....	75
Quadro 20 - Objetivo Fixado pelo PPA - 0236.....	75
Quadro 21 - Objetivo Fixado pelo PPA - 0283 .....	77
Quadro 22 - Objetivo Fixado pelo PPA - 0278 .....	79
Quadro 23 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios).....	82
Quadro 24 - Contribuição para o CPSS decorrente de pagamento de precatórios e Requisições de Pequeno Valor .....	83
Quadro 25 - Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade .....	84
Quadro 26 - Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica .....	84
Quadro 27 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civil .....	85
Quadro 28 - Administração da Unidade.....	86
Quadro 29 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o CPSS .....	87
Quadro 30 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes .....	87
Quadro 31 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Serv. Civis, Empregados e Militares ....	88
Quadro 32 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares.....	89
Quadro 33 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares .....	89
Quadro 34 - Concessão e Regulação dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário .....	90
Quadro 35 - Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transp. Aquaviário ...	91
Quadro 36 - Pagamento de Pessoal Ativo da União .....	92
Quadro 37 - Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes .....	93
Quadro 38 - Evolução Orçamentária.....	95
Quadro 39- Programação de Despesas .....	95
Quadro 40 – Alterações Orçamentárias – Pessoal e Encargos Sociais .....	96
Quadro 41 - Alterações Orçamentárias – Outras Despesas Correntes .....	97
Quadro 42 - Alterações Orçamentárias – Investimento .....	97

Quadro 43 – Movimentação Orçamentária Externa – Despesas Correntes .....	98
Quadro 44 – Despesa por Modalidade de Contratação - Total .....	98
Quadro 45 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Total .....	99
Quadro 46 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores .....	100
Quadro 47 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes em 2015 .....	100
Quadro 48 –Resumo dos instrumentos celebrados pela ANTAQ nos três últimos exercícios .....	101
Quadro 49- Receitas Arrecadadas – Multas Aplicadas .....	101
Quadro 50 - Concessão de suprimento de fundos .....	102
Quadro 51 - Utilização de suprimento de fundos.....	102
Quadro 52 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos - 2015.....	103
Quadro 53 - Arrecadação Efetiva (R\$) .....	105
Quadro 54 - Acompanhamento da Arrecadação de Multas - Quantidade.....	106
Quadro 55 - Acompanhamento da Arrecadação de Multas - Valores (R\$ 1,00) .....	106
Quadro 56 - Indicadores de Multas das Entidades Fiscalizadoras - Acórdão 482/2013-TCU-Plenário .....	107
Quadro 57 – Execução PAF 2015 .....	108
Quadro 58 - Execução PDTI 2014-2015 .....	108
Quadro 59 – Execução Orçamentária.....	108
Quadro 60 - Indicador de Pós-Graduação (IPG) .....	109
Quadro 61 - Número de Servidores Efetivos com Horas de Capacitação suficientes para Progressão e Promoção .....	109
Quadro 62 - Índice TURNOVER – servidores com e sem vínculo .....	110
Quadro 63 –Afastamentos do Trabalho .....	110
Quadro 64 - Índice de Absenteísmo .....	111
Quadro 65 – Resultados da execução financeira das Ações - OFSS .....	112
Quadro 66 - Principais Recomendações da Auditoria Interna .....	115
Quadro 67- Comparação do número de demandas de 2012 a 2015 .....	124
Quadro 68 - Razões de negativa de acesso .....	125
Quadro 69 - Demonstrativo de quantidade de recursos .....	125
Quadro 70 - Publicações .....	128
Quadro 71 - Amortização.....	131
Quadro 72 – Estoque do Almoxarifado.....	133
Quadro 73 - Ativo Imobilizado .....	134
Quadro 74 - Ativo Intangível - Softwares .....	134
Quadro 75 – Declaração do Contador .....	135
Quadro 76 - Passivo .....	136
Quadro 77 - Ajustes de exercícios anteriores .....	136
Quadro 78 - Força de Trabalho - Secretaria de Tecnologia - STI .....	138
Quadro 79 - Força de Trabalho da ANTAQ .....	138
Quadro 80 - Provimento de Cargos – Concurso Público .....	139
Quadro 81 - Provimento de Cargos- Posse .....	139
Quadro 82 - Quadro Distribuição da lotação Efetiva.....	139
Quadro 83 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da ANTAQ .....	140
Quadro 84 - Demonstrativo do cumprimento da obrigação de entregar a DBR .....	141
Quadro 85 - Custos do pessoal .....	142
Quadro 86 - Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas .....	144
Quadro 87- Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	145
Quadro 88 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	146
Quadro 89 - Estagiários .....	147
Quadro 90 - Empresa contratada para a prestação do serviço de transporte .....	151
Quadro 91 - Discriminação da Frota de Veículos - SEDE.....	151

Quadro 92 - Discriminação da Frota de Veículos - SEDE.....	152
Quadro 93 - Discriminação da Frota de Veículos – UNIDADES REGIONAIS .....	152
Quadro 94 - Discriminação da Frota de Veículos – UNIDADES REGIONAIS .....	154
Quadro 95 - Discriminação da Frota de Veículos – EVENTUAIS.....	156
Quadro 96 - Discriminação da Frota de Veículos - EVENTUAIS .....	156
Quadro 97 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	157
Quadro 98 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União ..	158
Quadro 99 - Sistemas Computacionais Utilizados pela ANTAQ .....	159
Quadro 100 - Necessidade de Desenvolvimento de Novos Sistemas Computacionais .....	159
Quadro 101 - Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014-2015 .....	160
Quadro 102 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	168
Quadro 103 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento .....	176
Quadro 104 – Cumprimento das recomendações do órgão de controle interno .....	182
Quadro 105 - Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício .....	184

## Lista de Figuras, Tabelas e Gráficos

Figura 1- Organograma Funcional .....	26
Tabela 1 - Síntese – PLOA / LOA - 2015 .....	81
Tabela 2 – Lei Orçamentária 2015 + Créditos .....	82
Tabela 3- Execução Orçamentária 2015 .....	101
Tabela 4 - Eventos.....	127
Tabela 5 - Produção gráfica .....	128
 Gráfico 1 - Fiscalizações Programadas – PAF e .....	42
Gráfico 2 – Número de demandas da Ouvidoria URE – Ano 2015 .....	43
Gráfico 3 - Infrações mais recorrentes nos AI no ano 2015.....	45
Gráfico 4 – Infrações mais recorrentes nos AI no ano 2015 – Navegação Interior .....	46
Gráfico 5 - Infrações mais recorrentes nos AI no ano 2015 – Navegação Marítima.....	46
Gráfico 6 - Infrações mais recorrentes nos AI no ano 2015 – Portos .....	46
Gráfico 7 - Infrações mais recorrentes em Notificações – Ano 2015 .....	46
Gráfico 8 - Infrações contidas em Notificações – 2015 .....	47
Gráfico 9 - Infrações sanadas e não sanadas de Notificações – 2015 .....	47
Gráfico 10 - Infrações contidas em Notificações – 2015 .....	47
Gráfico 11- – Infrações sanadas e não sanadas de Notificações – 2015 .....	48
Gráfico 12 - Índice de Atendimento à Notificação – 2015 .....	48
Gráfico 13 - Infrações Não Sanadas de Notificações – 2015 – UREBL.....	48
Gráfico 14 - Termos de Ajuste de Conduta celebrados por ano (2014 e 2015).....	50
Gráfico 15 - Taxa de atendimento aos itens do TAC firmados – 2015.....	50
Gráfico 16 - Situação dos TAC celebrados em 2015 .....	50
Gráfico 17 - Índice de cumprimento de TAC – 2015 .....	51
Gráfico 18 - Empresas fiscalizadas versus empresas que permaneceram com irregularidades do ano anterior .....	51
Gráfico 19 - Quantidade de irregularidades que permaneceram do ano anterior – global.....	51
Gráfico 20 - Índice de permanência de irregularidade por ano (média) .....	52
Gráfico 21 - Índice de Migração de Regularidade – 2015 .....	52
Gráfico 22 - ICR – Res. 3.285/14 – ANTAQ – 2015.....	52
Gráfico 23 - Índice de Conformidade de Requisitos – 2015 .....	53
Gráfico 24 - Balanço do I Ciclo: 2011 -2015.....	72
Gráfico 25 - Demandas respondidas pela Ouvidoria .....	122
Gráfico 26 - Quantidade de pedidos registrados por mês .....	123
Gráfico 27 - Situação dos pedidos de acesso à informação .....	124
Gráfico 28 - Pedidos por tipo de acesso .....	125

Anexo I – Demonstrações Contábeis

# SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>15</b>
<b>1. Visão Geral da ANTAQ.....</b>	<b>19</b>
1.1. Identificação .....	19
1.2. Finalidade e Competências Institucionais .....	19
1.3. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento .....	23
1.4. Breve Histórico da ANTAQ.....	23
1.5. Ambiente de Atuação .....	25
1.6. Organograma.....	26
1.7. Macroprocessos finalísticos .....	28
<b>2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....</b>	<b>72</b>
2.1. Planejamento organizacional.....	72
2.2. Desempenho orçamentário.....	74
2.3. Desempenho operacional .....	103
2.4. Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização .....	103
2.5. Renúncia de receitas.....	108
2.6. Apresentação e análise de indicadores de desempenho .....	108
2.7. Descrição e análise das ações desenvolvidas para a prorrogação dos contratos de concessões	
111	
2.8. Informações sobre as ações desenvolvidas pelas unidades técnicas específicas .....	111
2.9. Resultados da execução física e financeira das ações planejadas para o exercício.....	111
2.10. Informações sobre os indicadores utilizados pela entidade para monitorar e avaliar a gestão	112
<b>3. GOVERNANÇA.....</b>	<b>113</b>
3.1. Descrição das estruturas de governança .....	113
3.2. Informações sobre a comissão de avaliação do contrato de gestão .....	114
3.3. Atuação da unidade de auditoria interna .....	114
3.4. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos .....	120
3.5. Gestão de riscos e controles internos .....	121
3.6. Informações sobre as ações trabalhistas contra a entidade .....	121
<b>4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....</b>	<b>122</b>
4.1. Canais de Acesso do Cidadão .....	122
4.2. Carta de Serviços ao Cidadão.....	126
4.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários .....	126
4.4. Mecanismos de transparéncia das informações relevantes sobre autuação da ANTAQ.....	126
4.5. Formas de participação cidadã nos processos decisórios - SPL.....	129
4.6. Avaliação dos produtos e serviços pelos cidadãos-usuários - SPL .....	129
4.7. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.....	129
4.8. Desempenho e atuação dos postos no exterior no atendimento ao público .....	130
<b>5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....</b>	<b>131</b>
5.1. Informações sobre o ambiente de atuação.....	131
5.2. Desempenho financeiro do exercício .....	131
5.3. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos .....	131
5.4. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade .....	135

5.5. Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial .....	135
5.6. Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal .....	135
5.7. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas .....	135
5.8. Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber .....	137
<b>6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....</b>	<b>138</b>
6.1. Gestão de pessoas.....	138
6.2. Gestão do patrimônio e da infraestrutura .....	147
6.3. Gestão da tecnologia da informação .....	159
6.4. Gestão Ambiental e Sustentabilidade.....	166
6.5. Informações sobre depósitos judiciais e extrajudiciais .....	166
<b>7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE .....</b>	<b>168</b>
7.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU .....	168
7.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	182
7.3. Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário .....	184
7.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993 .....	184
7.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	185
7.6. Informações sobre as ações de publicidade e propaganda .....	185
<b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>186</b>
8.1. Resultados e Conclusões .....	186

## ***Introdução***

---

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) apresenta o Relatório de Gestão do exercício de 2015, cumprindo com sua obrigação institucional de prestar contas dos recursos financeiros, materiais e humanos colocados à sua disposição.

Ao longo das próximas sessões serão detalhados aspectos estratégicos relativos à gestão da Agência e ao impacto da atuação sobre o mercado regulado.

Em relação às suas atividades finalísticas, cabe destacar:

1. A realização dos primeiros leilões portuários desde o advento do novo marco regulatório do setor.
2. Os novos investimentos em expansão, modernização e otimização da infraestrutura e da superestrutura das instalações portuárias, decorrentes das oportunidades geradas pela Lei 12.815, de 05 de junho de 2013, que alterou o marco regulatório do setor.
3. A aprovação da primeira Agenda Regulatória da ANTAQ, com vigência no período 2016-2017. A Agenda foi produzida por meio de um processo participativo envolvendo as unidades organizacionais internas e entes públicos e privados, mediante consulta externa via sítio eletrônico oficial da Agência.
4. O aperfeiçoamento da atividade de fiscalização, com a adoção da uniformização dos Despachos Decisórios para fins de construção de um Banco de Jurisprudência da Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais (SFC), com o início da implantação de indicadores que irão mensurar a efetividade da atividade de fiscalização e com a ampliação do rol de infrações notificáveis, que gerou uma expressiva redução dos autos de infração e melhoria na qualidade dos serviços prestados pelo entes regulados.
5. A elaboração da primeira edição da Agenda Ambiental e de Segurança Aquaviária da ANTAQ, documento que passa a ser a referência para a operacionalização do Plano de Ação, constituído para 2015/2016, abrangendo todo o espectro de atuação da Agência relacionado ao tema da sustentabilidade ambiental.
6. A produção e divulgação de estatísticas de movimentação de carga nas instalações portuárias e de transporte de cargas na navegação marítima e de apoio e na navegação interior, mantendo a Agência como a principal referência de informação sobre o modal aquaviário. O Anuário Estatístico Aquaviário de 2014 foi publicado já na segunda quinzena de fevereiro de 2015, consolidando o pioneirismo na divulgação dos dados estatísticos do modal.
7. Ao longo do exercício de 2015 a ANTAQ desenvolveu esforços, por intermédio da equipe técnica da Superintendência de Desempenho, Desenvolvimento e Sustentabilidade, que resultaram na evolução e/ou finalização de estudos e pesquisas abrangendo todos os segmentos regulados, que resultarão na maior efetividade da atuação regulatória - como a evolução do conhecimento em torno da qualidade do serviço prestado -, e em um maior conhecimento do mercado regulado, com a criação, o aperfeiçoamento e a atualização de um espaço virtual denominado Observatório dos Transportes Aquaviários, que objetiva disseminar informações atuais do setor aquaviário de maneira ágil.

A ANTAQ teve a oportunidade de registrar também uma evolução importante nas suas atividades-meio, de suporte à sua missão regulatória, começando pela posse de 143 novos servidores oriundos de seu terceiro concurso público. Os novos servidores foram distribuídos entre a sede (106) e as 14 Unidades Regionais (37) e chegaram para reforçar uma equipe que recebeu, nos últimos anos, diversas novas atribuições oriundas do novo marco regulatório portuário, além do reforço da agenda de trabalho provocada pelos desdobramentos do planejamento estratégico.

A ANTAQ finalizou em 2015 o primeiro ciclo de seu Planejamento Estratégico, referente ao quinquênio 2011-2015. Dos 27 Projetos Estratégicos estruturados para viabilizar o cumprimento dos 18 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS do período, 22 foram implementados integral ou parcialmente. Entre agosto e outubro de 2015, foram realizados, pelo NÚCLEO DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO, seis workshops com o objetivo de elaborar o conteúdo do II Ciclo do Planejamento Estratégico da ANTAQ, referente ao quinquênio 2016-2020.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2014-2015 contemplou 50 projetos incluindo aquisições, contratações e desenvolvimento de soluções. Dos projetos empreendidos, 70% foram concluídos ou estão em fase final, 22% foram suspensos em razão de limitações orçamentárias e os demais 8% foram cancelados em razão de terem sido absorvidos por outros projetos ao não se verificar mais necessidade em decorrência de alteração de lei ou procedimento.

Cabe destacar dentre as atividades da área de tecnologia da Informação que foi implantada, em agosto de 2015, uma Sala Cofre - uma sala estanque, testada e certificada, que protege o Data Center e propicia à ANTAQ aderência aos padrões internacionais de segurança da informação com controle de acesso físico e lógico. No âmbito do Programa ANTAQ Digital, que contempla vários projetos de modernização de processos de trabalho apoiado por soluções tecnológicas, foi implantado o SEI – Sistema Eletrônico de Informação, que coloca a Agência em um paradigma de modernidade e celeridade processual.

A ANTAQ deu continuidade em 2015 ao processo de aperfeiçoamento de seu relacionamento com a sociedade, mantendo um elevado padrão de qualidade no atendimento do E-SIC – Serviço de Informação ao Cidadão, assim como na Ouvidoria. Outros canais importantes de comunicação e interação como a Carta de Serviço e a realização de Audiências Públicas estão sempre ativos e gerando retorno às demandas encaminhadas. Destaque-se a intensificação da Agenda Positiva, uma iniciativa criada em 2014 com o objetivo de buscar a aproximação com os usuários dos portos no intuito de aprimorar suas normas e condutas.

***I. CONTEÚDO GERAL – Portaria TCU nº 321/15***



## 1. Visão Geral da ANTAQ

### 1.1. Identificação

Quadro A. 1 - Identificação

Poder e Órgão de Vinculação		
<b>Poder:</b> Executivo		
<b>Órgão de Vinculação:</b> Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP-PR		<b>Código SIORG:</b> 092748
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
<b>Denominação Completa:</b> Agência Nacional de Transportes Aquaviários		
<b>Denominação Abreviada:</b> ANTAQ		
<b>Código SIORG:</b> 054843	<b>Código LOA:</b> 68201	<b>Código SIAFI:</b> 682010
<b>Natureza Jurídica:</b> Autarquia		<b>CNPJ:</b> 04.903.587/0001-08
<b>Principal Atividade:</b> Concessão, Regulação e Fiscalização dos serviços de transportes aquaviários e portuários.		<b>Código CNAE:</b> 8413200
<b>Telefones/Fax de contato:</b> (061) 2029-6912		(061) 2029-6911 (fax)
<b>Endereço Eletrônico:</b> <a href="mailto:ANTAQ@ANTAQ.gov.br">ANTAQ@ANTAQ.gov.br</a>		
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.ANTAQ.gov.br">http://www.ANTAQ.gov.br</a>		
<b>Endereço Postal:</b> SEPN Quadra 514, Conjunto E lote 10, Asa Norte, Edifício ANTAQ, Brasília-DF, CEP 70.760-540		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>	<b>Código SIAFI da Gestão</b>	
682010	68201	

### 1.2. Finalidade e Competências Institucionais

- A ANTAQ tem por finalidades:
- I. Implementar, em sua esfera de atuação, as políticas formuladas pelo Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, pelo Ministério dos Transportes e pela Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR, segundo os princípios e diretrizes estabelecidos na Lei nº 10.233, de 2001; e
  - II. Regular, supervisionar e fiscalizar as atividades de prestação de serviços de transportes aquaviário e de exploração da infraestrutura portuária e aquaviária, exercida por terceiros, com vistas a:
    - a. Garantir a movimentação de pessoas e bens, em cumprimento a padrões de serviço adequado relativos aos atributos de atualidade, conforto, continuidade, cortesia, eficiência, generalidade, higiene, modicidade tarifária, pontualidade, preservação ambiental, regularidade e segurança;
    - b. Harmonizar os interesses dos usuários com os das empresas concessionárias, permissionárias, autorizatórias e arrendatárias, e de entidades delegadas, preservando o interesse público; e
    - c. Arbitrar conflitos de interesse e impedir situações que configurem competição imperfeita ou infração da ordem econômica.
- À ANTAQ compete:
- ✓ Promover estudos específicos de demanda de transporte aquaviário e de atividades portuárias;

- ✓ Promover estudos aplicados às definições de tarifas, preços e fretes, em confronto com os custos e benefícios econômicos transferidos aos usuários pelos investimentos realizados;
- ✓ Propor ao Ministério dos Transportes o plano geral de outorgas de exploração da infraestrutura aquaviária e de prestação de serviços de transporte aquaviário;
- ✓ Exercer o poder normativo relativamente à prestação de serviços de transporte e à exploração da infraestrutura aquaviária e portuária, garantindo isonomia no seu acesso e uso, assegurando os direitos dos usuários, fomentando a competição entre os operadores e intensificando o aproveitamento da infraestrutura existente;
- ✓ Celebrar atos de outorga, de transferência e de extinção de direito, relativos à exploração da infraestrutura aquaviária, obedecendo ao plano geral de outorgas, observado o disposto nos arts. 13 e 14 da Lei nº 10.233, de 2001, fiscalizar os respectivos contratos e demais instrumentos administrativos e aplicar penalidades;
- ✓ Celebrar atos de outorgas de autorização e de extinção de direito de prestação de serviços de transporte pelas empresas de navegação de longo curso, de cabotagem, de apoio marítimo, de apoio portuário e pelas empresas de navegação interior interestadual e internacional, observado o disposto nos arts. 13 e 14 da Lei nº 10.233, de 2001, gerindo os respectivos instrumentos legais, fiscalizando e aplicando penalidades;
- ✓ Reunir sob sua administração os instrumentos de outorga para exploração de infraestrutura portuária e aquaviária e de prestação de serviços de navegação e de transporte aquaviário, resguardando os direitos das partes;
- ✓ Promover as revisões e os reajustes das tarifas portuárias, assegurada a comunicação prévia, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, ao poder concedente e ao Ministério da Fazenda;
- ✓ Acompanhar os preços, nos casos de serviços públicos autorizados;
- ✓ Promover estudos referentes à composição da frota mercante brasileira e à prática de afretamento de embarcações, para subsidiar as decisões governamentais quanto à política de apoio à indústria de construção naval e de afretamento de embarcações estrangeiras;
- ✓ Representar o Brasil junto a organismos internacionais, bem como em convenções, acordos e tratados, observadas as diretrizes do Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República e do Ministro de Estado dos Transportes, e as atribuições específicas dos demais órgãos e entidades da administração pública federal;
- ✓ Supervisionar a participação de empresas brasileiras e estrangeiras na navegação de longo curso e navegação interior de percurso internacional, em cumprimento aos tratados, convenções, acordos e outros instrumentos internacionais dos quais o Brasil seja signatário;
- ✓ Elaborar editais e instrumentos de convocação, e promover os procedimentos de licitação e seleção para concessão, arrendamento ou autorização da exploração de portos organizados ou instalações portuárias, de acordo com as diretrizes do poder concedente, em obediência ao disposto na Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013;
- ✓ Estabelecer normas e padrões a serem observados pelas administrações portuárias, concessionários, arrendatários, autorizatários e operadores portuários, nos termos da Lei nº 12.815, de 2013;
- ✓ Cumprir e fazer cumprir as cláusulas e condições dos contratos de concessão de porto organizado ou dos contratos de arrendamento de instalações portuárias quanto à

- manutenção e reposição dos bens e equipamentos reversíveis à União de que trata o art. 5º, inciso VIII, da Lei nº 12.815, de 2013;
- ✓ Analisar e fiscalizar projetos e a realização de investimentos não previstos nos contratos de concessão ou arrendamento;
  - ✓ Propor ao Ministério dos Transportes e à Secretaria de Portos da Presidência da República a declaração de utilidade pública para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa dos bens necessários à implantação ou manutenção dos serviços afetos à sua esfera de atuação;
  - ✓ Estabelecer padrões e normas técnicas relativas às operações de transporte aquaviário de cargas especiais e de produtos perigosos, ressalvadas as competências de outros órgãos públicos;
  - ✓ Fiscalizar o funcionamento e a prestação de serviços de empresas de navegação de longo curso, de cabotagem, de apoio marítimo, de apoio portuário e de empresas de navegação interior interestadual e internacional;
  - ✓ Acompanhar e fiscalizar as atividades de operadores estrangeiros que atuam no transporte internacional com o Brasil, nos termos do art. 32 da Lei nº 10.233, de 2001;
  - ✓ Fiscalizar a execução dos contratos de adesão das autorizações de instalação portuária de que trata o art. 8º da Lei nº 12.815, de 2013;
  - ✓ Adotar medidas para assegurar o cumprimento dos cronogramas de investimento previstos nas autorizações, na forma do art. 8º, § 3º, da Lei nº 12.815, de 2013;
  - ✓ Disciplinar a utilização em caráter excepcional, por qualquer interessado, de instalações portuárias arrendadas, concedidas ou autorizadas, assegurada a remuneração adequada ao titular do contrato ou autorização;
  - ✓ Autorizar, em caráter especial e de emergência, a prestação de serviço de transporte aquaviário sob outras formas de outorga, nos termos do art. 49 da Lei nº 10.233, de 2001;
  - ✓ Analisar e classificar, quanto à reversibilidade e indenizações, os bens das concessionárias, bem como os investimentos autorizados e por elas realizados;
  - ✓ Tomar as medidas para que os investimentos em bens reversíveis sejam contabilizados em contas específicas;
  - ✓ Disciplinar atos e procedimentos para a incorporação ou desincorporação de bens, no âmbito das outorgas;
  - ✓ Disciplinar o regime de autorização para construção e exploração de terminal de uso privado, estação de transbordo de cargas, instalação portuária pública de pequeno porte e instalação portuária de turismo;
  - ✓ Autorizar às empresas brasileiras de navegação de longo curso, de cabotagem, de apoio marítimo, de apoio portuário e às empresas brasileiras de navegação interior interestadual e internacional, o afretamento de embarcações estrangeiras, conforme disposto na Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997;
  - ✓ Autorizar o transporte de carga prescrita por empresas estrangeiras de navegação, respeitados os tratados, convenções e acordos internacionais e o disposto na Lei nº 9.432, de 1997;
  - ✓ Promover, no âmbito de sua esfera de atuação, o cumprimento dos protocolos e acordos internacionais dos quais o Brasil seja signatário;
  - ✓ Habilitar ao tráfego marítimo internacional as instalações dos portos organizados e dos terminais de uso privado;
  - ✓ Manter cadastro das empresas brasileiras e estrangeiras de navegação;

- ✓ Manter ligação permanente com o sistema de arrecadação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM, para atualizar as informações sobre as empresas de navegação, afretamentos, acordos operacionais, acordos internacionais, embarcações estrangeiras, portos e Non-Vessel Operating Common Carrier – NVOCC (operadores de transporte não-armadores);
- ✓ Aplicar penalidades nos casos de não atendimento à legislação, de descumprimento de obrigações ou má prática comercial por parte das empresas de navegação e de exploração da infraestrutura portuária e aquaviária;
- ✓ Supervisionar e fiscalizar as atividades das administrações portuárias e dos portos delegados, respeitados os termos da Lei nº 12.815, de 2013;
- ✓ Fiscalizar a execução dos contratos de concessão de porto organizado e de arrendamento de instalação portuária, em conformidade com o disposto na Lei nº 12.815, de 2013;
- ✓ Arbitrar, na esfera administrativa, os conflitos de interesses e as controvérsias sobre os contratos não解决ados consensualmente entre a administração do porto e a arrendatária;
- ✓ Arbitrar, em grau de recurso, os conflitos entre agentes que atuem no porto organizado, ressalvadas as competências das demais autoridades públicas;
- ✓ Decidir, em última instância, sobre matérias de sua alçada, admitido pedido de reconsideração, por uma única vez, à Diretoria;
- ✓ Atuar na defesa e proteção dos direitos dos usuários, reprimindo as infrações e compondo ou arbitrando conflitos de interesses;
- ✓ Exercer, relativamente aos transportes aquaviários, as competências legais em matéria de controle, prevenção e repressão das infrações contra a ordem econômica, ressalvadas as cometidas ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE;
- ✓ Dar conhecimento ao CADE, ou à Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda – SEAE, conforme o caso, de fato que configure ou possa configurar infração contra a ordem econômica;
- ✓ Organizar, manter e divulgar as informações estatísticas relativas à sua esfera de atuação;
- ✓ Deliberar, na esfera administrativa e no âmbito de suas atribuições e competências, quanto à interpretação da legislação pertinente às atividades portuárias, e sobre casos omissos;
- ✓ Elaborar o seu orçamento e proceder à respectiva execução financeira;
- ✓ Arrecadar, aplicar e administrar suas receitas;
- ✓ Adquirir e alienar bens, adotando os procedimentos legais adequados para efetuar sua incorporação e desincorporação;
- ✓ Administrar pessoal, patrimônio, material e serviços gerais;
- ✓ Elaborar relatório anual de atividades e desempenho, destacando o cumprimento das políticas do setor, a ser enviado aos ministérios setoriais supervisores; e
- ✓ Elaborar relatório detalhado sobre a implementação das iniciativas tomadas com base na Lei nº 12.815, de 2013, a ser enviado ao Congresso Nacional, até o último dia útil do mês de março de cada ano, incluindo a relação dos contratos de arrendamento e concessão e das instalações portuárias exploradas mediante autorizações, em vigor até 31 de dezembro do ano anterior, bem como dos contratos licitados, dos termos de autorização e os contratos de adesão adaptados e das instalações portuárias operadas no ano anterior, conforme art. 57, § 5º daquela lei.

- ✓ No exercício de suas atribuições a ANTAQ poderá:
  - firmar convênios de cooperação técnica e administrativa com órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, tendo em vista a descentralização e a fiscalização eficiente das outorgas;
  - participar de foros internacionais, sob a coordenação do Poder Executivo; e
  - firmar convênios de cooperação técnica com organismos nacionais e internacionais.
- ✓ A ANTAQ observará as prerrogativas específicas do Comando da Marinha e atuará sob sua orientação em assuntos de Marinha Mercante que interessam à defesa nacional, à segurança da navegação aquaviária e à salvaguarda da vida humana no mar, devendo ser consultada quanto ao estabelecimento de normas e procedimentos de segurança que tenham repercussão nos aspectos econômicos e operacionais da prestação de serviços de transporte aquaviário.

### **1.3. *Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento***

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, criada pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, alterada pela Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, é entidade integrante da Administração Federal indireta, submetida ao regime autárquico especial, com personalidade jurídica de direito público, vinculada à Secretaria de Portos da Presidência da República, com sede e foro no Distrito Federal, podendo instalar unidades administrativas regionais e postos avançados em instalações portuárias.

A versão atual do Regimento Interno foi estabelecida pela Resolução N° 3.585-ANTAQ, de 18 de agosto de 2014 e alterada pela Resolução nº 4.191- ANTAQ, de 24 de junho de 2015).

### **1.4. *Breve Histórico da ANTAQ***

Como finalidade institucional precípua cabe à ANTAQ implementar as políticas formuladas pela Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR, pelo Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (CONIT) e pelo Ministério dos Transportes, segundo os princípios e diretrizes estabelecidos na legislação. É responsável por regular, supervisionar e fiscalizar as atividades de prestação de serviços de transporte aquaviário e de exploração da infraestrutura portuária e aquaviária, exercida por terceiros, com vistas a:

- a) Garantir a movimentação de pessoas e bens, em cumprimento a padrões de serviço adequado relativos aos atributos de atualidade, conforto, continuidade, cortesia, eficiência, generalidade, higiene, modicidade tarifária, pontualidade, preservação ambiental, regularidade e segurança;
- b) Harmonizar os interesses dos usuários com os das empresas concessionárias, permissionárias, autorizatárias e arrendatárias, e de entidades delegadas, preservando o interesse público; e
- c) Arbitrar conflitos de interesse e impedir situações que configurem competição imperfeita ou infração da ordem econômica.

Compõem a esfera de atuação da ANTAQ a navegação fluvial, lacustre, de travessia, de apoio marítimo, de apoio portuário, de cabotagem e de longo curso; os portos organizados e as

instalações portuárias neles localizadas; os terminais de uso privado; as estações de transbordo de carga; as instalações portuárias públicas de pequeno porte; e as instalações portuárias de turismo.

A Agência, com sede em Brasília/DF, conta com 14 Unidades Regionais, sendo três na Região Norte – Manaus/AM, Belém/PA e Porto Velho/RO; quatro na Região Nordeste – São Luís/MA, Fortaleza/CE, Recife/PE e Salvador/BA; três na Região Sudeste – Vitória/ES, Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP; três na Região Sul – Paranaguá/PR, Florianópolis/SC e Porto Alegre/RS; e uma na Região Centro-Oeste – Corumbá/MS; além de 12 Postos Avançados de Fiscalização localizados em portos organizados.

A ANTAQ vem, desde 2011, implementando as iniciativas decorrentes do primeiro ciclo de Planejamento Estratégico da Agência, referente ao quinquênio 2011-2015. A partir do próximo exercício terá início o II Ciclo do Planejamento Estratégico, referente ao período 2016-2020, com novas iniciativas e projetos.

Com o advento da Medida Provisória nº 595, de 06 de dezembro de 2012, convertida na Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013 e regulamentada pelo Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, o marco regulatório do setor portuário foi aprimorado, conferindo maior segurança jurídica, promovendo maior competição e redefinindo as competências institucionais da ANTAQ, que passou a centralizar a regulação e a fiscalização de todos os agentes do modal aquaviário – Autoridade Portuária, Arrendatários, Operadores Portuários, Terminais de Uso Privado–TUP, Estações de Transbordo de Carga–ETC, Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte–IP4, Instalações Portuárias de Turismo–IPT e Empresas Brasileiras de Navegação–EBN.

Como consequência, o número de entes a serem fiscalizados no segmento portuário saltou de 168 para 600, um crescimento de 257%, gerando impacto no quadro de servidores e em praticamente todas as demais despesas (de custeio e de capital). Adicione-se a essa nova realidade a nova atribuição de fiscalizar também os investimentos realizados nos arrendamentos a serem licitados, assim como em todos os novos Terminais de Uso Privado.

Da mesma forma, passou a ser responsabilidade da ANTAQ promover todos os procedimentos necessários para a realização de licitação de concessão de Portos Organizados e para o arrendamento de áreas e instalações portuárias localizados no âmbito dos Portos Organizados.

Diante desse novo desafio e das discussões ocorridas no âmbito do Planejamento Estratégico, a Agência providenciou, no segundo semestre de 2014, uma completa revisão do Regimento Interno, que provocou a mais profunda e abrangente reestruturação organizacional realizada pela Agência desde a sua criação.

As mudanças mostravam-se indispensáveis para a plena adequação da ANTAQ às alterações de competências estabelecidas pelo novo marco regulatório portuário e pelas necessidades identificadas em vários projetos estratégicos. Assim, a reestruturação foi implantada para racionalizar o trabalho, ganhar sinergia, modernizar e uniformizar processos e procedimentos visando uma maior produtividade operacional. A reestruturação teve como foco principal as superintendências finalísticas, que estavam organizadas setorialmente (Portos, Navegação Marítima e de Apoio e Navegação Interior) e agora estão estruturadas por processos de trabalho (Outorga, Regulação e Desempenho e Sustentabilidade), a exemplo do que já acontecia com a Superintendência de Fiscalização desde o final de 2011.

A fim de suprir o déficit de pessoal acumulado desde janeiro de 2012, quando foram nomeados os últimos servidores remanescentes do 2º Concurso Público promovido pela ANTAQ, o

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), autorizou a realização do 3º Concurso Público para o provimento de 143 cargos pertencentes ao quadro efetivo da ANTAQ. O concurso foi realizado com sucesso no segundo semestre de 2014 e os novos servidores foram empossados a partir de julho de 2015.

## **1.5. Ambiente de Atuação**

A ANTAQ é uma agência reguladora que atua no setor do transporte aquaviário, que abrange os subsetores Portuário, de Navegação Marítima e de Apoio e de Navegação Interior.

### ➤ **Subsetor Portuário**

O subsetor Portuário é composto pelos portos organizados e arrendamentos localizados dentro de sua área e pelas instalações portuárias localizadas fora dos portos organizados, a saber, os Terminais de Uso Privado (TUPs), as Estações de Transbordo de Carga (ETC), as Instalações Públicas de Pequeno Porte (IP4) e as Instalações Portuárias de Turismo (IPT).

Em 31 de dezembro de 2015 operavam no Brasil 381 instalações portuárias outorgadas pela ANTAQ, sendo 34 portos públicos, 176 arrendamentos portuários, 150 terminais de uso privado, 19 estações de transbordo de carga e 2 instalações portuárias de turismo.

Como parte da evolução do Programa de Investimentos em Logística (PIL), do governo federal, em dezembro de 2015 foram realizados os primeiros leilões portuários desde o advento do novo marco regulatório, com investimentos previstos em três áreas do Porto de Santos no valor de R\$ 608,0 milhões.

Até dezembro de 2015 foram publicados 34 Anúncios Públicos para exploração de Terminais de Uso Privado (TUPs) e Estações de Transbordo de Carga (ETCs), representando uma intenção de aporte de investimentos na ordem de R\$ 2,91 bilhões, provenientes da iniciativa privada na operação e exploração desses empreendimentos.

Foram ainda autorizadas, no ano de 2015, onze instalações portuárias, que representam investimentos de R\$ 3,1 bilhões em expansão, modernização e otimização da infraestrutura e da superestrutura, sendo sete TUPs, três ETCs e uma Instalação Portuária de Turismo (IPT).

Ainda em 2015 a Agência concluiu a adaptação de 45 contratos de adesão ao novo marco regulatório do setor portuário. Já no âmbito da Lei nº 12.815/2013, a ANTAQ celebrou 44 novos contratos, com investimentos de R\$ 11,65 bilhões, assim como encontram-se em análise a autorização de 65 novos empreendimentos, que totalizam investimentos de R\$ 11,0 bilhões.

Nos Portos Organizados, foram celebrados, no âmbito do art. 57 da Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, três prorrogações antecipadas de contratos de arrendamentos, com investimentos de R\$ 1,2 bilhão. Estão em análise atualmente na Gerência de Portos Organizados um montante de investimentos de R\$ 3,04 bilhões em prorrogações antecipadas.

### ➤ **Subsetor de Navegação Marítima e de Apoio**

O subsetor de navegação marítima e de apoio é composto pelas atividades de prestação de serviços de transporte na navegação de longo curso, de cabotagem, de apoio marítimo e de apoio portuário.

Ao final do exercício de 2015 existiam 497 outorgas nesse subsetor, distribuídos pelos segmentos de apoio portuário (287), apoio marítimo (150), cabotagem (41) e longo curso (19).



## Subsetor Navegação Interior

O subsetor de navegação interior é composto pelas atividades de prestação de serviços de transporte de passageiros, cargas e misto na navegação de percurso longitudinal – interestadual e internacional – e de travessia – interestadual, internacional, em região de fronteira e ao longo da diretriz de rodovia federal.

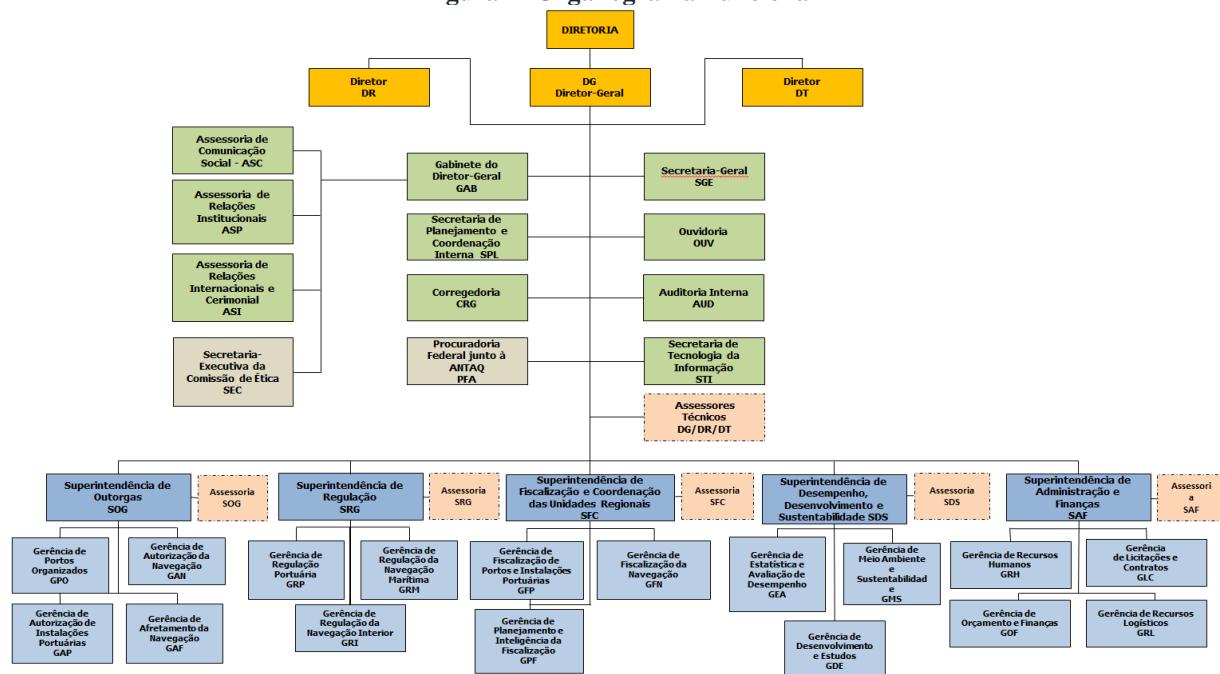
### Ameaças e Oportunidades ao Transporte Aquaviário

De acordo com o planejamento estratégico da ANTAQ, quatro temas merecerão atenção especial nos próximos anos:

- a) O Programa de Investimento em Logística (PIL Portuário), que reforçará a percepção do governo e da sociedade acerca da capacidade técnica da ANTAQ e de sua relevância para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Como consequência, a Agência ganha melhores possibilidades de conseguir recursos humanos e orçamentários para exercer na plenitude suas atribuições institucionais;
- b) As atribuições da Lei 12.815, de 05 de junho de 2013, que ampliarão a capacidade da Agência de conhecer o mercado regulado, notadamente pelo monitoramento do desempenho operacional dos arrendamentos portuários e dos investimentos previstos no PIL Portuário; e
- c) A tendência de aumento da demanda da sociedade brasileira por participação na discussão em torno da regulação e da atuação do setor público, o que gera ainda mais oportunidades para o fortalecimento do relacionamento e da imagem da ANTAQ junto à sociedade. O novo modelo regulatório vai incorporar cada vez mais a percepção dos usuários ao regramento da Agência.
- d) O baixo crescimento do PIB previsto pelo menos até 2017, com impacto potencialmente negativo sobre as receitas da União e sobre a atratividade dos investimentos do PIL Portuário e nas hidrovias.

## 1.6. Organograma

**Figura 1- Organograma Funcional**



**Quadro 1 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas**

<b>Áreas/ Subunidades Estratégicas</b>	<b>Competências</b>
Superintendência de Outorga (SOG)	Assegurar celeridade e rigor na tramitação dos processos de outorga, com vistas a maximizar investimentos que permitam maior capacidade de transporte de passageiros e cargas e de armazenamento de mercadorias.
Superintendência de Fiscalização (SFC)	Garantir a efetividade das ações de regulação, com vistas a otimizar a tramitação dos processos de fiscalização e assegurar a adequada prestação de serviços de transporte aquaviário e de exploração da infraestrutura portuária e hidroviária.
Superintendência de Regulação (SRG)	Aperfeiçoar os marcos regulatórios, fortalecendo mecanismos de gestão, decisão e assegurando transparência e participação da sociedade
Superintendência de Desempenho, Desenvolvimento e Sustentabilidade (SDS)	Assegurar que a ANTAQ seja referência na produção e divulgação de informações sobre o mercado regulado, que contribuam para o desenvolvimento econômico, social, ambiental e para a segurança do trabalho em todo o sistema aquaviário nacional.
Superintendência de Administração e Finanças (SAF)	Garantir eficiência na obtenção e na aplicação dos recursos orçamentários, manter práticas modernas e motivadoras de gestão de pessoas e assegurar infraestrutura e uma adequada prestação de serviços para o perfeito funcionamento da Agência.
Ouvidoria	Fortalecer a imagem e o relacionamento da ANTAQ com a sociedade, fortalecendo mecanismos de gestão, decisão e assegurando transparência e participação da sociedade.
Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)	Assegurar a integridade, segurança e disponibilidade das informações e garantir a infraestrutura tecnológica adequada.
Secretaria Geral (SGE)	Fortalecer o relacionamento e a imagem da ANTAQ com a sociedade, organizando as audiências públicas, as reuniões de Diretoria e as respostas de solicitações encaminhadas com base na Lei de Acesso à Informação
Secretaria de Planejamento e Coordenação Interna (SPL)	Coordenar a elaboração e a implementação do planejamento estratégico da Agência, fortalecendo mecanismos de gestão, decisão e assegurando transparência e participação da sociedade

## 1.7. *Macroprocessos finalísticos*

### 1.7.1. *Macroprocesso de Outorga*

#### 1.7.1.1. *Descrição*

O macroprocesso de Outorga é o responsável na Agência pelas concessões, arrendamentos e autorizações que permitem aos agentes privados atuar no sistema aquaviário nacional, garantindo a movimentação de pessoas e bens e induzindo o desenvolvimento econômico e social.

O macroprocesso de outorga da ANTAQ é coordenado pela Superintendência de Outorgas (SOG) e é composto por atividades agrupadas nos segmentos PORTUÁRIO e de NAVEGAÇÃO.

#### ➤ PORTUÁRIO

- 1) Promover todos os procedimentos necessários para a realização de licitação de concessão de Portos Organizados;
- 2) Promover todos os procedimentos necessários para o arrendamento de áreas e instalações portuárias localizados no âmbito dos Portos Organizados;
- 3) Analisar os projetos de investimentos apresentados pelas empresas concessionárias, delegatárias e arrendatárias;
- 4) Analisar as propostas de reequilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão e de arrendamentos portuários; e
- 5) Promover todos os procedimentos necessários para solicitações de autorização, ampliação, expansão e modernização de instalações portuárias nas modalidades de Terminal de Uso Privado (TUP), Estação de Transbordo de Cargas (ETC), Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte (IP4) e Instalação Portuária de Turismo (ITT).

#### ➤ NAVEGAÇÃO

- 1) Promover todos os procedimentos necessários para solicitações de autorização para prestação de serviços na navegação marítima de longo curso, de cabotagem, de apoio marítimo e de apoio portuário;
- 2) Promover todos os procedimentos necessários para solicitações de autorização para prestação de serviços de transporte de passageiros, cargas e misto na navegação interior de percurso longitudinal – interestadual e internacional – e de travessia – interestadual, internacional, em região de fronteira, ao longo da diretriz de rodovia federal ou de ferrovia;
- 3) Promover todos os procedimentos necessários para as solicitações de autorização e registro de afretamento de embarcações, no âmbito da navegação marítima e de apoio e da navegação interior;
- 4) Analisar os pedidos de liberação de cargas prescritas à bandeira brasileira para o transporte em embarcação estrangeira, operada por empresa de navegação estrangeira; e
- 5) Analisar os pedidos de liberação de embarcação estrangeira afretada por empresa brasileira de navegação, para o transporte de carga prescrita à bandeira brasileira.

### 1.7.1.2. Principais Clientes

Os clientes internos das atividades concentradas no macroprocesso de Outorga são as demais superintendências finalísticas (Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais (SFC), Superintendência de Regulação (SRG), Superintendência de Desempenho, Desenvolvimento e Sustentabilidade (SDS), haja vista que todas são consumidoras dos cadastros de outorga e dos contratos originados na SOG.

### 1.7.1.3. Subunidades responsáveis

- Gerência de Autorização de Portos Organizados (GPO)
- Gerência de Autorização de Instalações Portuárias (GAP)
- Gerência de Autorização da Navegação (GAN)
- Gerência de Afretamento da Navegação (GAF)

### 1.7.1.4. Produtos e serviços do Macroprocesso de Outorga:

Os produtos e serviços entregues pela Superintendência de Outorga estão basicamente relacionados à gestão das outorgas portuárias e de navegação e dos investimentos no segmento portuário.

#### ➤ Outorgas

Em 31 de dezembro de 2015, 1.415 outorgas estavam sob a responsabilidade direta da ANTAQ, sendo 381 instalações portuárias, 497 na área de navegação marítima e de apoio e 537 no âmbito da navegação interior.

**Quadro 2 - Quantidade de Outorgas no Setor Aquaviário**

Discriminação	Dezembro de 2015
Portos Públicos	34
Arrendamentos Portuários IPT	176
Instalações Portuárias de Turismo – TUP	2
Terminais de Uso Privado – ETC	150
Estação de Transbordo de Carga	19
Subtotal de Instalações Portuárias	<b>381</b>
Navegação de Apoio Marítimo	150
Navegação de Apoio Portuário	287
Navegação de Cabotagem	41
Navegação de Longo Curso	19
Subtotal de Navegação Marítima e de Apoio	<b>497</b>
Transporte Longitudinal de Passageiros e Misto	110
Transporte Longitudinal de Cargas	185
Transporte de Travessia	242
Subtotal de Navegação Interior	537
<b>Total Geral de Outorgas Setor Aquaviário</b>	<b>1415</b>



## Investimentos na área Portuária (Lei 12.815/13)

Até dezembro de 2015 foram publicados 34 Anúncios Públicos para exploração de Terminais de Uso Privado (TUPs) e Estações de Transbordo de Carga (ETCs), representando uma intenção de aporte de investimentos na ordem de R\$ 2,91 bilhões, provenientes da iniciativa privada na operação e exploração desses empreendimentos.

Foram ainda autorizadas, no ano de 2015, onze instalações portuárias, que representam investimentos de R\$ 3,1 bilhões em expansão, modernização e otimização da infraestrutura e da superestrutura, sendo sete TUPs, três ETCs e uma Instalação Portuária de Turismo (IPT).

Ainda em 2015 a Agência concluiu a adaptação de 45 contratos de adesão ao novo marco regulatório do setor portuário. Já no âmbito da Lei nº 12.815/2013, a ANTAQ celebrou 44 novos contratos, com investimentos de R\$ 11,65 bilhões, assim como encontram-se em análise a autorização de 65 novos empreendimentos, que totalizam investimentos de R\$ 11,0 bilhões.

Nos Portos Organizados, foram celebrados, no âmbito do art. 57 da Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, três prorrogações antecipadas de contratos de arrendamentos, com investimentos de R\$ 1,2 bilhão. Estão em análise atualmente na Gerência de Portos Organizados um montante de investimentos de R\$ 3,04 bilhões em prorrogações antecipadas.

Em dezembro de 2015 foram realizados os primeiros leilões portuários desde o advento do novo marco regulatório, cujo resultado encontra-se resumido na tabela a seguir

**Quadro 3 - Resultado dos Leilões 2015**

DESCRÍÇÃO	STS04	STS36	STS07
<b>Nº do Edital/ Local</b>	Edital nº 1/2015 – Santos/SP – Ponta da Praia.	Edital nº 3/2015 – Santos/SP – Paquetá.	Edital nº 3/2015 – Santos/SP - Macuco
<b>Atividades</b>	Movimentação e armazenamento de granéis sólidos vegetais.	Movimentação e armazenamento de cargas gerais não acondicionadas em contêineres.	Movimentação e armazenamento de cargas gerais não acondicionadas em contêineres.
<b>Área</b>	46.800 m <sup>2</sup> dividida em: Área 1: 30.700 m <sup>2</sup> ; Área 2: 16.100 m <sup>2</sup> .	22.500 m <sup>2</sup> .	33.000 m <sup>2</sup> dividida em: Área 1: 20.900 m <sup>2</sup> ; Área 2: 12.100 m <sup>2</sup> .
<b>Valor de Outorga (Lance vencedor)</b>	R\$ 303.069.333,18.	R\$ 12.500.000,00.	R\$ 115.047.000,00.
<b>Vencedor</b>	Consórcio LDC Brasil.	Marimex Despachos, Transportes e Serviços Ltda.	Fibria Celulose S.A.
<b>Valor do Arrendamento Fixo</b>	R\$ 1.959.805,74 por mês	R\$ 106.162,50 por mês	R\$ 370.971,65 por mês
<b>Valor do Arrendamento Variável</b>	R\$ 2,37 por tonelada de qualquer carga movimentada.	R\$ 0,48 por tonelada de qualquer carga movimentada.	R\$ 1,72 por tonelada de qualquer carga movimentada.
<b>Investimento Previsto</b>	R\$ 206.000.000,00	R\$ 247.000.000,00	R\$ 155.000.000,00

➤ **Atividade de Afretamento**

A Lei 9.432/97, que dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário, estabeleceu 5 (cinco) diferentes tipos de navegação: Apoio Portuário, Apoio Marítimo, Cabotagem, Longo Curso e Interior.

Os afretamentos de embarcações brasileiras e estrangeiras que operam nos diversos tipos de navegação são disciplinados mediante normativos aplicados pela Gerência de Afretamento da Navegação. Esses afretamentos se dividem em duas categorias: Registros e Afretamentos. Os registros de afretamento são regidos pelo artigo 10 da referida Lei, os quais não necessitam de autorização da ANTAQ, enquanto que as autorizações de afretamento são de competência da ANTAQ. As autorizações de afretamento de embarcações estrangeiras são regidas pelo Art. 9º da citada Lei. Nesse sentido, a Resolução Normativa 01 ANTAQ/2015 estabeleceu os critérios para afretamento de embarcação por empresa brasileira de navegação.

Seguem os quantitativos de afretamentos realizados nos anos de 2014 e 2015, em cada modalidade e para cada tipo de navegação.

**Quadro 4 - Afretamentos em 2014 e 2015**

<b>Apoio Marítimo</b>		
	<b>2014</b>	<b>2015</b>
Registro	73	100
Autorização	330	271
<b>Apoio Portuário</b>		
	<b>2014</b>	<b>2015</b>
Registro	37	97
Autorização	18	9
<b>Cabotagem</b>		
	<b>2014</b>	<b>2015</b>
Registro	293	367
Autorização	2698	1623
<b>Longo Curso</b>		
	<b>2014</b>	<b>2015</b>
Registro	540	775
Autorização	856	760
<b>Interior</b>		
	<b>2014</b>	<b>2015</b>
Registro	103	105
Autorização	22	89

Ao organizar os dados conforme a bandeira da embarcação tem-se:

**Quadro 5 - Afretamentos por Bandeira**

	<b>2014</b>	<b>2015</b>
Afretamento Embarcação Estrangeira	3924	2752
Registro Embarcação Brasileiras	506	669
Registro Longo curso – Embarcação Estrangeira	540	775

Verificou-se que ocorreu um aumento na quantidade de registro de afretamento de embarcação de bandeira brasileira da ordem de 32% (Tabela 4), totalizando 669 em 2015 contra 506 em 2014. Com relação ao afretamento de embarcação estrangeira nas navegações de cabotagem, apoio marítimo e portuário, ocorreu um decréscimo da ordem de 30% em 2015, quando comparados ao ano de 2014. Essa redução foi ocasionada pela diminuição da atividade econômica, bem como pelo aumento da frota de embarcação de bandeira brasileira, principalmente na navegação de cabotagem.

#### ➤ Registro especial brasileiro (REB)

O Registro Especial Brasileiro (REB), instituído pelo Decreto 2.256/97, é efetuado pelo Tribunal Marítimo. Para tanto, é emitido pela ANTAQ o atesto de enquadramento da embarcação estrangeira para as exigências especificadas no citado Decreto.

No ano de 2015 foi encaminhado ao Tribunal Marítimo um total de 50 Ofícios relativos a embarcações estrangeiras para fins de REB, conforme Tabela 5.

**Quadro 6 - Registro especial brasileiro (REB)**

2014		2015	
Apoio Marítimo	33	Apoio Marítimo	29
Cabotagem	3	Cabotagem	7
Cabotagem e Longo curso	13	Cabotagem e Longo curso	9
Interior	3	Interior	4
Estadual	0	Estadual	1
<b>TOTAL</b>	<b>52</b>	<b>TOTAL</b>	<b>50</b>

#### ➤ Certificado de liberação de carga prescrita (CLCP)

Com a base legal instituída pelo Decreto-Lei 666/69 e Art. 5º da 9.432/97, regulamentados pela RN 01 ANTAQ/2015, o CLCP se caracteriza pela consulta de existência de embarcação brasileira disponível ao transporte de longo curso de carga prescrita.

Durante o ano de 2015 foram efetivadas 2.031 solicitações para a Importação e 57 para a Exportação. Os valores sofreram pequena elevação com relação ao ano de 2014, conforme tabela a seguir.

**Quadro 7 - Carga Prescrita**

2014		2015	
CLCP Importação	1958	CLCP Importação	2031
Autorização Exportação	39	Autorização Exportação	57

## 1.7.2. *Macroprocesso de Regulação*

### 1.7.2.1. *Descrição*

O macroprocesso de Regulação responde pela orientação da elaboração e da revisão das normas inerentes aos procedimentos de outorga, fiscalização e estudos, com vistas a assegurar, à sociedade, a adequada prestação de serviços de transporte aquaviário e a exploração da infraestrutura portuária, harmonizando os interesses público e privado.

O macroprocesso de Regulação é conduzido na ANTAQ pela Superintendência de Regulação (SRG) e é composto por atividades agrupadas nos segmentos PORTUÁRIO, NAVEGAÇÃO MARÍTIMA E INTERIOR INTERESTADUAL E INTERNACIONAL, cabendo destacar:

- 1) Elaborar e revisar normas e padrões técnicos relativos à exploração e fiscalização dos serviços portuários e de transporte aquaviário nas navegações interior interestadual e internacional e marítima de longo curso, de cabotagem, de apoio marítimo e de apoio portuário;
- 2) Promover todos os procedimentos necessários para a elaboração da Agenda Regulatória da ANTAQ, utilizando, sempre que couber, metodologia de Análise de Impacto Regulatório (AIR);
- 3) Propor os procedimentos para assegurar a defesa dos direitos dos usuários dos serviços prestados pelos operadores de serviços de transportes aquaviários; e
- 4) Estabelecer critérios e parâmetros para avaliar e acompanhar a qualidade do serviço prestado e o desempenho operacional e econômico-financeiro dos operadores de serviços de transportes aquaviários;
- 5) Analisar preços e tarifas praticados no âmbito dos portos organizados, arrendamentos portuários, terminais de uso privado, estações de transbordo de carga, instalações públicas de pequeno porte e instalações portuárias de turismo;
- 6) Analisar e instruir processos de revisão e de reajuste das tarifas dos portos organizados;

### 1.7.2.2. *Principais Clientes*

No âmbito interno, os clientes da SRG são as demais superintendências finalísticas, que dependem das bases e orientações normativas que subsidiarão os estudos, a atividade fiscalizatória e a concessão das outorgas.

Os principais clientes externos são os agentes privados com interesses empresariais no modal aquaviário, os órgãos federais relacionados com a defesa da ordem econômica e as demais autoridades afins à atividade portuária e de navegação marítima e interior interestadual e internacional.

### 1.7.2.3. *Subunidades Responsáveis*

- Gerência de Regulação Portuária (GRP)
- Gerência de Regulação da Navegação Marítima e de Apoio (GRM)
- Gerência de Regulação da Navegação Interior (GRI)

#### 1.7.2.4. *Produtos e Serviços do Macroprocesso de Regulação*

##### ➤ **Principais Normativos Editados/Revisados de cada segmento regulado pela ANTAQ**

Com o objetivo de diferenciar os atos normativos das demais resoluções produzidas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, desde 2015 todas as normas ou suas revisões passaram a ser editadas como “Resoluções Normativas” com numeração sequencial própria. Conforme o art. 5º, II do Regimento Interno da ANTAQ, aprovado pela Resolução nº 3.585-ANTAQ, de 18 de agosto de 2014, a Resolução Normativa tem por finalidade aprovar normas regulamentares na esfera de competência da Diretoria.

Durante o ano de 2015 foram editadas quatro resoluções normativas, conforme quadro a seguir.

**Quadro 8 - Resoluções Normativas editadas em 2015**

Nº Resolução Normativa	Data	Objeto
01/2015	13/02/2015	Estabelecer os procedimentos e critérios para o afretamento de embarcação por empresa brasileira de navegação nas navegações de apoio portuário, apoio marítimo, cabotagem e longo curso.
02/2015	13/02/2015	Altera o anexo da Resolução 3.274- ANTAQ, de 6 de fevereiro 2014 e dá outras providências.
03/2015	18/05/2015	Estabelecer as diretrizes acerca da utilização de equipamentos de propriedade de operador portuário por outros operadores portuários, em instalações de uso público não arrendadas, na área do porto organizado.
04/2015	04/08/2015	Disciplinar os procedimentos para parcelamento e recuperação de créditos administrados pela agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.

Foram também realizadas quatro Audiências Públicas para obtenção de contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento de propostas de edição e revisão normativa.

**Quadro 9 - Audiências Públicas**

Número	Objeto
01/2015	Obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento do ato normativo aprovado pela Resolução nº 4.190-ANTAQ, que objetiva aprovar proposta de norma que dispõe sobre o parcelamento e a recuperação de créditos administrados pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.
02/2015	Obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento da proposta de ato normativo aprovada pela Resolução nº 4.262-ANTAQ, que dispõe sobre outorga de autorização à pessoa jurídica que tenha por objeto o transporte aquaviário, constituída nos termos da legislação brasileira e com sede e administração no país, para realizar o transporte nas navegações de cabotagem e longo curso, ou operar nas navegações de apoio marítimo e apoio portuário
03/2015	Obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento da proposta de ato normativo aprovada pela Resolução nº 4.271-ANTAQ, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários e das empresas que operam nas navegações de apoio marítimo, apoio portuário, cabotagem e longo curso, e estabelece infrações administrativas.
04/2015	Obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento da proposta de ato normativo aprovada pela Resolução nº 4.325-ANTAQ, que dispõe sobre o registro de instalações de apoio ao transporte aquaviário.

Além das Resoluções Normativas já editadas, merecem destaque as seguintes propostas de ato normativo, cujo processo de análise está em andamento:

### **Navegação Interior**

- **Revisão da Resolução nº 912-ANTAQ**, de 23 de novembro de 2007, que trata da outorga de autorização para prestação de serviço de transporte de passageiros e de serviço de transporte misto na navegação interior de percurso longitudinal interestadual e internacional - minuta elaborada em discussão interna com demais superintendências, estando prevista consulta pública com agentes externos em fevereiro/2016;
- **Alteração da Resolução nº 1.274-ANTAQ**, de 3 de fevereiro de 2009, que trata da outorga de autorização para prestação de serviço de transporte de passageiros, veículos e cargas na navegação interior de travessia – minuta ajustada às contribuições internas, estando previsto o envio à Procuradoria Federal junto à ANTAQ - PFA e deliberação da Diretoria Colegiada.
- **Edição da norma de Acordos Operacionais** no transporte longitudinal de cargas, em apreciação pelo Diretor Relator.

### **Navegação Marítima e de Apoio**

- **Revisão da Resolução nº 2510/12-ANTAQ**, proposta de norma para outorga de autorização à pessoa jurídica que tenha por objeto o transporte aquaviário, constituída nos termos da legislação brasileira e com sede e administração no país, para realizar o transporte nas navegações de cabotagem e longo curso, ou operar nas navegações de apoio marítimo e apoio portuário, cuja audiência pública (02/2015) encerrou-se em setembro/2015 e encontra-se atualmente na fase de consolidação das contribuições recebidas.
- **Elaboração da proposta de Norma** aprovada pela **Resolução nº 4.271/2015-ANTAQ** que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários e das empresas que operam nas navegações de apoio marítimo, apoio portuário, cabotagem e longo curso, e estabelece infrações administrativas, cuja audiência pública (03/2015) encerrou-se em novembro/2015 e encontra-se atualmente na fase de consolidação das contribuições recebidas.

### **Portos e Instalações Portuárias**

- **Elaboração da Proposta de Norma** para regulamentar o acesso de terceiros às quotas de movimentação de minério de ferro nos contratos de arrendamentos celebrados pela Companhia Portuária Baía de Sepetiba - CPBS e pela Companhia Siderúrgica Nacional – CSN com a Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, em apreciação pelo Diretor Relator
- **Proposta de revisão da norma aprovada pela Resolução nº 2.190- ANTAQ, de 28/07/2011**, que aprova a norma para disciplinar a prestação de serviços de retirada de resíduos de embarcações, em apreciação pelo Diretor Relator.
- **Proposta de Revisão da Resolução nº 2.240-ANTAQ, de 4/10/2011**, que regula a exploração de áreas e instalações portuárias no âmbito dos portos organizados após a avaliação das contribuições referentes à Audiência Pública nº 04/2014, em apreciação pelo Diretor Relator.

- **Análise das contribuições da Audiência Pública nº 04/2015-ANTAQ** para o aprimoramento da proposta de ato normativo aprovada pela Resolução nº 4.325-ANTAQ, que dispõe sobre o registro de instalações de apoio ao transporte aquaviário.
- **Proposta de Revisão da norma aprovada pela revisão da Resolução nº 2.389-ANTAQ**, de 13 de fevereiro de 2012, a qual estabelece parâmetros regulatórios a serem observados na prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de contêineres e volumes, em apreciação pelo Diretor Relator

➤ **Agenda regulatória 2016-2017;**

A Diretoria Colegiada aprovou a Agenda Regulatória da ANTAQ para o biênio 2016/2017, conforme Resolução nº 4.502-ANTAQ, de 3 de dezembro de 2015.

A Agenda Regulatória é um instrumento que indica ao setor regulado e à sociedade em geral os temas regulatórios prioritários da ANTAQ em um período bienal. Foi produzida por meio de um processo participativo envolvendo as unidades organizacionais internas, incluindo consulta interna pela intranet da ANTAQ, bem como envolvendo entes públicos e privados e a sociedade civil, mediante consulta externa via página eletrônica da Agência.

A Agenda tem como referência as diretrizes da Diretoria Colegiada e do Planejamento Governamental. Institucionalmente, a iniciativa da Agenda Regulatória colabora para o cumprimento do Objetivo Estratégico “Aperfeiçoar os Marcos Regulatórios”, inserido na perspectiva de Processos Internos do Mapa Estratégico da ANTAQ.

A Agenda Regulatória da ANTAQ para o biênio 2016/2017 é composta por 23 temas, sendo cinco temas relativos à Navegação Interior; sete temas relativos à Navegação Marítima e de Apoio; sete temas relativos a Instalações Portuárias; e quatro temas gerais, isto é, transversais e afetos a mais de um setor regulado.

➤ **Processo de elaboração e revisão normativa**

No esforço de aprimorar o processo de elaboração e revisão normativa, a Superintendência de Regulação implementou o formulário para proposição de ato normativo, que contempla elementos de Análise de Impacto Regulatório e se prestando como instrumento auxiliar na tomada de decisão sobre a pertinência e cabimento da iniciativa, ao requisitar:

- Melhor definição do problema a ser atacado e dos objetivos do ato normativo;
- Consultas públicas (internas e externas);
- Levantamento e teste das hipóteses regulatórias;
- Previsão de revisões periódicas do normativo;
- Análise das opções regulatórias e dos principais impactos.

Além disso, as Notas Técnicas que fundamentaram a elaboração das propostas de norma passaram a integrar os documentos disponibilizados durante o processo de Audiência Pública, com o objetivo de aumentar a transparência do processo de normatização e melhorar a qualidade do debate das propostas normativas com a sociedade.

➤ **Atuação na defesa dos usuários dos serviços de transporte Aquaviário**

*a) Navegação Interior*

Em 2015, foram analisadas 15 solicitações de reajustes de preços na prestação de serviços de travessias (12 empresas) e longitudinal e misto (3 empresas), sempre com o foco de

harmonizar os interesses dos consumidores e dos operadores dos serviços de transportes. Nessa linha, foram incrementados os esforços para a implementação da metodologia de cálculo de preços para travessias, por meio do Sistema de Desempenho da Navegação – SDN.

No caso do transporte longitudinal de passageiros e misto, a ANTAQ trabalhou em parceria com a Superintendência de Desempenho, Desenvolvimento e Sustentabilidade (SDS) e com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em estudo de composição de custos e receitas e o desenvolvimento de metodologia de cálculo de preço de equilíbrio do serviço ofertado.

**b) Navegação Marítima e de Apoio**

A proposta de Norma aprovada pela Resolução nº 4271/2015-ANTAQ, tem por objetivo determinar obrigações a serem cumpridas por todos os prestadores de serviço de transporte marítimo, incluindo os agentes intermediários. A proposta de norma está em andamento para audiência pública e os principais temas que geraram debate ao serem discutidas as alterações podem ser resumidos nas seguintes questões:

- A regulação dos agentes intermediários.
- A regulação de aspectos relacionados à recusa na prestação do serviço de transporte marítimo.
- A regulação de aspectos relacionados à retenção de carga, de conhecimento de carga e de *Bill of lading* - BL.
- A regulação de cláusulas excludentes de responsabilidade em casos de supressão de escala.
- A definição da natureza jurídica da sobre-estadia de contêiner.
- A representação do transportador marítimo estrangeiro.

**c) Portos e Instalações Portuárias**

Em 2015, a SRG atuou de forma direta na análise e instrução dos processos de reajuste e revisão das tarifas públicas praticadas pelas Autoridades Portuárias, num total de 22 (vinte e duas) manifestações técnicas, cabendo destacar a que gerou a Resolução nº 4.093, de 7/05/2015, a qual aprovou reajuste linear máximo para as tarifas portuárias de 18 (dezoito) autoridades portuárias.

Adicionalmente, a SRG manifestou-se em sete pleitos de revisão e reajuste de tarifas de serviço praticadas via tabelas de preços pelas arrendatárias de áreas e instalações portuárias, tudo em prol de verificar a transparência e a modicidade dos preços praticados pelos operadores de serviços.

Com vistas a fornecer informações necessárias ao controle de concentrações empresariais e à verificação de indícios de infração contra a ordem econômica, foram realizadas análises e instruções de processos sobre alteração de controle acionário direto e indireto, reorganizações societárias, transferências de titularidade de contratos de arrendamento, bem como manifestações técnicas em apoio ao exercício das prerrogativas de outros órgãos, entidades e Poderes (e.g., AGU, CADE, Ministério Público Federal, Receita Federal do Brasil).

Foram ainda realizadas a análise e instrução de dezoito processos de incorporação e desincorporação de bens da União sob a guarda e responsabilidade das Administrações Portuárias e exaradas 61 Notas Técnicas de análise de dados, informações, solicitações e propostas de edição ou revisão de atos normativos e pleitos de arbitragem.



## Outros benefícios para a sociedade da atividade de Regulação

A ANTAQ tem convidado o setor regulado a participar das discussões ao longo do processo de edição de seus atos normativos, bem como outros agentes públicos (Ministérios, Agências Estaduais, Secretarias estaduais, Ministérios Público, etc.). A iniciativa conferiu maior transparéncia no processo e uma regulação mais adequada à realidade do setor.

Para 2016 estão previstas reuniões com regulados em Tabatinga, Manaus Porto Velho, Macapá e Belém.

Na atividade de afretamento, além da atuação no normativo dos direitos e deveres dos usuários, a Agência atuou no enfrentamento da venda de bandeira ou “empresas de papel”, com a revisão das normas de afretamento, gerando assim a Resolução Normativa nº 01/2015.

As “empresas de papel” negociavam a autorização da ANTAQ, adquirida via circularização, com empresas de embarcações estrangeiras que buscam atuar no mercado sem limitações. Os “vendedores de bandeira” oferecem seu direito de EBN não com o objetivo de ofertar sua própria embarcação ao transporte, mas como um agente intermediário e auferem ganho da intermediação da operação causando uma distorção de mercado em detrimento das empresas que fazem investimento em frota nacional, retirando destas o fluxo financeiro necessário a manutenção e renovação da frota.

Assim, com o objetivo de dar maior efetividade à política pública de proteção à marinha mercante nacional e defesa da indústria naval brasileira, a nova Resolução Normativa instituiu a proporcionalidade entre a frota mercante operada pelas empresas brasileiras de navegação e a tonelagem que poderiam afretar em embarcações estrangeiras.

Na Regulação Portuária, além de buscar conferir efetiva prestação adequada de serviços portuários, cuja exploração é competência pública e, portanto, há de ser prestada em condições de transparéncia e eficiência operacional, de modo a realizar com máxima eficácia e concordância prática os princípios da Ordem Econômica, foram editadas a Resolução Normativa nº 03/2015, com vistas a permitir as condições para o legítimo exercício da pretensão de compartilhamento de equipamentos portuários. Sob o mesmo propósito, em par com a proposta de determinar obrigações a serem cumpridas por todos os prestadores de serviços de transportes marítimo, propôs-se a revisão da Resolução nº 2.389/2012, com vistas a disciplinar os serviços de movimentação e armazenagem de contêineres e de carga geral sujeitas a controle aduaneiro.

Em 2015 A SRG acompanhou, juntamente com a SDS, o andamento e execução dos estudos:

- Estudo sobre a Composição de Custos e Receitas para Proposição de Metodologia de Cálculo de Preço de Equilíbrio Econômico Financeiro na Prestação de Serviço de Transporte Aquaviário Longitudinal de Passageiros e Misto na Navegação Interior – executado em parceira com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC;
- Prática Regulatória, Vantagens Competitivas e Oferta e Demanda de Carga entre os países signatários do Acordo da Hidrovia Paraguai – Paraná – executado em parceira com a Universidade Federal do Paraná – UFPR;
- Acompanhamento da Oferta e Demanda de Transporte Aquaviário Longitudinal de Passageiros e Misto na Região Amazônica - executado em parceira com a Universidade Federal do Pará – UFPA; e
- Pesquisa de Satisfação dos Usuários de Serviços de Transporte Aquaviário de Passageiros e Misto (passageiros e carga) na Navegação Interior de Percurso Longitudinal Interestadual e Internacional, regulados pela ANTAQ.

➤ **Perspectivas e prioridades para 2016**

Os temas prioritários para 2016 estão inseridos na Agenda Regulatória da ANTAQ, dentre os quais destacam-se:

*a) Navegação Interior*

- Edição de normativo para serviço adequado para o transporte de passageiros e misto;
- Implementação da metodologia de cálculo de preços para o transporte de travessias;
- Edição de ato normativo para a regulação do Decreto nº 8.537/2015, que dispõe entre outros assuntos, para estabelecer os procedimentos e os critérios para a reserva de vagas a jovens de baixa renda nos veículos do sistema de transporte coletivo interestadual.
- Desenvolvimento e regulamentação da outorga eletrônica na Agência;
- Implementação da metodologia cálculo de preços para o transporte longitudinal de passageiros e misto.

*b) Navegação Marítima e de Apoio*

- Desenvolvimento de estudos para diagnosticar a satisfação dos usuários e propor indicadores de serviço adequado na Navegação Marítima e de Apoio. À vista disso, a ANTAQ aplicará critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores do serviço adequado. Como resultado, espera-se desenvolver proposta de aperfeiçoamento da regulamentação do sistema de avaliação do serviço adequado para a Navegação Marítima e de Apoio;
- Implantação do Sistema de Desempenho da Navegação – SDN, similarmente ao que ocorre no setor portuário em relação ao Sistema de Desempenho Portuário – SDP, o SDN objetiva dotar a Agência de um banco de dados, com informações prestadas “a posteriori” pelas empresas de navegação, sobre frota, rotas/locais de atuação, cargas transportadas/operações realizadas, fretes/preços praticados e demais dados necessários à regulação da qualidade do serviço prestado;
- Aprimorar a identificação e obtenção sistemática de dados e informações sobre linhas regulares brasileiras existentes nas navegações de longo curso e cabotagem

*c) Portos e Instalações Portuárias*

- Definição de conceitos e indicadores de prestação de serviço adequado nos Portos Organizados e Instalações Portuárias
- Aperfeiçoamento do controle dos bens da União sob a guarda das autoridades portuárias e dos arrendatários de instalações portuárias incluindo a implementação de sistemas informatizados e contemplando a atualização constante do Inventário de Bens, com revisão da Resolução nº 443/2005
- Padronização das tabelas tarifárias de Portos Organizados, definição de diretrizes acerca dos procedimentos de reajuste e revisão tarifária e criação do Manual de Contabilidade Regulatória do Setor Portuário (MCRSP) e dos Procedimentos de Regulação Tarifária de Portos (PRORET), incluindo estrutura comum para

- demonstrações contábeis, além de Plano de Contas padrão para autoridades portuárias públicas, arrendatários e concessionários;
- Padronização das rubricas dos serviços básicos prestados pelos terminais de contêineres e definição de diretrizes acerca dos serviços inerentes, acessórios ou complementares;
  - Regulamentação da forma de cobrança das Tarifas Portuárias por usuários que não atracam em Portos Públicos.

**Quadro 10 - Agenda Regulatória da ANTAQ biênio 2016-2017**

Eixo	Tema	
1.1	Navegação Interior	Definição de conceitos e indicadores de prestação de serviço adequado no transporte de passageiros e misto na navegação interior de percurso longitudinal
1.2		Implementação da metodologia de cálculo de preço para o serviço de transporte de passageiros, veículos e cargas na navegação interior de travessia
1.3		Implementação da metodologia de cálculo de preço na prestação de serviço de transporte aquaviário de passageiros e misto na navegação interior de percurso longitudinal
1.4		Revisão da norma de afretamento de embarcação para operar na Navegação Interior
1.5		Regulamentação do transporte de produtos perigosos na Navegação Interior
2.1	Navegação Marítima	Regulamentação das atividades enquadradas como obras de engenharia na Navegação de Apoio Marítimo
2.2		Análise do diagnóstico da satisfação dos usuários e definição de indicadores de prestação de serviço adequado na Navegação Marítima e de Apoio
2.3		Afretamento de embarcações de apoio marítimo por empresas que não sejam autorizadas na forma de Empresas Brasileiras de Navegação (EBN)
2.4		Elaboração de normativo que discipline o conteúdo e a obrigatoriedade de envio de informações ao Sistema de Desempenho da Navegação (SDN) por parte das empresas de navegação de apoio marítimo e portuário
2.5		Análise do papel dos agentes intermediários da relação prestador/tomador de serviços de transporte marítimo e eventual regulamentação
2.6		Aprimoramento da identificação e obtenção sistemática de dados e informações sobre as linhas regulares brasileiras existentes nas navegações de longo curso e cabotagem
2.7		Estudo sobre o serviço de Praticagem, com foco na prestação adequada do serviço e eventual regulação econômica da atividade
3.1	Instalações Portuárias	Definição de conceitos e indicadores de prestação de serviço adequado nos Portos Organizados e Instalações Portuárias
3.2		Aperfeiçoamento do controle dos bens da União sob a guarda das autoridades portuárias e dos arrendatários de instalações portuárias, incluindo a implementação de sistemas informatizados e contemplando a atualização constante do Inventário de Bens
3.3		Padronização das tabelas tarifárias de Portos Organizados, definição de diretrizes acerca dos procedimentos de reajuste e revisão tarifária e criação do Manual de Contabilidade Regulatória do Setor Portuário (MCRSP) e dos Procedimentos de Regulação Tarifária de Portos (PRORET), incluindo estrutura comum para demonstrações contábeis, além de Plano de Contas padrão para autoridades portuárias públicas, arrendatários e concessionários
3.4		Padronização das rubricas dos serviços básicos prestados pelos terminais de contêineres e definição de diretrizes acerca dos serviços inerentes, acessórios ou complementares
3.5		Regulamentação de Condomínios Portuários Privados
3.6		Regulação dos Órgãos de Gestão de Mão de Obra do trabalho portuário avulso
3.7		Regulamentação da forma de cobrança das Tarifas Portuárias por usuários que não atracam em Portos Públicos
Eixo	Tema	
4.1	Temas Gerais	Regulamentação de procedimento administrativo para harmonizar conflitos de interesses entre os agentes que atuam nos setores regulados pela ANTAQ, prevendo soluções diligentes
4.2		Aperfeiçoamento das análises concorrelacionais dos mercados regulados
4.3		Desenvolvimento de sistema de outorga eletrônica, com análise da simplificação de procedimentos e obrigações do processo de autorização para operar na navegação de apoio marítimo e apoio portuário e para prestação de serviço de transporte na navegação interior
4.4		Regulação econômica dos preços públicos (tarifas) e privados (preços) do setor regulado pela ANTAQ

### 1.7.3. *Macroprocesso de Fiscalização*

#### 1.7.3.1. *Descrição*

O macroprocesso de Fiscalização é coordenado na ANTAQ pela Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais (SFC) e é composto por atividades e procedimentos relacionados com:

- 1) Fiscalização das Autoridades Portuárias, dos arrendatários, operadores portuários e dos serviços prestados nos portos organizados;
- 2) Fiscalização dos terminais de uso privado (TUP); das estações de transbordo de carga (ETC); e das instalações portuárias públicas de pequeno porte (IP4);
- 3) Fiscalização da prestação do serviço de transporte aquaviário interestadual e internacional regular de passageiros e cargas; e
- 4) Fiscalização do funcionamento e da prestação de serviços pelas empresas de navegação de longo curso, de cabotagem, de apoio marítimo, de apoio portuário e de navegação interior;
- 5) Promoção da integração de ações entre as Unidades Regionais, supervisionar e acompanhar suas ações de fiscalização e coordenar suas demandas administrativas, interagindo com a Superintendência de Administração e Finanças.

#### 1.7.3.2. *Principais clientes*

Os principais clientes internos da SFC são as demais superintendências finalísticas, que recebem subsídios permanentes para o aprimoramento de suas atribuições regimentais. Os principais clientes externos da SFC são os usuários dos serviços prestados pelos operadores dos serviços de transportes aquaviários.

#### 1.7.3.3. *Subunidades Responsáveis*

- Gerência de Planejamento e Inteligência da Fiscalização
- Gerência de Fiscalização de Portos e Instalações Portuárias
- Gerência de Fiscalização da Navegação
- Unidades Regionais

#### 1.7.3.4. *Produtos e serviços do Macroprocesso de Fiscalização*



##### **Fiscalizações**

##### **Plano Anual de Fiscalizações (PAF)**

O PAF 2015 – que é o desdobramento no exercício do Plano Plurianual de Fiscalização da ANTAQ para o período 2014-2015 – programou a realização de 835 fiscalizações em todos os segmentos regulados. Como pode se observar no item 2.6.1, 97% da programação foi executada:

**Tabela 10 - Número de fiscalizações programadas e executadas em 2015**

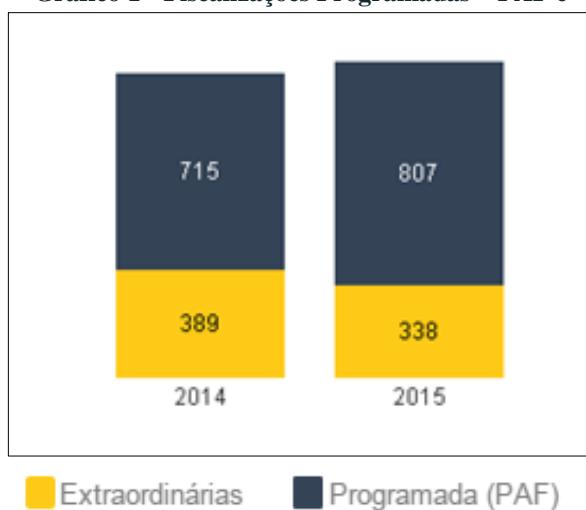
ÁREA	Ano de 2015 (previsto)	Ano de 2015 (executado)	Execução no Ano (%)
Navegação marítima	199	191	96%
Navegação interior	248	242	97%
Portuárias	388	374	96%
<b>Total</b>	<b>835</b>	<b>807</b>	<b>97%</b>

➤ **Fiscalizações Extraordinárias**

No exercício de 2015 houve um decréscimo de 13,1% no número de fiscalizações extraordinárias – que são as que não constam do PAF e são oriundas, por exemplo, de denúncias de usuários e/ou empresas concorrentes. Tal redução está diretamente correlacionada a três fatores:

1. O aperfeiçoamento do planejamento do PAF, que passou a incluir na programação anual as empresas autuadas no ano anterior e as novas outorgas também do ano anterior (Tabela 3);
2. A criação dos 12 Postos Avançados de Fiscalização, o que motivou um maior cumprimento voluntário das normas da Agência pelos regulados;
3. A inclusão dos novos operadores portuários que se pré-qualificaram juntos aos Portos Organizados no decorrer do ano de 2014 e foram fiscalizados em 2015.

Como consequência direta, o número de fiscalizações programadas cresceu 12,9% no último exercício.

**Gráfico 1 - Fiscalizações Programadas – PAF e**


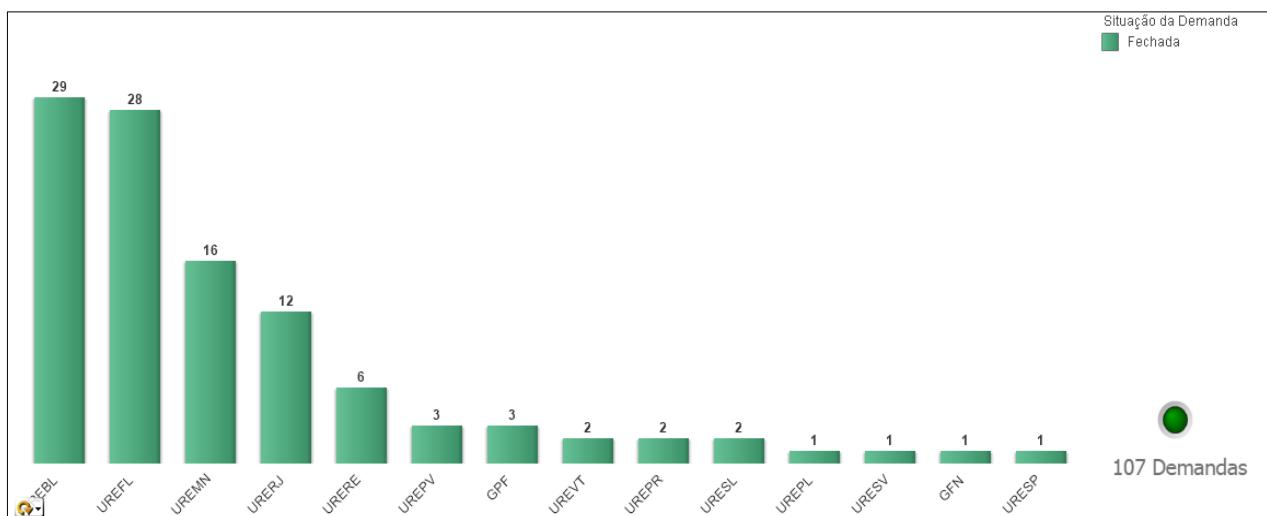
➤ **Demandas de Ouvidoria**

A Ouvidoria direcionou, em 2015, 318 demandas para a fiscalização da ANTAQ, representando ser uma importante fonte para garantir a efetividade das atividades de regulação e também para estreitar o relacionamento da Agência com os usuários e a sociedade. A Tabela 11 distribui as demandas pelas 14 Unidades Regionais (UREs) e pelas gerências sediadas em Brasília.

**Quadro 11 - Número de fiscalizações programadas e executadas em 2015**

Item	Sigla URE e Gerências	Nº de demandas recebidas	%
1	RJ	24	7,5
2	SP	29	9,1
3	FL	50	15,7
4	RE	26	8,2
5	BL	66	20,7
6	MN	43	13,5
7	PV	10	3,1
8	SL	8	2,5
9	FT	1	0,3
10	SV	6	1,9
11	CO	-	-
12	VT	8	2,5
13	PR	8	2,5
14	PL	12	3,8
15	GPF	12	3,8
16	GFN	15	4,7
17	Ouvidoria	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>318</b>	<b>100</b>

As URE com maior número de demandas foram Belém, Florianópolis e Manaus (49,9% do total). Tal concentração de demandas também pode ser verificada no ano de 2014 (Gráfico 2), o que confirma que a Ouvidoria é uma importante ferramenta de controle social nessas 3 áreas de jurisdição.

**Gráfico 2 – Número de demandas da Ouvidoria URE – Ano 2015**


### ❖ Resultado Geral das Fiscalizações

A tabela abaixo consolida os principais resultados da fiscalização do ano de 2015, distribuídos pelas URE's e pelas gerências sediadas em Brasília:

**Quadro 12 - Resultados da Fiscalização por URE e GF – Ano 2015**

	Sigla URE e Gerências	PAF 2015 previsto	PAF 2015 Realizado	% PAF executado	Fiscalizações Extraordinárias 2015	Nº de Notificações 2015	AI Lavrados 2015	TAC celebrados 2015
1	RJ	105	100	95%	38	6	98	-
2	SP	83	78	94%	26	26	46	1
3	FL	40	37	92%	36	4	24	-
4	RE	62	61	98%	12	31	27	2
5	BL	158	153	97%	74	36	153	4
6	MN	72	67	93%	35	13	26	3
7	PV	39	39	100%	23	27	16	-
8	SL	36	35	97%	18	18	28	-
9	FT	37	35	95%	7	10	20	1
10	SV	53	53	100%	21	12	32	-
11	CO	14	14	100%	-	2	-	-
12	VT	41	41	100%	18	20	10	3
13	PR	33	32	97%	18	6	28	-
14	PL	51	51	100%	8	12	40	-
15	GFP	1	1	100%	4	-	21	-
16	GFN	10	10	100%	1	-	-	-
<b>Total</b>		<b>835</b>	<b>807</b>	<b>97%</b>	<b>339</b>	<b>223</b>	<b>569</b>	<b>14</b>

No total foram expedidas 223 Notificações em 2015, sendo que 53,81% delas se concentraram nas Unidades de Belém, Recife, Porto Velho e São Paulo. Ressalte-se que em 2014, foram expedidas somente 7 Notificações no total, sendo elas expedidas pelas Regionais de Manaus, Salvador e Corumbá.

As notificações aumentaram em 2015 com o advento da Ordem de Serviço nº 004-2015-SFC, de 10 de março de 2015, que, amparada no Parágrafo Único do art. 11 da Res. 3259-ANTAQ, de 30 de janeiro de 2014, ampliou em muito as situações passíveis de notificação. Em 2014 poucas situações eram passíveis de notificação, quais sejam: os incisos II e V, do art. 32 da Res. 3274-ANTAQ, de 6 de fevereiro de 2014. Antes da edição da referida ODSE, a atuação do agente de fiscalização era mais restrita e na maioria das situações ele somente tinha a possibilidade de autuar a empresa infratora.

Quanto aos 569 autos de infração lavrados em 2015, 44% se concentraram somente nas Unidades Regionais de Belém (27%) e Rio de Janeiro (17%). Não por coincidência, estas Regionais são as que possuem maior número de fiscalizações tanto do PAF quanto extraordinárias (32% do total realizado) o que, a princípio, já justificaria o nº de autos lavrados superiores às outras URE. Em comparação com ano de 2014, que totalizou 671 autos lavrados, as Unidades de Belém e Rio de Janeiro também lideraram o número de autos lavrados, correspondendo, respectivamente, 15% e 13%.

Destaque-se que a quantidade de autos de infração lavrados sofreu redução de cerca de 15% em relação ao ano anterior: foram 671 no ano de 2014 e 569 no ano de 2015. Dessa forma, concluímos que, em geral, as notificações vêm causando efeito positivo na conduta dos regulados, que corrigem suas irregularidades sem necessidade de autuação. Mais detalhes quanto à efetividade da aplicação das notificações podem ser encontrados no item 3.10 deste Relatório.

Relativo ao número de TAC celebrados, tal número manteve-se estável, pois tanto no ano de 2015 quanto no ano de 2014 foram celebrados 14 instrumentos. Destaque-se que, em 2015, Belém foi a Regional que celebrou mais instrumentos (4). Já em 2014 foi a Unidade Regional de Porto Alegre a que celebrou o maior número (6).

## ❖ Infrações mais recorrentes em Autos de Infração e Notificações

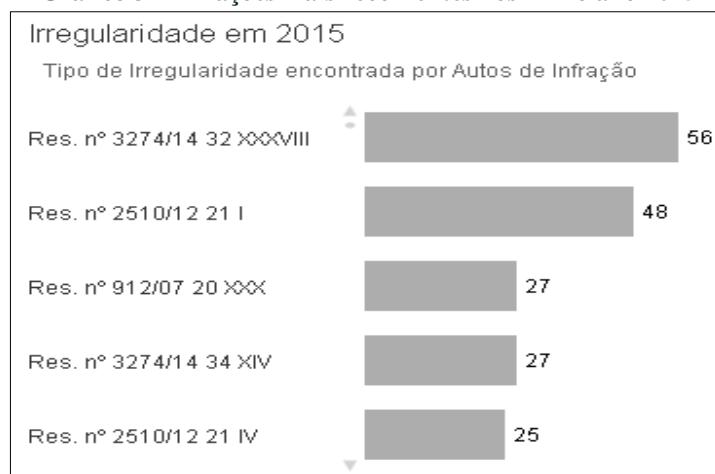
### a. Autos de Infração

As infrações mais recorrentes no ano de 2015, foram:

1. Navegação Interior: “executar os serviços em desacordo com as condições operacionais estabelecidas no Termo de Autorização” (Art. 20, XXX, Res. 912/07);
2. Navegação Marítima: “não cumprir a determinação estabelecida nos incisos do artigo 9º da presente Norma” (Art. 21, I, Res. 2.510/12), *in verbis*;  
*Art. 9º A empresa brasileira de navegação, no prazo de 30 (trinta) dias da sua ocorrência, deverá informar, entre outros fatos relevantes:*  
*I - a paralisação da prestação do serviço autorizado ou da atividade da empresa;*  
*II - as alterações de denominação social, as mudanças de endereços, substituições de administradores, alterações de controle societário;*  
*III - as alterações patrimoniais relevantes oriundas de aumento ou redução de capital, passivo a descoberto e redução do patrimônio líquido a valores inferiores ao exigido pela Norma;*  
*IV - alterações de qualquer tipo na frota em operação, como por exemplo, a inclusão de embarcação, a entrada ou retirada de operação, a alteração ou perda de classe, a docagem, a alienação, bem como todo e qualquer sinistro que se verificar com a embarcação.*
3. Portos: “não cumprir ou não fazer cumprir as leis, a regulamentação da ANTAQ, o contrato de concessão, o convênio de delegação, o contrato de arrendamento, o contrato de adesão, o regulamento do porto organizado, normas de segurança do Código ISPS e as determinações da ANTAQ, da Autoridade Portuária, da CONPORTOS e do poder concedente, exceto quando a conduta infracional se enquadrar em tipo específico contemplado nesta Norma” (Art. 32, XXXVIII, Res. 3.274/14).

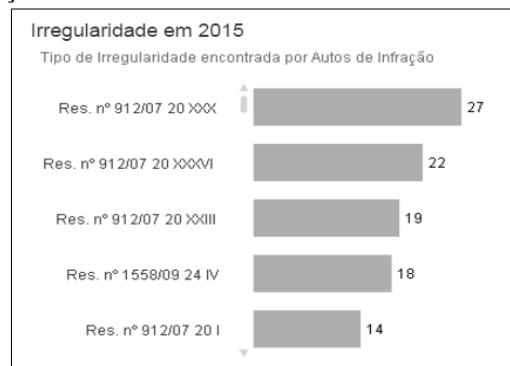
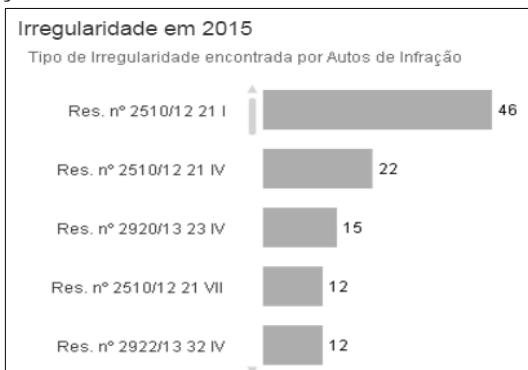
Relativo aos Autos de Infração (AI) lavrados no ano de 2015, as infrações mais recorrentes estão apresentadas no gráfico a seguir:

Gráfico 3 - Infrações mais recorrentes nos AI no ano 2015



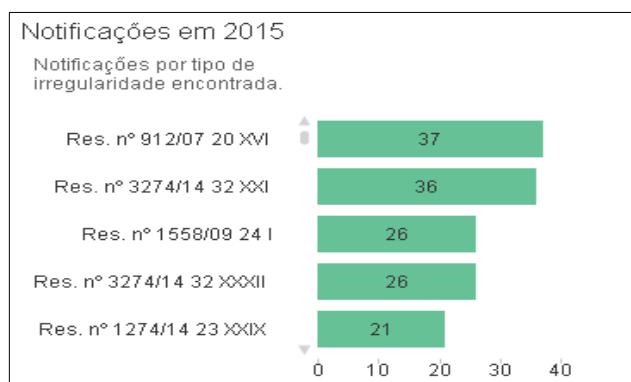
Constata-se, portanto, que as infrações baseadas na norma de Serviços Portuários lideraram as ocorrências em 2015, a exemplo do que ocorreu também em 2014.

A seguir destaca-se as infrações mais frequentes por segmento de fiscalização (interior, marítima e porto) no ano de 2015.

**Gráfico 4 – Infrações mais recorrentes nos AI no ano 2015 – Navegação Interior**

**Gráfico 5 - Infrações mais recorrentes nos AI no ano 2015 – Navegação Marítima**

**Gráfico 6 - Infrações mais recorrentes nos AI no ano 2015 – Portos**


## b. Notificações

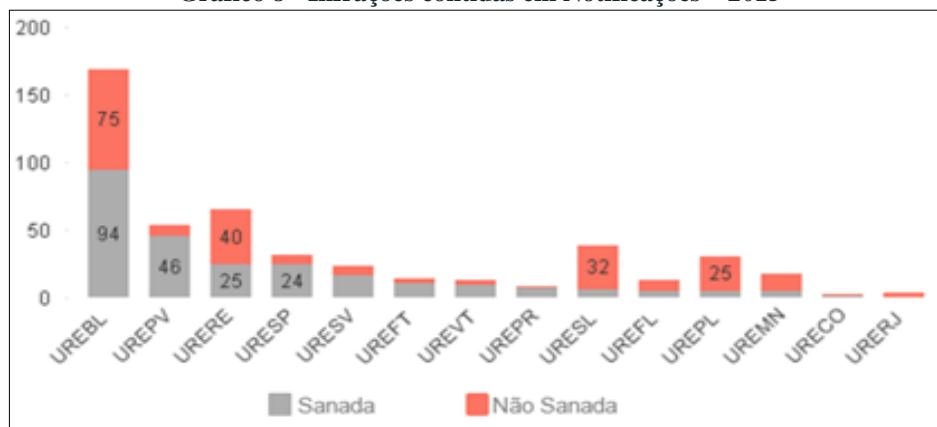
O gráfico a seguir resume as notificações mais recorrentes no ano de 2015:

**Gráfico 7 - Infrações mais recorrentes em Notificações – Ano 2015**


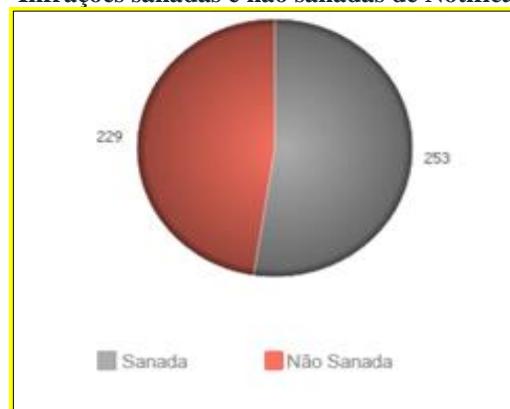
### ❖ Infrações contidas em Notificações

Com o intuito de mensurar a eficácia das notificações para o saneamento das infrações, foram analisados os dados do ano de 2015, tendo sido identificadas 482 infrações notificáveis cometidas, das quais 253 (52,5%) foram sanadas e 229 (47,5%) ainda não sanadas, conforme gráficos a seguir:

**Gráfico 8 - Infrações contidas em Notificações – 2015**



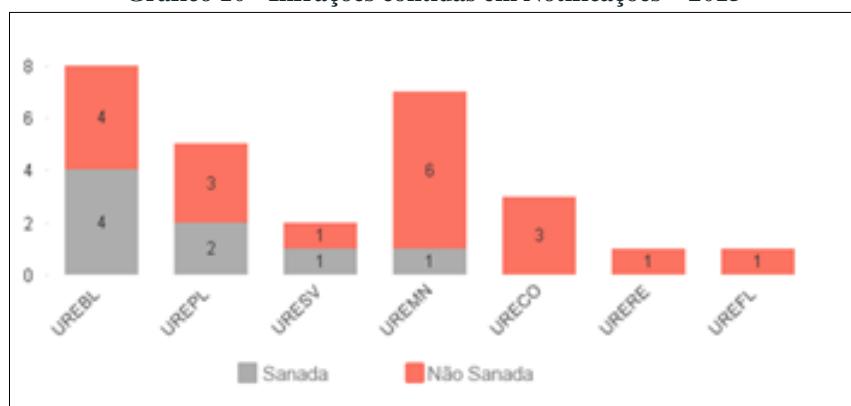
**Gráfico 9 - Infrações sanadas e não sanadas de Notificações – 2015**

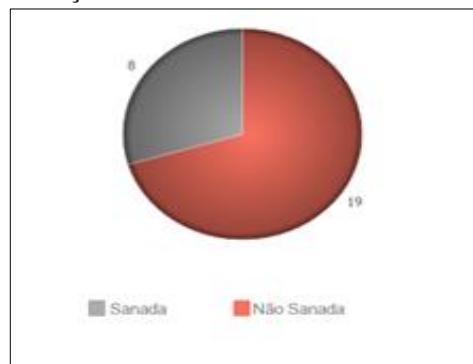


Conforme exposto no item 2.3, o número de notificações cresceu bastante do ano de 2014 para 2015 devido a Ordem de Serviço nº 004-2015-SFC, de 10 de março de 2015.

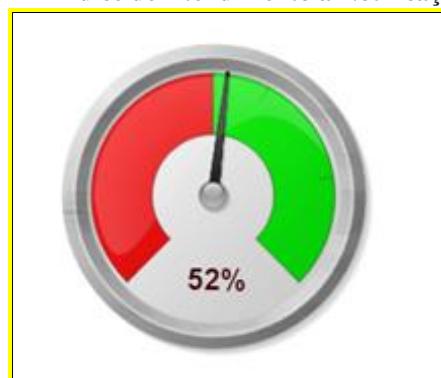
Em 2014 foram identificadas apenas 27 infrações notificáveis cometidas, das quais 8 (29,63%) foram sanadas e 19 (70,37%) ainda não sanadas, conforme Gráficos logo abaixo:

**Gráfico 10 - Infrações contidas em Notificações – 2015**



**Gráfico 11 - Infrações sanadas e não sanadas de Notificações – 2015**


O Gráfico a seguir, apresenta o Índice de Atendimento à Notificação – IAN no ano de 2015.

**Gráfico 12 - Índice de Atendimento à Notificação – 2015**


Em 2015, as UREs que apresentaram o maior número de infrações NÃO SANADAS contidas em Notificações, em termos absolutos, foram Recife (40) e de Belém (75). Em termos relativos Belém possui 32,75%, enquanto Recife possui 17,47%. O Gráfico 13 apresenta as principais infrações NÃO SANADAS da Unidade Regional de Belém referentes às Notificações que foram emitidas em 2015.

**Gráfico 13 - Infrações Não Sanadas de Notificações – 2015 – UREBL**


As infrações contidas nas Notificações com maior índice de não correção em Belém foram: a) executar os serviços em desacordo com as condições operacionais estabelecidas no Termo de Autorização; b) deixar de emitir bilhete de passagem; c) deixar de manter em local visível das embarcações, e nos postos de venda de passagens, o quadro de horários de saída, as tarifas a serem cobradas pela prestação do serviço, o número do respectivo documento de outorga, os números dos telefones da Ouvidoria da ANTAQ e da Capitania, Delegacia ou Agência integrante do Sistema de

Segurança do Tráfego Aquaviário (SSTA) da Marinha do Brasil em cuja jurisdição as embarcações operam; d) deixar de informar à ANTAQ, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do início da ocorrência, qualquer interrupção da prestação do serviço autorizado, em decorrência de casos fortuitos ou de força maior, especificando as causas da interrupção; e e) deixar de prestar informações de natureza técnica, operacional, econômica, financeira, jurídica e contábil, vinculadas à autorização, nos prazos que lhe forem assinalados.

➤ **Outros benefícios para a sociedade gerados pela fiscalização da Agência**

❖ **Uniformização dos Despachos Decisórios para fins de construção de um Banco de Jurisprudência da SFC**

Visando a construção de um Banco de Jurisprudência da SFC para uniformização das decisões entre os Chefes das Unidades Regionais, Gerentes de Fiscalização, Superintendente e Diretoria, a GPF, juntamente com a Unidade Regional de Recife, elaborou uma Ordem de Serviço, cujo objetivo foi tratar da uniformização dos Despachos Decisórios a serem elaborados pelos titulares da SFC, das Gerências de Fiscalização e das Unidades Regionais, como o primeiro passo para o estabelecimento de um Banco de Jurisprudência Administrativa restrito à produção decisória.

Este Banco de Jurisprudência não tem a finalidade de mudar méritos das decisões ou retirar a independência da instância julgadora, mas sim possui um sentido de enriquecer a decisão da Autoridade Julgadora, de dar cada vez mais transparência aos atores do processo fiscalizatório e tornar a ANTAQ uma Agência Reguladora mais uniforme na tomada de decisão.

A elaboração de uma ODSE para uniformizar decisão, como parte da elaboração de um Banco de Jurisprudência, por parte da GPF, encontra guarida no Inc. XI do Art. 57 do Regimento Interno da ANTAQ, nas quais uma das atribuições desta Gerência é a manutenção e a atualização de um Banco de Jurisprudência Administrativa da Superintendência.

❖ **Implantação dos indicadores de Efetividade da Fiscalização**

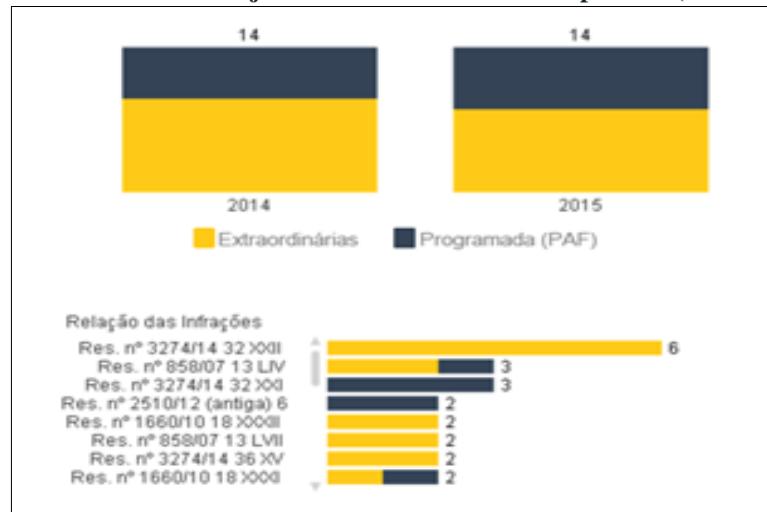
No 3º trimestre de 2015, a GPF, por meio de Despacho datado de 27/08/2015, encaminhou proposta à SFC contendo a metodologia para o cálculo dos indicadores de efetividade de fiscalização. Foi evidenciado que os indicadores, em linhas gerais, seriam calculados majoritariamente com o uso dos dados do Sistema de Fiscalização, com exceção do Índice de Migração para a Regularidade – IMR (antigo Índice de Regularização – IRE). O qual seria necessário o uso de tabela apartada, alimentada pelas áreas responsáveis pelas outorgas da navegação (GAN) e instalações portuárias (GAP).

O Despacho abordou ainda os seguintes fatores na metodologia para o cálculo de eficiência:

- a) Indicador de Cumprimento do TAC – ICT;
- b) Indicador de Serviço Adequado – ISA
- c) Indicador de Permanência de Irregularidade – IPI;
- d) Indicador de Reincidência de Infrações – IRI (ainda não foi implementado por dificuldades técnicas);
- e) Índice de Migração para a Regularidade – IMR e f) Índice de Conformidade de Requisitos – ICR.

a) **Indicador de Cumprimento de TAC:**

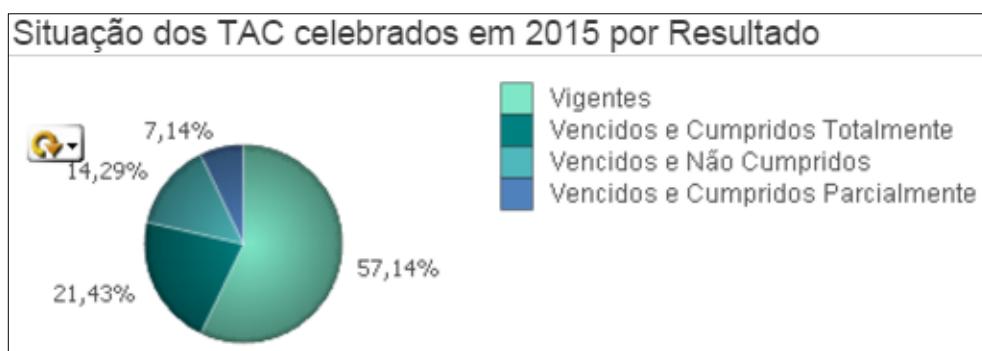
**Gráfico 14 - Termos de Ajuste de Conduta celebrados por ano (2014 e 2015)**



Conforme o gráfico 15 foram celebrados em 2014, nove TAC decorrentes de fiscalização extraordinárias e cinco de fiscalizações do PAF. Enquanto que em 2015, foram celebrados, respectivamente, oito e seis.

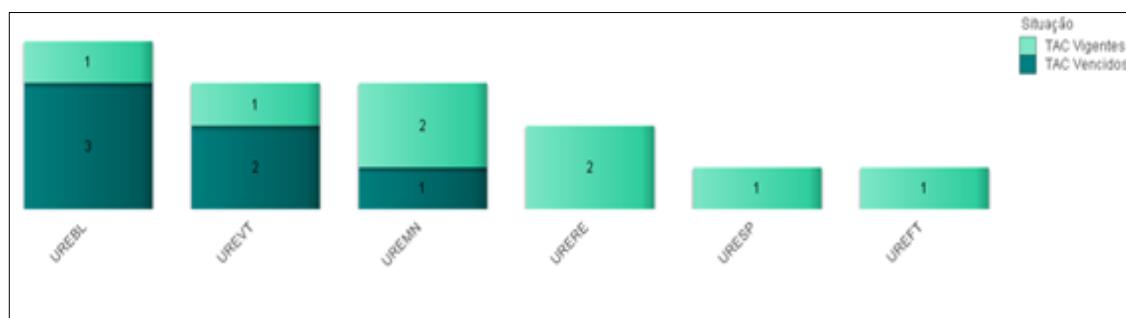
Além disso, pode-se visualizar, em valores percentuais e absolutos, a taxa de atendimento aos itens do TAC firmados:

**Gráfico 15 - Taxa de atendimento aos itens do TAC firmados – 2015**



Ademais, pode-se visualizar o TAC celebrado por Unidade Regional em período determinado, correlacionados com os respectivos prazos de vigência:

**Gráfico 16 - Situação dos TAC celebrados em 2015**



Por fim, é possível visualizar o Índice de Cumprimento de Itens do TAC celebrado no ano:

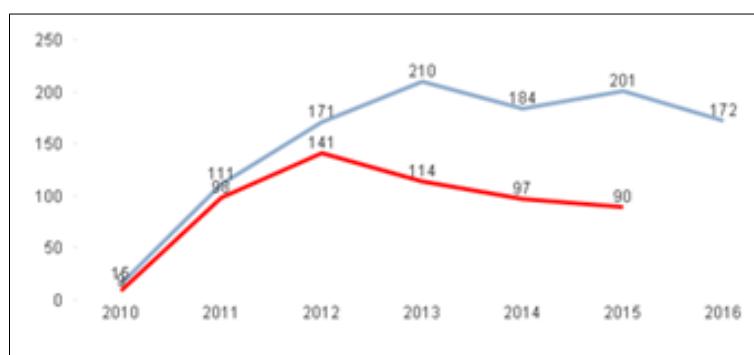
**Gráfico 17 - Índice de cumprimento de TAC – 2015**


**b) Indicador de Permanência de Irregularidades – IPI:**

O gráfico a seguir apresenta uma comparação entre as empresas fiscalizadas (em azul) e o número de empresas que permaneceram com alguma irregularidade do ano anterior:

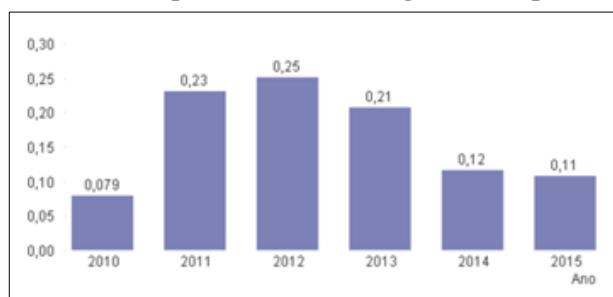
**Gráfico 18 - Empresas fiscalizadas versus empresas que permaneceram com irregularidades do ano anterior**


Paralelamente, é possível também a elaboração de gráficos que ilustrem o número de irregularidades que permaneceram do ano anterior. Tal gráfico pode ser observado em sua forma global ou filtrado para determinada empresa selecionada, como a seguir:

**Gráfico 19 - Quantidade de irregularidades que permaneceram do ano anterior – global**


No gráfico acima pode-se comparar o número de irregularidades observadas em um ano (azul) versus o número de irregularidades que permaneceram no ano seguinte (vermelho).

O Índice de Permanência de Irregularidades vem apresentando quedas sucessivas desde 2013, atestando a efetividade da atividade de fiscalização da Agência.

**Gráfico 20 - Índice de permanência de irregularidade por ano (média)**


**c) Índice de Migração para a Regularidade – IMR:**

O Índice de Migração para Regularidade em 2015 demonstra que 9% das empresas que operavam sem outorga providenciaram sua normalização junto à ANTAQ:

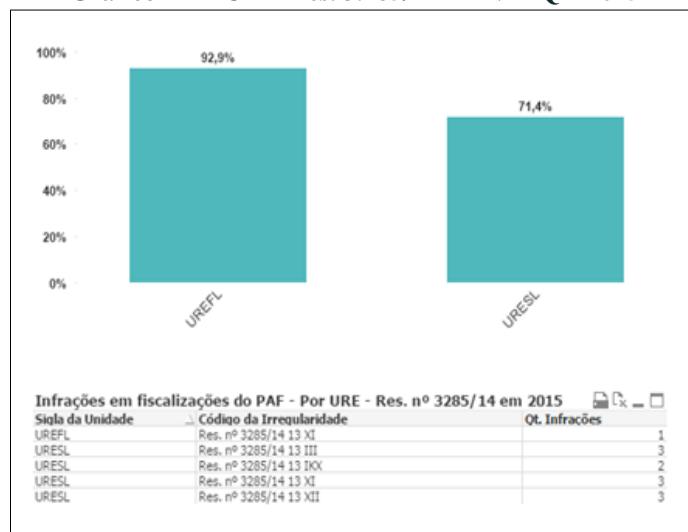
**Gráfico 21 - Índice de Migração de Regularidade – 2015**


**d) Índice de Conformidade de Requisitos – ICR:**

O Índice de Conformidade de Requisitos – ICR é utilizado somente para fiscalizações do PAF, pois as extraordinárias não possuem objeto específico. Foi utilizado um cálculo global que agrupa todos os itens (infrações) da norma de fiscalização aplicável à matéria da seguinte forma:

$$ICR = (\text{nº de infrações previstas na norma} - \text{nº de itens constantes do AI}) / (\text{nº de infrações previstas na norma})$$

Por exemplo, se quisermos saber do ICR da Res. 3.285/14, no ano de 2015, temos o seguinte resultado:

**Gráfico 22 - ICR – Res. 3.285/14 – ANTAQ – 2015**


É possível ainda verificar o ICR por meio do indicador gráfico, conforme a seguir:

**Gráfico 23 - Índice de Conformidade de Requisitos – 2015**



## Conclusão

Em relação às atividades fiscalizatórias da Agência, observa-se que a SFC vem cumprindo regularmente a execução do PAF, bem como atendendo a contento todas as demandas externas que acabam por gerar procedimentos extraordinários de fiscalização.

O período em questão foi marcado por profunda mudança no modelo de gestão das atividades-fim após a implantação do Portal Fiscal e suas constantes melhorias, que vêm permitindo um controle mais transparente e respostas mais ágeis das atividades fiscalizatórias realizadas pela Agência.

Ademais, a Superintendência vem envidando esforços para aprimorar seu trabalho, visando excelência na execução de suas atividades, como é o caso da:

- a) elaboração da Ordem de Serviço que objetiva padronizar os Despachos Julgamentos exarados por esta SFC, com o fim de construir um Banco de Jurisprudência da Fiscalização, onde possam estar reunidas para consulta todas essas decisões;
- b) elaboração de Ordem de Serviço com o fim de padronizar procedimentos relativos às demandas de Ouvidoria no âmbito da fiscalização e;
- c) elaboração de metodologia para o cálculo dos indicadores de efetividade da fiscalização.

O número de notificações elevou-se bastante do ano de 2014 para 2015. Como se pode observar, tal variação ocorreu devido à entrada em vigor da ODSE nº 004-2015-SFC, de 10 de março de 2015, que ampliou o rol de infrações notificáveis.

Fazendo-se uma comparação precisa entre os dados de 2014 e de 2015, concluiu-se que houve uma redução geral de 15% no número de autos. Tal redução no número de autos de infração (AI) lavrados é bem mais acentuada (40,07%) num mesmo período de tempo quando consideramos apenas as infrações contempladas na ODSE.

Dessa forma, as notificações geraram o efeito esperado no setor regulado ao reduzir o número de AI: temos um setor mais sensível às recomendações da ANTAQ, que se empenha mais no cumprimento das normas do setor. Grande parte das empresas reguladas estão preferindo cumprir as normas do que serem julgadas administrativamente e correrem o risco de serem multadas. Por consequência, serão entregues serviços cada vez melhores à população brasileira.

Por outro lado, também positivo, a redução da quantidade de AI desafoga as Unidades Regionais, pois diminui a quantidade de processos administrativos em trâmite, o que gera economia de recursos.

A ODSE nº 004-2015-SFC, de 2015, será revisada. Por se tratar de procedimento administrativo recentemente implantado, ainda não existem muitos dados para comparação. Apesar disso, já existe uma série histórica registrada e ao realizar-se uma análise detalhada nos dados desse

registro, percebe-se que há necessidade de mudança como, por exemplo: exclusão de notificação para determinadas infrações, inclusão de outras infrações no rol das notificáveis, dilação de prazo para ajuste de conduta etc.

#### **1.7.4. *Macroprocesso de Estatística, Estudos e Pesquisas***

##### **1.7.4.1. *Descrição***

O macroprocesso de Estatística, Estudos e Pesquisas está diretamente relacionado com quatro Objetivos Estratégicos da ANTAQ:

- 1) Promover o desenvolvimento do setor regulado com sustentabilidade
- 2) Ser referência na produção e divulgação de informações
- 3) Reestruturar a atuação na área ambiental
- 4) Aumentar o conhecimento sobre o mercado regulado

A Superintendência de Desempenho, Desenvolvimento e Sustentabilidade (SDS) coordena o macroprocesso, desenvolvendo como atividades principais:

- 1) Contratar estudos de interesse das áreas finalísticas da Agência;
- 2) Elaborar o Anuário Estatístico Aquaviário e coordenar as demais publicações Técnicas relacionadas ao setor regulado;
- 3) Gerenciar e manter atualizados os sistemas informatizados de captação e gestão de informações dos prestadores de serviços que atuam no âmbito do modal aquaviário;
- 4) Coordenar o processo de elaboração de indicadores para subsidiar a fixação de padrões de prestação de serviço adequado, de desempenho operacional e econômico-financeiro e a avaliação da gestão ambiental de todos os operadores do modal aquaviário.

##### **1.7.4.2. *Principais Clientes***

Os principais clientes internos da SDS são as Superintendências de Regulação (SRG) e de Fiscalização (SFC), que se servem dos subsídios qualitativos e quantitativos oriundos dos estudos, das pesquisas e da produção de estatística do modal aquaviário. Indicadores e análises setoriais de desempenho estão entre os produtos mais importantes para a SRG e a SFC.

Além desses, pode-se destacar como clientes externos os demais órgãos públicos integrantes do sistema de logística e transporte, bem como os usuários do modal aquaviário e organismos não governamentais.

##### **1.7.4.3. *Produtos e serviços do Macroprocesso de Estatística, Estudos e Pesquisas***

###### **➤ *Estatísticas Aquaviárias***

A movimentação de cargas nos Portos Organizados e Terminais de Uso Privado (TUPs) superou a marca de 1 bilhão de toneladas brutas de janeiro a dezembro de 2015, o que significa um aumento da ordem de 4,0% frente a igual período do ano anterior. O crescimento de 32% no volume exportado de soja e cereais e de 5,2% nas exportações de minérios respondem por parcela relevante da performance portuária de 2015. Importante ressaltar que a participação das instalações portuárias localizadas no Arco Norte subiu de 16,0% das exportações agrícolas em 2014 para 21,0% em 2015, com vocação para permanecer nessa trajetória ascendente, haja vista que 58% da produção agrícola está concentrada nessa região.

Os TUPs responderam por 65,1% da movimentação portuária, frente a 34,9% dos Portos Organizados. Também aos TUPs coube o melhor desempenho em 2015, com um acréscimo anual de 5,9%, contra apenas 0,7% dos Portos Organizados.

Os portos de Santos (SP), Itaguaí (RJ), Paranaguá (PR), Rio Grande (RS) e Itaqui (MA) concentraram 70% da movimentação total de carga nos Portos Organizados, sendo que os granéis sólidos representaram 59% da movimentação nesse tipo de instalação portuária.

Os TUPs de Ponta da Madeira (MA), Tubarão (ES), Almirante Barroso (SP), Ilha Guaíba (RJ) e Maximiano da Fonseca (RJ) responderam por 56% da movimentação nesse tipo de instalação portuária. E, assim como nos Portos Organizados, destaca-se para os granéis sólidos, que foram 65% de toda a carga dos terminais privados.

Os TUPs, que entraram em operação após o novo marco regulatório portuário, responderam por cerca de 40% do acréscimo na movimentação de carga observada em 2015 com relação ao ano de 2012.

**Quadro 13 - Evolução da movimentação de cargas no Brasil – janeiro a dezembro de 2015**

Natureza da carga	2014	2015	Variação (%)
Carga Geral Conteinerizada (t)	101.129.515	99.982.617	-1,13%
Carga Geral Solta (t)	46.036.234	48.664.764	5,71%
Granel Sólido (t)	589.953.685	632.679.650	7,24%
Granel Líquido e Gasoso (t)	231.752.898	226.215.955	-2,39%
<b>Total Carga Bruta (t)</b>	<b>968.872.332</b>	<b>1.007.542.986</b>	<b>3,99%</b>

**Quadro 14 - Evolução da movimentação de cargas nos Portos Organizados – janeiro a dezembro de 2015**

Natureza da carga	2014	2015	Variação (%)
Carga Geral Conteinerizada (t)	75.372.789	73.521.595	-2,46%
Carga Geral Solta (t)	15.213.395	15.677.390	3,05%
Granel Sólido (t)	206.946.663	208.585.565	0,79%
Granel Líquido e Gasoso (t)	51.284.972	53.352.556	4,03%
<b>Total Carga Bruta (t)</b>	<b>348.817.819</b>	<b>351.137.106</b>	<b>0,66%</b>

**Quadro 15 - Evolução da movimentação de cargas nos TUPs – janeiro a dezembro de 2015**

Natureza da carga	2014	2015	Variação (%)
Carga Geral Conteinerizada (t)	25.756.726	26.461.022	2,73%
Carga Geral Solta (t)	30.822.839	32.987.375	7,02%
Granel Sólido (t)	383.007.022	424.094.085	10,73%
Granel Líquido e Gasoso (t)	180.467.926	172.863.399	-4,21%
<b>Total Carga Bruta (t)</b>	<b>620.054.513</b>	<b>656.405.880</b>	<b>5,86%</b>

Analisando-se o transporte de carga por tipo de navegação utilizada, observou-se em 2015 mais uma vez a predominância do Longo Curso, com 752,5 milhões de toneladas e um acréscimo de 5,4% sobre o ano de 2014. Pela via da Cabotagem foram movimentados 211,8 milhões de toneladas, mantendo-se estável em relação ao ano anterior. A movimentação de carga na Navegação Interior totalizou 38,5 milhões de toneladas, sinalizando um recuo de 1,1% em relação ao exercício de 2014.

**Quadro 16 - Evolução da movimentação de cargas ns TUPs – janeiro a dezembro de 2015**

Natureza da carga	2014	2015	Variação (%)
Apoio Marítimo (t)	2.933.257	2.488.791	-15,15%
Apoio Portuário (t)	1.649.919	2.284.640	38,47%
Cabotagem (t)	211.758.215	211.813.481	0,03%
Interior (t)	38.902.226	38.484.788	-1,07%
Longo Curso (t)	713.628.716	752.471.286	5,44%

➤ **Principais ações da atividade de estatística no modal aquaviário**

❖ **Evolução da estrutura da base de dados do Sistema de Desempenho Portuário – SDP**

O SDP é o sistema que alimenta a base de dados sobre desempenho portuário no Brasil. Ao longo dos anos, este sistema tornou-se referência em matéria de dados de movimentação de cargas, tempos operacionais de navios, tarifas portuárias, número de passageiros em transporte de turismo, compondo informações completas sobre navegações, sentido de navegação, pares origem e destino, dentre outras.

**Ações realizadas para evolução do SDP:**

- a) Planejamento e alterações na estrutura dos arquivos XMLs enviados pelos portos organizados e terminais de uso privados.

**Resultados obtidos:**

- Alteração da estrutura de codificação das mercadorias para adoção dos padrões aceitos internacionalmente. Passou-se a usar a Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM, com codificação para a estrutura de Capítulo (SH2) e Posição (SH4). Isso permitiu compatibilidade com os dados existentes nas bases de dados da Receita Federal do Brasil – RFB e da SECEX/MDIC.
- Inserção do código CE-Mercante na estrutura dos XMLs. Fruto da análise de dados para integração com o sistema MERCANTE, que é mantido pela RFB. Permitirá total compatibilidade dos dados do SDP com aqueles existentes no MERCANTE, ampliando em muito a capacidade da Agência em deter conhecimento sobre o setor regulado, notadamente nas questões que envolvem frete, pares origem-destino, viagens e escalas dos navios e seus armadores, dentre outros dados. Isso ampliará também a faculdade da conferência dos dados existentes no SDP, pois será referência cruzada para comparação entre os dois sistemas.
- Adoção da nomenclatura ISO para o tratamento da codificação dos contêineres.
- Adição da codificação das áreas de origem e destino para as cargas movimentadas, o que permitirá a integração com os sistemas de coleta de preços – APP, bem como o acompanhamento dos fluxos internos da movimentação de cargas nas instalações portuárias brasileiras.
- Estruturação de metodologia para melhor apuração dos tempos operacionais das atrações de navios, permitindo o desconto dos tempos de paralização segundo tabelas típicas de eventos.

- Possibilidade de informação de mais de um operador portuário por navio atracado. O resultado é o melhor conhecimento das atividades de operação e consequente aproveitamento na aplicação APP.
- b) Planejamento e realização do 24º Encontro dos Portos Organizados sobre o Sistema de Desempenho Portuário. Realizado no Rio de Janeiro, em agosto de 2015.

#### **Resultados obtidos:**

- Consolidação da nova estrutura dos arquivos XMLs a ser observada a partir de 21 de outubro de 2015.
- Nivelamento dos conhecimentos sobre os sistemas mantidos pela Secretaria de Portos – SEP e ANTAQ.
- Conhecimento das dificuldades enfrentadas pelos portos na coleta e envio dos novos itens dos arquivos XML. Nivelamento dos entendimentos e acerto de soluções para superar os problemas de integração com o SDP.

#### **❖ Acompanhamento de Preços Portuários**

A SDS, em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação – STI, desenvolveu o sistema denominado Sistema de Acompanhamento de Preços Portuários – APP. Este sistema será capaz de coletar, administrar e produzir informações sobre os preços praticados por operadores portuários nas movimentações de carga, processos de pátio e armazenagem, permitindo que a Agência aprimore mais ainda seu papel como reguladora do mercado.

#### **Ações e Resultados:**

- Manutenção no Sistema de Cadastro Portuário – SCP, para que se torne compatível aos requisitos do APP.
- Manutenções corretivas e evolutivas no sistema APP, de forma a melhorar seu escopo e ajustá-lo às novas necessidades de cadastro, permitindo flexibilidade no trato dos dados básicos, tais como berços, cais, áreas das instalações portuárias.
- As manutenções no sistema SCP permitirão que se ajuste o sistema para conter dados históricos de berços, instalações portuárias e demais objetos pertencentes a uma área portuária (armazéns, pátios, superestruturas).

#### **❖ Alinhamento com a SEP para compartilhamento de bases de dados**

A ANTAQ, durante todo o ano de 2015, buscou entendimentos com as áreas de estudos e sistemas da Secretaria de Portos - SEP, de forma a obter dados complementares a seus sistemas, bem como integrar e compartilhar esforços.

#### **Ações e Resultados:**

- Planejamento e elaboração de documentos para a criação do Centro de Georreferenciamento integrado SEP-ANTAQ. Isso permitirá que a Agência disponha do sistema SIGSEP e das suas funcionalidades adicionais ao sistema similar mantido na ANTAQ: o SIGTAQ.
- Tratativas com a SEP no sentido de estabelecer na ANTAQ infraestrutura para hospedagem dos sistemas WEBPORTOS e SIGSEP, permitindo que a Agência possa usufruir das funcionalidades desses sistemas.

- Discussões para possibilitar a criação de sistema workflow para o processo de outorga, cujo escopo legal envolve ações da SEP e ANTAQ.
- Reuniões para a evolução do sistema da SEP denominado WEBPORTOS, para que a ANTAQ nele inclua funções de seu interesse, tais como dados de TUPs, contratos.
- Participação na modelagem dos questionários que a SEP vem aplicando para obtenção de dados cadastrais sobre Terminais de Uso Privado Brasileiros. Esse cadastro é considerado amplo e suficiente para atender às várias áreas de atuação da Agência. Com isso, amplia-se a possibilidade dos nossos cadastros, que passariam a contar com dados completos georreferenciados sobre TUPs. Além disso, também se pretende adotar a solução de software para a coleta desses dados de forma remota, isto é, sob a responsabilidade dos próprios regulados em atualizar os cadastros da Agência, com o acompanhamento da Gerência de Estatística e Avaliação de Desempenho – GEA e das Unidades Regionais e Postos Avançados.
- Obtenção da gestão para criação de usuários dentro do sistema da SEP denominado Porto Sem Papel – PSP.

#### ❖ Sistema de Desempenho da Navegação – SDN

O SDN é um sistema para a formação de cadastros das navegações, que será complementar ao SDP e trará mais conhecimento regulatório e fiscalizatório para a Agência. Com o novo Regimento Interno da ANTAQ, a competência para o desenvolvimento e implantação do SDN passa a ser da Superintendência de Desempenho, Desenvolvimento e Sustentabilidade, mais especificadamente, da Gerência de Estudos e Desenvolvimento (GDE). No entanto, como a GEA será a gestora dos dados a serem obtidos com o Sistema, desde já participa ativamente das discussões sobre sua concepção.

#### Ações e Resultados:

- Reuniões de alinhamento sobre o escopo dos módulos de navegação de Apoio Marítimo e Portuário. Hoje, estes módulos encontram-se na forma de protótipo, que após aprovados, serão encaminhados para a STI desenvolvê-los na forma de sistema.
- Acompanhamento junto à GDE sobre o Módulo de Travessias na navegação interior.

#### ❖ Sistema de Informações Gerenciais – SIG

O Sistema de Informações Gerenciais – SIG é o braço do sistema SDP. Funciona como um extrator dos dados cadastrais do SDP, tornando seu conteúdo de acesso público e interno. Pode-se dizer, que o SIG atua como complementar ao Anuário Estatístico, já que retrata os dados aquaviários (movimentação de cargas e indicadores derivados) de forma dinâmica, enquanto o Anuário é um retrato estático do desempenho portuário do último ano.

#### Ações e Resultados:

- Total remodelagem dos dados apresentados, de forma a tornar o SIG compatível com a modelagem nova dada ao SDP. Isso envolveu ações evolutivas e de manutenção, tratadas em conjunto com a área de banco de dados da STI.
- Adaptação da versão de acesso público para conter a mesma interface da versão interna. Isso permitirá o tratamento único das manutenções e evoluções do sistema.

- Correções de erros na geração dos resultados das pesquisas no acesso público, em especial, daqueles que geravam apenas resultados parciais sobre o conjunto de dados selecionado.

#### ❖ Relatório Estatístico da ANTAQ – 1º Semestre de 2015

Elaboração de projeto para reformulação do Anuário Estatístico Aquaviário, de forma a que ele passasse a conter dados aquaviários atualizados, retratando qualquer período na linha de tempo do SDP. Isso fez com que a ANTAQ apresentasse o Relatório Estatístico da ANTAQ – 1º Semestre de 2015, fazendo com que a Agência pudesse divulgar antecipadamente a tendência em movimentação portuária e demais dados do setor no meio do ano de 2015.

#### Ações e Resultados:

- Planejamento, elaboração e publicação interna do relatório semestral da ANTAQ, antecipando a formulação do próximo anuário.
- Participação da apresentação feita pela Diretoria da ANTAQ para a imprensa, na qual se discutiu os resultados do primeiro semestre de 2015, quando comparado com outros semestres de anos anteriores.
- Preparação das principais características que serão usadas no próximo anuário, bem como estabelecimento, junto à STI, de rotinas de atualização do conteúdo do relatório semestral, que desde então, passou a conter dados atualizados do setor, deixando de ter o sentido estático.

#### ❖ Elaboração e publicação dos Boletins Portuários trimestrais

Foram elaborados e publicados os três boletins que tinham sido estabelecidos como meta da SDS, ou seja, os relacionados ao primeiro, segundo e terceiro trimestres. O quarto trimestre não faz parte desse escopo, já que a publicação do Anuário complementa os dados relativos ao ano de 2015.

#### Ações e Resultados:

- Agregação de análise econômico-financeira para o conteúdo dos Boletins.
- Elaboração e publicação dos Boletins relativos aos três primeiros trimestres de 2015.

#### ❖ Eliminar indicadores desnecessários, revisar cálculos e propor novos indicadores

Recuperar, analisar, criticar e compor novos indicadores sobre os dados disponíveis nas bases de dados da ANTAQ; e definir o que será publicado no módulo “acesso público”.

#### ❖ Elaborar o anuário estatístico aquaviário de 2014

Mantendo a tradição, a GEA consolidou e publicou o Anuário Estatístico Aquaviário de 2014 na segunda quinzena de fevereiro de 2015. Esse pioneirismo na divulgação dos dados estatísticos do setor portuário brasileiro, coloca a Agência em situação ímpar na velocidade, amplitude e formato de divulgação dos dados de movimentação portuária no mundo.

#### Ações e Resultados:

- Absorção, por força regimental, das consolidações do Anuário acerca dos dados de navegações, frota, afretamento e acordos bilaterais.

- Nova modelagem do Anuário para inseri-lo no contexto do software QLIK, com objetivo de publicação do seu conteúdo na forma mais ampla, em ambiente WEB, dotando o novo sistema de recursos amplos, tais como capacidade de criação de relatórios específicos, uso de filtros avançados, possibilidades para importação dos dados, dentre outros recursos avançados.
- Divulgação do novo formato do Anuário Estatístico em vários órgãos do governo, bem como em entidades privadas.
- Participação na coletiva de imprensa, juntamente com a Diretoria da Agência, para divulgação, em primeira mão, dos resultados da movimentação portuária, das navegações e demais dados sobre o setor portuário.
- Planejamento e adaptações na modelagem do relatório semestral de 2015, de forma a torná-lo apto a ser a estrutura para o próximo Anuário Estatístico Aquaviário (2015).
- Esforços para melhor entender as bases e regras de negócio das áreas de navegação, frota, afretamento e outorga. Isso permitirá aperfeiçoamento nas abas do Anuário, inclusive com possibilidade de restruturação de gráficos e criação de novo conteúdo.

#### ❖ **Sistemas de captação de preços e tarifas**

Hoje, a entrada dos dados de tarifas é feita no SDP, compondo atributo de entrada dos arquivos XMLs enviados pelas instalações portuárias. Estes dados já estão disponíveis nas bases de dados do SDP, sendo apresentados sob demanda interna e externa.

Já a coleta de preços diz respeito ao desenvolvimento do sistema denominado APP, que já se encontra desenvolvido, aguardando apenas as manutenções corretivas e evolutivas no sistema SCP, para que entre em produção.

#### **Ações e Resultados:**

- Aprimoramento da base de dados do SDP para torná-la mais ampla e confiável.
- Apoio na obtenção dos dados de tarifas para áreas internas da Agência e público privado.
- Manutenções no sistema SCP para adaptá-lo aos requisitos da APP.

#### ❖ **Organizar e manter banco de informações técnicas**

Entende-se, esta competência, como aquela voltada à manutenção das bases de dados da Agência, cuja origem se dá pelo Sistema de Desempenho Portuário – SDP, bem como nos sistemas Corporativo, de Cadastro de Portos (SCP), APP e futuro SDN.

#### **Ações e Resultados:**

- Análise mensal sobre os dados do SDP, para observação de divergências estatísticas, com indicação das instalações portuárias com problemas em seus dados. Distribuição de instalações portuárias entre a equipe da GEA e estabelecimento dos critérios mínimos para validação dos dados.
- Manutenção das rotinas de atualização das bases de dados do sistema SIG e do Semestrário, em entendimentos com a STI.
- Parcerias com a SEP, RFB e SECEX/MDIC para ampliação do conjunto de dados das bases de dados da ANTAQ.

- Parceria com a Empresa de Planejamento e Logística – EPL, para troca de bases de dados, em especial, para a obtenção dos dados da matriz de transporte usada no Programa Nacional de Logística Integrada - PNLI.
- Análise, desenho e criação da base de dados para recebimento dos dados do Sistema MERCANTE/RFB, incluindo-o como base de dados da ANTAQ. Realização em conjunto com a STI, que elaborou o software para recebimento e importação dos dados dos arquivos XMLs, do MERCANTE, tratando de dados sobre Escalas, Manifesto, Conhecimento de Embarque, Itens de Carga.
- Alocação de equipe para a revisão e criação de dicionário de dados dos sistemas de cadastro da ANTAQ, com ênfase na análise dos sistemas que suprem os dados do Anuário.
- Análise, estruturação, modelagem e criação de estrutura para digitalização das bases de dados provenientes de antigos anuários do setor aquaviário.
- Entendimentos com a Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC sobre geração de relatórios que serão base para ações fiscalizatórias, notadamente, a que aponta evidências sobre uso de embarcações não afretadas para o transporte de cargas na cabotagem.
- Aprimoramento dos conhecimentos sobre os sistemas Statistica e QLIK, de forma a dotar a GEA de ferramentas mais utilizadas na extração e geração de dados de apoio para todas as Superintendências.
- Total revisão dos indicadores gerados a partir dos dados do sistema SDP (Prancha Média, Consignação, tempos operacionais).
- Atendimento às demandas da Ouvidoria e e-SIC, tendo atendido a todas que nos foram endereçadas dentro do tempo hábil para resposta.
- Participação no CONAPORTOS em seus subgrupos de trabalho (sistemas, indicadores), bem como nas comissões de cabotagem existentes no âmbito da SEP e do Ministério dos Transportes - MT.
- Documentação, disponibilização e instalação de software de acesso aos Data Warehouses (DW) a serem criados para compor a plataforma de desenvolvimento de painéis e acessos aos sistemas QLIKVIEW e Statistic; Desenvolvimento de formas de acesso e integração das bases de dados do SDP, Mercante, AliceWEB e outras.

#### ❖ Manter atualizado o portal da ANTAQ de competência da SDS

Produzir e filtrar o conteúdo a ser disponibilizado no Portal da Internet com dados relacionados à SDS.

##### Ações e Resultados:

- Mapeamento de todos os links com temas afetos à SDS.
- Revisão dos conteúdos já publicados e supressão de links desnecessários.
- Participação nas reuniões relacionadas com assuntos do Portal e melhorias no layout da página da Agência.

## ❖ Outras ações

### Ações e Resultados:

- Atender aos requisitos especificados pela Secretaria de Assuntos Estratégicos para liderar, participar e outras formas de colaboração com o cronograma de trabalho do Planejamento Estratégico. Liderar e/ou participar de projetos estratégicos para o período de 2015 a 2016
- Elaborar apresentações para a Diretoria e outras áreas da Agência. Criar com o uso do PowerPoint apresentações sobre vários temas para atender às demandas da diretoria e superintendências da Agência
- Projeto "Fronteira de Eficiência de portos e instalações portuárias". Em conjunto com a GDE, para suprimento de Acórdão do TCU, que determinou que a ANTAQ defuisse metodologia que amparasse a verificação do grau de eficiência de portos e instalações portuárias no Brasil
- Contratar treinamento externo para o software Statistica a fim de nivelar o conhecimento sobre esta aplicação dentro da GEA

## ➤ Estudos e Pesquisas

Ao longo do exercício de 2015 a ANTAQ desenvolveu esforços, por intermédio da equipe técnica da SDS, que resultaram na evolução e/ou finalização de estudos e pesquisas a seguir detalhados:

### *Produção de Transporte Aquaviário no Brasil - TKU*

- Realizado pela equipe técnica da ANTAQ;
- Finalizado em maio de 2015; e
- Benefícios para a sociedade:
  - a. Divulgação de análises de produção de transporte para trechos hidroviários e para o transporte na cabotagem;
  - b. Análises que podem subsidiar políticas públicas por parte do Estado; e
  - c. Informações importantes para a academia.

### *Metodologia de Cálculo de Preço para o Transporte Misto*

- **Objeto:** Desenvolvimento, em cooperação técnica institucional, de estudos que envolvam o levantamento dos elementos que compõem os custos e receitas da prestação de serviços de Transporte Aquaviário Longitudinal de Passageiros e Misto verificados na Região Hidrográfica da Amazônica, bem como a concepção de metodologia de cálculo de preços de equilíbrio econômico financeiro;
- **Situação atual:**
  - Termo de Cooperação – TERM-SAF-ANTAQ/Nº 01/2014 celebrado com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC em 28 de agosto de 2014;
  - Vigência: 18 meses; e

- Em fase de finalização, sendo que três, dos quatro produtos previstos, já foram entregues.

 ***Acompanhamento da Oferta e Demanda de Transporte Aquaviário Longitudinal de Passageiros e Misto na Região Amazônica***

- **Objeto:** elaboração de “Estudo para acompanhamento da Oferta e Demanda de Transporte Aquaviário Longitudinal de Passageiros e Misto na Região Amazônica”.
- **Situação atual:**
  - Termo de Execução Descentralizada – TERM-SAF-ANTAQ/Nº 02/2014 celebrado com a Universidade Federal do Pará - UFPA em 18 de setembro de 2014;
    - Vigência: 24 meses; e
    - Dois, dos seis produtos previstos, já foram entregues.

 ***Pesquisa de Satisfação dos Usuários do Sistema Portuário Brasileiro***

- **Objeto:** realização de pesquisa de satisfação de usuários do sistema portuário brasileiro, alimentação de banco de dados e a análise de resultados de pesquisa.
- **Situação atual:**
  - Contrato de Prestação de Serviços CONT-SAF-ANTAQ/Nº 30/2014 celebrado com a MK PESQUISA E PLANEJAMENTO LTDA, em 29 de dezembro de 2014;
    - Prazo de Vigência: 36 meses;
    - Aplicação de pesquisa em 2015, 2016 e 2017; e
    - Seis, dos oito produtos previstos para o primeiro ano, já foram entregues.

 ***Prática regulatória, vantagens competitivas e oferta e demanda de carga na Hidrovia Paraguai-Paraná***

- **Objeto:** Elaboração de estudo a respeito das práticas regulatórias, vantagens competitivas e oferta e demanda de carga que se verificam no âmbito do transporte longitudinal de cargas na Hidrovia Paraguai – Paraná entre Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai.
- **Situação atual:**
  - Termo de Execução Descentralizada – TERM-SAF-ANTAQ/Nº 01/2015 celebrado com a Universidade Federal do Paraná – UFPR, em 11 de fevereiro de 2015;
    - Prazo de Vigência: 14 meses; e
    - Um produto, dos cinco previstos, encontra-se em análise.

⊕ **Estudo sobre a Dimensão Econômico-Regulatória da Navegação Marítima no Brasil: Diagnóstico, Percepção dos Usuários, Indicadores de Desempenho e Proposições Regulatórias.**

- **Objeto:** Realização de estudo sobre a Navegação Marítima focando em um diagnóstico e Benchmark; na percepção dos usuários; em indicadores de desempenho, em consonância com o Planejamento Estratégico da Agência; além de proposições regulatórias, visando melhorias nos atos e ações da Agência perante essa modalidade de transporte aquaviário.
- **Situação atual:**
  - Termo de Execução Descentralizada – TERM-SAF-ANTAQ/Nº 04/2015 celebrado com a Fundação universidade de Brasília – FUB, em 23 de outubro de 2015;
    - Já foi entregue o Plano de Trabalho e Cronograma que foi aprovado pela equipe técnica em 18 de dezembro de 2015; e
    - Um produto, dos 14 previstos, encontra-se em análise.

⊕ **Programa para o Rastreamento de Embarcações que operam nas Navegações Reguladas pela ANTAQ – PRENAV**

- **Objeto:** desenvolvimento de uma Solução para o rastreamento e monitoramento de embarcações utilizadas nas operações de transportes que ocorrem nas navegações reguladas pela ANTAQ.
- **Situação atual:**
  - Termo de Execução Descentralizada – TERM-SAF-ANTAQ/Nº 05/2015 celebrado com a Marinha do Brasil, em 24 de novembro de 2015; e
    - Prazo de Vigência Estimado: 24 meses.



## Outros destaques da atividade de Estudos e Pesquisas

⊕ **Sistema de Desenvolvimento da Navegação – SDN**

- **Objeto:** criar metodologia, rotinas e procedimentos que permitam à ANTAQ ter maior volume, fidedignidade e regularidade nas informações que obtém do setor regulado;
- **Situação atual:**
  - O Módulo Travessias está na fase final das alterações corretivas e evolutivas que foram levantadas durante o período de testes, entre setembro e novembro de 2015. O módulo entrará em operação em janeiro de 2016;
  - Os Módulos de Apoio Portuário e Apoio Marítimo estão na fase de revisão dos requisitos; e
  - O Módulo de Transporte de Passageiros e Misto está na fase de revisão dos requisitos.



### **Transporte de cargas nas hidrovias brasileiras (Anuário Estatístico)**

- **Objeto:** elaboração de relatório visando a identificação e quantificação das cargas transportadas pelas hidrovias interiores nacionais. O trabalho é elaborado a partir de informações dos sistemas SDPV2 e QlickView, gerenciados pela GEA; SIGTAQ, mantido pela GDE, e outros dados em planilha enviados pela Administração Hidroviária do Paraná – AHRANA, e pelo Departamento Hidroviário do Estado de São Paulo - DH-SP.
- **Situação atual:**
  - ‘Publicação da estatística de transporte de cargas em vias interiores do Anuário Estatístico Aquaviário 2014 da ANTAQ, ocorrida em fevereiro de 2015; e
  - Elaboração e publicação, em setembro de 2015, no site da ANTAQ do documento ***Transporte de Cargas nas Hidrovias Brasileiras – Indicadores do Transporte de Cargas: Tonelada útil Transportada (t) e Tonelada Quilômetro Útil (TKU) 2014***. Este consolida dados da produção de transporte das hidrovias brasileiras relativos ao ano de 2014, seguindo série histórica desde 2010.



### **Desenvolvimento do Observatório dos Transportes Aquaviários**

- **Objeto:** a criação, o aperfeiçoamento e a atualização de um espaço virtual denominado Observatório dos Transportes Aquaviários objetiva disseminar informações atuais do setor aquaviário de maneira ágil. O fornecimento de serviços de gestão de informações e conhecimento no setor aquaviário coaduna-se aos objetivos estratégicos da ANTAQ de tornar-se referência na divulgação de informações e conhecimento no setor de transportes aquaviários.
- **Situação atual:**
  - O layout atual da página do Observatório apresenta os seguintes campos de acesso:
    - ANTAQ Juris: página que remete ao sistema de jurisprudência do transporte aquaviário;
    - Biblioteca: informações sobre o acervo da biblioteca da ANTAQ, solicitação de pesquisas e ANTAQ ACADÊMICO (mapas, estudos técnicos, papers, monografia, dissertações e teses de mestrado dos servidores da ANTAQ);
    - Publicações: livros da editora ANTAQ e páginas de links redirecionados às publicações da SDS como o panorama aquaviário;
    - Portos: informações gerais sobre portos com respectivas localizações geográficas e um banco de imagens com política de uso e concessão de imagens;
    - Hidrovias: informações gerais sobre hidrovias com respectivas localizações geográficas e um banco de imagens com política de uso e concessão de imagens;
    - Navegações: informações sobre os principais tipos de navegações;
    - Estatísticas: dados e indicadores sobre transporte aquaviário com páginas compostas de links que redirecionam o acesso às estatísticas da ANTAQ;

- Sustentabilidade Ambiental: boletim de sustentabilidade ambiental aquaviária e acesso à comunidade de diálogo Coopera Portos;
- Memória Aquaviária: textos e imagens de caráter histórico-biográfico sobre transportes aquaviários;
- E-books: obras selecionadas sobre transporte aquaviário da Internet Arquivos com possibilidades de download em diversos formatos;
- Vídeos selecionados sobre transporte aquaviário; e
- PIANC – página de acesso às bases de dados da PIANC.

 ***Relatórios individuais por empresa: Pesquisa de Satisfação dos Usuários do Serviço de Transporte Longitudinal de Passageiros e Misto na Navegação Interior da Região Amazônica***

- Realizado pela equipe técnica da ANTAQ;
- Finalizados em novembro de 2015; e
- Benefícios para a sociedade:
  - a. Divulgação de análises das linhas e dos índices globais de satisfação dos usuários;
  - b. Repassar as informações da pesquisa para as empresas entrevistadas, com o objetivo de aprimorar o atendimento; e
  - c. Consolidação da informação disponibilizada online.

 ***Desenvolvimento do Macrotesauro de Transportes Aquaviários***

- **Objeto:** elaboração de sistema de glossário e vinculação semântica entre verbetes empregados nas informações sobre transporte aquaviários. Esse sistema também inclui a base de dados que alimenta buscas booleanas e reconhecimento textual por relevância semântica.
- **Situação atual:**
  - Os verbetes A, B, U, V, W, X, Y, Z foram concluídos, com vinculação semântica e definição, enquanto que os demais incluem apenas sua vinculação semântica, com suas definições em processo de conclusão.

 ***ANTAQ Juris***

- **Objeto:**
  - Uma base de jurisprudência composta de todos os atos da ANTAQ como acórdãos, resoluções etc.
  - O ANTAQ Juris não é um novo sistema de publicação de atos. É um *site* que reúne requisitos de jurisprudência, conforme regras e padrões estabelecidos pela Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).
  - Redireciona o usuário ao ator original publicado no Diário Oficial sem a necessidade de armazenamento de documentos nos servidores da ANTAQ.

- Cada ato é alimentado em um *post*, sendo a referência legislativa que fundamentou o ato composta pelos normativos que embasaram a decisão.
  - Possibilitará pesquisa por termos do Macrotesauro de Transporte Aquaviário.
  - Possibilitará a pesquisa nos atos por assunto, relator, empresa, processo, referenda, entre outras possibilidades.
  - Inclui acessos a jurisprudência selecionada (Tribunal Marítimo, Superior Tribunal de Justiça (STJ), Supremo Tribunal Federal (STF), Conselho da Justiça Federal (CJF) e Ministério dos Transportes (MT)).
  - Inclui acesso a legislação federal (Presidência da República, Senado, Câmara).
  - Cadastro para recebimento de notificações por e-mail ou redes sociais assim que um ato for publicado.
- **Situação atual:**
    - Foram concluídas as resoluções dos anos 2011 a 2015.
    - As tags (classificações) até 2013.
    - Prazo para conclusão: fevereiro de 2016

#### **Participação no Grupo de Trabalho PNLI/PNLP**

- **Objeto:** discussões realizadas entre a Secretaria de Portos (SEP) e a Empresa de Planejamento e Logística (EPL) visando compatibilizar o planejamento portuária e o planejamento integrado em Transportes. O assunto é de interesse da ANTAQ em razão dos resultados da compatibilização proposta entre os planejamentos das entidades citadas poderem interferir na configuração de investimentos em transportes e, consequentemente, modificar análises logísticas e regulatórias por ventura realizadas pela Agência.
- **Situação atual:** Discussões iniciadas em setembro de 2015. Em dezembro de 2015 decidiu-se criar grupos específicos visando viabilizar a compatibilização das projeções de demanda e os carregamentos de malha de transportes. Outras reuniões ocorrerão ao longo do ano de 2016.

#### **Participação no Grupo de Trabalho PGO**

- **Objeto:** a Secretaria de Portos (SEP) está capitaneando discussões e a realização do Plano Geral de Outorgas (PGO) visando criar diretrizes para novas outorgas (concessões e autorizações), além de procedimentos para monitoramento permanente das outorgas. Este assunto é de extrema importância para ANTAQ pois está diretamente ligado aos trabalhos executados pela área de outorgas de Portos Organizados (Concessões) e Terminais Privados (Autorizações e Registros). A Participação da Gerência de Estudos e Desenvolvimento se justifica pela experiência na elaboração do PGO para Terminais Hidroviários em 2012/2013 e pela necessidade de análises das diretrizes e premissas que serão adotadas no escopo dos trabalhos.
- **Situação atual:** Reuniões iniciadas em novembro de 2015. Em dezembro de 2015 a SEP e a ANTAQ propuseram a compatibilização das bases de dados dos arrendatários dos portos públicos. A SEP está propondo um conjunto de reuniões até julho de 2016.

#### **Participação no Grupo de Trabalho IDE-T**

- **Objeto:** implantação de um nó do setor transportes na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE). A Infraestrutura de Dados Espacial em Transportes (IDE-T) é uma iniciativa capitaneada pelo Ministério dos Transportes e participam todas as suas entidades vinculadas, além de outros órgãos ligados ao tema transportes, como a Secretaria de Portos, Secretaria de Aviação Civil, ANTAQ e ANAC. O nó da IDE-T na INDE permitirá a disponibilização de uma única base georreferenciada para os temas pertinentes ao sistema transporte. Isto significa que na IDE-T estará disponibilizada ao público uma camada de hidrovias, uma para portos, entre outros. A ANTAQ é um dos responsáveis pelo fornecimento de informações do setor aquaviário, essencialmente para portos, hidrovias e linhas de travessias.
- **Situação atual:** Reuniões iniciadas em agosto de 2015. Análise das bases de todos os órgãos do setor realizadas entre agosto a novembro de 2015. Modelagem sob responsabilidade do Ministério dos Transportes ainda não concluída.

#### **Participação no 2º Encontro do GT- Portos e Hidrovias (USDT-MT)**

- **Objeto:** continuação do encontro anual sobre transportes, com base no Acordo de Cooperação Brasil-Estados Unidos. A reunião atualiza informações das duas partes sobre transporte aquaviário, portos e infraestrutura de dragagem.
- **Situação atual:**  
O Grupo de Trabalho - GT encontrou-se em 28.08.2015, por teleconferência, entre representantes do MT, da EPL, da Marinha, da ANTAQ, da *Maritime Administration* (MARAD/USDT), do *U.S. Army Corps of Engineers* (USACE) e da iniciativa privada estado-unidense. A reunião incluiu predominantemente contribuições dos Estados Unidos, com atualizações da administração aquaviária dos EUA, métodos de análise do USDT e incentivos de investimento em infraestrutura.

#### **Participação nos Diálogos Setoriais Brasil-União Europeia**

- **Objeto:** continuação dos encontros com o *Directorate-General for Mobility and Transport* (DG MOVE), com enfoque em corredores logísticos. O intercâmbio de informações entre representantes brasileiros e europeus atualiza informações de investimento e infraestrutura.
- **Situação atual:**  
O GT reuniu-se em 20.10.2015, por videoconferência, entre representantes do MT, do Itamaraty, da Marinha, da ANTAQ e de departamentos do *Directorate-General for Mobility and Transport* (DG MOVE). Os integrantes discutiram sobre desenvolvimento e regulação do transporte marítimo brasileiro, indicadores ambientais na navegação e finalização do memorando de cooperação em portos, transporte marítimo e logística entre Brasil e União Europeia. O GT reuniu-se novamente, em 06.11.2015, para atualizar informações, e em 10.11.2015, para consultoria de Harrie de Leijer sobre logística e transporte multimodal. Essa última reunião iniciou projeto entre ANTT e DGMOVE sobre corredores logísticos, com participação de diversos representantes brasileiros, como ANTAQ, EPL, DNIT, MPOG, SEP, BNDES e MDIC.

➤ **Meio Ambiente e Sustentabilidade**

A ANTAQ institucionalizou em 2015 a Agenda Ambiental e de Segurança<sup>1</sup> Aquaviária da ANTAQ, aprovada na 377ª Reunião de Diretoria de 29/01/2015, instrumento que tem como missão ser a referência para a confecção e execução de um Plano de Ações, constituído para 2015/2016.

Seguem os destaques das principais ações da Superintendência de Desempenho, Desenvolvimento e Sustentabilidade (SDS) relacionadas ao meio ambiente em 2015:

***Atividades Internas:***

Consolidação do Índice de Desempenho Ambiental – IDA para instalações portuárias, mais especificamente para os Portos Organizados.

- Em continuação ao processo de acompanhamento da gestão ambiental das instalações portuárias, foram feitas duas novas avaliações para os Portos Organizados no ano de 2015, referentes ao 2º semestre de 2014 e 1º semestre de 2015, apresentando um resultado positivo no desempenho geral ambiental dessas instalações.

Ampliação do Sistema IDA para os Terminais de Uso Privado – TUP.

- Foi ampliada a avaliação do IDA para os TUP, com a agregação a esse sistema de aproximadamente 120 TUPs, num primeiro momento, abrindo, assim, essa nova etapa do IDA.

Execução de melhorias na informatização do Sistema IDA.

- Aprimoramento da informatização do sistema IDA para montagens de questionários e de relatórios, agregando-se o uso de tecnologia própria para a emissão de relatórios.

Alimentação do Sistema GISIS da Organização Marítima Internacional/IMO.

- Continuidade da atualização do Sistema GISIS pertencente à Organização Marítima Internacional – IMO, adaptado para o portal da ANTAQ, sendo essa adaptação denominada GISIS/ANTAQ, onde são armazenadas informações sobre os prestadores de serviço de retirada de resíduos de embarcações.

Reativação do Sistema Integrado de Gestão Ambiental – SIGA.

- Foi feita uma proposta de inserção dessa base de dados da gestão ambiental das Autoridades Portuárias, que deu origem ao IDA, no Sistema de Cadastro Portuário a ser desenvolvido em conjunto com a Secretaria de Portos.

Obtenção dos Termos de Referência – TR's.

- Desde 2013, a ANTAQ vem trabalhando para obter junto aos órgãos ambientais a emissão dos Termos de Referência - TR's exigidos pela Lei 12.815/13, necessários ao processo de arrendamento de instalações portuárias em conformidade com o PIL – Programa de Investimentos em Logística.
- Nesse ano, a Agência concluiu a coleta do TR's referentes ao chamado Bloco I e grande parte do Bloco II das licitações daquele Programa.

Execução de estudo sobre coleta de resíduos em embarcações na Amazônia.

- Teve início no presente ano a elaboração das diretrizes básicas para o início de um trabalho acerca da coleta de resíduos em embarcações na navegação interior na

Amazônia, solicitado pela Diretoria. Foram realizadas 2 reuniões e 2 vídeos conferências com a Unidade Regional de Belém e a Companhia Docas do Pará – CDP.

#### Inserção da componente ambiental nas ações de fiscalização da ANTAQ

- A SDS vem trabalhando junto com a Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades - SFC as questões ambientais sob o aspecto de fiscalização, discutindo eclareando as conformidades aplicáveis à atividade Aquaviária e, em alguns casos, repassando acidentes ambientais específicos e as condutas de correção apropriadas. Essa ação tem como rebatimento a inclusão no PAF de ações de fiscalização ambiental.

#### *Atividades externas:*

Implantação de agendas comuns institucionais com a SEP, MT, Marinha, IBAMA, ANVISA, ANA etc.

A SDS vem formulando agendas ambientais conjuntas com os órgãos de comando do Governo com atuação no Setor Aquaviário e, paralelamente, com as Agências ANVISA e ANA nas questões comuns ambientais.

#### Implantação de acordo Brasil e França – Itamaraty

- A Agência participou da discussão de um termo de cooperação Brasil – França (Guiana) para contingência à acidentes com óleo na zona de fronteira entre o Brasil e a Guiana. O termo consiste numa série de obrigações de ambas as partes no combate aos danos ambientais originários da exploração de óleo por parte dos dois países (Guiana Francesa e Brasil).

#### Atuação na Saúde e Segurança do Trabalhador Portuário

- A ANTAQ deu continuidade em 2015, ao apoio às atividades referentes ao Grupo de Trabalho de Saúde e Segurança do Trabalhador Portuário, objeto de dois Acordos de Cooperação Técnica entre a SEP e o Ministério da Saúde e SEP e SEST/SENAT. O grupo coordenado pelo Ministério da Saúde e por aquela SEP tem como objetivo melhorar as condições de saúde e de trabalho dos trabalhadores portuários, visando subsidiar a construção de política de atenção à saúde e segurança do trabalhador.
- No segundo semestre, a ANTAQ fez um seminário nessa área e foram discutidos os novos encaminhamentos em curso para melhoria da qualidade de vida desse trabalhador.
- Foram realizadas ações do Circuito Saúde nos portos de Fortaleza, Natal, Salvador, Rio de Janeiro, Santos, Vitória, Suape, Paranaguá, Rio Grande e Belém do Pará.

#### Grupos de trabalho externos

- A SDS, por intermédio da Gerência de Meio Ambiente e Sustentabilidade (GMS), esteve nesse ano envolvida em diversos Grupos de Trabalho, junto aos agentes reguladores ambientais federais, todos com atuação na área Aquaviária. Entre eles, destacam-se:
  - Secretaria de Portos – SEP;
  - Ministério do Meio Ambiente – MMA;
  - Marinha do Brasil – MB;
  - Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;
  - Ministério da Saúde – MS;
  - Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
  - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO e

- Conselho Nacional de Energia Nuclear – CNEN.

Nesse sentido, um trabalho amplo e permanente transcorreu durante todo o ano de 2015, junto ao Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro GI-GERCO, da Comissão Interministerial dos Recursos dos Mar, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA, cuja principal função é harmonizar as intervenções dos órgãos federais na Zona Costeira, visando uma melhor qualidade ambiental das atividades desenvolvidas naquela faixa de território nacional, com especial atenção para os efeitos das mudanças climáticas. Nesse Grupo, os destaques foram a continuidade do Sistema Modelagem (SMC), que se constitui em uma ferramenta que inclui um conjunto de metodologias e modelos numéricos, que permitem estudar os processos costeiros e quantificar as variações que sofre o litoral como consequência de eventos naturais ou de atuações humanas na costa, e a revisão do Plano de Ação Federal – PAF para a Zona Costeira, principal peça de ordenação dessas ações.

#### PORTRARIA SEP Nº 104, de 29 de abril de 2009

- Feita uma proposta à SEP da revisão da Portaria, que dispõe sobre a criação e estruturação do Setor de Gestão Ambiental e de Segurança e Saúde no Trabalho nos portos e terminais marítimos, bem como naqueles outorgados às Companhias Docas.

#### Contingências de Saúde

- A GMS esteve trabalhando em 2015 junto com a SEP, ANVISA e MS a consolidação junto aos Portos Organizados dos planos de contingência às emergências pandêmicas, como o Ebola, a Gripe Aviária e a Suína.

#### Convenções da IMO

- A GMS vem participando ativamente do Grupo Interministerial subordinado à Comissão de Coordenação de Assuntos da IMO – CCA/IMO, daquela Marinha, onde se discute, principalmente, no momento, a Revisão do ANEXO VI da Convenção MARPOL.
- Além da MARPOL, outras Convenções da Organização IMO, como a SOLAS, a de Água de Lastro, a de Reciclagem de Embarcações, receberam especial atenção desta GMS em 2015, por meio do acompanhamento dos assuntos ambientais nela tratados, via participação no Grupo Interministerial da Marinha e na Sede da IMO, locais de várias discussões, resultando em posições do Brasil em Londres.

#### Estudos ambientais

- Esta GMS vem colaborando com a GDE na elaboração de estudo que contemple ganhos ambientais na atividade aquaviária.

#### Outras reuniões

- Esta GMS participou de vários encontros na EPL e na SEP para discutir como as informações ambientais podem e devem ser tradadas em sistemas ou em relatórios dessas instituições, em especial as informações referentes às Mudanças Climáticas.

#### Eventos e participações

- Seminário de Sustentabilidade no Transporte Aquaviário;
- II Seminário de Integração sobre a Saúde e Segurança do Trabalhador Portuário;
- Evento **Green Corridors** promovido pela USP e CISB
- Reunião com a União Europeia - Apresentação do Índice de Desempenho Ambiental – IDA no MRE/Itamaraty.

## 2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

### 2.1. Planejamento organizacional

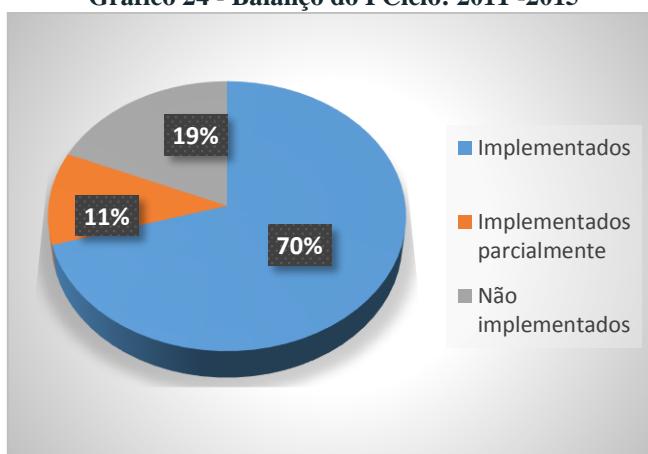
#### 2.1.1. Balanço do I Ciclo de Planejamento Estratégico: 2011-2015

A ANTAQ finalizou em 2015 o primeiro ciclo de seu planejamento estratégico, referente ao quinquênio 2011-2015.

Dos 27 Projetos Estratégicos estruturados para viabilizar o cumprimento dos 18 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS do período, 22 foram implementados integral ou parcialmente. Especificamente no exercício de 2015, cabe destacar as seguintes deliberações, iniciativas e/ou ações:

- 1) O projeto-piloto que criou **CONCEITOS E INDICADORES DE SERVIÇO ADEQUADO** focado no Transporte Longitudinal de Passageiros e Misto (Passageiros e Carga), encontra-se em análise na Superintendência de Regulação para ser encaminhado para deliberação pela Diretoria e posteriormente desdobrado nos demais segmentos regulados pela Agência;
- 2) A formalização da **POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DA ANTAQ** e a criação da **CARTA DE SERVIÇOS** da Agência, que em 2015 recebeu sua terceira edição;
- 3) A formalização da **AGENDA REGULATÓRIA 2016-2017**, composta por 23 temas que serão priorizados e orientarão a atuação da Agência no período, dotando-a de uma importante ferramenta de planejamento e transparência;
- 4) A criação da **AGENDA AMBIENTAL E DE SEGURANÇA AQUAVIÁRIA**, que detalha o Plano de Ação da Agência no que se refere à sustentabilidade ambiental;
- 5) A criação de **INDICADORES DA EFETIVIDADE DA FISCALIZAÇÃO**, que permitirão dar objetividade à análise da atividade fiscalizatória;
- 6) A contratação de consultoria para a adoção da **GESTÃO POR COMPETÊNCIAS**, na linha da modernização da gestão de pessoas;
- 7) A finalização da terceira edição do **PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**, referente ao período 2014-2015, consolidando ganhos expressivos que a Agência tem alcançado desde 2011 e que culminaram no passado com a instalação de uma sala-cofre, que proporcionou maior segurança operacional e avanços na adoção de uma política de segurança da informação.

Gráfico 24 - Balanço do I Ciclo: 2011 -2015



**Quadro 17 - I Ciclo de Planejamento Estratégico**

<b>I Ciclo: 2011 - 2015</b>	
Implementados	19
Implementados parcialmente	3
Atrasados	5
<b>Total de Projetos</b>	<b>27</b>

***Desdobramentos dos Projetos e Iniciativas do I Ciclo de Planejamento na Gestão da ANTAQ em 2016***

- 1) Normatizar INDICADORES DE SERVIÇO ADEQUADO na Navegação Interior;
- 2) Fixar metas para INDICADORES DE EFETIVIDADE DA FISCALIZAÇÃO;
- 3) Fixar metas para INDICADORES DE PRODUTIVIDADE DOS PROCESSOS INTERNOS;
- 4) Iniciar o uso de elementos da METODOLOGIA DE ANÁLISE DO IMPACTO REGULATÓRIO (AIR);
- 5) Implementar a POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO, acompanhada de Manual de Editoração, Manual de Identidade Visual, Manual de Gestão de Crise, Manual de Redação e Manual de Eventos;
- 6) Implementar o BANCO DE JURISPRUDÊNCIA E PRODUÇÕES;
- 7) Implementar o Plano de Ação da NOVA POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES (POSIC);
- 8) Implementar a POLÍTICA DE GESTÃO DE PESSOAS; e
- 9) Implementar as recomendações da GESTÃO POR COMPETÊNCIAS.

**2.1.2. II Ciclo do Planejamento Estratégico ANTAQ 2016-2020**

Entre agosto e outubro de 2015, foram realizados, pelo NÚCLEO DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO, seis workshops com o objetivo de elaborar o conteúdo do II Ciclo do Planejamento Estratégico da ANTAQ, referente ao quinquênio 2016-2020. Entre titulares, suplentes e convidados (Especialistas, Analistas e Gerentes que não são membros permanentes), 39 servidores contribuíram nas discussões e debates sobre o futuro próximo da Agência, compondo a EQUIPE ESTRATÉGICA DA ANTAQ.

A proposta final do II Ciclo está em fase de finalização e será encaminhada para discussão e deliberação pela Diretoria da Agência.

Os focos do II Ciclo de Planejamento Estratégico da ANTAQ são:

1. **Encerrar as pendências do I Ciclo;**
2. **Melhorar o processo de comunicação e documentação do planejamento**, o que se dará por meio da explicitação das *iniciativas estratégicas* e da criação de indicadores de desempenho para todos os objetivos;
3. **Aperfeiçoar o processo de criação dos indicadores de desempenho e da fixação das metas estratégicas**; e
4. **Incorporar novos temas ao planejamento da Agência.**

## 2.2. Desempenho orçamentário

### 2.2.1. Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da ANTAQ e resultados alcançados

**Quadro 18 - Programa Temático Vinculado**

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	<b>2073</b>				
Título	Transporte Hidroviário				
<b>Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)</b>					
Esfera		a) Global PPA 2012-2015	b) Acumulado Dotações/Posições 2012, 2013 e 2014	c) Dotação/Posição - 2015	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS		1.618.115.862,00	1.311.766.351,00	306.349.511,00	
Orçamento de Investimentos - OI		0,00	0,00	0,00	
Outras Fontes		510.700.000,00	452.600.000,00	58.100.000,00	
Total		2.128.815.862,00	1.764.366.351,00	364.449.511,00	
<b>Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2015</b>					(em R\$ 1,00)
<b>Lei Orçamentária 2014</b>					
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>					<b>Orçamento de Investimento</b>
e) Despesa Empenhada	f) Despesa Liquida	g) Despesa Paga	<b>h) Restos a Pagar (inscrição 2015)</b>		i) Despesa Realizada
			h.1) Processados	h.2) Não Proc.	
173.780.542,79	38.791.197,64	35.250.356,16	3.540.841,48	134.989.345,15	0,00
<b>Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores</b>					
Tipo	j) Posição em 1/01/2015	k) Valor Liquido	l) Valor Pago	m) Valor Cancelado	n) Valor a Pagar
Não processados	350.187.195,77	66.169.502,39	62.748.966,68	-32.864.295,03	255.409.973,17
Processados	14.040.255,72	0,00	14.018.939,20	0,00	21.316,52
<b>Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2015</b>					
<b>68000- Secretaria de Portos</b>					
Dotação OFSS	0,00	Dotação OI	50.078.850,00	Outras Fontes	
<b>39000 - Ministério dos Transportes</b>					
Dotação OFSS	0,00	Dotação OI	80.000,00	Outras Fontes	

Importante destacar que os gastos realizados pela ANTAQ para alcance das metas vinculadas ao programa 2073 - Transporte Hidroviário são executados no programa 2101 – Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado na ação de código 20UC – Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes, conforme orientação da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, portanto, não estão computados no quadro.

Dos objetivos vinculados ao programa temático 2073 – Transporte Hidroviário a ANTAQ é corresponsável pelos objetivos abaixo:

**Quadro 19 - Objetivos Relacionados ao Programa 2073 – ANTAQ correspondente**

Objetivos Relacionados ao Programa		
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável pelo Gerenciamento
0236	Aumentar a integração hidroviária com países da América do Sul fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento.	MT - ANTAQ
0278	Desenvolver o transporte aquaviário de passageiros e misto (passageiros e cargas) na Região Norte.	SEP - ANTAQ
0283	Estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário, dando continuidade à regulação do setor e garantindo a movimentação de pessoas e bens, em cumprimento a padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e tarifas.	MT - ANTAQ

**2.2.1.1. *Objetivo 0236 – Aumentar a integração hidroviária com países da América do Sul fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento***

**Quadro 20 - Objetivo Fixado pelo PPA - 0236**

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO									
Descrição	Aumentar a integração hidroviária com países da América do Sul fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento.								
Código	0236	Órgão	39000- Ministério dos Transportes						
Programa	Transporte Hidroviário		Código	0273					
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS									
Objetivo não possui metas com esta classificação									
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS									
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista	b) Realizada até 2015	c) Realização % (b/a)				
1	Elaborar 2 estudos de integração hidroviária sulamericana	Estudos	2	1	50%				
1.1	Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná	Unidade	1	0	0%				
1.2	Transposição da Usina Hidrelétrica de Itaipu	Unidade	1	1	100%				
METAS QUALITATIVAS									
Objetivo não possui metas com esta classificação									

O fortalecimento da integração sulamericana passa pela implantação de uma infraestrutura de transportes coesa e eficaz, que favoreça a circulação de bens e serviços e o desenvolvimento econômico e social dos países envolvidos. Para aumentar a integração hidroviária com países da América do Sul, o Brasil vem desenvolvendo estudos hidroviários e pretende consolidar os empreendimentos da carteira da IIRSA - Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana.

No que diz respeito aos acordos bilaterais, em 2012, o Brasil e o Uruguai assinaram o Acordo de Navegação com objetivo de consolidar uma hidrovia com uma malha fluvial entre os portos de La Charqueada, às margens do rio Cebollati no Uruguai e Estrela, no rio Taquari. Esse acordo está em tramitação no Congresso Nacional Brasileiro para aprovação. Passo importante para a efetivação dos termos do acordo, o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental,

finalizado em dezembro de 2014, e irá embasar a contratação dos projetos e obras necessárias para a implantação da hidrovia. Em relação aos estudos, foi contratado, em 2015, o estudo sobre a hidrovia Paraguai-Paraná, importante elo de integração do Brasil com os vizinhos Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai.

- ***Elaborar 2 estudos de integração hidroviária sulamericana***

**Meta:** 00F6 Elaborar 2 estudos de integração hidroviária sulamericana.

Os dois estudos previstos nessa meta são: 1. Prática regulatória, vantagens competitivas e oferta e demanda de carga entre os países signatários do Acordo da Hidrovia Paraguai-Paraná (Paraná entre Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai); e 2: transposição da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

O primeiro estudo está sendo realizado pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, por meio do Termo de Execução Decentralizada – TED, TERM-SAF-ANTAQ/Nº 01/2015, assinado no dia 11/02/2015. O estudo tem como objetivos gerais:

- a) fomentar o desenvolvimento da hidrovia por meio de informações técnicas a respeito da via;
- b) constituição de uma base de dados que possa servir de matriz para estudos de eixos estratégicos envolvendo a hidrovia;
- c) subsidiar as decisões governamentais na formulação de política de apoio à indústria de construção naval e de afretamento de embarcações estrangeiras;
- d) gerar conhecimento técnico e científico sobre a demanda de transporte aquaviário relativa à hidrovia do Paraguai-Paraná;
- e) subsidiar o governo brasileiro no acompanhamento do Acordo da Hidrovia; e
- f) prover a Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ) de informações detalhadas para subsidiar possível revisão normativa.

O TED previa a duração de quatorze (14) meses, com todos os produtos entregues até o mês de dezembro de 2015. Em função das restrições orçamentárias e financeiras enfrentadas pela administração pública em 2015, a ANTAQ só pode realizar o desembolso de 38% do previsto para o ano. Em consequência disso, o cronograma foi alterado, com previsão de término para janeiro de 2017.

Quanto ao segundo estudo, em 2014 o Ministério dos Transportes reanalisou o estudo de Análise de Pré-Viabilidade da Transposição e Conexão Intermodal das Hidrovias Tietê-Paraná e Paraná-Prata realizado pelo Instituto ILOS, e entende que os dados levantados atendam satisfatoriamente a necessidade de informações. O trabalho foi resultado da Cooperação Técnica Não-Reembolsável ATN/OC-11621-BR, firmada entre a ITAIPU Binacional e o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, em 14 de agosto de 2009.

Entre outros tópicos, o estudo avaliou a viabilidade das obras de navegação previstas no ponto III.11 do Anexo B do Tratado de Itaipu, mediante uma avaliação comparativa das diversas opções logísticas de integração das hidrovias, no que se refere à competitividade em custo, à viabilidade técnica, ao investimento em obras de engenharia e ao risco socioambiental, considerando os aspectos técnicos, econômico-financeiros, os custos da cadeia logística, as restrições socioambientais e as intervenções de engenharia. Segundo o ofício E/FE/024884/14, de 30 de junho de 2014, endereçado ao Diretor-Geral da ANTAQ pela Diretoria Financeira Executiva de ITAIPU BINACIONAL, o estudo está sob apreciação das áreas da Casa Civil, transporte, energia e obras públicas e Relações Exteriores do Brasil e do Paraguai. Dessa forma, continua-se com o entendimento, do último monitoramento, de que o estudo da transposição as Usina de Itaipu seja retirado da meta e, assim, esta passaria a ser composta por apenas um estudo.

**2.2.2. *Objetivo 0283 – Estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário***

**Quadro 21 - Objetivo Fixado pelo PPA - 0283**

<b>IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO</b>					
<b>Descrição</b>	Estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário, dando continuidade à regulação do setor e garantindo a movimentação de pessoas e bens, em cumprimento a padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e tarifas.				
<b>Código</b>	<b>0283</b>	<b>Órgão</b>	<b>68000 - Secretaria de Portos</b>		
<b>Programa</b>	Transporte Hidroviário		<b>Código</b>	<b>0273</b>	
<b>METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS</b>					
<b>Sequencial</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a) Prevista</b>	<b>b) Realizada até 2015</b>	<b>c)Realização % (b/a)</b>
1	Definir classes de hidrovias			1	
2	Definir comboios tipo para os corredores hidroviários			1	
3	Elaborar 07 Planos para consolidar e estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário	Planos	7	7	100%
<b>METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS</b>					
Objetivo não possui metas com esta classificação					
<b>METAS QUALITATIVAS</b>					
Objetivo não possui metas com esta classificação					

Diversos estudos e projetos estão sendo idealizados pelo Ministério dos Transportes por meio da Secretaria de Política Nacional de Transportes - SPNT e pela ANTAQ, que embasarão melhor o planejamento do transporte hidroviário. Dentre esses podemos destacar o Plano Nacional de Integração Hidroviária, já entregue a todos os interessados, e o Plano Hidroviário Estratégico, cujas diretrizes foram divulgadas em outubro de 2013. O portfólio do Plano Nacional de Logística em Transportes – PNLT se refere a esses estudos como importantes para reavaliação e perenização do processo de planejamento, na medida em que propõe integrar o setor à rede viária em condições mais adequadas de operação e em melhores condições de competitividade.

- Definir classes de hidrovias***

A definição de classe de hidrovias faz parte da estratégia do Plano Hidroviário Estratégico - PHE. Portanto, os estudos que definem as diretrizes do Plano fazem referência também à classificação das hidrovias como forma de determinar sua capacidade, embarcação tipo, regime, enfim, todo o seu potencial de utilização. Informações sobre o andamento do PHE podem ser vistas nas metas de elaboração de 7 Planos, deste mesmo Objetivo (0283).

- Definir comboios tipo para os corredores hidroviários***

A definição e classificação de comboios para os corredores hidroviários foi atendido pelos estudos do PHE, já concluído e divulgado. Assim, considera-se que a meta foi alcançada. Os comboios tipos associados às hidrovias comercialmente utilizadas ou que venham a ser utilizadas serão importantes para a melhoria das operações de transportes, visto que será determinante para a manutenção hidroviária, a implantação e ampliação de terminais hidroviários de cargas. Mais detalhes sobre o PHE estão descritos na Meta dos 7 Planos, relativa a este mesmo objetivo.

- ***Elaborar 07 Planos para consolidar e estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário***

Em relação aos Planos:

1. Plano Hidroviário Estratégico – PHE - O estudo para elaboração do Plano PHE está concluído e sua divulgação se deu na primeira quinzena de outubro de 2013, em evento específico, estando planejado, para os períodos seguintes, apresentações em fóruns que suscitem seu conhecimento. O estudo analisou a situação do transporte hidroviário no país e tem como objetivo geral o estabelecimento de um plano com vistas a inserir o Transporte Hidroviário Interior no contexto do Planejamento Nacional de Transportes, com propostas de investimentos necessários para o desenvolvimento.
2. Plano Nacional de Integração Hidroviária-PNIH incluindo o Plano Geral de Outorgas de Terminais Fluviais e Lacustres - O PNIH, lançado no dia 19 de fevereiro de 2013, foi concebido pela ANTAQ visando dois objetivos centrais: um estudo detalhado sobre as hidrovias brasileiras e a indicação de áreas propícias para instalações portuárias. Um dos objetos do PNIH foi analisar diferentes cenários logísticos, buscando avaliar a criação de terminais hidroviários e alternativas de escoamento utilizando as hidrovias nacionais. São apresentados, para seis bacias hidrográficas, a potencialidade de utilização do modal hidroviário, terminais e vias, para o transporte de cargas, delimitados pelos cenários de 2015, 2020, 2025 e 2030.
3. Plano Geral de Outorgas de Transportes Hidroviário de Passageiros e Cargas - A ANTAQ finalizou em fevereiro de 2013 os estudos do Plano Nacional de Integração Hidroviária, no qual o volume 14 era referente ao Plano Geral de Outorgas para Terminais Hidroviários. Em relação ao Plano Geral de Outorgas para Serviços de Transporte Aquaviário referente à Navegação Interior o mesmo está em processo de planejamento. Para tanto, a ANTAQ está desenvolvendo os seguintes projetos:
  - a. Pesquisa de satisfação com os usuários do serviço de transporte de passageiros e de serviço de transporte misto na navegação interior de percurso longitudinal interestadual e internacional: pesquisa realizada durante o ano de em 2014, com a aplicação de 14.703 entrevistas, em 80 embarcações de 64 empresas e que operam 21 linhas.
  - b. Composição de Custos e Receitas para Proposição de Metodologia de Cálculo de Preço de Equilíbrio Econômico Financeiro na Prestação de Serviço de Transporte Aquaviário Longitudinal de Passageiros e Misto na Navegação Interior: termo de execução descentralizada assinado com a UFSC em agosto de 2014, com previsão de término para dezembro de 2015, contudo, considerando o forte contingenciamento orçamentário imposta à Agência, houve o aditamento do TED, prorrogando o prazo para junho/2016. Em termos financeiros foram repassados 76% do valor previsto, conforme cronograma de desembolso vinculado diretamente a entrega do produto contratado.
  - c. Monitoramento da Oferta e da Demanda do Transporte Fluvial de Passageiros na Região Amazônica: termo de execução descentralizada assinado com a UFPA em setembro de 2014, com duração de 2 anos;
  - d. Análise de modelo regulatório mais adequado para exploração do serviço de transporte de travessia: projeto em desenvolvimento pela equipe da Gerência de Regulação da Navegação Interior – GRI;
  - e. Sistema de Desenvolvimento da Navegação Interior e Marítima – SDN: em construção pela ANTAQ, e receberá das empresas de navegação, informações operacionais. O

primeiro módulo, Travessias, está em fase de testes. Os demais módulos estão em desenvolvimento. O PGO será desenvolvido em três etapas, referentes às modalidades de serviços de transporte aquaviário de navegação interior: Travessias, Passageiros e Cargas (Misto) e Cargas.

4. Programa de Incentivo a Renovação da frota de embarcações de transporte de passageiros - Foi elaborado o “Estudo sobre Transporte Fluvial na Amazônia” cujo relatório foi apresentado ao conhecimento público em 20/06/2013. O estudo aborda os principais temas que orientam as tomadas de decisões para melhoria do transporte fluvial de passageiros, caracterização da oferta e da demanda e as características do transporte fluvial hoje existente.
5. Plano de Fomento à Cabotagem – Foram retomadas as atividades do Grupo de Trabalho sobre Cabotagem (Pro Cabotagem), coordenado pelo Ministério dos Transportes e Secretaria de Portos, criado com o objetivo de propor medidas e soluções visando a melhoria e o incremento da movimentação de carga por cabotagem. A agenda do Grupo incluiu a discussão de um Plano Estratégico. Ao final de 2013, as atividades do Pro Cabotagem foram ampliadas e transformadas em uma iniciativa estratégica, constante do Mapa Estratégico do Sistema Transportes. Essa iniciativa contribui para o alcance do objetivo estratégico de “incrementar a navegação de longo curso, de cabotagem e interior”. Foi elaborado um estudo preliminar de Diagnóstico da Cabotagem e de estruturação da Iniciativa.
6. Plano Nacional de Fomento ao Transporte aquaviário - Os estudos, já concluídos, que orientarão a elaboração do PHE, também servirão de base para a proposta do Plano de Fomento ao Transporte Aquaviário.
7. Plano de corredores Hidroviários - Os estudos, já concluídos, que servirão de base para a elaboração do PHE, incluem também base de informações que nortearão o Plano de Corredores Hidroviário.

#### **2.2.2.1. *Objetivo 0278 – Desenvolver o transporte aquaviário de passageiros e misto (passageiros e cargas) na Região Norte***

**Quadro 22 - Objetivo Fixado pelo PPA - 0278**

**IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO**

<b>Descrição</b>	Estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário, dando continuidade à regulação do setor e garantindo a movimentação de pessoas e bens, em cumprimento a padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e tarifas.		
<b>Código</b>	<b>0278</b>	<b>Órgão</b>	<b>68000 - Secretaria de Portos</b>
<b>Programa</b>	Transporte Hidroviário	<b>Código</b>	<b>0273</b>

**METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS**

Objetivo não possui metas com esta classificação

**METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS**

<b>Seq.</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>a)Prevista</b>	<b>b)Realizada até 2015</b>	<b>c)% Realização (b/a)</b>
1	<b>Adequar a infraestrutura do Porto de Manaus</b>				
1.1	Vetor Logístico Amazônico	Unidade	1	0,33	33%
2	<b>Estruturar plano para a implantação, ampliação e modernização do transporte aquaviário de passageiros na Região Norte</b>				
2.1	Vetor Logístico Amazônico	Unidade	1	0	0%
3	<b>Implantar 52 Instalações Portuárias Públicas, na Região Norte</b>		<b>52</b>	<b>29,00</b>	<b>56%</b>
3.1	Vetor Logístico Amazônico	Unidade	47	29,00	62%
3.2	Vetor Logístico Centro-Norte	Unidade	5	0,00	0%

**METAS QUALITATIVAS**

Objetivo não possui metas com esta classificação

A estruturação de um plano para o transporte de passageiros na Região Norte deve ser precedida do desenvolvimento de estudos e levantamentos que possibilitem o diagnóstico do setor e a proposição de ações. Nesse sentido, a ANTAQ está desenvolvendo os seguintes projetos:

- a. Pesquisa de satisfação com os usuários do serviço de transporte de passageiros e de serviço de transporte misto na navegação interior de percurso longitudinal interestadual e internacional: pesquisa realizada durante o ano de em 2014, com a aplicação de 14.703 entrevistas, em 80 embarcações de 64 empresas e que operam 21 linhas. Os resultados foram divulgados a órgãos e entidades públicas e à sociedade no primeiro semestre de 2015. Os resultados estão sendo utilizados para o aperfeiçoamento regulatório e o planejamento das atividades de fiscalização da ANTAQ;
- b. Monitoramento da Oferta e da Demanda do Transporte Fluvial de Passageiros na Região Amazônica: termo de execução descentralizada assinado com a Universidade Federal do Pará – UFFPA em setembro de 2014, com duração de 2 anos. Já foi realizada uma campanha de pesquisa de campo em embarcações e terminais;
- c. Composição de Custos e Receitas para Proposição de Metodologia de Cálculo de Preço de Equilíbrio Econômico Financeiro na Prestação de Serviço de Transporte Aquaviário Longitudinal de Passageiros e Misto na Navegação Interior: termo de execução descentralizada assinado com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com previsão de término para dezembro de 2015. O relatório final está em análise pela equipe técnica da ANTAQ;
- d. Análise de modelo regulatório mais adequado para exploração do serviço de transporte de travessia: projeto em desenvolvimento pela equipe da Gerência de Regulação da Navegação Interior – GRI. Está em fase final de tramitação, no Congresso Nacional, projeto de Lei que estabelece novas regras para a outorga de linhas de travessia de competência federal. A GRI está levando em consideração às possíveis mudanças;
- e. Sistema de Desenvolvimento da Navegação – SDN: em desenvolvimento na ANTAQ, módulo de transporte longitudinal de passageiros e misto servirá para que as empresas de navegação possam encaminhar regularmente informações sobre suas operações. A ANTAQ está analisando proposta de Universidade Federal para o desenvolvimento do sistema, aproveitando as etapas já desenvolvidas na Agência (levantamento de requisitos; desenvolvimento de protótipo).
- f. Programa para o Rastreamento de Embarcações que operam nas Navegações Reguladas pela ANTAQ – PRENAV: o Termo de Execução Descentralizada – TERM-SAF-ANTAQ/Nº 05/2015 – celebrado entre a ANTAQ e a Marinha do Brasil, em 24 de novembro de 2015 e duração de 2 anos, para o desenvolvimento de uma Solução para o Rastreamento e Monitoramento de Embarcações utilizadas nas operações de transportes que ocorrem nas Navegações de competência Federal;

Entende-se que os resultados destes projetos, poderão gerar subsídios suficientes para a formatação de um Plano para o transporte de passageiros na Região Norte.

### **2.2.3. *Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade***

A Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015 (publicada no DOU de 21/01/2014, Seção 1, página 1) – Lei Orçamentária Anual de 2015 – consignou a esta Agencia Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ o montante de R\$ 111.944.933 (cento e onze milhões novecentos e quarenta e quatro mil novecentos e trinta e três reais), sendo que destes R\$ 73.149.476 (setenta e três milhões cento quarenta e nove mil e quatrocentos e setenta e seis reais) para despesas com pessoal e encargos

sociais, R\$ 35.795.457 (trinta e cinco milhões setecentos e noventa e cinco mil quatrocentos e cinquenta e sete reais) para despesas correntes e R\$ 3.000.000 (três milhões) para despesas de investimento.

Comparativamente entre os valores encaminhados pelo Poder Executivo a título de Projeto de Lei 2015 e os valores aprovados pela LOA identificamos uma redução, no valor de R\$ 1.152.387,00 (um milhão cento e cinquenta e dois mil trezentos e oitenta e sete reais), para as despesas de custeio na ação para pagamento das despesas administrativas desta Agência, e um aumento de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) na ação para pagamento dos Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes, o que efetivamente proporcionou uma redução R\$ 1.152.387,00, visto que o valor acrescido somente foi disponibilizado para execução em 31/12/2015, último dia para empenho (Portaria MP nº 599, de 18/12/15). Considerando que todos os estudos contratos foram celebrados junto a universidades federais, portanto, os valores são descentralizados e empenhados naquelas universidades, não havia tempo hábil para comprometimento do recurso de forma efetiva, conforme quadro síntese abaixo:

**Tabela 1 - Síntese – PLOA / LOA - 2015**

Órgão: Secretaria de Portos

Unidade: 68201 Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Código / Especificação	Exec. 2013	LOA 2014	PLOA 2015	LOA 2015
Total	101.307.814	107.398.059	112.597.320	111.944.933
<b>Programa</b>				
0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União	2.219.466	2.176.122	2.600.000	2.600.000
0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	0		65.724	65.724
0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	0		20.000	20.000
2101 Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República	99.088.348	105.221.937	109.911.596	109.259.209
<b>Função</b>				
09 Previdência Social	2.219.466	2.176.122	2.600.000	2.600.000
26 Transporte	99.088.348	105.221.937	109.911.596	109.259.209
28 Encargos Especiais	0	0	85.724	85.724
<b>Subfunção</b>				
121 Planejamento e Orçamento	937.718	4.000.000	4.000.000	4.500.000
122 Administração Geral	94.034.862	96.545.261	100.593.752	99.441.365
125 Normatização e Fiscalização	1.037.010	1.120.000	850.000	850.000
130 Administração de Concessões	878.170	1.120.000	1.120.000	1.120.000
131 Comunicação Social	0	50.000	0	0
272 Previdência do Regime Estatutário	2.219.466	2.176.122	2.600.000	2.600.000
301 Atenção Básica	652.975	755.784	1.064.172	1.064.172
306 Alimentação e Nutrição	1.417.569	0	0	0
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	63.452	1.630.892	2.283.672	2.283.672
365 Educação Infantil	66.592	0	0	0
846 Outros Encargos Especiais	0	0	85.724	85.724
<b>Grupo de Despesa</b>				
1 Pessoal e Encargos Sociais	65.861.659	65.898.383	73.149.476	73.149.476
3 Outras Despesas Correntes	33.536.155	30.999.676	36.447.844	35.795.457
4 Investimentos	1.910.000	10.500.000	3.000.000	3.000.000

Na tabela abaixo é apresentado a Lei Orçamentária 2015 acrescidos de créditos adicionais com vistas a dar cobertura aos compromissos já assumidos e contratados pela ANTAQ para o

exercício, com aumento na rubrica de Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes, no montante de R\$ 15.824.320,00.

**Tabela 2 – Lei Orçamentária 2015 + Créditos**

<b>Ação Governo</b>		<b>Dotação Final</b>
0005	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)	61.025,00
00G5	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor	4.699,00
00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	21.204,00
00OL	Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica	20.000,00
0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	3.262.379,00
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	13.431.676,00
2000	Administração da Unidade	30.307.613,00
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	1.064.172,00
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	88.800,00
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	93.600,00
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	2.080.068,00
2088	Concessão e Regulação dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário	1.120.000,00
2090	Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário	850.000,00
20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União	71.988.248,00
20UC	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes	3.150.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>127.543.484,00</b>

### **2.2.3.1. Execução das Ações da Lei Orçamentária Anual**

#### **2.2.3.1.1. Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)**

**Quadro 23 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)**

<b>Identificação da Ação</b>										
<b>Código da Ação/Subtítulo</b>	0005.0001	<b>Tipos:</b>				Operações Especiais				
<b>Título</b>	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)									
<b>Iniciativa</b>	Ação sem iniciativa									
<b>Objetivo</b>	Ação sem objetivo									
<b>Programa</b>	<b>Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais</b>				<b>Código:</b> 0901	<b>Tipo:</b> Op. Especiais				
<b>Unidade Orçamentária</b>	Agência Nacional de Transportes Aquaviários				<b>Código:</b> 68201					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim	(X) Não	Caso positivo: ( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	( ) Outras					
<b>Lei Orçamentária Anual - 2015</b>										
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>										
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar do Exercício</b>					
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Paga</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>				
61.025,00	61.025,00	60.702,68	60.702,68	60.702,68	0,00	0,00				
<b>Execução Física</b>										
Não se aplica.										
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>										
Não houve.										

A ação tem por objetivo custear as despesas orçamentárias com o pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios) devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas (Art. 100 da Constituição Federal).

Em 2015, o valor dos recursos orçamentários liberados para esta ação foi da ordem de R\$ 61.025,00 (sessenta e um mil vinte e cinco reais), com execução de 99% deste valor. A dotação orçamentária é gerenciada pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF, onde uma vez aprovado o orçamento descentralizou para o Tribunal Regional do Trabalho - 10ª Região/DF para execução.

### **2.2.3.1.2. Contribuição para o CPSS decorrente de pagamento de precatórios e Requisições de Pequeno Valor**

**Quadro 24 - Contribuição para o CPSS decorrente de pagamento de precatórios e Requisições de Pequeno Valor**

Identificação da Ação												
<b>Código da Ação/Subtítulo</b>	00G5.0001					<b>Tipo:</b> Operações Especiais						
<b>Título</b>	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.											
<b>Iniciativa</b>	Ação sem iniciativa											
<b>Objetivo</b>	Ação sem objetivo											
<b>Programa</b>	<b>Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais</b>											
<b>Unidade Orçamentária</b>	Agência Nacional de Transportes Aquaviários											
<b>Ação Prioritária</b>	( <input type="checkbox"/> ) Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Não Caso positivo: ( <input type="checkbox"/> ) PAC ( <input type="checkbox"/> ) Brasil sem Miséria ( <input type="checkbox"/> ) Outras											
Lei Orçamentária Anual - 2015												
Execução Orçamentária e Financeira												
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício							
Inicial	Final	Empenhada	Liquidação	Paga	Processados	Não Processados						
4.699,00	4.699,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
Execução Física												
Não se aplica.												
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Não houve.												

A ação tem como objetivo o pagamento da contribuição patronal para o regime de previdência dos servidores públicos federais correspondente ao pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.

Em 2015, o valor dos recursos orçamentários liberados para esta ação foi da ordem de R\$ 4.699,00 (quatro mil seiscentos e noventa e nove reais), com execução de 0%. A dotação orçamentária é gerenciada pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF, onde uma vez aprovado o orçamento descentralizou para o Tribunal Regional do Trabalho - 10ª Região/DF para execução.

### **2.2.3.1.3. Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**

A ação tem como objetivo custear as despesas orçamentárias com o pagamento de Auxílio-Funeral devido à família do servidor falecido na atividade ou aposentado ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-servidor, bem como com o pagamento de auxílio-natalidade devido à servidora, cônjuge ou companheiro servidor público ou militar por motivo de nascimento de filho (Arts. 196 e 226 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; art. 50 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980; arts. 2º e 3º da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001).

Em 2015, o valor dos recursos orçamentários liberados para esta ação foi da ordem de R\$ 21.204,00, com execução de 36% deste valor.

**Quadro 25 - Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade**

Identificação da Ação												
<b>Código da Ação/Subtítulo</b>	00M1.0001				<b>Tipo:</b>	Operações Especiais						
<b>Título</b>	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade											
<b>Iniciativa</b>	Ação sem iniciativa											
<b>Objetivo</b>	Ação sem objetivo				<b>Código:</b>							
<b>Programa</b>	<b>Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República</b>				<b>Código:</b>	2101 <b>Tipo:</b> Gestão						
<b>Unidade Orçamentária</b>	Agência Nacional de Transportes Aquaviários				<b>Código:</b>	68201						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras											
Lei Orçamentária Anual - 2015												
Execução Orçamentária e Financeira												
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício							
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados						
21.204,00	21.204,00	7.617,44	7.617,44	7.617,44	0,00	0,00						
Execução Física												
Não se aplica.												
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Não houve												

#### **2.2.3.1.4. Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica**

**Quadro 26 - Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica**

Identificação da Ação												
<b>Código da Ação/Subtítulo</b>	00OL.0001				<b>Tipo:</b>	Operações Especiais						
<b>Título</b>	Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica											
<b>Iniciativa</b>	Ação sem iniciativa											
<b>Objetivo</b>	Ação sem objetivo				<b>Código:</b>							
<b>Programa</b>	<b>Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais</b>				<b>Código:</b>	0901 <b>Tipo:</b> Operações EspeciaisGestão						
<b>Unidade Orçamentária</b>	Agência Nacional de Transportes Aquaviários				<b>Código:</b>	68201						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras											
Lei Orçamentária Anual - 2015												
Execução Orçamentária e Financeira												
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício							
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados						
20.000,00	20.000,00	7.272,70	7.272,70	7.272,70	0,00	0,00						
Execução Física												
Não se aplica												
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Não houve.												

A ANTAQ é Qualifying Member da Associação Mundial de Infraestrutura de Transportes Aquaviários – PIANC, desde o ano de 2007, aprovada na 195ª Reunião Ordinária da Diretoria desta Agência.

Realizamos o pagamento de uma taxa anual, no valor de £ 1.900,00(um mil e novecentos euros).

A Associação Mundial de Infraestrutura de Transportes Aquaviários – PIANC fornece orientações para a infraestrutura de transporte marítimo sustentável em portos e hidrovias e se destaca pela troca de informações técnicas e especializada. A participação do Brasil como membro desta

associação mantém a comunidade portuária conectada ao desenvolvimento das ações marítimas e aquaviárias mundiais, bem como estimula o relacionamento interno e externo no que diz respeito ao planejamento necessário para o seu crescimento. Além disso, vale salientar que o Brasil possui o direito a voto na Assembleia Geral Anual da Associação, o que permite sua participação ativa nas discussões gerais acerca da Instituição.

### **2.2.3.1.5. Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**

**Quadro 27 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civil**

<b>Identificação da Ação</b>														
<b>Código da Ação/Subtítulo</b>	0181.0001		<b>Tipo:</b> Operações Especiais											
<b>Título</b>	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis													
<b>Iniciativa</b>	Ação sem iniciativa													
<b>Objetivo</b>	Ação sem objetivo <b>Código:</b>													
<b>Programa</b>	<b>Previdência de Inativos e Pensionistas da União</b>		<b>Código</b>	0089	<b>Tipo</b>	Op.Especiais								
<b>Unidade Orçamentária</b>	Agência Nacional de Transportes Aquaviários		<b>Código:</b>	68201										
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras													
<b>Lei Orçamentária Anual - 2015</b>														
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>														
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar do Exercício</b>									
Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processados	Não Processados								
2.600.000,00	3.262.379,00	3.127.908,26	3.117.908,26	3.117.908,26	0,00	10.000,00								
<b>Execução Física</b>														
Não se aplica														
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>														
Não houve.														

A ação tem como objetivo o pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou dos seus pensionistas.

A dotação autorizada na LOA-2015 mostrou-se insuficiente para arcar com as despesas, havendo uma suplementação no valor de R\$ 662.379,00, resultando em um montante de R\$ 3.262.379,00, que obteve um percentual de realização de 96% da meta orçamentária prevista, havendo a inscrição de restos a pagar não processados no total de R\$ 10.000,00.

### **2.2.3.1.6. Administração da Unidade**

Esta Ação contou com dotação autorizada no montante de R\$ 30.307.613,00 e execução de R\$ 30.307.613,00, obtendo um percentual de realização de 100% da meta prevista. Do montante empenhado R\$ 4.526.287,93 foram inscritos em Restos a Pagar, o que equivale a 15% do total empenhado. O alto percentual de inscrição se justifica considerando o contingenciamento financeiro ao qual está Agência foi submetida ao longo do exercício.

Cabe salientar que apesar do contingenciamento financeiro do exercício a Agência priorizou o pagamento dos restos a pagar inscritos em 2014, cuja execução já havia se efetivado, com reinscrição de R\$ 429.920,15.

Temos ainda que considerar que diversos projetos foram adiados ou cancelados em função da incerteza da aprovação dos créditos suplementares solicitados, tendo em vista que os recursos aprovados na LOA 2015 já se mostravam insuficientes desde o início do exercício.

Neste contexto, uma das alternativas encontradas foi a de cancelar 30% da dotação da ação de 20UC- Estudos, percentual máximo permitido para alterações orçamentárias autorizadas por decreto, com suplementação na ação administrativa, no valor de R\$ 1.350.000,00. Os créditos solicitados de acréscimos por superávit na arrecadação de recursos próprios, no montante de R\$ 4.000.001,00 não foram aprovados pela Secretaria de Orçamento Federal-SOF.

A ANTAQ a partir do exercício de 2013 passou a ter grandes desafios em função das novas responsabilidades e competências, com consequente aumento de suas atribuições e acréscimos significativos de custos, sendo que ao longo de 2013, 2014 e 2015 mobilizou relevantes frentes de trabalho para atender ao Novo Marco Regulatório para o setor, com vistas a colocar em ação o projeto estratégico do Governo Federal.

Apesar dos baixos recursos disponibilizados a esta Agência, além das diversas frentes de trabalho, a ANTAQ leiloou três arrendamentos no Porto de Santos, os terminais foram licitados em dois leilões, realizados em 09 de dezembro de 2015. Os arrendamentos representarão uma arrecadação total de R\$ 2,065 bilhões aos cofres do governo.

Há de se destacar que a ANTAQ ao longo dos últimos exercícios tem atuado com uma rígida e rigorosa disciplina orçamentária e financeira que a caracteriza desde a sua criação, o que a torna vulnerável aos cortes lineares, comprometendo o cumprimento de suas obrigações institucionais.

**Quadro 28 - Administração da Unidade**

Identificação da Ação												
<b>Código da Ação/Subtítulo</b>	2000.0001					<b>Tipo:</b> Atividade						
<b>Título</b>	Administração da Unidade											
<b>Iniciativa</b>	Ação sem iniciativa											
<b>Objetivo</b>	Ação sem objetivo				<b>Código:</b>							
<b>Programa</b>	<b>Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República</b>				<b>Código:</b> 2101	<b>Tipo:</b> Gestão						
<b>Unidade Orçamentária</b>	Agência Nacional de Transportes Aquaviários				<b>Código:</b> 68201							
<b>Ação Prioritária</b>	() Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras											
Lei Orçamentária Anual - 2015												
Execução Orçamentária e Financeira												
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício							
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados						
28.957.613,00	30.307.613,00	30.307.613,00	26.933.460,55	25.781.325,07	1.152.135,48	3.374.151,67						
Execução Física												
Não se aplica												
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Execução Orçamentária e Financeira					Execução Física - Metas							
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado			Não se aplica							
7.862.257,51	6.624.937,85	807.399,51										

#### **2.2.3.1.7. Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**

A ação tem por objetivo assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

No exercício de 2015 os recursos orçamentários consignados na LOA para esta ação, acrescidos de suplementação, no valor de R\$ 2.901.676,00, totalizando R\$ 13.431.676,00, dos quais R\$ 12.533.580,93 foram executados, o que representou a realização de 93%.

Não houve inscrições em restos a pagar, nem tão pouco havia restos a pagar de exercícios anteriores.

**Quadro 29 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o CPSS**

Identificação da Ação													
<b>Código da Ação/Subtítulo</b>	09HB.0001	<b>Tipo:</b> Operações Especiais											
<b>Título</b>	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custo do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais												
<b>Iniciativa</b>	Ação sem iniciativa												
<b>Objetivo</b>	Ação sem objetivo			<b>Código:</b>									
<b>Programa</b>	<b>Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República</b>			<b>Código:</b> 2101	<b>Tipo</b> Gestão	:							
<b>Unidade Orçamentária</b>	Agência Nacional de Transportes Aquaviários			<b>Código:</b> 68201									
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X)Não	Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras											
Lei Orçamentária Anual - 2015													
Execução Orçamentária e Financeira													
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício								
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados							
10.530.000,00	13.431.676,00	12.533.580,93	12.533.580,93	12.533.580,93	0,00	0,00							
Execução Física													
Não se aplica													
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores													
Não houve.													

### 2.2.3.1.8. Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes

**Quadro 30 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**

Identificação da Ação													
<b>Código da Ação/Subtítulo</b>	2004.0001	<b>Tipo:</b> Atividade											
<b>Título</b>	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes												
<b>Iniciativa</b>	Ação sem iniciativa												
<b>Objetivo</b>	Ação sem objetivo			<b>Código:</b>									
<b>Programa</b>	<b>Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República</b>			<b>Código:</b> 2101	<b>Tipo</b> Gestão	:							
<b>Unidade Orçamentária</b>	Agência Nacional de Transportes Aquaviários			<b>Código:</b> 68201									
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X)Não	Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras											
Lei Orçamentária Anual – 2015													
Execução Orçamentária e Financeira													
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício								
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados							
1.064.172,00	1.064.172,00	714.759,34	414.759,34	414.759,34	0,00	300.000,00							
Execução Física													
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante									
				Previsto	Reprogramado	Realizado							
<b>Pessoa Beneficiada</b>		Unidade		833	-	696							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores													
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas									
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada								
18.699,67	4.831,61	8.822,94	-	-									

A ação tem como objetivo proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9/12/93).

A ANTAQ oferece plano de assistência médica e odontológica a seus servidores e dependentes. Os planos são de abrangência nacional e são custeados em parte pelo servidor e parte pela ANTAQ de acordo com o estabelecido na Portaria MP nº 625, de 21 de dezembro de 2012.

Em 2015, o valor dos recursos orçamentários liberados, para esta ação, foi da ordem de R\$ 1.064.172,00 com uma execução de 67%.

No que tange à meta física, foram concedidos 696 benefícios de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores desta Agência e seus dependentes, perfazendo um percentual de 83% da meta programa prevista de 833 pessoas beneficiadas.

### **2.2.3.1.9. Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares**

**Quadro 31 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Serv. Civis, Empregados e Militares**

<b>Identificação da Ação</b>												
<b>Código da Ação/Subtítulo</b>	2010.0001	<b>Tipo:</b> Atividade										
<b>Título</b>	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares											
<b>Iniciativa</b>	Ação sem iniciativa											
<b>Objetivo</b>	Ação sem objetivo			<b>Código:</b>								
<b>Programa</b>	<b>Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República</b>			<b>Código:</b> 2101	<b>Tipo:</b> Gestão							
<b>Unidade Orçamentária</b>	Agência Nacional de Transportes Aquaviários			<b>Código:</b> 68201								
<b>Ação Prioritária</b>	( <input type="checkbox"/> Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> Não) Caso positivo: ( <input type="checkbox"/> PAC ( <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria ( <input type="checkbox"/> Outras											
<b>Lei Orçamentária Anual – 2015</b>												
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>												
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar do Exercício</b>							
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados						
88.800,00	88.800,00	69.173,15	69.173,15	69.173,15	0,00	0,00						
<b>Execução Física</b>												
<b>Descrição da meta</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>										
		<b>Previsto</b>		<b>Reprogramado</b>		<b>Realizado</b>						
<b>Criança atendida</b>	Unidade	78		-		64						
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>												
Não houve.												

A ação tem como objetivo oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9/12/93), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.

Em 2015 o valor dos recursos orçamentários liberados, para esta Ação, foi da ordem de R\$ 88.800,00 com execução de R\$ 69.173,15, representando 78% da meta prevista.

No tocante à meta física, foram concedidos 64 benefícios de assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados, perfazendo um percentual de 82% da meta prevista de 78 crianças atendidas.

### 2.2.3.1.10. Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares

**Quadro 32 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares**

Identificação da Ação															
<b>Código da Ação/Subtítulo</b>	2011.0001	<b>Tipo:</b> Atividade													
<b>Título</b>	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares														
<b>Iniciativa</b>	Ação sem iniciativa														
<b>Objetivo</b>	Ação sem objetivo		<b>Código:</b>												
<b>Programa</b>	<b>Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República</b>				<b>Código:</b> 2101	<b>Tipo:</b> Gestão									
<b>Unidade Orçamentária</b>	Agência Nacional de Transportes Aquaviários			<b>Código:</b> 68201											
<b>Ação Prioritária</b>	( <input type="checkbox"/> Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> Não) Caso positivo: ( <input type="checkbox"/> PAC ( <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria ( <input type="checkbox"/> Outras)														
Lei Orçamentária Anual – 2015															
Execução Orçamentária e Financeira															
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício										
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados									
93.600,00	93.600,00	38.905,14	38.905,14	38.905,14	0,00	0,00									
Execução Física															
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante											
				Previsto	Reprogramado	Realizado									
<b>Pessoa beneficiada</b>		Unidade		39	-	16									
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores															
Não houve.															

A ação tem como objetivo propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia aos servidores e empregados da ANTAQ, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

Em 2015, o valor dos recursos orçamentários liberados, para esta ação, foi da ordem de R\$ 93.600,00 com execução de R\$ 38.905,14, o que representou 42% da meta prevista.

No que tange à meta física, foram concedidos 16 benefícios de auxílio transporte aos servidores e empregados, perfazendo um percentual de 40% da meta prevista de 39 servidores beneficiados, o que apontou uma queda em relação ao executado no exercício anterior da ordem de 19 beneficiados, dado este que foi utilizado na projeção para 2015.

Não houve inscrições em restos a pagar, nem tão pouco havia restos a pagar de exercícios anteriores.

### 2.2.3.1.11. Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares

**Quadro 33 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares**

Identificação da Ação														
<b>Código da Ação/Subtítulo</b>	2012.0001	<b>Tipo:</b> Atividade												
<b>Título</b>	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares													
<b>Iniciativa</b>	Ação sem iniciativa													
<b>Objetivo</b>	Ação sem objetivo		<b>Código:</b>											
<b>Programa</b>	<b>Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República</b>				<b>Código:</b> 2101	<b>Tipo:</b> Gestão								
<b>Unidade Orçamentária</b>	Agência Nacional de Transportes Aquaviários			<b>Código:</b>	68201									
<b>Ação Prioritária</b>	( <input type="checkbox"/> Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> Não) Caso positivo: ( <input type="checkbox"/> PAC ( <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria ( <input type="checkbox"/> Outras)													
Lei Orçamentária Anual – 2015														
Execução Orçamentária e Financeira														

Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício				
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados			
2.080.068,00	2.080.068,00	1.639.488,51	1.639.488,51	1.639.488,51	0,00	0,00			
<b>Execução Física</b>									
Descrição da meta	Unidade de medida			Montante					
				Previsto	Reprogramado	Realizado			
<b>Pessoa beneficiada</b>	<b>Unidade</b>			465	-	352			
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>									
Não houve.									

A ação tem por objetivo proporcionar aos servidores e empregados da ANTAQ, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9/12/93), o auxílio-alimentação, sob a forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados.

Em 2015, 352 servidores desta Agência, foram beneficiados com auxílio-alimentação, o que representou 76% da meta prevista. Para atingir esta meta foram utilizados recursos da ordem de R\$ 1.639.488,51, o que representou um percentual de execução de 79% do orçamentário autorizado.

#### **2.2.3.1.12. Concessão e Regulação dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário**

**Quadro 34 - Concessão e Regulação dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário**

Identificação da Ação												
Código da Ação/Subtítulo	2088.0001			Tipo: Atividade								
<b>Título</b>	Concessão e Regulação dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário											
<b>Iniciativa</b>	Ação sem iniciativa											
<b>Objetivo</b>	Ação sem objetivo			Código:								
<b>Programa</b>	<b>Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República</b>			Código: 2101 Tipo: Gestão								
<b>Unidade Orçamentária</b>	Agência Nacional de Transportes Aquaviários			Código: 68201								
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras											
Lei Orçamentária Anual - 2015												
Execução Orçamentária e Financeira												
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício							
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados						
1.120.000,00	1.120.000,00	1.120.000,00	1.014.136,09	1.014.136,09	0,00	105.863,91						
<b>Execução Física</b>												
Descrição da meta	Unidade de medida			Montante								
				Previsto	Reprogramado	Realizado						
<b>Outorga concedida</b>	<b>Unidade</b>			150	-	146						
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>												
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas								
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado		Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada						
198.749,11	171.236,89	0,00	-	-	-	-						

Ação finalística da ANTAQ desenvolvida em sua estrutura organizacional envolvendo as Superintendências de Outorgas – SOG, de Regulação – SRG e Desempenho e Desenvolvimento e Sustentabilidade – SDS.

Tem a finalidade principal de aferir o cumprimento dos termos das outorgas, normatizações e a de assegurar também o cumprimento dos princípios que orientam a exploração econômica dos serviços públicos, tais como: acessibilidade, regularidade, segurança e modicidade tarifária; garantir a isonomia no acesso e uso dos serviços de transporte e na exploração da infraestrutura aquaviária e portuária, assegurando os direitos dos usuários e fomentando a competição entre operadores.

Da meta física prevista para execução de 150 outorgas concedidas forma realizadas 146 concessões, o que representa 97% de execução, cabendo lembrar tratar-se de variável que embora prevista pela Agência é demandada diretamente pelo mercado.

Esta Ação contou com dotação autorizada no montante de R\$ 1.120.000,00, sendo que R\$ 1.014.136,09 foram executadas no exercício e R\$ 105.863,91 foram inscritas em Restos a Pagar, o que equivale a 9% do total empenhado.

Os valores de restos a pagar não processados dos exercícios anteriores, inscritos nesta ação, de R\$ 171.236,89 foram liquidados, restando apenas R\$ 27.512,22 a serem pagos ou cancelados no exercício de 2016.

#### **2.2.3.1.13. *Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário***

**Quadro 35 - Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transp. Aquaviário**

<b>Identificação da Ação</b>												
<b>Código da Ação/Subtítulo</b>	2090.0001											
<b>Título</b>	Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário											
<b>Iniciativa</b>	Ação sem iniciativa											
<b>Objetivo</b>	Ação sem objetivo											
<b>Programa</b>	<b>Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República</b>											
<b>Código:</b>	Código: 2101											
<b>Unidade Orçamentária</b>	Código: Gestão											
<b>Agência Nacional de Transportes Aquaviários</b>	Código: 68201											
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras											
<b>Lei Orçamentária Anual - 2015</b>												
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>												
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar do Exercício</b>							
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados						
850.000,00	850.000,00	850.000,00	752.530,47	752.530,47	135,64	97.469,53						
<b>Execução Física</b>												
<b>Descrição da meta</b>		<b>Unidade de medida</b>		<b>Montante</b>								
				Previsto	Reprogramado	Realizado						
<b>Empresa Fiscalizada</b>	Unidade		1018	-	1146							
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>												
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>				<b>Execução Física - Metas</b>								
<b>Valor em 1º de janeiro</b>	Valor Liquidado	Valor Cancelado	<b>Descrição da Meta</b>		<b>Unidade de medida</b>	<b>Realizada</b>						
154.373,08	103.518,08	0,00	-		-							

Esta ação tem como finalidade garantir a movimentação de pessoas e bens, em cumprimento a padrões de eficiência, segurança, conforto e regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e tarifas, na prestação de serviços de transporte fluvial, lacustre, de travessia, de apoio marítimo, de apoio portuário, de cabotagem e longo curso, bem assim nos serviços de exploração da infraestrutura portuária.

A despesa executada refere-se a gastos com diárias, passagens e locomoção de acordo com a programação de Plano de Fiscalização Anual - PAF. É importante lembrar que a execução financeira não está diretamente ligada ao físico previsto na LOA, tendo em vista que grande parte das

fiscalizações é efetuada por servidores que estão nas Unidades Regionais, o que normalmente não gera custos com passagens áreas à Agência.

Em termos físicos foram realizados 13% a mais do previsto no Programa de Fiscalização Anual - PAF, tendo em vista as fiscalizações eventuais que ocorrem em grande parte por denúncias recebidas pela Agência.

Esta Ação contou com dotação autorizada no montante de R\$ 850.000,00, sendo que R\$ 752.530,47 foram executadas no exercício e R\$ 97.605,17 foram inscritas em Restos a Pagar, o que equivale a 11% do total empenhado.

Os valores de restos a pagar não processados dos exercícios anteriores, inscritos nesta ação, tiveram uma execução de 67%, restando apenas R\$ 50.855,00 a serem pagos ou cancelados no exercício de 2016.

#### **2.2.3.1.14. Pagamento de Pessoal Ativo da União**

**Quadro 36 - Pagamento de Pessoal Ativo da União**

Identificação da Ação														
<b>Cód. da Ação/Subtítulo</b>	20TP.0001			<b>Tipo:</b>	Atividade									
<b>Título</b>	Pagamento de Pessoal Ativo da União													
<b>Iniciativa</b>	Ação sem iniciativa													
<b>Objetivo</b>	Ação sem objetivo													
<b>Programa</b>	<b>Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República</b>			<b>Código:</b> 2101	<b>Tipo:</b> Gestão									
<b>Unidade Orçamentária</b>	Agência Nacional de Transportes Aquaviários			<b>Código:</b> 68201										
<b>Ação Prioritária</b>	( <input type="checkbox"/> Sim) Não Caso positivo: ( <input type="checkbox"/> PAC) ( <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria) ( <input type="checkbox"/> Outras)													
Lei Orçamentária Anual - 2015														
Execução Orçamentária e Financeira														
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício									
Inicial	Final	Empenhada	Liquidação	Paga	Processados	Não Processados								
59.953.752,00	71.988.248,00	70.156.274,83	69.401.300,16	69.356.435,56	44.864,60	754.974,67								
Execução Física														
Não se aplica.														
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores														
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas											
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada									
1.125.091,00	832.286,93	0,00	-	-										

A ação tem por objetivo garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.

A dotação autorizada no montante de R\$ 71.988.248,00 teve um percentual de realização de 97% da meta orçamentária prevista. Dos valores empenhados no exercício R\$ 799.839,27 foram inscritos em restos a pagar, o que equivale a 1% do total empenhado.

Houve a necessidade de suplementar a dotação inicial o que foi realizado no montante de R\$ 12.034.496,00. Cabendo observar, que o valor aprovado na LOA para esta ação, além de inferior ao valor executado em 2014, não contemplava o ingresso de 143 (cento e quarenta e três) novos servidores aprovados em Concurso Público.

Do valor de restos a pagar não processados e inscritos no exercício anterior, 74% foram liquidados, restando R\$ 292.804,07 a serem pagos ou cancelados em 2016.

### 2.2.3.1.15. Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes

**Quadro 37 - Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes**

Identificação da Ação												
<b>Código da Ação/Subtítulo</b>	20UC.0001					<b>Tipo:</b> Atividade						
<b>Título</b>	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes											
<b>Iniciativa</b>	Ação sem iniciativa											
<b>Objetivo</b>	Ação sem objetivo					<b>Código:</b>						
<b>Programa</b>	<b>Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República</b>					<b>Código:</b> 2101 <b>Tipo:</b> Gestão						
<b>Unidade Orçamentária</b>	Agência Nacional de Transportes Aquaviários					<b>Código:</b> 68201						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X)Não    Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras											
Lei Orçamentária Anual - 2015												
Execução Orçamentária e Financeira												
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício							
Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processados	Não Processados						
4.500.000,00	3.150.000,00	2.135.250,30	1.935.825,45	1.935.825,45	0,00	199.424,85						
Execução Física												
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante								
				Previsto	Reprogramado	Realizado						
<b>Estudo realizado</b>		Unidade		2	6	6						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas									
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquido	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada							
1.255.502,93	749.867,00	10.244,75	-	-	-							

A LOA 2015 consignou a esta ação dotação inicial de R\$ 4.500.000,00, contudo, ao longo do exercício foi necessário o remanejamento de R\$ 1.350.000,00 para a ação de administração da unidade, junta-se a isso o contingenciamento financeiro imposto a esta Agência ou que consequentemente demandou a revisão dos cronogramas dos estudos contratados. O remanejamento ocorreu tendo em vista que a dotação orçamentária disponibilizada para a ação de administração da ANTAQ foi insuficiente numa proporção que comprometeria as obrigações institucionais da Agência.

Temos que os seguintes estudos foram executados ou iniciados no exercício de 2015:

- TERM-SAF-ANTAQ/Nº 01/2014- Elaboração de estudo sobre o transporte aquaviário longitudinal de passageiros e misto.

Celebrado entre esta Agência e a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, possui como objeto a realização de estudos que envolvam o levantamento dos elementos que compõem os custos e receitas da prestação de serviços de Transporte Aquaviário Longitudinal de Passageiros e Misto verificados na Região Hidrográfica da Amazônica, bem como a concepção de metodologia de cálculo de preços de equilíbrio econômico financeiro. O estudo está em sua fase final, com mais de 95% do seu desenvolvimento concluído, incluindo o último Relatório (Relatório Final), já entregue pela Universidade e em processo de análise pela equipe técnica da Agência. A Diretoria da ANTAQ aprovou em 18/12/2015 a prorrogação do TED visando dispor de tempo adicional para as devidas correções do Relatório Final e da Metodologia a ser apresentada.

- PREGÃO N° 17/14 - Pesquisa de satisfação dos usuários do sistema portuário brasileiro

O Contrato de Prestação de Serviços para a PSU do Sistema Portuário brasileiro, CONT-SAF-ANTAQ/Nº 30/2014, celebrado entre esta Agência e a MK PESQUISA E PLANEJAMENTO LTDA, prevê a execução de uma pesquisa de satisfação entre os usuários de 21 portos organizados do país, em três anos. Para o primeiro ano, foram entregues os oito produtos previstos, sendo 6 aprovados pelo Grupo de Trabalho (GT) que acompanha o desenvolvimento da pesquisa. O restante está sob análise do GT, da superintendência responsável (SDS) e da Gerência de Licitações e Contratos (GLC).

- TERM-SAF-ANTAQ/Nº 02/2014 - Elaboração de estudo para acompanhamento da oferta e demanda de transporte aquaviário longitudinal de passageiros e misto na região amazônica.

Celebrado com a Universidade Federal do Pará – UFPA, em setembro/2014 com previsão de término em 2 anos, seu cronograma teve início em 2015, considerando o contingenciamento preventivo de recurso ao longo no exercício de 2015. Novamente o estudo foi adiado preventivamente, visto não haver recurso financeiro para custear-lo. O estudo contempla pesquisas de campo para levantamento da oferta e demanda por transporte de passageiros. Até a presente data, 30% dos trabalhos já foram realizados.

- TERM-SAF-ANTAQ nº 01/2015 - Elaboração de estudo a respeito das Práticas Regulatórias.

Celebrado com a Universidade Federal do Paraná – UFPR, possui como objeto a elaboração de estudo a respeito das práticas regulatórias, vantagens competitivas e oferta e demanda de carga que se verificam no âmbito do transporte longitudinal de cargas na Hidrovia Paraguai – Paraná entre Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. A UFPR enviou parte do material previsto para o Primeiro e Segundo produtos, de um total de cinco produtos, totalizando 20% do trabalho previsto. Este material está sob análise do grupo de trabalho.

- TED nº 05/2015 - Programa de rastreamento de embarcações de navegação interior para o transporte de passageiros e misto (PRENAVI).

Celebrado com a Marinha do Brasil, possuem como objeto o desenvolvimento de uma Solução para o Rastreamento e Monitoramento de Embarcações utilizadas nas operações de transportes que ocorrem nas Navegações reguladas pela ANTAQ. Não há informações parciais do desenvolvimento dos trabalhos pois a assinatura do TED, entre ANTAQ e Marinha, ocorreu em 24 de novembro de 2015.

- TED nº 04/2015- Dimensão Econômica-Regulatória da Navegação Marítima no Brasil - FUB.

O estudo referente ao TERM-SAF-ANTAQ/Nº 04/2015, celebrado entre esta Agência e a Fundação universidade de Brasília – FUB, possui como objeto a realização de estudo sobre a Navegação Marítima focando em um Diagnóstico e Benchmark; na Percepção dos Usuários; em Indicadores de Desempenho, em consonância com o Planejamento Estratégico da Agência; além de Proposições Regulatórias, visando melhorias nos atos e ações da Agência perante este tipo de transporte aquaviário. O estudo iniciou-se, efetivamente, em outubro de 2015 e o primeiro relatório, de um total de quatorze, já foi entregue e analisado pelo Grupo de Trabalho responsável, correspondendo a 7% dos trabalhos.

## 2.2.4. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

As novas competências atribuídas à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, vinculada à SEP/PR, pelo novo marco regulatório disciplinado pela Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, resultou em aumento considerável nos trabalhos desenvolvidos pela Agência. O quantitativo de regulados, objeto de fiscalização e monitoramento, cresce anualmente, implicando significativo aumento de suas despesas.

O novo papel da ANTAQ demanda novos patamares orçamentários para que se cumpra as determinações da Lei nº 12.815, de 2013. Segundo a Agência, até 2012 havia 163 portos, arrendamentos, instalações e operadores portuários sob fiscalização. Em 2013, este número passou para 803 e, **a partir de 2014, espera-se atingir 1.013**, conforme detalhado no quadro a seguir:

**Quadro 38 - Evolução Orçamentária**

Em R\$ 1,00

Despesas	LOA 2011 + Créditos A	LOA 2012 + Créditos B	LOA 2013 + Créditos C	LOA 2014 + Créditos D	LOA 2015 + Créditos E
<b>Demais Despesas Correntes</b>	32.625.500	31.700.000	32.153.006	31.230.621	32.207.613
<b>Despesas de Capital</b>	3.224.500	3.000.000	3.460.000	7.350.000	2.100.000
<b>Total</b>	<b>35.850.000</b>	<b>34.700.000</b>	<b>35.613.006</b>	<b>38.580.621</b>	<b>34.307.613</b>

Como constatado no quadro acima em termos orçamentários os valores disponibilizados para o exercício de 2015 foi o menor dos últimos 5 anos, o que demonstra que embora a ANTAQ tenha a partir de 2013 suas atividades e obrigações acrescidas em muito pelo novo Marco Regulatório, os recursos orçamentários e econômico-financeiros não estão seguindo o mesmo curso. Tal situação não deve prosperar sob pena da Agência não conseguir dar seguimento as suas Competências Institucionais. Neste período foram criados 13 Postos Avançados de Fiscalização em área portuária pública, para vivenciar em tempo real a realidade da atividade das Autoridades Portuárias, arrendatários e operadores portuários.

Os postos avançados foram criados nos portos catarinenses de Itajaí e Imbituba, Manaus (AM), Santarém (PA), Macapá (AP), Itaqui (MA), Suape (PE), Itajaí e Imbituba (SC), Rio Grande (RS) e na Instalação Portuária de Pecém (CE). Os locais foram definidos por critérios de importância no cenário nacional, principalmente pela quantidade de carga movimentada.

## 2.2.5. Demonstrativo da execução das despesas

### 2.2.5.1. Programação da Despesa

**Quadro 39- Programação de Despesas**

Unidade Orçamentária: Agência Nacional de Transportes Aquaviários		Código UO: 68201	UGO: 682010
<b>Origem dos Créditos Orçamentários</b>		<b>Grupos de Despesa Correntes</b>	
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida
		3- Outras Despesas Correntes	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		73.149.476,00	-
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>	15.824.320,00	-
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>	-
		<b>Reabertos</b>	-
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>	-
		<b>Reabertos</b>	-

	<b>Créditos Cancelados</b>	<b>-225.769,00</b>	-	<b>-1.350.000,00</b>
	<b>Outras Operações</b>	-	-	-
	<b>Dotação final 2015 (A)</b>	88.748.027,00	-	36.695.457,00
	<b>Dotação final 2014(B)</b>	74.610.382,00	-	40.163.684,00
	<b>Variação (A/B-1)*100</b>	18,95	-	<b>-8,64</b>
<b>Origem dos Créditos Orçamentários</b>	<b>Grupos de Despesa Capital</b>			9 - Reserva de Contingência
		<b>4 – Investimentos</b>	<b>5 – Inversões Financeiras</b>	
<b>DOTAÇÃO NICIAL</b>		3.000.000,00	-	-
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>		-	-
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>	-	-
		<b>Reabertos</b>	-	-
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>	-	-
		<b>Reabertos</b>	-	-
	<b>Créditos Cancelados</b>		<b>-900.000,00</b>	-
<b>Outras Operações</b>		-	-	-
	<b>Dotação final 2015 (A)</b>	2.100.000,00	-	-
	<b>Dotação final 2014(B)</b>	7.350.000,00	-	-
	<b>Variação (A/B-1)*100</b>	<b>-71,43</b>	-	-

- Pessoal e Encargos Sociais

Ao longo do exercício de 2015 a dotação inicialmente autorizada para as despesas com Pessoal e Encargos Sociais, no valor de R\$ 73.149.476,00, mostrou-se insuficiente, tendo sido dotada de crédito suplementar da ordem de R\$ 15.824.320,00, principalmente para cobertura das despesas advindas da entrada em exercício dos 143 (cento e quarenta e três) novos servidores aprovados no Concurso Público.

O valor total empenhado no exercício de R\$ 85.878.466,70, representa uma execução de 97% da dotação final. Comparando-se os valores empenhados dos exercícios 2014 e 2015 a variação percentual é de 18,95% de acréscimo.

As suplementações foram alocadas conforme demonstrado no quadro abaixo:

**Quadro 40 – Alterações Orçamentárias – Pessoal e Encargos Sociais**

Em R\$ 1,00

	<b>Projeto/Atividade</b>	<b>Dotação Inicial</b>	<b>Dotação Suplementar</b>	<b>Dotação Cancelada Remanejada</b>	<b>Dotação Atualizada</b>
0005	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)	61.025			61.025
00G5	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Fed. decorrente do Pag. de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor	4.699			4.699
0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	2.600.000	662.379		3.262.379
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	10.530.000	2.901.676		13.431.676
20TP	Pag. de Pessoal Ativo da União	59.953.752	12.260.265	(225.769)	71.988.248
<b>Total</b>		<b>73.149.476</b>	<b>15.824.320</b>	<b>(225.769)</b>	<b>88.748.027</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

- Outras Despesas Correntes e Investimento

A dotação orçamentária autorizada para outras despesas correntes na LOA -2015 se mostrou insuficiente considerando as novas atribuições da Agência com a promulgação da Lei nº 12.815/13, conhecida como Nova Lei dos Portos.

Tendo em vista que o valor aprovado na LOA 2015 não era suficiente para as necessidades mínimas da Agência era imprescindível suplementar o valor da ação de administração da unidade, o que foi feito com o remanejamento de recursos de investimento para despesas de custeio da ordem de R\$ 900.000,00, e o remanejamento de R\$ 1.350.000,00 da ação de Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes.

**Quadro 41 - Alterações Orçamentárias – Outras Despesas Correntes**

Em R\$ 1,00

Projeto/Atividade	Dotação Inicial	Dotação Suplementar	Dotação Cancelada Remanejada	Dotação Atualizada
00M1 Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	21.204,00			21.204,00
00OL Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica	20.000,00			20.000,00
2000 Administração da Unidade	25.957.613,00	2.250.000,00		28.207.613,00
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	1.064.172,00			1.064.172,00
2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	88.800,00			88.800,00
2011 Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	93.600,00			93.600,00
2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	2.080.068,00			2.080.068,00
2088 Concessão e Regulação dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário	1.120.000,00			1.120.000,00
2090 Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário	850.000,00			850.000,00
20UC Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes	4.500.000,00		(1.350.000,00)	3.150.000,00
<b>Total</b>	<b>35.795.457,00</b>	<b>2.250.000,00</b>	<b>(1.350.000,00)</b>	<b>36.695.457,00</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

**Quadro 42 - Alterações Orçamentárias – Investimento**

Em R\$ 1,00

Projeto/Atividade	Dotação Inicial	Dotação Suplementar	Dotação Cancelada Remanejada	Dotação Atualizada
2000 Administração da Unidade	3.000.000,00		(900.000,00)	2.100.000,00

Fonte: Tesouro Gerencial

### 2.2.5.2. Movimentação de Créditos Interna e Externa

A ANTAQ possui apenas uma Unidade Gestora Executora, código 682010, portanto, não realiza movimentação de créditos interna, apenas externa. A movimentação externa é processada para as Instituições de Ensino Federal que são contratadas por meio de Termo de Descentralização de crédito – TED, conforme quadro abaixo.

Cabe mencionar também a movimentação externa para o Tribunal Regional do Trabalho – 10ª Região, que foi diretamente descentralizada pelo SOF no montante de R\$ 65.724,00.

**Quadro 43 – Movimentação Orçamentária Externa – Despesas Correntes**

R\$ 1,00

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	682010	154040	26121210120UC0001	-	-	200.000,00
		153163	26121210120UC0001	-	-	682.680,00
		153063	26121210120UC0001	-	-	578.779,30
			26122210120000001	-	-	42.000,00
		153079	26121210120UC0001	-	-	673.791,00
		080016	28846090100050001	61.025,00	-	-
			28846090100G50001	4.699,00	-	-
<b>Total</b>				<b>65.724,00</b>	-	<b>2.177.250,30</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

### 2.2.5.3. Realização da Despesa

### 2.2.5.4. Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Total

**Quadro 44 – Despesa por Modalidade de Contratação - Total**

Unidade Orçamentária: ANTAQ	Código UO:68201	UGO:682010			
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada	Despesa paga			
		2015	2014	2015	2014
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>17.122.812,99</b>	<b>17.942.895,82</b>	<b>16.069.437,92</b>	<b>17.559.917,10</b>	
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência					
d) Pregão	17.122.812,99	17.942.895,82	16.069.437,92	17.559.917,10	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>11.111.051,66</b>	<b>14.702.781,20</b>	<b>11.012.159,73</b>	<b>14.059.142,52</b>	
h) Dispensa	10.093.017,51	13.620.447,33	9.996.251,50	12.996.785,08	
i) Inexigibilidade	1.018.034,15	1.082.333,87	1.015.908,23	1.062.357,44	
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>25.414,05</b>	<b>26.776,73</b>	<b>25.414,05</b>	<b>26.776,73</b>	
j) Suprimento de Fundos	25.414,05	26.776,73	25.414,05	26.776,73	
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>87.295.164,50</b>	<b>73.117.874,84</b>	<b>87.250.299,90</b>	<b>72.890.976,57</b>	
k) Pagamento em Folha	86.868.676,27	72.496.651,33	86.823.811,67	72.269.753,06	
l) Diárias	426.488,23	621.223,51	426.488,23	621.223,51	
<b>5. Outros</b>	<b>2.372.217,67</b>	<b>3.667.231,76</b>	<b>2.372.213,55</b>	<b>3.659.929,52</b>	
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>117.926.660,87</b>	<b>109.457.560,35</b>	<b>116.729.525,15</b>	<b>108.196.742,44</b>	

## 2.2.5.5. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Total

Quadro 45 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Total

Unidade Orçamentária: ANTAQ				Código UO: 68201		UGO: 682010		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquida		RP não processados		Valores Pagos	
1. Pessoal	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
11 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	65.199.003,00	55.582.700,85	65.199.003,00	55.582.700,85		-	65.192.855,34	55.392.705,74
13 - Obrigações patronais	13.006.923,34	11.056.047,54	13.006.923,34	11.056.047,54		-	12.968.206,40	11.020.197,60
96 - Ressarc. de despesas de pessoal requisitado	4.041.000,00	4.227.153,15	3.286.025,33	3.102.062,15	754.974,67	1.125.091,00	3.286.025,33	3.102.062,15
Demais elementos do grupo	3.631.540,36	2.755.840,79	3.621.540,36	2.755.840,79	10.000,00	-	3.621.540,36	2.754.787,57
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>								
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	25.868.969,00	30.460.947,46	23.361.009,00	26.522.039,30	2.507.960,00	3.938.908,16	22.212.237,88	25.509.426,80
37 - Locação de Mão-de-Obra	2.002.363,48	2.650.009,69	1.882.171,51	2.406.624,20	120.191,97	243.385,49	1.882.171,51	2.406.624,20
46 - Auxílio-Alimentação	1.639.488,51	1.359.245,92	1.639.488,51	1.359.245,92		-	1.639.488,51	1.359.245,92
Demais elementos do grupo	5.279.257,81	4.670.043,50	4.746.054,29	4.431.355,56	533.203,52	238.687,94	4.742.554,29	4.411.178,42
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquida		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
51 - Obras e instalações		3.468.610,30				3.468.610,30		
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	2.038.970,00	2.122.750,86	1.123.415,53	1.459.769,20	915.554,47	662.981,66	1.123.415,53	1.459.769,20
52 - Equipamento e material permanente	61.030,00	1.758.638,84	61.030,00	781.874,84	-	976.764,00	61.030,00	780.744,84
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
<b>6. Amortização da Dívida</b>								

Fonte: Tesouro Gerencial

## 2.2.6. *Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento*

Todas as obrigações foram assumidas tendo em vista o planejamento antecipado, inclusive as de ordem emergência, aquelas não aprovadas no orçamento foram adiadas para o exercício seguinte.

## 2.2.7. *Restos a pagar de exercícios anteriores*

**Quadro 46 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores**

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	10.392.743,55	5.288.126,67	816.222,45	4.288.394,43
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	1.260.817,91	1.253.870,67	6.947,24	0

Fonte: GOF/ANTAQ e Tesouro Gerencial

As inscrições foram realizadas considerando o teor constante da Macrofunção 020318, decorrente da Portaria/STN N 833, de 16 de dezembro de 2011, que revogou a IN/STN Nº 05, de 06 de novembro de 1996, (Manual SIAFI), bem como as Normas decorrentes do Encerramento do Exercício.

Os valores reinscritos em Restos a Pagar foram analisados junto aos setores solicitantes desta Agência. Foram verificados os empenhos que até o final do exercício de 2015, ainda careciam da devida comprovação da execução dos serviços ou da entrega dos bens, não sendo verificadas tais comprovações os mesmos foram submetidos ao cancelamento manual por meio do SIAFI.

O impacto na gestão da Agência decorrente dos pagamentos de RP de exercícios anteriores foi significativo, especialmente para o RP não processados, executados no início de 2015. Para o pagamento destas despesas foram utilizados os limites financeiros do orçamento anual do exercício de 2015 considerando que o limite financeiro disponibilizado pela SEP à ANTAQ, para este tipo de despesa, foi irrisório, não havendo como deixar de realizar os pagamentos dos serviços executados ou bens entregues. Mesmo assim, restou reinscritos o montante de R\$ 4.288.394,43.

## 2.2.8. *Execução descentralizada com transferência de recursos*

**Quadro 47 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes em 2015**

Unidade Concedente ou Contratante							
Nome: Agência Nacional de Transportes Aquaviários UG/GESTÃO: 682010/68201 CNPJ: 04.903.587/0001-08							
Informações sobre as Transferências							
Mod .	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados	Valores Repassados		Vigência	
			Global	No Exercício	Acumulado até o Exerc.	Início	Fim
TED	01/2014	Univ. Fed. de Santa Catarina - UFSC	1.455.330,00	682.680,00	1.106.050,00	28/08/2014	28/06/2016
TED	02/2014	Univ. Federal do Pará	1.298.896,50	319.000,00	578.779,30	18/09/2014	18/09/2016
TED	03/2014	Min. dos Transportes	50.000,00	0,00	50.000,00	04/12/2014	04/06/2015
TED	01/2015	Univ. Federal do Paraná	1.762.398,78	673.791,00	673.791,00	11/02/2015	11/04/2016
TED	02/2015	Univ. Federal do Pará	228.936,40	42.000,00	42.000,00	25/05/2015	25/11/2016
TED	04/2015	Fund. Univ.de Brasília-FUB	2.530.940,00	200.000,00	200.000,00	23/10/2015	27/07/2018
TED	05/2015	Marinha do Brasil	1.900.000,00	0,00	0,00	24/11/2015	24/01/2018

Fonte: SIAFI - Posição em 31.12.2015

**Quadro 48 –Resumo dos instrumentos celebrados pela ANTAQ nos três últimos exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Agência Nacional de Transportes Aquaviários				UG/GESTÃO: 682010/68201		
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
<b>Convênio</b>	-	-	-		41.722,24	10.430,56
<b>Contrato de Repasse</b>	-	-	-			
<b>Termo de Execução Descentralizada</b>	4	3	-	1.917.471,00	1.406.426,42	947.134,14
<b>Termo de Compromisso</b>						
<b>Totais</b>	4	3	0	1.917.471,00	1.448.148,66	957.564,70

Fonte: SIAFI/SICONV

### 2.2.9. Informações sobre a realização das receitas

**Quadro 49- Receitas Arrecadadas – Multas Aplicadas**

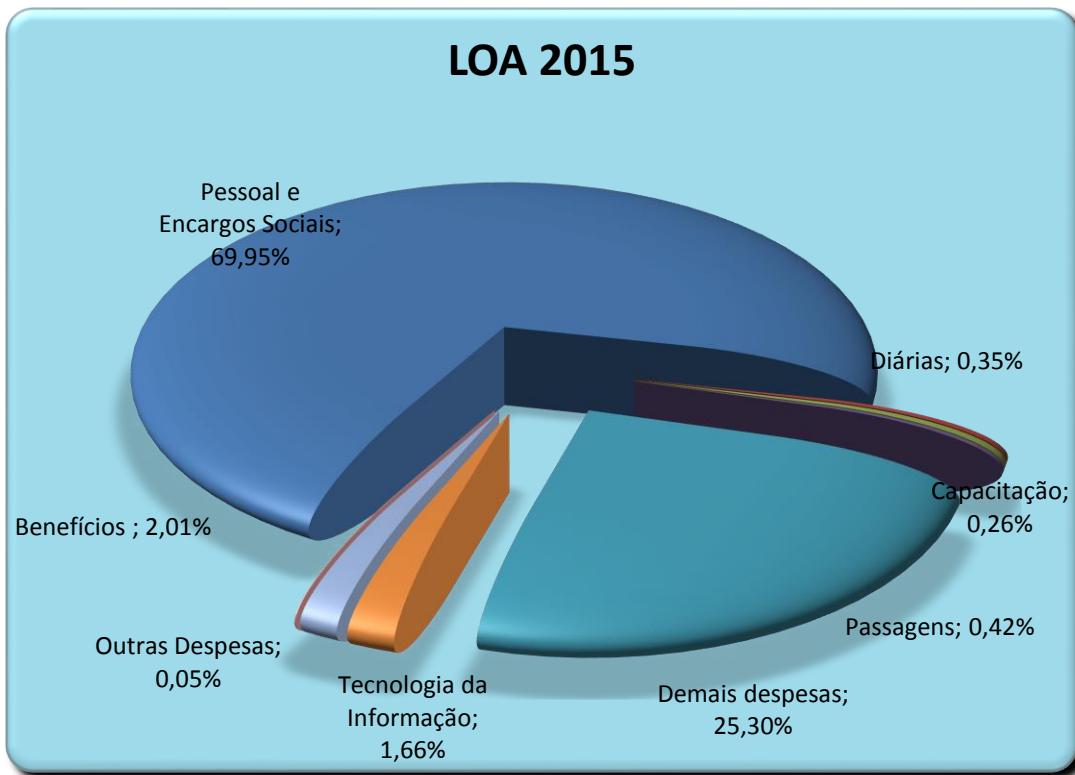
Fonte Recursos	Movimento Líquido - R\$
174	3.413.386,16
250	1.230.351,63
<b>Total</b>	<b>4.643.737,79</b>

### 2.2.10. Informações sobre a execução das despesas

**Tabela 3- Execução Orçamentária 2015**

Em R\$1,00

Despesas	LOA + Créditos	EXECUTADO	% EXECUÇÃO
<b>Despesas Correntes</b>	<b>125.443.484</b>	<b>120.668.546</b>	<b>96,19</b>
Pessoal e Encargos Sociais	88.748.027	85.878.467	96,77
Outros Despesas Correntes	33.347.613	32.320.135	96,92
Diárias	425.913	425.913	100,00
Passagens	515.083	515.083	100,00
Capacitação	320.670	320.669	100,00
Demais despesas	32.085.947	31.058.470	96,80
Benefícios	3.347.844	2.469.944	73,78
<b>Despesas de Capital</b>	<b>2.100.000</b>	<b>2.100.000</b>	<b>100,00</b>
Tecnologia da Informação	2.040.947	2.040.947	100,00
Outras Despesas	59.053	59.053	100,00
<b>Total</b>	<b>127.543.484</b>	<b>122.768.546</b>	<b>96,26</b>



#### 2.2.11. *Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal*

➤ **Concessão**

**Quadro 50 - Concessão de suprimento de fundos**

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	682010	Agência Nacional de Transportes Aquaviários			27	25.414,05	4.000,00
2014					28 (*)	26.776,73	4.000,00

Fonte: SIAFI

(\*) Foi informado no exercício de 2014 a quantidade de 155 como utilizações do cartão.

➤ **Utilização**

**Quadro 51 - Utilização de suprimento de fundos**

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			Total (a+b)
			Saque	Fatura	Qtd.	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
	Código	Nome ou Sigla	Qtd.	Valor Total	Qtd.	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	682010	Agência Nacional de Transportes Aquaviários	-	-	30	6.442,13	20.334,60	26.776,73
2014			-	-	7	7.702,00	17.712,05	25.414,05

Fonte: SIAFI

➤ **Classificação**

**Quadro 52 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos - 2015**

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
682010	Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	339030	03	690,66
			04	1.534,75
			07	132,00
			16	362,60
			17	497,42
			21	473,00
			24	4.337,13
			25	1.551,30
			26	4.419,49
			28	46,00
		339033	30	70,00
			44	450,00
			50	672,00
			09	196,00
			05	115,00
		339039	16	1.130,00
			17	4.300,00
			20	1.358,00
			46	361,70
			59	357,00
			63	1.350,00
			79	1.010,00
			Total	<b>25.414,05</b>

## 2.3. *Desempenho operacional*

### 2.3.1. *Gestão da estrutura aquaviária*

O conteúdo do item 1.7 (Macroprocessos finalísticos) já contempla as informações relativas à gestão da estrutura aquaviária.

### 2.3.2. *Principais projetos de pesquisa e desenvolvimento - SPL*

O conteúdo do item 1.7.4.3 (Produtos e serviços do Macroprocesso de Estatística, Estudos e Pesquisas) já contempla as informações relativas aos projetos de pesquisa e desenvolvimento.

## 2.4. *Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização*

### 2.4.1. *Controles da Atividade de Arrecadação das Multas Aplicadas*

A Secretaria - Geral é responsável pelo controle e acompanhamento dos processos, inclusive os de multas aplicadas. Uma vez constituído o crédito a Gerência de Orçamento e Finanças – GOF passa a ser responsável pelo controle da arrecadação, sendo que, a partir de dezembro de 2014, ficou responsável pela comunicação da constituição do crédito e encaminhamento da Guia de Recolhimento da União – GRU ao devedor.

No novo modelo de comunicação da constituição do crédito, o devedor é comunicado da possibilidade de parcelamento do débito e do prazo para inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN. Com isso deixamos de realizar a notificação extrajudicial e tivemos um aumento na quantidade de multas parceladas de 51% em apenas um mês. A Gerência de Orçamento e Finanças controla o prazo previsto no art. 2º, § 2º da Lei nº 10.522/2002 para inscrição do devedor no CADIN. Decorrido este prazo a Coordenadoria de Orçamento realiza a inscrição.

Após a inscrição do devedor no CADIN o processo segue para Procuradoria Federal junto a ANTAQ para as providências quanto à execução judicial e acompanhamento do processo.

#### 2.4.2. *Procedimento de controle da arrecadação*

A verificação de arrecadação é realizada no Sistema SISGRU diariamente. A Coordenação de Finanças - CFI é responsável por acompanhar as receitas arrecadadas e pela contabilização das mesmas, com validação dos procedimentos realizados por outro servidor.

Visando a obtenção de maior eficiência e celeridade tanto no controle de prazos de inscrição no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados do Setor Público Federal- CADIN quanto na expedição das notificações extrajudiciais dos inadimplentes das multas aplicadas passaram, no 4º bimestre de 2013, para o controle da Gerência de Orçamento e Finanças.

Em 2014 a GOF propôs um novo normativo com vistas a facilitar o parcelamento dos débitos, que veio a se tornar a Resolução Administrativa nº 4, aprovada em 04/08/2015

Mesmo antes do Acordão 1215 TCU-Plenário, havia estudos no âmbito do Planejamento Estratégico visando a sistematização do processo de arrecadação de multas aplicadas por esta Agência.

Neste sentido, já estava em curso o desenvolvimento de uma solução que contemplava o processo desde sua fiscalização até o controle da arrecadação.

A demanda foi modularizada em 4 (quatro) pacotes a saber:

- Pacote 1 – Workflow de publicação no D.O.U.
- Pacote 2 - Emissão de GRU
- Pacote 3 – Controles
- Pacote 4 - Parcelamento

A STI desta Agência tomou conhecimento que a ANATEL já possui sistema com tais funcionalidades, inclusive cedido e implementado na ANAC. Assim, iniciou tratativas junto à ANAC para implementação da mesma solução, considerando não que há sentido em se desenvolver um sistema que já existe na Administração Pública soluções prontas.

Neste contexto, a ANAC, nos cedeu os arquivos fonte do referido sistema. Entretanto, carecemos do *dump* do banco de dados de modo que possamos ter o sistema minimamente populado para conseguir executá-lo, haja vista que o mesmo não possui documentação.

Novas tratativas estão sendo realizadas junto à área de negócio da ANAC de modo a ter autorização para ter acesso aos dados do banco de dados ou uma base fictícia.

#### **CONCEITOS RELACIONADOS AOS ESTÁGIOS DAS MULTAS APLICADAS:**

**Aplicadas** - multas com base em autos de infração emitidos, devidamente ajustadas pelas eventuais majorações ou reduções. Não devem ser consideradas as que deram origem a Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) objeto de contraprestação em bens ou serviços;

**Exigível** - multas definitivamente constituídas, não pagas e que não tiveram sua exigibilidade suspensa por decisão judicial ou garantia apresentada em processo judicial;

**Definitivamente constituídas** - sanção contra a qual não cabe mais recurso na esfera administrativa;

**Arrecadadas** - multas efetivamente recebidas no exercício por período de competência, livres de descontos;

**Pendentes de inscrição no Cadin** - quantidade de devedores pendentes de inscrição no Cadin por ano de competência;

**Prescrição da pretensão executória** - espécie de prescrição quinquenal que atinge a ação de execução dos créditos decorrentes de multa de poder de polícia, cujo prazo se inicia com o trânsito em julgado administrativo das multas, conforme art. 1º-A da Lei nº 9.873/99. Salvo normativo interno ao contrário, deve-se ter como referência a data limite de 3 anos após o trânsito em julgado administrativo das multas;

**Canceladas por decisão administrativa** - não devem ser consideradas as multas prescritas e as excluídas por erro operacional;

**Suspensa administrativamente** - sanção com exigibilidade suspensa por decisão administrativa.

Quadro 53 - Arrecadação Efetiva (R\$)

Período de Competência da Multa Aplicada	Valores efetivamente arrecadados	
	Exercícios	
	2015	2014
2015	3.178.647,55	-
2014	1.300.972,02	2.476.411,62
Total	<b>4.479.619,57</b>	<b>2.476.411,62</b>

**Quadro 54 - Acompanhamento da Arrecadação de Multas - Quantidade**

Multas Aplicadas		Arrecadadas		Canceladas Adm.	Processo Administrativo (Não Arrecadadas)							Validação							
					Suspensas Adm.		Multas não inscritas no CADIN		Multas com Risco de Prescrição Executória		Outras		Total das Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas						
Período de Competência	Qtd	Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios			
		2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014		
2015	331	135	-	1	-	0	-	0	-	0	-	0	-	195	-	0	-	331	-
2014	275	74	91	0	13	0	0	0	0	0	0	0	0	97	171	0	0	275	275
Total	606	209	91	1	13	0	0	0	0	0	0	0	0	292	171	0	0	-	-
Validação do Estoque de Multas Aplicadas		606		275															

**Quadro 55 - Acompanhamento da Arrecadação de Multas - Valores (R\$ 1,00)**

Multas Aplicadas		Descontos	Arrecadadas		Canceladas Administrativamente	Processo Administrativo (Não Arrecadadas)						Validação				
						Suspensas Administrativamente		Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas		Demais Situações						
Período de Competência	Valores	Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	
2015	8.662.628	0	-	3.178.648	-	2.363	-	0	-	4.999.140	-	482.478	-	8.662.628	-	
2014	7.177.943	0	0	1.300.972	2.476.412	0	488.204	0	0	2.912.355	4.213.327			7.177.943	7.177.943	
Total	15.840.571	0	0	4.479.620	2.476.412	2.363	488.204	0	0	7.911.496	4.213.327	482.478	0	-	-	
Validação do Estoque de Multas Aplicadas		15.840.571,40		7.177.943,04												

### 2.4.3. Indicadores de Multas das Entidades Fiscalizadoras

Quadro 56 - Indicadores de Multas das Entidades Fiscalizadoras - Acórdão 482/2013-TCU-Plenário

Subitem do Acórdão	Unid.	Multas	Fórm.	2015	2014
9.6.1 Número absoluto e percentual de pessoas físicas ou jurídicas pendentes de inscrição no Cadin.	Qtde	Não inscritas no Cadin	a	0	0
	Qtde	Exígíveis e Definitivamente Constituídas	b	292	171
	%	<b>Físico</b>	<b>a/b x 100</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
9.6.2 Número absoluto e percentual de processos de cobrança de multas que (...) sofram maiores riscos de prescrição.	Qtde	Risco de Prescrição Executória	a	0	0
	Qtde	Exígíveis e Definitivamente Constituídas	b	292	171
	%	<b>Físico</b>	<b>a/b x100</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
9.6.3 Quantidade de multas canceladas em instâncias administrativas, os valores associados a estas multas e os percentuais de cancelamento em relação ao total de multas aplicadas anualmente.	Qtde	Canceladas	a	1	13
	Qtde	Aplicadas	b	606	275
	%	<b>Físico</b>	<b>a/b x 100</b>	<b>0,17%</b>	<b>4,73%</b>
	R\$	Canceladas	c	2.362,50	488.204,00
	R\$	Aplicadas	d	15.840.571,40	7.177.943,04
	%	<b>Financeiro</b>	<b>c/d x 100</b>	<b>0,01%</b>	<b>6,80%</b>
9.6.3 Quantidade de multas suspensas em instâncias administrativas, os valores associados a estas multas e os percentuais de suspensão em relação ao total de multas aplicadas anualmente.	Qtde	Suspensas	a	0	0
	Qtde	Aplicadas	b	606	275
	%	<b>Físico</b>	<b>a/b x 100</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
	R\$	Suspensas	c	0,00	0,00
	R\$	Aplicadas	d	15.840.571,40	7.177.943,04
	%	<b>Financeiro</b>	<b>c/d x 100</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
9.6.4 Percentuais de recolhimento de multas (em valores e em número de multas recolhidas)	Qtde	Arrecadadas	a	209	91
	Qtde	Aplicadas	b	606	275
	%	<b>Físico</b>	<b>a/b x 100</b>	<b>34,49%</b>	<b>33,09%</b>
	R\$	Arrecadadas	c	4.479.619,57	2.476.411,62
	R\$	Aplicadas	d	15.840.571,40	7.177.943,04
	%	<b>Financeiro</b>	<b>c/d x 100</b>	<b>28,28%</b>	<b>34,50%</b>

## 2.5. Renúncia de receitas

Não houve renúncia de receitas.

## 2.6. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

### 2.6.1. Indicadores específicos

Os indicadores de desempenho da ANTAQ relativos ao I Ciclo do Planejamento Estratégico estão relacionados à eficiência e eficácia das ações de fiscalização, à promoção de capacitação gerencial e técnica dos servidores, à garantia de uma infraestrutura tecnológica adequada e à melhoria do planejamento e execução do orçamento:

#### ❖ INDICADOR DE EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO (PAF)

**Quadro 57 – Execução PAF 2015**

ÁREA	Ano de 2015 (previsto)	Ano de 2015 (executado)	Execução no Ano (%)
Navegação marítima	199	191	96%
Navegação interior	248	242	97%
Portuárias	388	374	96%
<b>Total</b>	<b>835</b>	<b>807</b>	<b>97%</b>

#### ❖ INDICADOR DE EXECUÇÃO DO PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PDTI 2014-2015)

**Quadro 58 - Execução PDTI 2014-2015**

Números %

Indicador	QTD. Projetos	Meta	Concluído	Suspensos	Cancelados
PDTI 2014-2015	50	100	70	22	8

Obs.: Maiores detalhes consultar o item 6.3

#### ❖ INDICADORES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- Execução do Orçamento Global
- Execução do Orçamento de Investimento (Despesas De Capital)
- Execução do Orçamento de Capacitação

**Quadro 59 – Execução Orçamentária**

Valores em R\$1,00

Indicadores	Meta (%)	LOA + Créditos	Executado	Execução (%)
Capacitação	100	320.670	320.669	100,00
Investimento	100	2.100.000	2.100.000	100,00
Orçamento Global	100	127.543,48	122.768.546	96,26

Obs.: para maiores detalhes, consultar o item 2.2.10 – Informações sobre a execução das despesas.

## 2.6.2. *Informações e indicadores sobre o desempenho operacional*

### 2.6.2.1. *Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos*

Para avaliar o perfil acadêmico e profissional dos servidores da ANTAQ existem na Agência 2 (dois) indicadores, Indicador de Pós-graduação (IPG), calculado com base no número de servidores com pós-graduação por Unidade Organizacional e Indicador de Número de Servidores com Horas de Capacitação suficientes para Progressão e Promoção (IHCPP), em uma determinada data.

Esse indicadores norteiam o trabalho para o desenvolvimento das competências dos servidores ao longo dos anos, visando também atender o Planejamento Estratégico.

Os quadros a seguir demonstram os índices dos mencionados indicadores nos exercícios de 2012 a 2015:

**Quadro 60 - Indicador de Pós-Graduação (IPG)**

ANO	Nº de servidores com pós-graduação por Unidade Organizacional (SPGUO)	Nº de servidores na Unidade Organizacional (SUO)	Índice IPG = SPGUO/SUO
2012	115	306	37,58%
2013	157	325	48,30%
2014	183	349	52,44%
2015	179	451	39,68%

A redução do IPG se justifica devido a nomeação de 143 servidores no mês julho de 2015, pois estes novos servidores não possuem pós-graduação ou não apresentaram os certificados.

Assim, observa-se que houve uma redução do IPG (variação de 12,76%).

**Quadro 61 - Número de Servidores Efetivos com Horas de Capacitação suficientes para Progressão e Promoção**

ANO	Nº de servidores com horas de capacitação suficiente (A)	Nº de servidores efetivos na Unidade Organizacional (SUEO)	Índice IHCPP = A/SUEO
2012	208	271	76,75%
2013	232	268	86,56%
2014	231	258	89,53%
2015*	227	249	91,11%

\*Servidores do efetivo com Progressão e promoção de outubro a dezembro/2015

Quanto ao IHCPP constata-se variação de 1,58%.

### **ROTATIVIDADE (TURNOVER)**

Os indicadores consolidados pela Gerência de Recursos Humanos - GRH, unidade responsável por administrar os dados relativos à movimentação de pessoal na Agência, servem para mensurar o índice de *turnover* (relação entre admissões e exonerações/vacâncias) dos servidores, conforme demonstrado abaixo:

**Quadro 62 - Índice TURNOVER – servidores com e sem vínculo**

Situação apurada em 31/12/2015			Índice Turnover
ENTRADA	SAÍDA	Ativos em 31/12/14	(Entrada + Saída) /2/Ativos*100
140	19	349	22,77%

Fonte: SIAPE

Durante o ano de 2015 ocorreram 7 (sete) aposentadorias do quadro de servidores da ANTAQ. Quanto ao número de vacâncias de servidores efetivos, estas totalizaram 3 (três), somando-se as outras exonerações de cargos o resultando foi uma redução de 19 (dezenove) servidores no quadro de pessoal da Agência. No entanto, como houve concurso público e nomeação para reposição da força de trabalho, verifica-se que a defasagem que existia anteriormente reduziu significativamente. Desta forma, fica evidenciada a necessidade de realização de concurso público a fim de recompor-se a força de trabalho. Importante ressaltar que a ANTAQ não teve em seu quadro de pessoal, no exercício de 2015, nenhum servidor na condição de contrato temporário.

Em relação ao absenteísmo, a ANTAQ realiza um controle de frequência por meio do sistema eletrônico Sistema de Administração de Recursos Humanos - SARH, controlado pela Coordenadoria de Cadastro e Pagamento – CCP/GRH. Por meio da Coordenadoria de Cargos, Benefícios e Legislação Aplicada – CBL/GRH é feito o controle de registro de afastamentos com o apoio do sistema SIAPE-Saúde e SARH. As unidades do Sistema Integrado de Atenção à Saúde – SIASS realizam as perícias oficiais para os afastamentos que necessitem desta prática.

Abaixo segue tabela para o ano de 2015 com a quantidade de dias para cada tipo de afastamento.

**Quadro 63 –Afastamentos do Trabalho**

Tipo de Afastamento	Qtd. Dias
Avaliação da capacidade laborativa para fins de readaptação	87
Avaliação de invalidez permanente para aposentadoria	112
Avaliação para concessão de licença à gestante	120
Licença para tratamento da própria saúde	3.335
Licença para tratamento de saúde por junta oficial	176
Licença por motivo de doença em pessoa da Família	287
<b>Total</b>	<b>4.117</b>

Na ANTAQ, apenas em Corumbá/MS, não existe acordo firmado com uma Unidade-SIASS, por isso os controles das ausências dos servidores lotados em Corumbá/MS são registrados apenas na folha de ponto do servidor via SARH.

A utilização do sistema Siape-Saúde proporciona a CBL/GRH uma ferramenta que possibilita o tratamento destas informações no ponto de vista epidemiológico e de saúde ocupacional, servindo de base para ações de qualidade de vida no trabalho.

Para calcular o absenteísmo do ano de 2015 utilizou-se como referência o número de dias de ausência para as licenças de tratamento da própria saúde e por motivo de doença em pessoa da família, conforme tabela acima. A fonte utilizada foi o SIAPE-Saúde e as planilhas de controle mantidas pela Coordenadoria de Cargos, Benefícios e Legislação Aplicada - CBL, da Gerência de Recursos Humanos.

A fórmula considera o nº de dias de afastamento no exercício, o número total de servidores em exercício na ANTAQ e o nº de dias úteis em 2015, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Quadro 64 - Índice de Absenteísmo

Nº de dias úteis de afastamento			Índice de Absenteísmo
LTPS	LMDPF	Faltas injustificadas	Ativos*dias úteis = R1 LTPS+LMDPF/R1*100
3335	287	0	3,04%

Onde: **LTPS**: Licença para Tratamento da Própria Saúde

**LMDPF**: Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

**Ativos**: Total de servidores em exercício na ANTAQ (servidores de carreira do órgão, requisitados, exercício descentralizado, exercício provisório e sem vínculo).

**R1**: Resultado da multiplicação do nº total de servidores em exercício no órgão pelo nº de dias úteis em 2015.

### 2.6.3. *Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União - SPL*

A maior dificuldade encontrada no I Ciclo do Planejamento da ANTAQ esteve relacionada com os indicadores de desempenho. Dos 18 objetivos estratégicos, apenas 04 foram monitorados por indicadores (garantir a eficiência e eficácia das ações de fiscalização, promover capacitação gerencial e técnica dos servidores, garantir uma infraestrutura tecnológica adequada e garantir eficiência e eficácia no planejamento e na aplicação dos recursos).

Para o II Ciclo do Planejamento Estratégico já estão negociados com as unidades organizacionais da ANTAQ 24 novos indicadores, incorporando mais oito objetivos estratégicos ao sistema de avaliação de desempenho da Agência. Outros 10 indicadores ainda serão propostos e detalhados, permitindo que até o final de 2016 tenhamos metas para todos os objetivos estratégicos da Agência para os próximos cinco anos.

### 2.7. *Descrição e análise das ações desenvolvidas para a prorrogação dos contratos de concessões*

O conteúdo do item 1.7.1.4 (Produtos e Serviços do Macroprocesso de Outorga) já contempla as informações relativas a atividade de outorga.

### 2.8. *Informações sobre as ações desenvolvidas pelas unidades técnicas específicas*

O conteúdo do item 1.7 (Macroprocessos finalísticos) já contempla as informações das ações desenvolvidas pelas unidades técnicas específicas.

### 2.9. *Resultados da execução física e financeira das ações planejadas para o exercício*

Constata-se que mesmo com as dificuldades de ordem orçamentária e econômico-financeiras ocorridas no exercício de 2015, a ANTAQ teve um bom resultado com realização de 96% da despesa empenhada para o exercício. Na rubrica de Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transporte apresentou uma baixa realização de 68% provocada pela necessidade de transferência de recursos para a rubrica Administração da Unidade no montante de R\$ 1.350.000,00.

**Quadro 65 – Resultados da execução financeira das Ações - OFSS**

	Ação Governo	Dotação Final	Despesa Empenhada	Percentual de Execução
0005	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)	61.025,00	60.702,68	99%
00G5	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor	4.699,00	0,00	0%
00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	21.204,00	7.617,44	36%
00OL	Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica	20.000,00	7.272,70	36%
0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	3.262.379,00	3.127.908,26	96%
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	13.431.676,00	12.533.580,93	93%
2000	Administração da Unidade	30.307.613,00	30.307.612,22	100%
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	1.064.172,00	714.759,34	67%
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	88.800,00	69.173,15	78%
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	93.600,00	38.905,14	42%
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	2.080.068,00	1.639.488,51	79%
2088	Concessão e Regulação dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário	1.120.000,00	1.120.000,00	100%
2090	Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário	850.000,00	850.000,00	100%
20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União	71.988.248,00	70.156.274,83	97%
20UC	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes	3.150.000,00	2.135.250,30	68%
<b>TOTAL</b>		<b>127.543.484,00</b>	<b>122.768.545,50</b>	<b>96%</b>

## **2.10. Informações sobre os indicadores utilizados pela entidade para monitorar e avaliar a gestão**

O conteúdo dos itens 1.7 (Macroprocessos finalísticos) e 2.6 (Apresentação e análise dos indicadores de desempenho) já contemplam as informações sobre indicadores utilizados pela entidade para monitorar e avaliar a gestão.

### **3. GOVERNANÇA**

---

#### **3.1. Descrição das estruturas de governança**

A Diretoria da ANTAQ é constituída por um Colegiado composto por um Diretor-Geral e dois Diretores, nomeados na forma do disposto no art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001.

O processo decisório está normatizado nos artigos 12 a 19 do Regimento Interno da Agência.

A ANTAQ conta ainda com seis colegiados na sua estrutura de governança. Os colegiados prestam apoio à Diretoria Colegiada e às demais Unidades Organizacionais para assuntos de âmbito corporativo e funcionam em caráter permanente, com reuniões periódicas.

#### **Núcleo de Planejamento e Modernização da Gestão – NPMG**

Criado pela Portaria 249/2010-DG e alterado pela Portaria 284/2014-DG, o NPMG tem por finalidades elaborar o Planejamento Estratégico da ANTAQ e coordenar a sua implementação (projetos, ações, iniciativas, políticas, programas, etc).

É composto pela Diretoria, Superintendentes, Chefe de Gabinete, Procurador-Geral, Corregedor, Ouvidor, Auditor, Secretário-Geral, Secretário de TI, Secretário de Planejamento, Assessor de Comunicação Social, Assessor de Relações Internacionais e Cerimonial, Assessor de Relações Institucionais e Gerente de Recursos Humanos. A Presidência é do Diretor-Geral. A coordenação é da Secretaria de Planejamento e Coordenação Interna.

O NPMG elaborou, no segundo semestre de 2015, o conteúdo do II Ciclo de Planejamento da ANTAQ, abrangendo o período 2016-2020.

#### **Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI**

Criado pela Portaria 188/2011-DG e alterada pela Portaria 265/2014-DG, o CGTI cumpre as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e tem por finalidades: i) manter alinhadas as ações de TI ao planejamento estratégico da ANTAQ; ii) estabelecer diretrizes ao Plano Estratégico da Informação; iii) definir políticas, diretrizes, normas, orientações e prioridades das ações constantes do PDTI; iv) aprimorar os serviços relacionados à TI; v) acompanhar o cumprimento das ações e metas definidas no PDTI.

É composto pela Diretoria, Superintendentes, Secretário de TI, Secretário-Geral e Secretário de Planejamento e Coordenação Interna. O Diretor-Geral é o presidente e o titular da STI o Secretário-Executivo.

O PDTI é elaborado a cada dois anos e revisado periodicamente. No momento está em curso o ciclo 2014-2015.

#### **Comitê Gestor de Segurança da Informação - CGSI**

Criado pela Portaria 206/2011-DG, o CGSI cumpre as orientações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) e tem por finalidades: i) propor a Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) da ANTAQ; ii) definir políticas, diretrizes, normas, orientações e prioridades das ações previstas na POSIC; iii) analisar e propor medidas para efetiva aplicação, disseminação e aprimoramento da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC). É composto pela Diretoria, Chefe de Gabinete, Ouvidor, Corregedor, Superintendentes, Secretário de TI, Secretário-Geral e Secretário de Planejamento e Coordenação Interna. O Diretor-Geral é o presidente e o Chefe de Gabinete é o Gestor da Segurança da Informação e Comunicações da ANTAQ e coordenador do CGSI.

O CGSI está revisando a POSIC da ANTAQ e em 2016 retomará a execução de um plano de ação para sua implementação, incluindo capacitação dos servidores no tema, um plano de divulgação da POSIC e ações prioritárias para mitigar os riscos que estão sendo mapeados pelo CGSIC.

### ***Comitê de Qualidade de Vida no Trabalho – CQVT ANTAQ***

Criado pela Portaria 228/2012-DG, o CQVT tem por finalidades: coordenar e monitorar a implementação das ações previstas no Programa de Qualidade de Vida na ANTAQ (PQVT), fruto de um dos projetos estratégicos do Planejamento 2011-2015. É composto pelo Superintendente de Administração e Finanças, pelo Superintendente de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais, pela Gerente de Recursos Humanos, pelo Secretário de Planejamento e Coordenação Interna e por um representante da Associação dos Servidores da ANTAQ. A coordenação do Comitê é da Secretaria de Planejamento. A execução do Plano de Qualidade de Vida no Trabalho é atribuição da Superintendência de Administração e Finanças.

### ***Comissão Organizadora do Prêmio ANTAQ de Sustentabilidade Aquaviária***

Criada pela Portaria 001/2013-DG, a Comissão tem por finalidades: i) propor o cronograma de ações para a realização do Prêmio; ii) elaborar o orçamento do Prêmio; iii) elaborar o projeto de captação de patrocínio; iv) auxiliar a Diretoria na composição da Comissão Julgadora; v) receber, analisar e enquadrar os trabalhos enviados nas categorias e requisitos estabelecidos no Regulamento; e vi) assessorar técnica e administrativamente a Comissão Julgadora. É composta por seis servidores da ANTAQ, sendo quatro representantes das superintendências finalísticas, um representante da Assessoria de Comunicação Social e outro da Secretaria de Planejamento e Coordenação Interna. A coordenação é da Secretaria de Planejamento.

### ***Comissão de Ética da ANTAQ – CEA***

Criada pela Portaria 012/2003-DG, a CEA cumpre as determinações do Decreto N° 1.171, de 22 de junho de 1994 e tem por finalidades: i) orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público; ii) atuar como instância consultiva do Diretor-Geral e dos servidores. É composta por três membros titulares e respectivos suplentes, todos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo do quadro permanente da Agência, designados por ato do Diretor-Geral.

## **3.2. *Informações sobre a comissão de avaliação do contrato de gestão***

A ANTAQ não tem contrato de gestão com seu Ministério supervisor.

## **3.3. *Atuação da unidade de auditoria interna***

A Unidade de Auditoria Interna, dentro da estrutura organizacional da ANTAQ, está vinculada diretamente à Diretoria da Agência.

Segundo o Art. 41 do Regimento Interno da ANTAQ, são competências da Auditoria Interna:

I - Fiscalizar as gestões orçamentária, financeira, administrativa, contábil, patrimonial, finalística e demais sistemas administrativos e operacionais, de acordo com o Plano Anual de Atividades de Auditoria aprovado pela Diretoria;

- II - Elaborar e encaminhar à Diretoria relatório das auditorias realizadas, propondo medidas preventivas e corretivas;
- III - responder pela sistematização das informações requeridas pelos órgãos de controle do Governo Federal e Tribunal de Contas da União – TCU;
- IV – Elaborar e encaminhar os relatórios trimestral e anual de gestão, relativos à sua esfera de atuação; e
- V – Instruir respostas e consultas inerentes à sua esfera de atuação.

A Auditoria Interna é dirigida por um Auditor-Chefe, nomeado pela Diretoria, por indicação do Diretor-Geral, após aprovação da Controladoria-Geral da União, em conformidade com o § 5º, do art. 15, do Decreto 3591/2001, com redação dada pelo Decreto nº 4.304/2002.

As atividades desenvolvidas pela Unidade de Auditoria Interna durante o exercício de 2015 foram direcionadas para o cumprimento do PAINT/2015 e para o atendimento das solicitações feitas pela Diretoria da Agência, Secretaria Federal de Controle Interno da Presidência da República–Ciset/PR e também pelo Tribunal de Contas da União.

As prioridades para execução das auditorias foram estabelecidas segundo as áreas de maior ou menor risco de auditoria, conforme indicado no PAINT/2015.

Para realização de suas atividades, esta Unidade de Auditoria procurou seguir o Cronograma de Execução constante do PAINT/2015 da melhor forma possível. Ocorreram algumas alterações com relação ao início e término de algumas auditorias e com as auditorias nº 8 e 11 (conforme programação prevista no PAINT/2015) que por questões operacionais foram realizadas conjuntamente e resultaram no relatório nº 8/2015.

Durante o exercício, em seus 19 relatórios realizados, foram feitas cerca de 85 recomendações das quais 41 foram consideradas atendidas, 29 acatadas e o restante justificadas ou não acatadas.

As realizações das auditorias previstas no PAINT, ou mesmo as especiais, fato não ocorrido no exercício, são comunicadas às diversas superintendências ou secretarias e os respectivos relatórios encaminhados às mesmas para conhecimento com prazo máximo de até 08 dias para manifestação sobre as recomendações porventura existentes.

Cabe ressaltar que as diversas Superintendências, Secretarias e mesmo a Diretoria da Agência têm procurado implementar as recomendações feitas pela Auditoria Interna e quando não o faz têm apresentado justificativas para tal.

A Auditoria Interna participa das reuniões da Diretoria com as diversas Superintendências e Secretarias, cujas pautas referem-se a assuntos relevantes para a Agência e alguns deles correlatos a objetos auditados.

Apresentamos a seguir os trabalhos mais relevantes realizados no exercício com as principais constatações e recomendações onde constam as providências adotadas, bem como as justificativas e esclarecimentos pelas diversas unidades da Agência.

**Quadro 66 - Principais Recomendações da Auditoria Interna**

<b>Caracterização da recomendação da Auditoria Interna</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação expedida</b>
01	Acompanhamento Permanente de Gastos - Gestão de Almoxarifado e Patrimônio e dos Bens de Uso Especial	D.1.3 e D.2.2	Memorando nº 10/2015-AUD de 18 de fevereiro de 2015
<b>Nome da unidade interna destinatária/responsável pelo atendimento da recomendação</b>			
SAF, CAP, CCT e GRL			
<b>Descrição da recomendação</b>			
D.1.3 - Que a CAP, em conjunto com a CCT, busque solução para implantação de procedimento para registro das devoluções de materiais de almoxarifado.			

**D.2.2** - Que a GRL/SAF volte a considerar a possibilidade de adoção do sistema SIADS, tendo em vista seu custo de implantação, a possibilidade de se tornar um sistema de uso obrigatório, integração com outros sistemas estruturantes (SIAFI), bem como pelo fato de ser um sistema homologado fornecido pelo órgão de contabilidade central da Administração Pública Federal- STN.

#### Providências adotadas

**D.1.3** - Quanto à recomendação do item D.1.3, essa Gerente de Recursos Logísticos - GRL informa que a solução para implantação de procedimento para registro das devoluções de materiais de almoxarifado, no momento, torna-se inviável devido à falta no sistema de almoxarifado de função que contemple a devolução. A solução para instituir o estorno de materiais é a implantação de sistema que contemple esta função, incluindo, também, outras funcionalidades gerenciais a fim de melhorar o gerenciamento do almoxarifado. Essa situação já consta presente no processo nº 50300.002069/2014-75.

**D.2.2** – A Gerência de Recursos Logísticos – GRL informa que até a presente data não houve alteração do sistema SIADS que pudesse interessar a essa Gerência, conforme consta do processo 50300.002069/2014-75. Como, até a presente data, não foi determinado pelas instâncias superiores que atuam na modernização do SIADS como sendo um sistema de governo e ainda não foram atendidos requisitos, a nosso ver, necessários para termos uma ferramenta facilitadora que atenda a contento não só a área contábil, como também, para quem trabalha na área de patrimônio com informações administrativas e gerenciais. Dessa forma, estamos na contínua busca por um sistema que atenda às necessidades básicas de patrimônio para que possamos trabalhar melhor e que não haja problemas em relatórios futuros da AUDITORIA. Assim, sabendo que existem outros sistemas disponíveis no mercado, que atendem as demandas operacionais e gerenciais, sugere-se dar continuidade ao processo de aquisição para que não haja mais dificuldades na gestão do patrimônio e almoxarifado da Agência.

Caracterização da recomendação da Auditoria Interna			
Ordem	Identificação do relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
02	Exame Contábil de Processos/Suprimento de Fundos	D.2.1 e D.3.1	Memorando nº 016/2015-AUD de 24 de março de 2015

#### Nome da unidade interna destinatária/responsável pelo atendimento da recomendação

SAF, CCT e GOF

#### Descrição da recomendação

**D.2.1** - Que a CCT, no caso de liquidação das despesas, preferencialmente utilize servidores efetivos lotados na Coordenadoria.

**D.3.1** - Que GOF atualize a autorização do ordenador de despesa atual para formalizar a liquidação e pagamento da despesa sem certidão hábil e anexe também ao documento contábil de liquidação e pagamento a advertência à empresa contratada para regularizar a situação fiscal, com fundamento no inciso XIII do art. 55, no art. 77 e no inciso I do art. 78 da Lei 8666/93.

#### Providências adotadas

**D.2.1** - Quanto à recomendação de utilizar preferencialmente os servidores efetivos da ANTAQ na rotina de liquidação da despesa a GOF/CCT alegam que tem dispendido esforços para atender a orientação da auditoria, visto que, ainda dispõe de apenas dois servidores efetivos, para os quais são destinadas as rotinas de liquidação, entretanto há casos de liquidação de despesas com água, luz, condomínio e alugueis que, sem perda de tempo devem ser providenciadas. Também foi alegado que só com a chegada dos novos servidores concursados a recomendação poderá ser atendida plenamente.

**D.3.1** - Segundo a GOF já foi providenciada a atualização da autorização do ordenador de despesa para formalizar a liquidação e pagamento da despesa sem certidão negativa hábil.

Caracterização da recomendação da Auditoria Interna			
Ordem	Identificação do relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
03	Acompanhamento da Gestão de TI	D.5.1	Memorando nº 017/2015-AUD de 28 de abril de 2015

#### Nome da unidade interna destinatária/responsável pelo atendimento da recomendação

STI e GRH

#### Descrição da recomendação

**D.5.1** - Que a GRH elabore e implemente rotina de desligamento e/ou movimentação interna de servidores, estagiários e terceirizados, de forma a evitar que os mesmos continuem tendo acesso às pastas e sistemas da ANTAQ.

#### Providências adotadas

**D.5.1** - Através de e-mail, a GRH informou que, após reuniões e entendimentos com a STI, está realizando ações para atendimento da recomendação

Caracterização da recomendação da Auditoria Interna			
Ordem	Identificação do relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
04	Área Operacional - Estudos, Desempenho e Sustentabilidade	D.2.1 e D.3.3	Memorando nº 022/2015-AUD de 06 de maio de 2015
Nome da unidade interna destinatária/responsável pelo atendimento da recomendação			
SDS, GDE e STI			
Descrição da recomendação			
<b>D.2.1</b> - Que a GDE apresente um plano de ação para solucionar as deficiências no cumprimento das competências I, IV, X e XII. <b>D.3.3</b> - Que a SDS viabilize junto a STI a divulgação à sociedade das informações e análises sobre o estado da gestão ambiental e segurança no âmbito do setor aquaviário nacional, resultados dos trabalhos desenvolvidos nos sistemas SIGA e IDA, conforme item VI do art. 64 do Regimento Interno da ANTAQ.			
Providências adotadas			
<b>D.2.1</b> - A SDS alegou que de uma forma geral a força de trabalho atual só tem conseguido atender às demandas mais imediatas e qualitativamente, ainda não está adequada para atender a todos os requisitos do novo Regimento Interno da ANTAQ. Para minimizar este problema, alegou que já solicitou reforço de equipe a partir dos quadros do novo concurso, sendo 1 ERSTA para SDS, 2 TRSTA e 6 ERSTA para GMS, 2 TRSTA e 6 ERSTA para GEA, 2 TRSTA, 6 ERSTA e 1 AA para GDE e finalmente 2 TA para lotação no CITAQ. <b>D.3.3</b> - A Diretoria decidiu recentemente pela divulgação plena dos resultados do IDA para o público em geral na Internet, incluindo gráficos dinâmicos e iterativos. A divulgação no site da ANTAQ está prevista para o dia 19/junho/2015. Existiam diversas informações ambientais no site a ANTAQ, entretanto, com a última reformulação, uma parte deste material foi excluída. A GMS está trabalhando para recomposição.			

Caracterização da recomendação da Auditoria Interna			
Ordem	Identificação do relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
05	Análise da Prestação de Contas Anual – 2014	D.1, D.3, D.5 e D.6	Memorando nº 033/2015-AUD de 26 de junho de 2015
Nome da unidade interna destinatária/responsável pelo atendimento da recomendação			
SAF, SPL e CCT			
Descrição da recomendação			
<b>D.1</b> - Que a SPL elabore um cronograma de elaboração do Relatório de Gestão/Prestação de Contas e encaminhe para conhecimento e aprovação da Diretoria, onde deverá constar o encaminhamento da minuta para AUD e para Diretoria 15 dias antes do prazo final de entrega para que o conteúdo seja auditado e aprovado pela diretoria, antes do encaminhamento ao TCU. Sugerimos que seja formalizado o rito de elaboração do Relatório de Gestão, objetivando evitar o descumprimento do prazo de entrega por parte das unidades e viabilizando tempo hábil para que a auditoria possa avaliar o conteúdo antes do encaminhamento. <b>D.3</b> - Que a CCT viabilize o registro das multas no SIAFI no ano em que foram constituídas, respeitando o regime/princípio da competência, vislumbrando a demonstração no Balanço Patrimonial dos valores a receber no dia 31/12 de cada exercício. Isto atenderia a orientação do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e determinação do TCU em reconhecer o período de competência das multas. <b>D.5</b> - Que a SAF tome providências que viabilize a instalação do SIADS por ser um sistema sob domínio público, sem custo de aquisição e por estarmos passando por cortes orçamentários; e, <b>D.6</b> - Que a SAF acompanhe a conclusão dos trabalhos da comissão de recebimento de softwares e que crie uma rotina para que todos os sistemas sejam recebidos por uma comissão formada por representantes da CCT, CAP, STI e do fiscal que acompanhou a produção do Ativo Intangível a ser recebido.			
Providências adotadas			
<b>D.1</b> - A SPL através de e-mail encaminhou a proposta do cronograma para a elaboração do relatório de gestão que deverá ser submetida à apreciação da Diretoria. <b>D.3</b> - Conforme Memorando 012/2015-GOF, a mesma concordou com a recomendação e comprometeu-se a formalizar pedido junto a setorial contábil para que forneça informações necessárias para efetuarmos os lançamentos tanto das receitas próprias quanto da União. <b>D.5</b> - A GOF afirmou que em contato com a ANVISA obteve informações quanto à existência de custos para instalação, treinamento e manutenção do SIADS e que a área considera que o sistema não contempla as necessidades da modernidade, outras soluções estão em curso e deverão ser colocadas em pauta, ainda neste exercício de 2015. <b>D.6</b> - A GOF informou que a SAF vai acompanhar os trabalhos da comissão de recebimento de softwares e realizará em conjunto com a STI a definição de procedimento de incorporação de novos softwares.			

Caracterização da recomendação da Auditoria Interna			
Ordem	Identificação do relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
07	Gestão da Folha de Pagamento, Benefícios e Capacitação	D.1.1 e D.7.1	Memorando nº 032/2015-AUD de 26 de junho de 2015
Nome da unidade interna destinatária/responsável pelo atendimento da recomendação			
SAF, CCP e CBL			
Descrição da recomendação			
<b>D.1.1</b> - Que a CCP adote providências para corrigir as inconsistências detectadas no pagamento das substituições apontadas no quadro acima;			
<b>D.7.1</b> - Que a CBL adote providências para celebração de um novo acordo de cooperação para a prestação das ações de perícias oficiais, homologação dos atestados médico e promoção à saúde.			
Providências adotadas			
<b>D.1.1</b> - Através do memorando 039/2015-GRH/SAF, esta auditoria foi informada que, em se tratando da recomendação “a”, a CCP tomará todas as providencias para realizar o devido acerto na folha de pagamento em decorrência das inconsistências detectadas no pagamento das substituições.			
<b>D.7.1</b> - Pelo mesmo memorando 039/2015-GRH/SAF, fomos informados que o MPOG por meio do ofício 19/DESAP/SEGEPE/MP suspendeu a assinatura de novos acordos e aditivos pelas Unidades SIASS até nova orientação e destacou, ainda, que a suspensão não poderia acarretar em descontinuidade das atividades do SIASS.			

Caracterização da recomendação da Auditoria Interna			
Ordem	Identificação do relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
09	Área Operacional – Regulação Da Navegação Marítima.	D.6	Memorando nº 044/2015-AUD de 09 de setembro de 2015
Nome da unidade interna destinatária/responsável pelo atendimento da recomendação			
SPL, SRG e SOG			
Descrição da recomendação			
<b>D.6</b> - Que a SPL adote providências no sentido de articular, junto à área de Regulação e a de Outorga, reunião com vistas a dirimir o conflito existente entre o previsto no inciso III do art. 54 do Regimento Interno da ANTAQ e o parágrafo 2º do art. 3 da Resolução 2.510/2012 no que se refere à transferência de titularidade da outorga de autorização.			
Providências adotadas			
<b>D.6</b> - Através de e-mail a SPL informou que promoverá reunião com a SOG e SRG e caso se confirme a necessidade, será sugerida a alteração da Resolução 2.510/12-ANTAQ ou a adaptação do Regimento Interno, lembrando que a revisão do Regimento Interno deverá ocorrer no primeiro trimestre de 2016.			

Caracterização da recomendação da Auditoria Interna			
Ordem	Identificação do relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
10	Gestão de Serviços Gerais	D.1.1	Encaminhado por e-mail
Nome da unidade interna destinatária/responsável pelo atendimento da recomendação			
SAF e CSG			
Descrição da recomendação			
<b>D.1.1 a)</b> Que a SAF envie nova cobrança aos devedores e não ocorrendo o pagamento dentro do prazo estipulado que sejam tomadas as providências cabíveis, tais como inclusão do nome no SERASA ou dívida ativa; e,			
<b>b)</b> Que a CSG mantenha os controles de cobrança de GRU atualizados com o objetivo de se evitar que os registros de débitos de servidores e colaboradores passem de ano a ano, inclusive por conta da não permanência de alguns colaboradores.			
Providências adotadas			
<b>D.1.1 a) e b)</b> Os controles de cobrança de GRU estão sendo atualizados conforme solicitado pela Auditoria. Já foram efetuados vários pagamentos de débitos de servidores e colaboradores devidamente lançados no CTEL. Para os débitos pendentes, estão sendo adotadas medidas administrativas para o devido pagamento.			

Caracterização da recomendação da Auditoria Interna			
Ordem	Identificação do relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
11	Área Operacional – Fiscalização da Navegação	D.3.2	Memorando nº 047/2015-AUD de 15 de setembro de 2015
Nome da unidade interna destinatária/responsável pelo atendimento da recomendação			
SFC e GFN			
Descrição da recomendação			
<b>D.3.2</b> - Que a GFN oriente as unidades no sentido de que no caso de necessidade de prorrogação de prazo de fiscalização, o pedido seja solicitado com antecedência ao prazo estipulado nas OS.			
Providências adotadas			
<b>D.3.2</b> - Por meio de e-mail, a GFN informou que todas as UREs, o que inclui a URESP, foram orientadas a prorrogar as Ordens de Serviço durante o prazo original da Ação Fiscalizadora, sendo que naqueles casos em que for necessária a prorrogação fora do prazo original, as Unidades deixem clara a convalidação dos atos administrativos emitidos entre o final do prazo original e a emissão da nova OS.			

Caracterização da recomendação da Auditoria Interna			
Ordem	Identificação do relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
13	Auditoria na Unidade Regional Do Rio De Janeiro	D.4.1 e D.4.2	Encaminhado por e-mail
Nome da unidade interna destinatária/responsável pelo atendimento da recomendação			
SFC e URERJ			
Descrição da recomendação			
<b>D.4.1</b> - Que o Chefe da Unidade solicite aos coordenadores das equipes de fiscalização que atentem para o prazo de fiscalização estipulado na OS e que informe aos mesmos que as justificativas para prorrogação devam ser bem fundamentadas.			
<b>D.4.2</b> - Que o Chefe da Unidade atente para o cumprimento do prazo estipulado no Artigo 38 da Resolução 3259-ANTAQ, lembrando que no caso de prorrogação a mesma deverá ser justificada.			
Providências adotadas			
<b>D.4.1</b> - A URERJ orientará prontamente os servidores envolvidos em fiscalização a observar os prazos prescritos nas Ordens de Serviço de Fiscalização e a justificar detalhadamente as razões da necessidade de prorrogação. De toda forma, a chefia já realiza a justificativa da prorrogação dos PAFs de forma digital no âmbito do Sistema de Fiscalização. Para o PAF 2016, a URERJ avaliará a pertinência de eventual majoração do prazo original das ODSF com tempo compatível com a boa condução dos trabalhos, evitando prorrogações.			
<b>D.4.2</b> - A despeito do prazo de 30 dias prescrito no normativo para o julgamento dos processos sancionadores no qual a URERJ atue como Autoridade Julgadora, devem ser levados em conta os demais fatores e atividades desenvolvidas em paralelo a essa competência que tornam impeditivo seu estrito cumprimento.			

Caracterização da recomendação da Auditoria Interna			
Ordem	Identificação do relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
14	Acompanhamento Permanente de Gastos Acordos e Convênios	D.2.6	Encaminhado por e-mail
Nome da unidade interna destinatária/responsável pelo atendimento da recomendação			
SAF e GLC			
Descrição da recomendação			
<b>D.2.6</b> - Que a GLC faça constar nos próximos processos de Termo de Execução Descentralizada pesquisa de preços praticados no mercado da região onde será executado o objeto contratado, demonstrando documentalmente a vantajosidade financeira na contratação pretendida.			
Providências adotadas			
<b>D.2.6</b> - Através do Memorando nº 231/2015 de 22/12/2015 – GLC, o Gerente de Licitações e Contratos se manifestou no seguinte sentido: Consta do Relatório Final de Atividades do Projeto 18 do Planejamento Estratégico (fls.2-5) que durante sua elaboração empresas/entidades foram consultadas para avaliação de alternativas de propostas para implementação da Gestão por competências na ANTAQ. Dentre as empresas/instituições consultadas estão a Fundação Dom Cabral, UFPA, a Empresa Idealiza e a consultora Davina Maia. Além disso, foram anexados ao processo vários contratos de órgãos da administração sobre o mesmo tema, conforme quadro consolidado à fl. 107. Após as atividades realizadas o Grupo do Projeto 18 e avaliação de todos os aspectos da contratação a UFPA foi escolhida por apresentar a proposta que melhor atendia as necessidades da ANTAQ.			

Caracterização da recomendação da Auditoria Interna			
Ordem	Identificação do relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
16	Auditoria na Unidade Regional de Florianópolis - UREFL	D.1.4	Encaminhado por e-mail
Nome da unidade interna destinatária/responsável pelo atendimento da recomendação			
SFC, UREFL e GFP			
Descrição da recomendação			
<b>D.1.4 a)</b> Que a SFC analise a necessidade de criação de uma identidade visual para os Postos Avançados da ANTAQ, criados recentemente junto aos portos; <b>b)</b> Que a SFC estude a possibilidade de elaborar padrões mínimos de organização do PA, normatizando o funcionamento e a estrutura das instalações nos portos; <b>c)</b> Que a SFC oriente os chefes das UREs no sentido de se criar um controle que possibilite o registro das rotinas (atendimento, processos, reuniões, etc) desenvolvidas no P.A., possibilitando a mensuração do trabalho desenvolvido pelos servidores, haja vista que a distância de alguns postos dificulta a supervisão e coordenação pelo chefe da unidade, o que demanda novos controles para mensurar a efetividade dos trabalhos da ANTAQ nos Postos Avançados.			
Providências adotadas			
<b>D.1.4</b> - Através de e-mail, o Superintendente de Fiscalização – SFC informou que adotará as seguintes providências em relação às recomendações, solicitando ainda à GFP que estabeleça cronograma de execução dos três projetos. <b>a)</b> será providenciada identidade visual para todos os PA durante o ano de 2016; <b>b)</b> será elaborada uma padronização dos procedimentos de organização do PA no primeiro semestre de 2016; <b>c)</b> será criado pela SFC um controle padrão a ser observado por todos os PA ainda no primeiro semestre de 2016.			

Caracterização da recomendação da Auditoria Interna			
Ordem	Identificação do relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
17	Aquisição de Bens, Serviços e Contratos	D.2.2	Encaminhado por e-mail
Nome da unidade interna destinatária/responsável pelo atendimento da recomendação			
SAF e GLC			
Descrição da recomendação			
<b>D.2.2</b> - Que a GLC aprimore os seus controles com vista a sanar tal impropriedade.			
Providências adotadas			
<b>D.2.2</b> - Durante o ano de 2015 a Gerência de Licitações e Contratos – GLC teve algumas intercorrências com a troca de todos o seu quadro de pregoeiros (servidores novos), este fato fazendo com que existissem algumas publicações que foram atualizadas no decorrer do exercício, ou seja, fora do prazo normal de sua publicação. Informo ainda que esta GLC vem atualizando constantemente seus controles para que este tipo de atraso não seja recorrente. Mesmo tomando essas providências, esta Gerência informa que irá redobrar a cobrança quanto a divulgação dos resultados de seus pregões em tempo.			

### 3.4. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Durante as atividades correcionais realizadas em 2015, esta Unidade não recebeu denúncia/representação sobre irregularidades ocorridas no âmbito dos macroprocessos finalísticos e que fossem capazes de impactar o desempenho da ANTAQ.

Em virtude de restrições orçamentárias para diárias, passagens e locomoção não foi possível realizar visitas Correcionais às Unidades Regionais.

Apesar das dificuldades para identificar servidores para comporem as Comissões Processantes, neste período foram instauradas 6 (seis) comissões de processo administrativo disciplinar e foram realizadas 6 (seis) investigações preliminares.

Todos os procedimentos disciplinares foram incluídos no sistema CGU-PAD, nos termos dos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU.

### **3.5.     *Gestão de riscos e controles internos***

O Núcleo de Planejamento e Modernização da Gestão da ANTAQ incluiu em sua proposta para o planejamento estratégico do período 2016-2020 a criação de um projeto estratégico com escopo focado na elaboração de uma proposta para que a Agência formalize e institucionalize a cultura e o processo de gestão de riscos, a partir de diagnóstico oferecido pelo Tribunal de Contas da União.

### **3.6.     *Informações sobre as ações trabalhistas contra a entidade***

Não há ações trabalhistas contra a ANTAQ.

## 4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

### 4.1. Canais de Acesso do Cidadão

#### 4.1.1. Ouvidoria

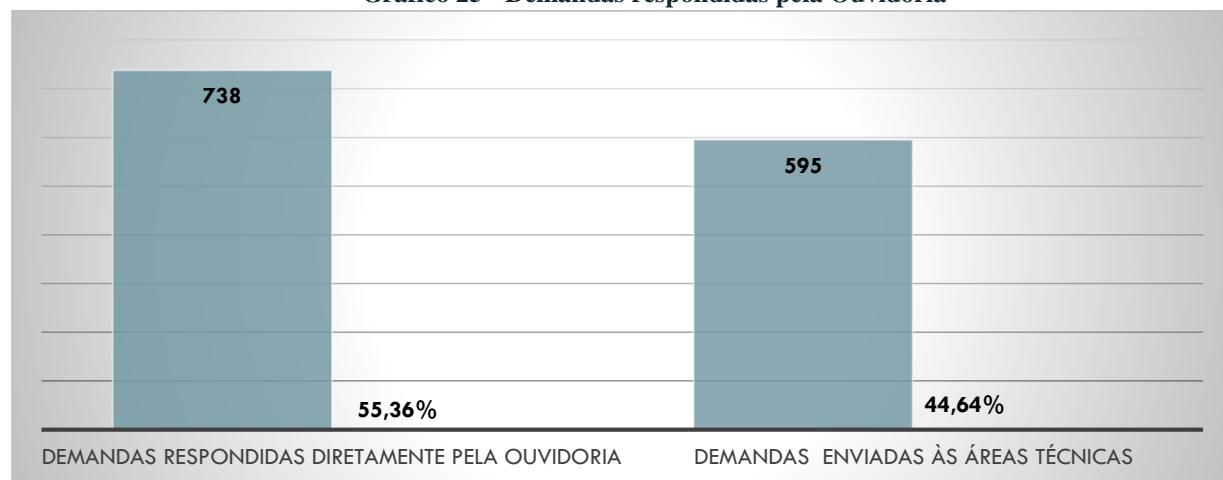
A Ouvidoria da ANTAQ, no uso de suas atribuições, no ano de 2015, recepcionou 1.333 manifestações devidamente registradas no seu Sistema Corporativo, originadas dos canais de comunicação disponibilizados ao cidadão, a saber: Internet, por meio de Formulário Eletrônico; Serviço 0800, segundo canal mais demandado; telefone, carta/correspondência e atendimento pessoal. Deste total, 31,73% foram de denúncias e reclamações registradas.

O tratamento de cada manifestação recebida, como a análise, a classificação e a elaboração da resposta, resulta de um trabalho conjunto da equipe da Ouvidoria e áreas técnicas da Agência. Até o encerramento do exercício, foram respondidas e encerradas 1.306 demandas; ou seja, 98,0% concluídas, na forma regulamentar. O remanescente, um total de 27 demandas – 2,3% do total – encontram-se aguardando procedimento de fiscalização, com vistas à perfeita identificação da regulação incidente.

Das denúncias formuladas perante esta Ouvidoria, 318 foram remetidas à Superintendência de Fiscalização e Coordenação – SFC, por sua Gerência de Planejamento Inteligência e da Fiscalização- GPF, que resultaram na instauração de 166 processos administrativos sancionadores. Ou seja, do total, 52,20% demandaram a atividade sancionadora da Agência.

Abaixo, gráfico contendo informações extraídas do Sistema Ouvidor, que demonstram a evolução das atividades desempenhadas pela Ouvidoria no exercício de 2015.

Gráfico 25 - Demandas respondidas pela Ouvidoria



Do universo de demandas registradas no período, 55,4% foram tratadas exclusivamente no âmbito da Ouvidoria, sem a necessidade de interveniência das setoriais técnicas da Agência. Quer por envolver matéria de natureza repetitiva, quer envolver assunto de domínio do corpo técnico da própria Ouvidoria. Tal procedimento tem por objetivo não sobrecarregar os gestores, salvo quando a informação está defasada, não disponível ou inexistente. As demandas que necessitaram de encaminhamento, quer para apuração de fatos, averiguação e ou diligências, foram ordinariamente repassadas aos setores competentes da Agência.

De ressaltar que a Ouvidoria se constitui em particular canal de controle social da qualidade do serviço objeto da regulação da Agência, pois atua com a recepção, tratamento e encaminhamento das denúncias, pedidos de esclarecimentos e informações relacionados com a

atividade setorial. Nesse aspecto, busca atuar com imparcialidade na ocorrência de conflitos de interesses (Agência x Regulado).

É, portanto, um canal onde o cidadão busca garantir o direito à informação, provocando e forçando a atuação da ANTAQ, quando da ocorrência de desvios na prestação do serviço.

No exercício de 2015, a premência foi pela padronização dos fluxos de recebimento de demandas e normatização dos prazos de respostas no âmbito da Agência, resultando na edição da Resolução Normativa 02/2015, da Ouvidoria da ANTAQ.

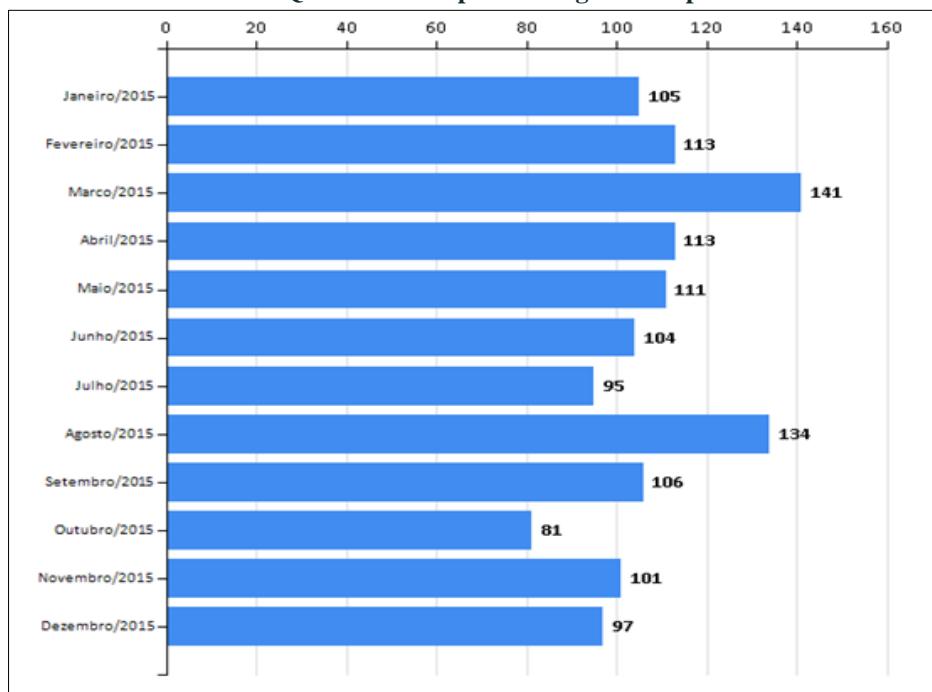
Para 2016, os desafios são: a) ampliar a base da pesquisa de satisfação do usuário do serviço da Ouvidoria, incluindo aqueles apresentados pelo Serviço 0800; b) aprimorar e qualificar as respostas oferecidas aos interessados, notadamente pelo acréscimo de informações sobre meios e mecanismos de exercício do direito do cidadão; c) contribuir para a definição do que venha a ser serviço adequado, instrumentalizando o cidadão com meios de exigir o cumprimentos dos padrões esperados para o serviço; d) ampliação do acesso à informação a partir da implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), divulgando as formas de acesso e utilização do sistema.

#### **4.1.2. *Serviço de Informação ao Cidadão***

##### **Lei de Acesso à Informação – ANTAQ 2015**

Dados relativos à Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ revelam que de janeiro a dezembro de 2015, a ANTAQ recebeu 1.301 pedidos de informação pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão – e-SIC, com média de 108,42 pedidos por mês, conforme gráfico abaixo.

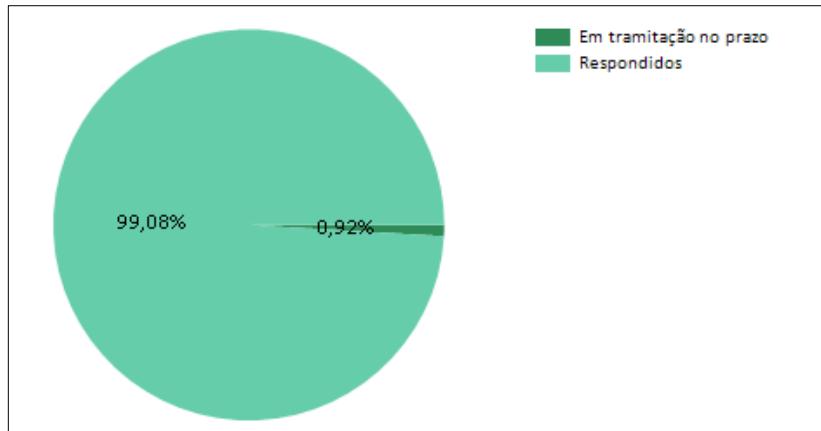
**Gráfico 26 - Quantidade de pedidos registrados por mês**



No quadro abaixo percebe-se que houve aumento da demanda em 164,97% se comparado 2012 com 2015, 32,62% se comparado 2013 com 2015 e 21,47% se comparado 2014 com 2015 (a fim de estabelecer essa comparação, o número de demandas do ano de 2012 foi obtido por análise prospectiva, por meio da média mensal de demandas em relação a 12 meses).

**Quadro 67- Comparação do número de demandas de 2012 a 2015**

Ano	2012	2013	2014	2015
Nº de demandas	491	981	1.071	1.301
Comparação da taxa de crescimento entre o ano de referência para o ano de 2015	164,97%	32,62%	21,47%	

**Gráfico 27 - Situação dos pedidos de acesso à informação**


Status do pedido	Quantidade
Respondidos	1289
Em tramitação no prazo	12

O tempo médio de resposta da ANTAQ no ano de 2015 é 29,18% inferior à media nacional; 8,01 dias e 11,31 dias, respectivamente.

Dos 1.301 pedidos registrados no ano de 2015, apenas 68 foram prorrogados nos termos da Lei.

Embora 2015 tenha sido um ano de realização de concurso público, as ações voltadas à transparéncia ativa mitigaram a propensa avalanche de pedidos de informações a respeito do assunto. Como resultado, o assunto Administração Pública ficou contido a 49 demandas, permanecendo o tema Transporte Aquaviário como o principal assunto demandado pela sociedade, conforme desprende-se do abaixo:

Os temas com maior número de pedidos são:

- Transportes e Trânsito – Transporte Aquaviário com 1.233 solicitações.
- Governo e Política – Administração Pública com 49 solicitações.

Em 2015, o total de solicitantes dos pedidos é de 446 pessoas e, quanto ao perfil, 334 (74,89%) são pessoas físicas e 112 (25,11%) são pessoas jurídicas.

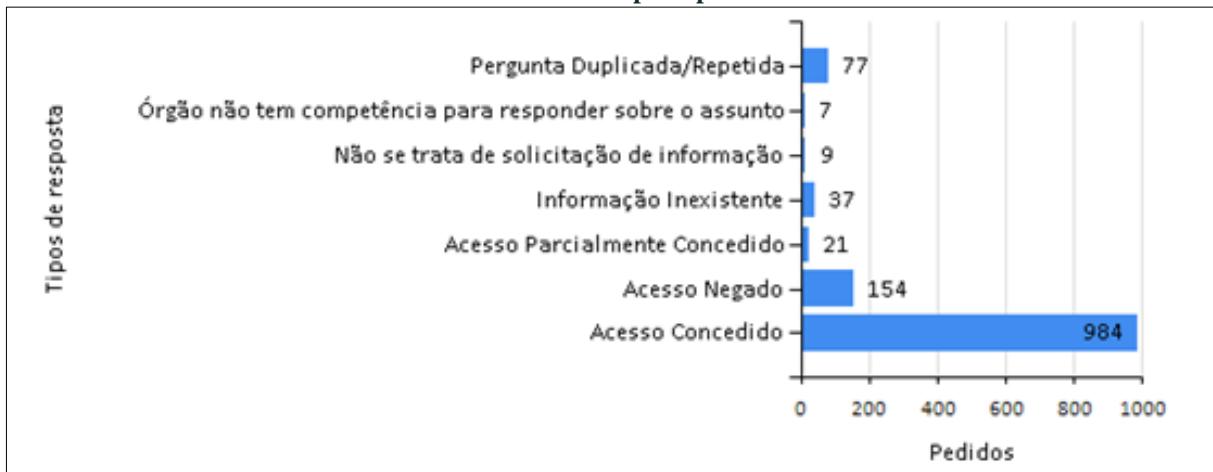
Neste mesmo período, o acesso à informação foi concedido a 984 pedidos. O acesso foi negado a 154 pedidos sendo: acessos negados devido a processo decisório em curso 66 pedidos; informações sigilosas com base em legislação específica 60 pedidos; informações sigilosas classificadas conforme a LAI 15 pedidos. O número de acessos concedidos não é maior devido ao

sigilo do art. 78-B da Lei nº 10.233/2001, em que se enquadram os processos de fiscalização desta Agência, conforme redação abaixo:

*“Art. 78-B, Lei 10.233/2001: O processo administrativo para a apuração de infrações e aplicação de penalidades será circunstaciado e permanecerá em sigilo até decisão final.”*

Percebe-se pela análise dos dados acima que a ANTAQ segue o princípio de que o sigilo é exceção sendo que a maioria dos pedidos (75,63%) foram atendidos.

**Gráfico 28 - Pedidos por tipo de acesso**

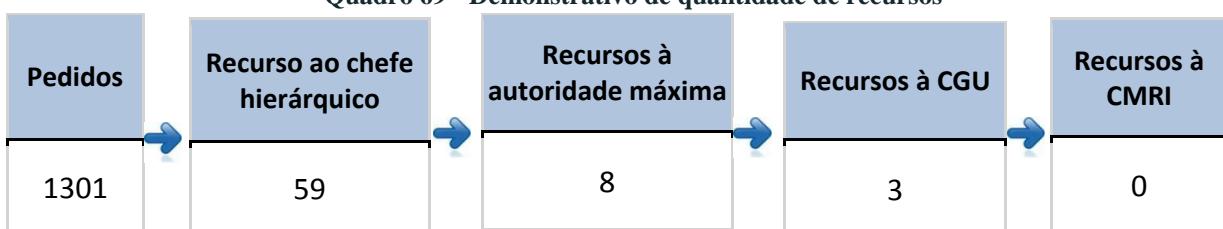


**Quadro 68 - Razões de negativa de acesso**

Descrição	Quantidade	%	% de pedidos
Processo decisório em curso	66	42,857%	5,07%
Informação sigilosa de acordo com legislação específica	60	38,961%	4,61%
Informação sigilosa classificada conforme a Lei 12.527/2011	15	9,740%	1,15%
Pedido genérico	7	4,545%	0,54%
Pedido incompreensível	3	1,948%	0,23%
Pedido desproporcional ou desarrazoado	2	1,299%	0,15%
Pedido exige tratamento adicional de dados	1	0,649%	0,08%
<b>TOTAL:</b>	<b>154</b>	<b>100,000%</b>	<b>11,84%</b>

No ano de 2015, foram registrados 59 recursos de 1ª instância. Destes, oito foram para 2ª instância e três foram encaminhados à Controladoria Geral da União (CGU).

**Quadro 69 - Demonstrativo de quantidade de recursos**



#### **4.2. *Carta de Serviços ao Cidadão***

A ANTAQ disponibiliza no sítio eletrônico oficial da Agência a sua Carta de Serviços ([http://www.ANTAQ.gov.br/Portal/pdf/Carta\\_de\\_Servicos\\_2015.pdf](http://www.ANTAQ.gov.br/Portal/pdf/Carta_de_Servicos_2015.pdf)).

Com a Carta de Serviços, o cidadão, o empresário, as entidades de classe representativas do modal aquaviário, os estudantes, a imprensa e todos os demais agentes sociais que tenham interesse nos serviços prestados pela ANTAQ têm acesso a informações atualizadas, com maior facilidade de entender o novo funcionamento da Agência e os produtos que entregamos para a sociedade.

#### **4.3. *Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários***

Encontra-se disponível no sítio eletrônico oficial da Agência na internet uma pesquisa de satisfação dos usuários dos serviços prestados pela ANTAQ (<http://www.ANTAQ.gov.br/Sistemas/PesquisaSatisfacao/Default.aspx>). O número de acessos à pesquisa é pouco expressivo e não permite chegar a conclusões objetivas, tendo sido, portanto, detectada a necessidade de reestruturação da forma de captar a avaliação dos usuários dos serviços da Agência. A reestruturação da pesquisa tornou-se uma iniciativa estratégica do II Ciclo do Planejamento Estratégico da ANTAQ 2016-2020, oram em fase final de consolidação e envio para deliberação pela Diretoria Colegiada.

#### **4.4. *Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre autuação da ANTAQ***

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários- ANTAQ exerce seu relacionamento com a sociedade por meio de vários órgãos de sua estrutura organizacional entre eles a Assessoria de Comunicação Social - ASC, que tem suas atividades focadas para o fortalecimento da imagem da ANTAQ junto ao setor regulado e à sociedade.

Compete a ASC estabelecer as diretrizes de Comunicação Externa e a Relação Institucional da ANTAQ. Para o cumprimento de suas atribuições a Assessoria de Comunicação Social em 2015 trabalhou alinhada com as ações do Planejamento Estratégico da Agência, bem como com as diretrizes e atribuições estabelecidas pelo marco regulatório do setor, por meio da Lei 12.815/2013 e da Lei 10.233/2001.

A ANTAQ, como órgão integrante do Poder Executivo Federal, reporta-se, por meio de sua Assessoria de Comunicação Social, à Assessoria de Comunicação Social – Secom, da Presidência da República. A Secom é responsável pela comunicação do Governo Federal, coordenando um sistema que interliga as assessorias dos ministérios, das empresas públicas e das demais entidades do Poder Executivo Federal, para garantir a disseminação de informações de interesse público, como direitos e serviços, e também projetos e políticas de governo. A Secom exerce o controle das ações de publicidade e orçamento de comunicação de todos os órgãos do Executivo Federal, para tanto, cada órgão anualmente elabora o seu Plano Anual de Comunicação – PAC, contendo todas as ações de publicidade de cunho institucional, mercadológico e de utilidade pública, previstos para serem realizados no decorrer do exercício.

A partir da instituição da Instrução Normativa nº 7, de dezembro de 2014, pela SECOM, a ANTAQ ficou dispensada de apresentar o Plano Anual de Comunicação, passando tal obrigação a ser restrita aos órgãos que tem contrato de prestação de serviço de Agência de Publicidade.

O planejamento e controle das ações de comunicação na ANTAQ se dão por meio do Plano Anual de Ações de Comunicação, elaborado pela ASC, anualmente, com base nas informações das unidades organizacionais da Agência envolvendo todas as ações de comunicação, tais como eventos de cunho técnico e/ou institucional e divulgações em geral: impressas, digitais, em vídeos ou gravações sonoras. As ações de Comunicação da ANTAQ realizadas em 2015 foram:

### ➤ *Ações da Imprensa*

Foram produzidas 160 matérias sendo: 85 referentes a portos, 50 sobre navegação (marítima, de apoio, interior), 20 relativas à fiscalização e 5 a questões administrativas.

No tocante ao atendimento a jornalistas, foram realizados cerca de 1.200 atendimentos entre esclarecimentos de dúvidas, intermediação de entrevistas e fornecimento de informações.

Em 2015 a Diretoria concedeu duas entrevistas coletivas da Diretoria: uma para apresentação do Anuário Estatístico de 2014, realizada em 24 de fevereiro de 2015. Outra para divulgar os dados referentes ao 1º semestre de 2015, em 18 de agosto.

Ao longo de 2015 foram publicadas 1.092 notícias sobre a ANTAQ, veiculadas em 90 jornais e 25 agências e sites de notícias, além de 19 jornais e sites de notícias internacionais.

### ➤ *Eventos*

Durante 2015 foram realizados 231 eventos de cunho técnico, institucional e de comunicação interna, com os objetivos de facilitar a participação da sociedade e de aperfeiçoar a transparência na divulgação do conjunto das atividades realizadas pela Agência.

Em 2015 o destaque ficou por conta do I Leilão de Arrendamentos Portuários, estabelecidos no Plano de Investimentos Logísticos – PIL, do Governo Federal. O Leilão foi realizado no dia 9 de dezembro, na sede da BOVESPA, em São Paulo.

**Tabela 4 - Eventos**

<b>Evento</b>	<b>Quantidade</b>
Reunião Ordinária da Diretoria (ROD)	20
Reunião Interna	110
Reunião com Participação Externa	52
Curso	6
Leilão Portuário	1
Audiência Pública	4
Workshop	4
Seminário	5
Palestra	5
Outros	24
<b>Total</b>	<b>231</b>

### ➤ *Produção Gráfica*

A Assessoria de Comunicação (ASC) promoveu a divulgação das ações institucionais da Agência por meio da produção de materiais impressos e digitais, tais como cartilhas, folders, cartaz, cartões, livros, jornais, revistas, relatórios, folhetos, banners e outros, com o objetivo de informar o setor regulado, a sociedade e dar transparência aos atos de gestão da Agência.

Foram produzidos em 2015, quinze impressos e publicações variadas. Incluindo-se um jornal de circulação externa, bimensal, destinado ao setor regulado e Governo, “Navegando a Notícia”, e o jornal mural, mensal, “A Bordo” destinado ao público interno.

**Tabela 5 - Produção gráfica**

PRODUÇÃO GRÁFICA	QUANTIDADE
Cartilha “Transportes Aquaviários – Passageiro – Conheça os seus direitos e os seus deveres	50.000
Folder “IDA – Índice de Desempenho Ambiental	2.300
Folder IX PIANC COPEDEC – Inglês – chamada de artigos	1.000
Folder IX PIANC COPEDEC – última chamada para artigos	1.000
Folder IX PIANC COPEDEC – versão comercial	1.000
Jornal “A Bordo”	12
Jornal “Navegando A Notícia” (edição 29 – abril/maio/2015)	7200
Revista “Política de Gestão de Pessoas”	2.424
Revista Relatório Executivo “Pesquisa de Satisfação dos Usuários do Serviço de Transporte Longitudinal e Passageiros”	640

### Publicações:

No âmbito das publicações digitais, foram realizadas 6 (seis) divulgações na intranet em 2015, quais sejam:

**Quadro 70 - Publicações**

PUBLICAÇÃO DIGITAL	QUANTIDADE
Boletim Portuário – Movimentação de Cargas – Trimestral	04
Carta de Serviços 2015 – Versão Simplificada	01
Relatório de Atividades 2014	01

### ➤ *Agenda Positiva com usuários dos Transportes Aquaviários*

A Agenda Positiva é uma iniciativa da Diretoria da ANTAQ que foi criada em 2014 com o objetivo de buscar a aproximação com os usuários dos portos no intuito de conhecer melhor o trâmite negocial, contratual e operacional dos exportadores, a fim de que a Agência possa aprimorar suas normas e condutas.

A Agenda visa ainda o equilíbrio dos setores marítimo e portuário, e a redução das assimetrias de informação e de representatividade que prejudicam o bom andamento do setor regulado.

Com reuniões periódicas, a Agenda abre espaço para que os usuários tratem diretamente com a Agência de processos de seu interesse em tramitação, assim como, opinem acerca da criação ou melhoramento de condutas e normativos.

A coordenação das ações da Agenda Positiva é de responsabilidade da Assessoria de Relações Institucionais (ASP). Dentre as entidades que participam da Agenda Positiva, destacam-se

a Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Cargas (ANUT), a Associação dos Exportadores de Cana de Açúcar e Álcool (AEXA) e o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ).

Em 2015 foram realizadas duas reuniões com representantes da Diretoria da ANUT e de empresas associadas. Como resultado desses encontros, a ANTAQ tem tido uma melhor compreensão dos problemas práticos enfrentados pelos usuários e, consequentemente, um melhoramento tanto dos procedimentos de fiscalização quanto na produção normativa da Agência.

Em outubro, foi realizado um Workshop que contou com a presença de representantes da AEXA, CECAFÉ e CIESP/FIESP, que proporcionaram ao corpo técnico da Agência uma nova visão acerca da realidade do processo de movimentação de cargas na exportação e importação.

#### ***4.5. Formas de participação cidadã nos processos decisórios***

O conteúdo deste item está distribuído pelos itens 1.7 (notadamente no que se refere à atividade de regulação), 4.1 (Canais de Acesso aos Cidadãos), 4.2 (Carta de Serviços ao Cidadão) e 4.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

#### ***4.6. Avaliação dos produtos e serviços pelos cidadãos-usuários***

O conteúdo do item 4.3 (Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários) já contempla as informações relativas a este ítem

#### ***4.7. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações***

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ atua de acordo com a Lei nº 10.098/2000, o Decreto nº 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis, com o fito de cumprir com as exigências legais quanto a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência.

A Agência está representada em 14 (quatorze) Estados da Federação, por meio de suas Unidades Regionais, e em Brasília, para atendimento de demandas administrativas, finalísticas e regulatória do setor aquaviário brasileiro. Os estabelecimentos da ANTAQ vêm atendendo as exigências de acessibilidade para os Portadores de Necessidades Especiais, nos seguintes quesitos:

- Atendimento em sua recepção observando no balcão, as alturas necessárias;
- Rampa de acesso externo aos imóveis da ANTAQ (quando necessário);
- Rampa na entrada principal para facilitar a entrada de cadeirante (quando necessário);
- Portas com dimensões apropriadas para propiciar o trânsito e mobilidade em todas as áreas da agência;
- Elevadores que dão acesso aos setores da Unidade e garagem (quando existente), com identificação dos andares em braile;
- Banheiros, masculino e feminino, com a devida identificação, em seu espaço interno, no térreo do edifício da ANTAQ dispondo de sanitários e um lavatório que atendam às especificações da ABNT.
- Auditório com rampas internas de modo a facilitar as condições de acesso e circulação e local para cadeirante (quando existente);

- Assinatura, em janeiro de 2011, de Acordo de Cooperação com o INMETRO, Marinha do Brasil, Secretaria de Direitos Humanos, cujo objeto era para atender as determinações do Decreto nº 5.296/2004 nas ações relativas à implementação de programas de avaliação da conformidade quanto à acessibilidade no transporte aquaviário coletivo de passageiros;
- Reservou em seu estacionamento interno de veículos, vaga de garagem para pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção, gestantes e idosos.
- Colocação nas escadas de acesso interno do prédio de fita antiderrapante e com luzes de emergência;

#### ***4.8. Desempenho e atuação dos postos no exterior no atendimento ao público***

A Agência não possui postos no exterior.

## 5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### 5.1. *Informações sobre o ambiente de atuação*

A ANTAQ atua no segmento de transporte aquaviário nos subsetores Portuário, de Navegação Marítima e de Apoio e da Navegação do Interior e para tanto recebe recursos do Governo Federal para operar na manutenção da gestão dessas áreas, mantendo também todo o apoio administrativo para que sejam atingidas as competências Institucionais para as quais foi criada, ou seja, na concessão, regulação e fiscalização dos agentes envolvidos no setor aquaviário.

Com a implantação do novo Marco Regulatório a partir de 2013 ocorreram acréscimos substanciais nas atividades afetas à Agência, sendo que em termos orçamentários e financeiros permaneceram nos mesmos patamares históricos, o que vem dificultando a sua atuação a cada exercício, pois ao longo do período 2013-15, em função de contingenciamentos, a ANTAQ vem reduzindo suas despesas, deixando inclusive de contratar serviços e estudos técnicos essenciais para o desenvolvimento de suas atribuições.

### 5.2. *Desempenho financeiro do exercício*

No exercício sob análise, a ANTAQ realizou 96% de seu orçamento aprovado pela LOA - 2015 e mais créditos adicionais liberados, principalmente para cobrir os gastos com Pessoal e Encargos Sociais, em função da entrada de novos servidores a partir do 2º semestre de 2015, bem como o remanejamento de verba orçamentária para dar suporte as Despesas Correntes.

Diante dos constantes cortes vivenciados pela Agência, medidas administrativas para contenção de gastos vêm sendo tomadas ao longo dos últimos anos, reduzindo e renegociado contratos de aluguel e de prestação de serviços de terceiros, a fim de se adequar às restrições orçamentárias estabelecidas pelo atual cenário econômico-financeiro por que passa o País.

### 5.3. *Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos*

#### • **Amortização**

O saldo de amortização acumulada teve um acréscimo de 115,6% em relação ao saldo do ano de 2014, conforme demonstra a tabela abaixo:

**Quadro 71 - Amortização**

Em R\$

12400.00.00	INTANGÍVEL	31/12/2015	31/12/2014	ACRÉSCIMO	VARIAÇÃO %
12480.00.00	AMORTIZACAO AC.	-495.148	-229.665	-265.483	115,60%

O cálculo da amortização é baseado no valor bruto do bem, ou seja, considerando valor residual zero, conforme preceitua o MCASP.

Deve-se presumir que o valor residual de ativo intangível com vida útil definida é zero, exceto quando:

- a. haja compromisso de terceiro para comprar o ativo ao final da sua vida útil; ou
- b. exista mercado ativo para ele e:

- i. o valor residual possa ser determinado em relação a esse mercado; e
- ii. seja provável que esse mercado continuará a existir ao final da vida útil do ativo.

A vida útil do bem intangível é determinada pela Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) em conjunto com a empresa terceirizada responsável pela construção do software.

O registro contábil da amortização é realizado mensalmente, em quotas constantes até que o bem intangível tenha valor residual igual a zero.

Dos aproximadamente 10,7 milhões de ativos intangíveis (softwares) registrados na contabilidade, 9,7 milhões ainda não estão sendo amortizados, pois representam os valores das fábricas de softwares, os quais estão pendentes de individualização e de determinação da vida útil.

#### • Depreciação

No exercício de 2015, a ANTAQ continuou sem a contratação do Sistema de Controle Patrimonial, em função das restrições orçamentárias tendo como consequência as dificuldades em contratar novo sistema. Tal fato resultou na ausência de informações precisas dos valores apropriar de depreciação no exercício corrente. A Coordenadoria de Contabilidade vem repetindo a contabilização dos encargos de depreciação, tomando por base os valores de outubro de 2013.

Portanto, os bens adquiridos após outubro de 2013 não estão sendo depreciados e os bens patrimoniais anteriores a essa mesma data continuam sendo depreciados, inclusive os bens que possam ter atingido sua vida útil ou que possam ter sido baixados do patrimônio da ANTAQ, até que se tenha um sistema contratado.

Cabe mencionar que a não contratação desse sistema até a presente data se deve aos seguintes fatores:

- Nos últimos 04 anos a ANTAQ realizou procedimentos para a solução da demanda com vista a realizar a contratação da manutenção ou aquisição de novo sistema de patrimônio, no período de 2013-15, sendo abertos 05 (cinco) processos conforme delineados a seguir:
- Arquivamento do **processo nº 50300.002183/2007-76**, finalizado em fevereiro de 2013. O processo de referência na gestão do patrimônio da ANTAQ;
  - Contratação de sistema de patrimônio por meio do **processo nº 50300.001689/2013-14** – Divergência no objeto a ser contratado;
  - Contratação de sistema de patrimônio por meio do **processo nº 50300.002339/2013-67** – Inconsistência na definição do tipo de licitação diante do objeto apresentado;
  - Aquisição de sistema de patrimônio por meio do **processo nº 50300.002069/2014-75** – Falta recursos orçamentários e financeiros para a aquisição do software;
  - Em andamento a contratação de empresa **processo nº 50300.002552/2015-31** - para manutenção do software do sistema de patrimônio existente.

A metodologia de cálculo da depreciação que gerou o relatório de outubro de 2013 foi conforme orienta a Macrofunção STN/MF nº 02.03.30, ou seja, método das quotas constantes, porém o reconhecimento da depreciação é feito até que o valor líquido contábil do ativo seja totalmente depreciado, mantendo seu registro no sistema com o valor de R\$ 0,01 (um centavo).

A taxa aplicada anual para o cálculo é resultado da divisão de 1 (um) inteiro pela quantidade de anos da vida útil de cada bem, porém a depreciação é lançada mensalmente.

O valor depreciável do bem é o valor contábil bruto menos o valor residual, o qual é considerado R\$ 0,01 (um centavo), conforme relatado acima. Logo, valor depreciável = valor bruto (-) 0,01.

Depreciação mensal = valor depreciável do bem (\*) taxa aplicada anual ( / ) meses do ano.

- **Almoxarifado**

A metodologia de avaliação e mensuração do estoque é feito com base no valor de aquisição, ou no valor de produção ou de construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106, da Lei 4.320/64.

Houve redução de aproximadamente 50% no valor de almoxarifado em função do consumo regular durante o exercício de 2015 e da não reposição do estoque na mesma proporção, conforme quadro abaixo:

**Quadro 72 – Estoque do Almoxarifado**

Em R\$

1.1.5.0.0.00.00	ESTOQUES	31/12/2015	31/12/2014	REDUÇÃO	VARIAÇÃO %
1.1.5.6.0.00.00	ALMOXARIFADO	65.547	131.222	-65.675	-50,05%

Destaca-se como baixa extraordinária o material de processamento de dados em dezembro no valor R\$ 26.421,14 (vinte e seis mil e quatrocentos e vinte e um reais e quatorze centavos), pois a média mensal baseada no período de janeiro a novembro foi da ordem de R\$ 455,35 (quatrocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e cinco centavos).

Em janeiro de 2015 a Auditoria Interna da ANTAQ encaminhou um relatório solicitando que o Almoxarifado destinasse itens de seu estoque que não estavam mais em uso ou que não teriam previsão para aproveitá-los à doação. Dentre estes itens se encontravam os materiais para processamento de dados.

A doação foi feita para creches, escolas e órgãos do governo, sob o número do processo 50300.001093/2015-78. O montante doado foi no valor de R\$ 26.249,97 (vinte e seis mil, duzentos e quarenta e nove reais e noventa e sete centavos) e o processo de doação foi finalizado em dezembro de 2015.

- **VPD pagas antecipadamente**

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro, no curto ou longo prazo.

A partir de 2015 adotou-se novo procedimento de registro para os prêmios de seguros pagos, pois o pagamento é realizado de forma integral e antecipada e os benefícios econômicos fruirão durante a vigência constante da apólice de seguro.

Na medida em que o serviço foi prestado ou o benefício econômico usufruído, ocorreu o registro da VPD e consequentemente o ativo foi baixado.

- **Ativo Imobilizado - Bens móveis**

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado, com base no valor de aquisição, produção ou construção.

Houve aumento significativo de aproximadamente 4,5 milhões no saldo de bens móveis, de acordo sugere a tabela abaixo:

**Quadro 73 - Ativo Imobilizado**

					Em R\$
1.2.3.0.0.00.00	IMOBILIZADO	31/12/2015	31/12/2014	ACRÉSCIMO	
1.2.3.1.0.00.00	BENS MÓVEIS	13.428.974	8.920.226	4.508.748	

Durante o ano de 2015 foi construída uma instalação de ambiente sala cofre para datacenter no valor global de R\$ 3.468.610,30 (três milhões e quatrocentos e sessenta e oito mil e seiscentos e dez reais e trinta centavos).

A sala cofre foi considerada bem móvel, pois se enquadrou na definição do MCASP, conforme segue: “Compreende o valor da aquisição ou incorporação de bens corpóreos, que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social, para a produção de outros bens ou serviços”.

Ainda houve outras aquisições como: R\$ 732.270,00 (setecentos e trinta e dois mil e duzentos e setenta reais) referente a 231 desktops, mouses, teclados e monitores; R\$ 241.864,00 (duzentos e quarenta e um mil e oitocentos e sessenta e quatro reais) referente a 56 microcomputadores ultrabook modelo LENOVO T440, acompanhado de mouse, mochila e fonte; e R\$ 37.682,98 (trinta e sete mil e seiscentos e oitenta e dois reais e noventa e oito centavos) referente a aquisição de condicionadores

- Ativo Intangível - Softwares**

Os bens intangíveis são mensurados ou avaliados, com base no valor de aquisição ou de produção.

Durante o exercício de 2015 houve um acréscimo de cerca de 5,4 milhões na rubrica softwares, conforme consta na tabela abaixo:

**Quadro 74 - Ativo Intangível - Softwares**

					Em R\$
1.2.4.0.0.00.00	INTANGÍVEL	31/12/2015	31/12/2014	ACRÉSCIMO	
1.2.4.1.0.00.00	SOFTWARES	10.699.328	5.284.209	5.415.119	

Sendo que R\$ 3.628.722,25 (três milhões e seiscentos e vinte e oito mil e setecentos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos) refere-se ao Termo de Cooperação Técnica TC-SAF-ANTAQ nº 08/2011 com a Universidade Federal de Santa Catarina que havia sido contabilizado como despesa patrimonial do exercício que foi realizado o repasse do recurso. Porém, foi constituído um grupo de trabalho para análise da fidedignidade da classificação contábil e em 2015 após conclusão dos trabalhos da comissão de inventário de software e recebimento do ativo intangível e voto da diretoria, conforme processo 50300.002528/2015-00, ocorreu à reclassificação da despesa para o ativo intangível softwares em contrapartida a ajustes de exercícios anteriores.

E o valor de R\$ 1.728.497,19 (um milhão e setecentos e vinte e oito mil e quatrocentos e noventa e sete reais e dezenove centavos) do acréscimo ocorrido em 2015 refere-se aos softwares desenvolvidos ou em desenvolvimento pela empresa contratada CPM BRAXIS S.A..

## 5.4. *Sistematica de apuração de custos no âmbito da unidade*

O Sistema de Informação de Custos – SIC ainda não foi utilizado nesta autarquia, entretanto, intencionamos buscar em 2016 a interação com o Órgão Central de Contabilidade - STN, por intermédio da nossa setorial contábil, visando obter as instruções necessárias norteadoras para viabilizar o acesso ao sistema.

## 5.5. *Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial*

A conformidade contábil aplicada teve como referência primordial a análise permanente das contas contábeis, bem como a regularização das equações apontadas pelos SIAFI. A Coordenadoria de Contabilidade vinculada a Gerência de Orçamento e Finanças - Superintendência de Administração e Finanças realizou os procedimentos de conformidade.

## 5.6. *Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal*

Quadro 75 – Declaração do Contador

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>					
<b>Denominação completa (UJ)</b>		<b>Código da UG</b>			
<b>Agência Nacional de Transportes Aquaviários</b>		<b>682010</b>			
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.					
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.					
<b>Local</b>	<b>Brasília</b>	<b>Data</b>	<b>31/03/2016</b>		
<b>Contador Responsável</b>	<b>Carlos Augusto Andrade Silva</b>	<b>CRC nº</b>	<b>6.223- CE</b>		

## 5.7. *Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas*

As Demonstrações contábeis são apresentadas no Anexo I deste Relatório de Gestão.

### **NOTAS EXPLICATIVAS**

- **Passivos**

Os valores dos passivos tiveram um aumento de cerca de 363% em relação à 2014, de acordo apresenta o quadro a seguir:

**Quadro 76 - Passivo**

Em R\$

<b>200000000</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>ACRÉSCIMO</b>	<b>VARIAÇÃO %</b>
210000000	PASSIVO CIRCULANTE	5.831.036	1.259.163	4.571.873	363,09%

Os passivos patrimoniais foram contabilizados conforme o fato gerador, em cumprimento ao princípio da competência e ao conceito de passivo das normas internacionais: Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

A provisão de um terço constitucional de férias, é calculada de acordo com a média remuneratória dos últimos 12 meses dos servidores.

As contas a pagar foram contabilizadas independentes da execução orçamentária, pois o direito do credor começa a existir com a entrega do material ou serviço mesmo quando a despesa orçamentária ainda esteja pendente de liquidação, ou seja, foi adotada a etapa “em liquidação” para marcar o registro contábil.

- **Ajustes de exercícios anteriores**

O quadro abaixo demonstra que no patrimônio líquido de 2015 foram registrados ajustes de exercícios anteriores saldo credor líquido no total aproximado de 3,6 milhões:

**Quadro 77 - Ajustes de exercícios anteriores**

Em R\$

<b>2.3.0.0.0.00.00</b>	<b>PATRIMONIO LIQUIDO</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>ACRÉSCIMO</b>
2.3.7.1.1.03.01	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.582.969	-	3.582.969

Sendo que R\$ 48 mil foi ajuste devedor referente a uso de situação indevida do subsistema Contas a Pagar e a Receber (CPR) do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), a qual gerou um direito inexistente ao repassar recurso financeiro retido de servidores a outros órgãos. Para baixar o direito foi necessário creditar o ativo e debitar ajustes de exercícios anteriores.

Por solicitação da Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio foi registrado no ativo imobilizado de 10 binóculos, em função de sua vida útil e durabilidade contemplarem vários exercícios financeiros, os bens haviam sido lançados como despesa no exercício de 2014. Logo, o valor de R\$ 2.344,00 (dois mil e trezentos e quarenta e quatro reais) foram reconhecidos como ativo imobilizado em contrapartida a ajustes de exercícios anteriores.

O valor de R\$ 3.628.722,25 (três milhões e seiscentos e vinte e oito mil e setecentos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos) refere-se ao Termo de Cooperação Técnica TC-SAF-ANTAQ nº 08/2011 com a Universidade Federal de Santa Catarina que havia sido contabilizado como despesa patrimonial do exercício que foi realizado o repasse do recurso, ocorreu então à reclassificação da despesa para o ativo intangível (softwares) em contrapartida a ajustes de exercícios anteriores.

- **Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)**

A Demonstração das Variações Patrimoniais é composta por dois quadros, sendo o primeiro obrigatório e demonstra as variações quantitativas, onde há o confronto das VPA e VPD e a apuração do Resultado Patrimonial do Período. Já o segundo quadro, segundo o MCASP, é facultativo e demonstra as variações qualitativas, o qual não foi adotado pela União.

Em função da adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), para o exercício de 2015 não será possível análise comparativa das Variações Patrimoniais de 2015 em relação às de 2014.

Mas vale ressaltar que a partir desse exercício esforços estão sendo feitos para que todas as VPA e VPD sejam registradas pelo princípio da competência e que sejam tratadas de forma independente às receitas e às despesas orçamentárias. Durante 2015 muito se avançou nesse sentido em relação as VPD, porém as VPA ainda se encontram em estudo, análise e adaptação da rotina de controle e registro dos atos e fatos que antecedem a arrecadação

## **5.8. *Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber***

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 6<sup>a</sup> edição “Um ativo deve ser reconhecido no patrimônio público quando for provável que benefícios futuros dele provenientes fluirão para a entidade e seu custo ou valor puder ser determinado em bases confiáveis”.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários é integrante da administração federal indireta, submetida ao regime autárquico especial e está entre as suas competências, conforme regimento interno, art. 4º, XXXVII “aplicar penalidades nos casos de não atendimento à legislação, de descumprimento de obrigações ou má prática comercial por parte das empresas de navegação e de exploração da infraestrutura portuária e aquaviária”.

Dentre as penalidades encontra-se a multa, a qual deve ser registrada na contabilidade desde a sua aplicação ao infrator e caso exista uma expectativa de não recebimento a perda estimada deve ser calculada e registrada como retificadora do crédito.

Até o término do exercício de 2015 as multas só foram registradas no momento da arrecadação, ou seja, não houve constituição de crédito por competência e nem de perdas estimadas. Porém, encontram-se em análise os procedimentos necessários para a execução, no exercício de 2016, dos referidos registros e inclusive para o registro da dívida ativa.

## 6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

### 6.1. Gestão de pessoas

#### 6.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

##### 6.1.1.1. Informações específicas sobre o pessoal lotado na STI

Quadro 78 - Força de Trabalho - Secretaria de Tecnologia - STI

QTD	CARGO
7	Analista Administrativo
3	Requisitados

Posição em 31/12/2015 – Sistema de Recursos Humanos

A Secretaria de Tecnologia da Informação conta na sua Coordenadoria de Sistemas, que é responsável pela gestão das soluções corporativas de TI, com um contrato de prestação de serviços com o apoio de 14 colaboradores terceirizados e na Coordenadoria de Infraestrutura responsável pela segurança dos dados e o suporte à tecnologia da informação, com o quantitativo de 7 colaboradores.

Com relação ao quadro efetivo foi autorizada no último Concurso Público, a nomeação de 5 (cinco) Analistas Administrativos, restando ainda a nomeação de 2 candidatos, em virtude de vacância por posse em outro cargo inacumulável, totalizando o quantitativo de 9 (nove) vagas de Analistas Administrativos para a área de informática.

##### 6.1.1.2. Informações específicas sobre a estrutura de pessoal

Quadro 79 - Força de Trabalho da ANTAQ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	470	458	140	18
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	470	458	140	18
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	470	420	137	10
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	não há	8	2	6
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	não há	2	0	1
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	não há	28	1	1
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	não há	0	0	0
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	não há	12	0	1
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>		470	140	19

**Nota:** a composição da lotação autorizada item (1.2.1) refere-se ao quantitativo de vagas autorizadas pela Lei 10.871, de 20 de maio de 2004, para nomeação de servidores por concurso público. A lotação autorizada itens (1.2.2), (1.2.3), (1.2.4) e (3.) - Não há autorização prévia para nomeação. Quanto a lotação autorizada item (2.) à ANTAQ não tem autorização para nomear servidores com vínculo de contrato temporário.

## ➤ **Concurso Público**

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP autorizou, em 22/01/2014, a realização do 3º Concurso Público para o provimento 143 (cento e quarenta e três) cargos pertencentes ao quadro efetivo da ANTAQ, conforme discriminado abaixo:

**Quadro 80 - Provimento de Cargos – Concurso Público**

Cargos	Quantidade
Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários	52
Analista Administrativo	17
Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários	55
Técnico Administrativo	19
<b>Total</b>	<b>143</b>

O Concurso Público para os cargos de Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários, Analista Administrativo, Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários e Técnico Administrativo já foi concluído e homologado.

Em 24 de junho de 2015 o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP autorizou a nomeação dos 143 dos candidatos, por meio da Portaria nº 239 de 23 de junho de 2015. Desta forma, as nomeações dos novos servidores ocorreram durante o exercício de 2015.

A situação em dezembro de 2015 com relação às vagas ocupadas pelos novos servidores está demonstrada no quadro abaixo:

**Quadro 81 - Provimento de Cargos- Posse**

Cargo	Quantidade
Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários	47
Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários	55
Analista Administrativo	17
Técnico Administrativo	19
<b>TOTAL</b>	<b>138</b>

**Quadro 82 - Quadro Distribuição da lotação Efetiva**

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	149	309
1.1. Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4)	149	309
1.1.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	126	294
1.1.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	8	0
1.1.3. Servidores de Carreira em exercício provisório	2	0
1.1.4. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	13	15
<b>2. Servidores com Contrato Temporário</b>	0	0
<b>3. Servidores Sem vínculo com a Administração Pública</b>	9	3
<b>4. Total de Servidores (1 +2+3)</b>	<b>158</b>	<b>312</b>

Fonte: SIAPE Situação apurada em 31/12/2015

**Quadro 83 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da ANTAQ**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	43	43	4	4
1.1. Cargos Natureza Especial	3	3	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	40	40	4	4
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	não há	23	3	1
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	não há	1	1	1
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	não há	4	0	2
1.2.4. Sem Vínculo	não há	12	0	0
1.2.5. Aposentados	não há	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	104	97	4	22
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	não há	80	4	17
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	não há	4	0	5
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	não há	13	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	147	140	8	26

Fonte: SIAPE Situação apurada em 31/12/2015

## ➤ *Qualificação e capacitação da Força de Trabalho*

Com relação à capacitação, destacamos os Programas de Incentivo Educacional. A de Incentivo a Graduação que contemplou 4 servidores. Ainda relativamente às Bolsas de Incentivo, foram concedidas 60 bolsas de Idioma Estrangeiro e 11 bolsas de Pós-Graduação.

O Plano Anual de Capacitação - PAC, foi elaborado pela CDA/GRH e aprovado pela Diretoria. Este plano é previsto no Regulamento de Capacitação dos Servidores em exercício na ANTAQ, e estabelece as ações de capacitação, a serem desenvolvidas nas diversas unidades da ANTAQ, no exercício de 2015.

O orçamento para a capacitação em 2015 foi na ordem de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), dos quais R\$ 342.472,00 (trezentos e quarenta e dois mil e quatrocentos e setenta e dois reais) foram executados, havendo um corte orçamentário de R\$ 331.920,00 (trezentos e trinta e um mil e novecentos e vinte reais), com aproximadamente 494 participações em ações de capacitação. Comparativamente no exercício de 2014 o orçamento executado de R\$ 500.000,00 com aproximadamente 449 participações em ações de capacitação.

Destacam-se ainda a realização das ações de capacitação com instrutória interna: I SEMINÁRIO SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO, 1º WORSHOP DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - TEMAS POLÊMICOS, SEMINÁRIO BRASIL - DINAMARCA SOBRE NAVEGAÇÃO MARÍTIMA, SEMINÁRIO DE AMBIENTAÇÃO PARA OS SERVIDORES, WORKSHOP - PRÁTICAS DA REGULAÇÃO NA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO PELA VIA MARÍTIMA, com a participação de servidores da Sede e das Unidades Regionais da ANTAQ.

Ainda, foram possibilitadas participação de servidores nos seguintes cursos e eventos: Port Internacional Brazil, Desenvolvedor Básico QlikView, Formação e Profissionalização em Mentoring e Coaching, Congresso Brasileiro de Logística Portuária e Direito Marítimo, II CIDESPORT, Curso Estruturação de Concessões em Infraestrutura Elaboração de planilha de Custos nos contratos de serviços continuados.

➤ ***Situação do Cumprimento das Obrigações de entregar a DBR***

**Quadro 84 - Demonstrativo do cumprimento da obrigação de entregar a DBR**

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
<b>Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)</b>	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)</b>	Obrigados a entregar a DBR	8	26	140
	Entregaram a DBR	8	26	140
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: CCP/GRH

A incumbência de gerenciar a recepção das DBR é da Coordenadoria de Cadastro e Pagamento - CCP subordinada a Gerência de Recursos Humanos. A recepção é realizada por meio do formulário de autorização de acesso à declaração de Imposto de Renda, em formato impresso, que são arquivados em pastas específicas em arquivo deslizante com chave sob guarda da Coordenadoria de Cadastro e Pagamento. Não há sistema informatizado para o gerenciamento. Não é realizado análise crítica das DBR com intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida.

### 6.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores de Carreira vinculados a ANTAQ</b>											
Exercícios	2015	57.543.030,04	-	4.627.332,58	-	1.634.205,17	716.187,52	253.100,86	3.425,34	23.373,84	64.800.655,35
	2014	49.353.329,25	-	3.815.297,59	-	1.360.205,26	807.707,20	237.583,88	1.007,08	24.119,50	55.599.249,76
<b>Servidores de Carreira SEM VÍNCULO com a ANTAQ</b>											
Exercícios	2015	761.591,98	-	52.390,92	-	4.849,00	2.128,70	33.183,65	-	-	854.144,25
	2014	853.010,60	-	66.692,78	-	830,77	7.511,28	25.455,54	2.299,05	-	955.800,02
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a Administração Pública (exceto temporários)</b>											
Exercícios	2015	1.814.495,49	-	128.073,05	-	54.607,90	7.046,50	-	-	-	2.004.222,94
	2014	1.780.294,27	-	124.599,89	-	61.553,08	17.805,31	11.313,09	-	-	1.995.565,64
<b>Servidores Cedidos com Ônus</b>											
Exercícios	2015	2.531.337,83	-	251.280,68	-	65.531,00	20.352,02	1.788,74	-	-	2.870.290,27
	2014	1.727.864,59	-	145.521,98	-	54.015,00	29.022,02	-	-	-	1.956.423,59
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAPE Situação apurada em 31/12/2015

Nota: Informações sobre a estrutura de pessoal da unidade, contemplando as seguintes perspectivas: Custos associados à manutenção dos recursos humanos.

### 6.1.3. *Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal*

Em 2015 foi publicada a Portaria nº 177/2015, da ANTAQ, objetivando dar maior controle ao processo da folha de pagamento, estabelecendo normativo interno regulamentando procedimentos administrativos que tratem da sistemática de monitoramento e processamento da folha de pagamento – Manual da Folha de Pagamento. A mencionada Portaria determina que o controle referente aos procedimentos da folha de pagamento, seja realizado respeitando-se a segregação entre as funções de cadastro e pagamento e ainda que deverá ser realizado rodízio entre os servidores responsáveis pela folha de pagamento e observada a análise crítica sobre todo o processo de execução garantindo o monitoramento, conferência e controle interno dos procedimentos.

As atividades e procedimentos relacionados à área de pessoal são realizados com base nas demandas apresentadas por meio de abertura de processo no sistema eletrônico de informações - SEI, com número de autuação próprio e acompanhamento por meio do sistema eletrônico.

Os lançamentos na folha de pagamento são realizados quando acompanhados de documento formal respectivo e com a autorização da autoridade competente, existindo rotinas para tal situação, como elaboração de formulários, abertura de processos administrativos, etc.

O Processamento e a homologação da folha de pagamento são feitos por um servidor e conferidos por outro servidor, evitando possíveis falhas e fraudes. Os controles de folha de pagamento e cadastro são realizados pelo sistema SIAPE, com críticas, estando vinculado ao acompanhamento pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pelo sistema de Trilhas de Auditoria. Além disso, é feita a análise por outros setores fora da área de recursos humanos como a Contabilidade e a Auditoria Interna. Contamos com um Sistema interno informatizado da Administração de Recursos Humanos – SARH, que possui um módulo para cálculo de pagamento de substituição, desenvolvido após recomendação da Auditoria Interna e ainda módulos para realização da Avaliação de Desempenho para concessão da Gratificação e para progressão/promoção e controle de frequência.

Relação dos sistemas internos informatizados, utilizados na área de gestão de pessoas na ANTAQ, que visam maior controle e transparência:

- PAS – Plano de Saúde - tem como objetivo o cadastro e controle dos planos de saúde e odontológico utilizados pelos servidores da ANTAQ.
- SARH – Sistema de Administração de Recursos Humanos - é um sistema utilizado para coletar, registrar, armazenar, analisar e recuperar dados sobre os recursos humanos da ANTAQ. Possui alguns controles como horários de servidores, férias e frequência. O SARH também apoia outros sistemas internos.
- SAG – Sistema de Avaliação de Desempenho - é um sistema utilizado para a realização da avaliação de desempenho do servidor para efeito de concessão da GDAR/GADATR e GDPCAR e também para progressão e promoção nas carreiras do quadro efetivo da agência.

### 6.1.4. *Pessoal requisitado dos quadros de órgão ou entidade da Administração Pública Federal*

Os dados referentes ao Pessoal requisitado de outros órgãos estão contemplados no item 1.2.4 do Quadro 74 - Força de Trabalho da ANTAQ, onde se verifica que a Agência tem 28 servidores requisitados.

### 6.1.5. *Medidas para o ressarcimento de valores pagos indevidamente a servidores movimentados em razão de missões permanentes ou provisórias*

Não houve pagamentos indevidos a servidores movimentados em razão de missões permanentes ou provisórias.

### 6.1.6. *Demonstração das iniciativas de cobrança de valores pagos indevidamente a servidores removidos em razão de missões permanentes*

Não houve pagamentos indevidos a servidores movimentados em razão de missões permanentes.

### 6.1.7. *Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas*

**Quadro 86 - Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas**

<b>Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo</b>			
<b>Competência</b>	<b>Quant. De participantes</b>	<b>Total da Folha – Normal</b>	<b>Total da Folha – 13º Terceiro Salário</b>
Jul/2015	16	R\$ 36.797,10	R\$ 0,00
Ago/2015	37	R\$ 137.717,94	R\$ 0,00
Set/2015	47	R\$ 190.933,72	R\$ 0,00
Out/2015	51	R\$ 205.827,33	R\$ 0,00
Nov/2015	58	R\$ 242.686,53	R\$ 86.906,00
<b>Total</b>		<b>R\$ 813.962,62</b>	<b>R\$ 86.906,00</b>

Obs.: Com a entrada em exercício dos novos servidores no ano de 2015, a ANTAQ passou a ser entidade patrocinada da FUNPRESP – EXE. O quadro acima demonstra a quantidade de participantes e o valor revertido a FUNPRESP no período entre julho e novembro de 2015.

## 6.1.8. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

**Quadro 87- Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva**

Unidade Contratante				Nome: ANTAQ		UG/Gestão: 682010		CNPJ:		04.903.587/0001-08		
Informações sobre os Contratos										Sit.		
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados					
					Início	Fim	P	C	P	C		
2010	V	O	011/2010	09.267.406/0001-00	04/05/2010	04/05/2015		1		10	E	
2015	V	O	011/2015	14.534.490/0001-10	05/05/2015	04/05/2016				12	A	
2010	V	O	026/2010	00.332.087/0003-66	20/09/2010	20/09/2015		4			E	
2015	V	O	016/2015	10.599.807/0001-46	24/09/2015	23/09/2016				4	A	
2010	V	O	014/2010	03.495.870/0001-77	04/05/2010	04/05/2015		4			E	
2015	V	O	010/2015	12.138.329/0001-00	18/05/2015	18/05/2016		4			A	
2010	V	O	041/2010	02.576.238/0004-38	27/12/2010	30/06/2015		4			E	
2015	V	E	014/2015	10.585.532/0001-91	01/07/2015	27/12/2015		4			E	
2010	V	O	016/2010	03.372.304/0001-78	11/05/2010	11/05/2015		2			E	
2011	L	O	017/2011	76.620.735/0001-29	19/05/2011	19/05/2016		13		3	P	
2011	L	O	001/2011	05.333.566/0001-59	10/01/2011	10/01/2016		1			P	
2013	L	O	016/2013	10.551.135/0001-07	19/08/2013	19/08/2016		1			P	
2010	L	O	034/2010	04.903.587/0001-08	08/11/2010	08/11/2015		1			E	
2015	L	O	019/2015	06.979.037/0001-90	21/12/2015	20/12/2016		1			A	
2014	L	O	018/2014	04.231.640/0001-63	15/09/2014	15/09/2016		1			P	
2014	L	O	014/2014	08.611.082/0001-12	28/08/2014	28/08/2016		1			P	
2014	L	O	019/2014	03.374.266/0001-92	16/09/2014	16/09/2016		1			P	
2010	L	O	027/2010	10.565.981/0001-78	17/09/2010	17/09/2015		1			E	
2015	L	E	027/2010	10.565.981/0001-78	18/09/2015	17/11/2015		1			E	
2015	L	O	027/2010	10.565.981/0001-78	07/12/2015	06/12/2016		1			A	
2013	L	O	002/2013	04.231.640/0001-63	10/01/2013	10/01/2016		1			P	
2014	L	O	022/2014	12.336.105/0001-03	26/09/2014	26/09/2016		1			P	
2012	L	O	020/2012	09.514.038/0001-57	23/07/2012	23/07/2015		1			E	
2015	L	O	015/2015	76.258.672/0001-63	27/07/2015	26/07/2016		1			A	
2014	L	O	002/2014	03.372.304/0001-78	02/01/2014	08/02/2015		1			E	
2015	L	O	001/2015	12.336.105/0001-03	09/02/2015	09/02/2016		1			A	
2013	L	O	026/2013	07.441.614/0001-58	12/12/2013	12/12/2016		1			P	
2012	L	O	017/2012	10.581.285/0001-55	13/06/2012	26/03/2015		1			E	
2015	L	O	005/2015	00.482.840/0001-38	13/04/2015	12/04/2016		1			A	
2014	L	O	031/2014	05.885.789/0001-29	23/12/2014	23/12/2016		1			P	

**Observações:** A coluna (P) quantidade de trabalhadores prevista no contrato não foi preenchida, tendo em vista que não consta no contrato a especificação da escolaridade do funcionário. Dessa forma, o somatório da quantidade de funcionários descritas nos diversos níveis de escolaridade condiz com a quantidade de funcionários prevista nos contratos.

**LEGENDA:** Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental;(M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no Contrato; (C) Efetivamente contratada

Fonte: GRL/CSG

**Quadro 88 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra**

Unidade Contratante											
Nome: Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ					UG/Gestão: 682010/68201		CNPJ: 04.903.587/0001-08				
Informações sobre os Contratos											
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Sit.	
					Ínicio	Fim	P	C	P	C	
2012	2	O	028/2012	00.691.905/0001-55	22/10/2012	21/10/2017		8		12	2 P
2013	4	O	020/2013	12.978.051/0001-71	05/09/2013	04/09/2018		3		2	
2015	4	O	018/2015	10.565.981/0001-78	07/12/2015	06/12/2020		1			A
2014	4	O	002/2014	68.565.530/0001-10	02/01/2014	01/01/2019			1		P
2012	5	O	021/2012	05.333.566/0001-59	09/07/2012	08/07/2016			3		P
2015	5	O	007/2015	11.446.485/0001-68	12/05/2015	11/05/2020			1		A
2013	9	O	029/2013	06.926.324/0001-31	27/12/2013	26/12/2018			3		P
2012	10	O	002/2012	08.414.767/0001-79	01/02/2012	31/01/2017			9		1 P
2012	12	O	07/2012	11.135.051/0001-47	09/04/2012	30/11/2015	0	0	30	26	0 0 E
2012	12	O	16/2012	05.753.028/0001-13	21/06/2012	20/06/2015	0	0	37	37	27 25 E
2015	12	O	13/2015	36.770.857/0001-38	07/07/2015	07/07/2016	0	0	37	37	27 25 A

**Observações:** A coluna (P) quantidade de trabalhadores prevista no contrato não foi preenchida, tendo em vista que não consta no contrato a especificação da escolaridade do funcionário. Dessa forma, o somatório da quantidade de funcionários descritas nos diversos níveis de escolaridade condiz com a quantidade de funcionários previstos nos contratos. Em relação ao contrato CONT-SAF-ANTAQ nº 07/2012, o contrato foi encerrado unilateralmente no dia 30/11/2015, pois a ANTAQ vinha realizando o pagamento direto aos prestadores de serviço desde a competência 05/2015. A contratada não vinha honrando o pagamento das verbas trabalhistas no prazo legal.

Em relação ao contrato CONT-SAF-ANTAQ nº 16/2012, a empresa vinha atrasando o pagamento dos salários e benefícios e como consequência recebeu advertência e multa. A ANTAQ passou a pagar direto aos prestadores de serviço até o final do contrato.

Em relação ao contrato CONT-SAF-ANTAQ nº 13/2015, a vigência foi a partir de 07/07/2015, para garantir a continuidade dos serviços de secretariado referente ao contrato encerrado CONT-SAF-ANTAQ nº 16/2012.

**LEGENDA:** Área: 1. Segurança; 2. Transp.; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas 11. Apoio Adm.– Menores Aprendizes; 12. Outras Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada. Sit. Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: GRL/CSG e GRH

### 6.1.8.1. *Contratação de estagiários*

**Quadro 89 - Estagiários**

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	50	53	44	48	R\$ 366.066,19
1.1 Área Fim	26	27	23	27	R\$ 194.753,14
1.2 Área Meio	24	28	21	21	R\$ 171.313,05
<b>2. Nível Médio</b>	9	13	14	16	R\$ 53.212,03
2.1 Área Fim	5	8	9	9	R\$ 29.888,60
2.2 Área Meio	4	5	5	7	R\$ 23.323,43
<b>3. Total (1+2)</b>	59	66	58	64	R\$ 419.278,22

**Análise Crítica:**

A seleção dos estudantes é feita mediante recrutamento feita com o uso de banco de currículo fornecido pelo Agente de Integração de Estágio contratado pela Agência – o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE). A seleção ocorre por meio do uso de técnicas variadas conforme o caso, incluindo entrevistas e provas. Os resultados das contratações são, em geral, bons. O principal problema enfrentado é na manutenção de estagiários visto que há uma defasagem no valor das bolsas pagas pelo Executivo.

**Fonte:** Planilhas de acompanhamento do Gestor do contrato e SIAPE

### 6.1.9. *Contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais*

Não houve contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

### 6.1.10. *Contratação de mão de obra temporária*

Não houve contratações de mão de obra temporária.

## 6.2. *Gestão do patrimônio e da infraestrutura*

### 6.2.1. *Gestão da frota de veículos própria e terceirizada*

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ não possui veículos automotores próprios. Todo o serviço de transporte é realizado por meio de veículos contratados de terceiros. A Gestão da Frota de Veículos Automotores de terceiros é realizada pela ANTAQ, em todas as suas Unidades Regionais, exceto na Unidade Regional de Corumbá – URECO, unidade que apresenta apenas o atendimento de veículo eventual e apresentam as seguintes configurações, a saber:



A ANTAQ descentraliza suas atividades em Brasília (Sede) e 14 (quatorze) Unidades Regionais – URE's – localizadas em todo o território nacional (Rio de Janeiro, Manaus, Porto Velho, Paranaú, Porto Alegre, São Luiz, Corumbá, Fortaleza, Vitória, São Paulo, Salvador, Florianópolis, Belém e Recife).

→ O objetivo fim da Agência, portanto, o que demanda maior utilização de transporte terrestre, é a realização de fiscalização nos portos e terminais

portuários do país, em sua preponderância efetuadas pelas URE's.

- ⊕ Os veículos oficiais à disposição da área finalística exigem maior manutenção, uma vez que rotineiramente transitam por terrenos acidentados e por estradas e rodovias em más condições de rodagem, principalmente no caso das fiscalizações.
- ⊕ A Agência detém demanda por veículos oficiais para atendimento administrativo e fiscalizatório. Somam-se 23 (vinte e três) veículos para atendimento em todo território nacional, sendo 05 (cinco) nos modelos institucionais, 03 (três) de uso comum na Sede e 15 (quinze) veículos de uso comum nas URE's, porém, com especificações diversas para adequação à realidade fiscalizatória.
- ⊕ Tendo em vista o novo marco regulatório do transporte aquaviário (Lei 12.815/2013) as áreas de regulação e fiscalização demandaram com maior intensidade o apoio administrativo dos serviços de transporte a fim de atender às novas exigências.
  - Diante dessa premissa, seguem as informações requeridas no mencionado relatório referentes aos questionamentos de “a” à “j”:

**a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte;**

**Resposta:** Administração da Agência embasou a contratação dos serviços de transporte de empresa terceirizada pelas razões elencadas abaixo:

- ⊕ O Decreto nº 2.271/97, que dispõe sobre a contratação de serviços na Administração Pública Federal, Autárquica e Fundacional, prevê:

*“art.1º,§1º: As atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, **transporte**, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicação e manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de contratação indireta.” (grifo nosso)*

*“art. 1º, §2º: Não poderão ser objeto de contratação indireta as atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em com contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.”*
- ⊕ O artigo 7º da Instrução Normativa nº 02/2008 – SLTI/MPOG informa que os serviços em referência devem ser objeto de execução indireta.
- ⊕ A lei 10.821/2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das Agências Reguladoras não prevê atividades correlatas às de motorista.
- ⊕ Para a aquisição de frota própria, seria, ainda, imprescindível, a celebração de contrato para a execução dos serviços de manutenção, o que acarretaria em aumento substancial no valor dos contratos isolados, bem como dificultaria a gestão forma separada.
- ⊕ Com o devido amparo legal, conclui-se pela necessidade e pertinência da contratação de serviços desta espécie de mão de obra terceirizada, haja vista a inexistência de categoria profissional com essas atribuições no Plano de Cargos desta Autarquia. Além disso, quando dos procedimentos para a contratação, verificou-se a dificuldade de contratação de empresa que forneça apenas os serviços de motorista em todo território nacional.

- Assim, optou-se pela junção das contratações em um mesmo procedimento licitatório e em um mesmo contrato, sendo minimizados os custos diretos e indiretos para as contratações, como a necessidade de armazenamento de peças de veículos, contratos de manutenção, contrato de seguro, pagamento de impostos, zelo com o veículo, etc.
- Ademais, justificam-se suficientemente a contratação da prestação de serviços terceirizados pelos seguintes argumentos em função de que:
  - Haverá ganho de escala;
  - Haverá a minimização dos riscos em contratar empresas de âmbito nacional, visto que a contratação em cidades de menor porte não possui capilaridade em albergar as demandas da ANTAQ;
  - Haverá alto índice de depreciação e de manutenção dos veículos das URE's devido à rotina das fiscalizações;
  - Haverá economia proveniente da compensação de quilometragens não utilizadas entre veículos fixos contratados;
  - Haverá ganhos administrativos na gestão dos contratos.

**b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte**

**Resposta:** Vide Quadro 50 abaixo intitulado “Empresa contratada para a prestação do serviço de transporte”.

**c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão;**

**Resposta:** Vide Quadro 50 abaixo intitulado “Empresa contratada para a prestação do serviço de transporte”.

**d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;**

**Resposta:** A legislação que regula e fundamenta a forma de contratação e utilização dos veículos são, respectivamente, as Instruções Normativas nº 02 e 03/2008 - MPOG.

**e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da ANTAQ;**

**Resposta:** A contratação dos serviços de transporte proporciona aos servidores e aos colaboradores da ANTAQ as devidas condições de trabalho para desempenho das atividades administrativas e finalísticas executadas, em atendimento ao Programa Anual de Fiscalização – PAF, bem como as metas institucionais da Agência junto ao Governo Federal.

**f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;**

**Resposta:** Vide Quadros 51 a 53 abaixo intitulados “Discriminação da Frota de Veículos – Unidades Regionais” e ” Discriminação da Frota de Veículos – Sede”.

**g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra;**

**Resposta:** Vide Quadros 51 a 53 abaixo intitulados “Discriminação da Frota de Veículos – Unidades Regionais” e ” Discriminação da Frota de Veículos – Sede”.

***h) Idade média anual, por grupo de veículos;***

**Resposta:** Vide Quadros 51 a 53 abaixo intitulados “Discriminação da Frota de Veículos – Unidades Regionais” e ” Discriminação da Frota de Veículos – Sede”

***i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado;***

**Resposta:** Os custos com manutenção estão inclusos no valor contratual.

***j) Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.***

**Resposta:** A Coordenadoria de Serviços Gerais – CSG adota as seguintes medidas para o controle dos veículos oficiais:

- Quantos aos veículos institucionais: diariamente, o motorista anota em registro próprio a quilometragem inicial e final dos veículos por viagem. Semanalmente, o controle do motorista é condensado e encaminhado às autoridades que utilizam os veículos para conferência dos dados lançados e posterior atesto dos serviços prestados.
- Quanto aos veículos de uso comum: o colaborador que necessitar da prestação dos serviços preenche a Ficha de Requisição de Veículos com os seguintes dados: unidade, destino, data e objetivo do deslocamento. Ao final do percurso, o colaborador confere a quilometragem rodada, atesta a viagem e registra a nota para o atendimento. As Fichas de Requisição de Veículos são condensadas mensalmente para fins de consulta e controle.
- Todos os controles são analisados para fins de conferência e pagamento do valor mensal pactuado.
- Em 2015 houve um 2º Termo de Apostilamento (período de 22/10/2014 a 22/10/2015) e 4º Termo de Aditamento (período de 22/10/2015 a 22/10/2016)

**Quadro 90 - Empresa contratada para a prestação do serviço de transporte**
**Contratos**

<b>Empresa</b>	<b>CNPJ</b>	<b>Tipo de licitação</b>	<b>Pregão</b>	<b>Nº Contrato</b>	<b>Vigência</b>	<b>Valor Anual de Vigência do Contrato</b>	<b>Valor efetivamente executado desde a celebração do Contrato</b>	<b>Localização</b>
Coopertran	00.691.905/0001-55	Menor preço	Nº 28/2012	28/2012	22/10/2012 a 22/10/2016	R\$ 1.945.322,72  (2º Termo de Apostilamento – período 22/10/14 a 21/10/2015)  R\$ 2.041.280,32 (4º Termo de Aditamento – período 22/10/2015 a 21/10/2016)	R\$ 6.014.240,93	Brasília, Rio de Janeiro, Manaus, Porto Velho, Paranaú, Porto Alegre, Corumbá, São Luiz, Fortaleza, Vitória, São Paulo, Salvador, Recife, Belém, Florianópolis.

Observação: A Unidade Regional de Corumbá só utiliza veículo eventual

**Quadro 91 - Discriminação da Frota de Veículos - SEDE**
**Controle – Veículo Sede Brasília - Período: 01/01/2015 a 22/10/2015**

<b>Qtd</b>	<b>Especificação dos Veículos</b>	<b>Local do Serviço</b>	<b>KM mensal assegurada por veículo</b>	<b>Valor Mensal por Km Rodado</b>	<b>Valor Mensal dos veículos</b>	<b>Valor Estimado no Período contratado (01/01/2015 a 22/10/2015)</b>	<b>Valor Executado no Período Contratado (01/01/2015 a 22/10/2015)</b>	<b>Idade do Veículo</b>	<b>Média Km rodado por veículo</b>
3	Automóvel tipo Sedan, de cor preta, quatro portas, capacidade para cinco passageiros com o motorista, dotado de ar condicionado, rádio, travas e vidros elétricos, motor mínimo 1.8 com potência mínima de 136 cv, tipo flex.	Brasília	6000(1)	3,73	22.391,77	217.946,56	220.780,76	3	1.027
1	Automóvel tipo Sedan, de cor preta, quatro portas, capacidade para cinco passageiros com o motorista, dotado de ar condicionado, rádio, travas e vidros elétricos, motor mínimo 1.6 com potência mínima de 110 cv tipo flex.	Brasília	1500	4,11	6.160,41	59.961,32	60.669,61	3	791
2	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Brasília	3000(2)	4,3	12.913,70	125.693,35	126.750,65	3,0/1,4	883
1	Veículo a ser contratado por quilômetro rodado, modelo básico, cor branca, pot. mínima de 1.0, com ar condicionado, tipo flex.	Brasília	1500	3,47	5.199,87	50.612,07	51.074,14	3	870
<b>Valor Total Anual</b>						<b>454.213,30</b>	<b>459.275,16</b>		
Observação: (1) Corresponde ao somatório das quilometragens de 03 (três) veículos, ou seja, cada veículo tem a franquia de 2000 Km por mês. (2) Corresponde ao somatório das quilometragens de 02 (dois) veículos, ou seja, cada veículo tem a franquia de 1500 Km por mês.									

**Quadro 92 - Discriminação da Frota de Veículos - SEDE**
**Controle – Veículo Sede Brasília - Período: 22/10/2015 a 31/12/2015**

<b>Qtd</b>	<b>Especificação dos Veículos</b>	<b>Local do Serviço</b>	<b>KM mensal assegurada</b>	<b>Valor Mensal por Km Rodado</b>	<b>Valor Mensal dos veículos</b>	<b>Valor Estimado no Período contratado (23/10/2015 a 31/12/2015)</b>	<b>Valor Executado no Período Contratado (23/10/2015 a 31/12/2015)</b>	<b>Idade dos Veículos</b>	<b>Média Km efetivamente rodado</b>
3	Automóvel tipo Sedan, de cor preta, quatro portas, capacidade para cinco passageiros com o motorista, dotado de ar condicionado, rádio, travas e vidros elétricos, motor mínimo 1.8 com potência mínima de 136 cv, tipo flex.	Brasília	6000 (1)	4,00	24.016,33	54.437,01	50.754,68	3	828
1	Automóvel tipo Sedan, de cor preta, quatro portas, capacidade para cinco passageiros com o motorista, dotado de ar condicionado, rádio, travas e vidros elétricos, motor mínimo 1.6 com potência mínima de 110 cv tipo flex.	Brasília	1500	4,45	6.668,30	15.114,81	13.963,60	3	636
2	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Brasília	3000 (2)	4,65	13.953,23	31.627,32	29.271,05	3,0/1,7	722
1	Veículo a ser contratado por quilômetro rodado, modelo básico, cor branca, potência mínima de 1.0, com ar condicionado, tipo flex.	Brasília	1500	3,77	5.659,53	12.828,27	11.786,37	3	746
<b>Valor Total Anual</b>						<b>114.007,42</b>	<b>105.775,70</b>		

Observação: (1) Corresponde ao somatório das quilometragens de 03 (três) veículos, ou seja, cada veículo tem a franquia de 2000 Km por mês. (2) Corresponde ao somatório das quilometragens de 02 (dois) veículos, ou seja, cada veículo tem a franquia de 1500 Km por mês.

**Quadro 93 - Discriminação da Frota de Veículos – UNIDADES REGIONAIS**
**Controle – Veículo URE'S - Período: 01/01/2015 a 22/10/2015**

<b>Qtd</b>	<b>Especificação dos Veículos</b>	<b>Local do Serviço</b>	<b>KM mensal assegurada</b>	<b>Valor Mensal por Km Rodado</b>	<b>Valor Mensal dos Veículos</b>	<b>Valor Estimado no Período contratado (01/01/2015 a 22/10/2015)</b>	<b>Valor Executado no Período Contratado (01/01/2015 a 22/10/2015)</b>	<b>Idade dos Veículos</b>	<b>Média Km efetivamente rodado</b>
2	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, 5 portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para 5 passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Rio de Janeiro	3.000	4,41	19.845,76	193.165,40	194.043,95	3	2.456

1	Automóvel tipo Sedan, de cor preta, quatro portas, capacidade para cinco passageiros com o motorista, dotado de ar condicionado, rádio, travas e vidros elétricos, motor mínimo 1.6, com potência mínima de 110 cv, tipo flex.	Rio de Janeiro	1500	4,11				3	1.221
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Belém	1500	4,35	6.521,84	63.479,24	63.479,24	3	535
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Fortaleza	1500	4,24	6.360,39	61.907,80	61.907,80	3	1.320
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Manaus	1500	4,51	6.769,99	65.894,57	65.892,85	3	1.062
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Porto Velho	1500	4,3	6.452,45	62.803,85	62.804,14	3	1.167
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Salvador	1500	4,2	6.307,00	61.388,13	61.388,13	3	783
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Porto Alegre	1500	4,49	6.737,85	65.581,74	65.581,74	3	1.331
2	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	São Paulo	3000	4,73	14.186,84	138.085,24	138.085,24	3,0/1,5	2.531
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, ar condicionado, capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Paranaguá	1500	4,52	6.782,01	66.011,56	66.011,56	3	599
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	São Luís	1500	4,34	6.509,22	63.356,41	63.356,41	3	1.278

1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, ar condicionado, capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Vitória	1500	4,72	7.087,27	68.982,76	68.982,76	3	783
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, ar condicionado, capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Recife	1500	4,58	6.871,08	66.878,51	66.878,51	3	2.002
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, ar condicionado, capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Florianópolis	1500	4,37	6.561,47	63.864,97	63.864,97	3	1.901
<b>Valor Total Anual</b>					<b>R\$ 1.041.400,19</b>	<b>R\$ 1.042.277,31</b>			

**Quadro 94 - Discriminação da Frota de Veículos – UNIDADES REGIONAIS**

Controle – Veículo URE'S - Período: 23/10/2015 a 31/12/2015

Qtd	Especificação dos Veículos	Local do Serviço	KM mensal assegurada	Valor Mensal por Km Rodado	Valor Mensal dos Veículos	Valor Estimado no Período contratado (23/10/2015 a 31/12/2015)	Valor Executado no Período Contratado (23/10/2015 a 31/12/2015)	Idade dos Veículos	Média Km efetivamente rodado
2	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Rio de Janeiro	3.000	4,58	20.587,99	46.666,11	46.666,11	3	2.456
1	Automóvel tipo Sedan, de cor preta, quatro portas, capacidade para cinco passageiros com o motorista, dotado de ar condicionado, rádio, travas e vidros elétricos, motor mínimo 1.6, com potência mínima de 110 cv, tipo flex.	Rio de Janeiro	1500	4,58				3	1.221
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Belém	1500	4,5	6.754,44	15.310,06	15.310,06	3	535
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Fortaleza	1500	4,47	6.701,10	15.189,16	15.189,16	3	1.320

1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Manaus	1500	4,7	7.501,99	17.004,51	17.004,51	3	1.062
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Porto Velho	1500	4,42	6.623,02	15.012,18	15.012,18	3	1.167
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Salvador	1500	4,39	6.585,52	14.927,18	14.927,18	3	783
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Porto Alegre	1500	4,73	7.090,56	16.071,94	16.071,94	3	1.331
2	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	São Paulo	3000	4,9	14.688,10	33.293,03	33.293,03	3,0/1,5	2.531
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, ar condicionado, capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Paranaguá	1500	4,52	6.776,92	15.361,02	15.361,02	3	599
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, com capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	São Luís	1500	4,47	6.708,28	15.205,43	15.205,43	3	1.278
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, ar condicionado, capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Vitória	1500	4,87	7.298,15	16.542,47	16.542,47	3	783
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, ar condicionado, capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Recife	1500	4,87	7.300,63	16.548,09	16.548,09	3	2.002
1	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, ar condicionado, capacidade para cinco passageiros com o motorista, potência mínima de 100 cv, tipo flex.	Florianópolis	1500	4,63	6.940,28	15.731,30	15.731,30	3	1.901
<b>Valor Total Anual</b>							<b>R\$ 252.862,49</b>	<b>R\$ 252.862,49</b>	

**Quadro 95 - Discriminação da Frota de Veículos – EVENTUAIS****Veículos Eventuais - 01/01/2015 a 22/10/2015**

<b>Especificação dos Veículos</b>	<b>Diárias Estimadas /Mês</b>	<b>Valor Mensal dos veículos</b>	<b>Valor Estimado no Período contratado (01/01/2015 a 22/10/2015)</b>	<b>Valor Executado no Período Contratado (01/01/2015 a 22/10/2015)</b>
Automóvel tipo Sedan, de cor preta, 4 portas, capac. p/ 5 passageiros com o motorista, ar condicionado, rádio, travas e vidros elétricos, motor mínimo 1.8 com potência mínima de 136 cv, tipo flex.	4	2.364,52	23.014,66	10.016,01
Veículo tipo caminhonete de uso misto, Statio Wagon, modelo básico, cor branca, 5 portas, motor mínimo 1.6, ar condicionado, capac. p/ 5 passageiros com motorista.	1	486,04	4.730,79	767,53
Veículo modelo básico, cor branca, potência mínima 1.0, com ar condicionado.	5	1.897,80	18.471,92	27.447,66
Veículo utilitário, tipo caminhonete/pick-up, cabine dupla, com capota, 4 rodas, tração 4x4, mod. básico, potência mínima 130cv, cor branca, ar condicionado, capac. p/ 5 passageiros.	3	2.238,48	21.787,87	39.706,40
Veículos transporte coletivo – micro ônibus com capac.p/ até 22 passageiros, além do motorista equipado com ar condicionado.	1	647,91	6.306,32	0,00
Veículo de transporte coletivo – Ônibus, com capacidade mínima para 40 passageiros, além do motorista, equipado com ar condicionado.	1	817,39	7.955,93	0,00
<b>Valor Total Mensal</b>		<b>8.452,14</b>	<b>82.267,50</b>	<b>77.937,60</b>

**Quadro 96 - Discriminação da Frota de Veículos - EVENTUAIS****Veículos Eventuais - 23/10/2015 a 31/12/2015**

<b>Especificação dos Veículos</b>	<b>Diárias Estimadas /Mês</b>	<b>Valor total Mensal Estimado</b>	<b>Valor Estimado no Período contratado (01/01/2015 a 22/10/2015)</b>	<b>Valor Executado no Período Contratado (01/01/2015 a 22/10/2015)</b>
Automóvel tipo Sedan, de cor preta, 4 portas, capac. p/ 5 passageiros com o motorista, ar condicionado, rádio, travas e vidros elétricos, motor mínimo 1.8 c/ potência mínima de 136 cv, tipo flex.	4	2.434,51	5.518,22	2.710,36
Veículo tipo caminhonete de uso misto, Statio Wagon, mod. básico, cor branca, 5 portas, motor mínimo 1.6, com ar condicionado, capac. p/ 5 passageiros com motorista.	1	500,43	1.134,31	0,00
Veículo modelo básico, cor branca, potência mínima 1.0, com ar condicionado.	5	1.953,97	4.429,00	7.591,20
Veículo utilitário, tipo caminhonete/pick-up, cabine dupla, com capota, 4 rodas, tração 4x4, mod. básico, pot. mínima 130cv, cor branca, ar condicionado, capac.p/ 5 passageiros.	3	2.304,74	5.224,08	1.735,98
Veículos transporte coletivo – micro-ônibus com capac. p/ até 22 passageiros, além do motorista equipado com ar condicionado.	1	667,04	1.511,96	0,00
Veículo de transporte coletivo – Ônibus, com capac. mínima p/ 40 passageiros, além do motorista, equipado com ar condicionado.	1	841,58	1.907,58	0,00
<b>Valor Total Mensal</b>		<b>R\$ 8.702,32</b>	<b>R\$ 19.725,15</b>	<b>R\$ 12.037,54</b>

### **6.2.2. Política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições**

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ não possui veículos automotores próprios. Todo o serviço de transporte é realizado por meio de veículos contratados de terceiros.

### **6.2.3. Gestão do patrimônio imobiliário da União**

Atualmente a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ conta com a cessão de 01 (um) imóvel da União, cedido pela Secretaria de Patrimônio da União do Rio de Janeiro – SPURJ, cedido em novembro de 2015, onde será a nova sede da Unidade Regional do Rio de Janeiro – URERJ. Além da preservação do estabelecimento, a Agência fica responsável pelo pagamento do condomínio, seguro, e demais taxas e contribuições presentes no imóvel.

### **6.2.4. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas**

A ANTAQ não concedeu cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.

### **6.2.5. Demonstração da situação dos imóveis da União**

O imóvel cedido pela Secretaria de Patrimônio da União – Rio de Janeiro à ANTAQ está em fase de pequenas adaptações em seu interior, dentre elas a necessidade de instalação de cabeamento estruturado (lógico, elétrico e telefônico), pintura, instalação de ar condicionado e demais equipamentos da Unidade Regional do Rio de Janeiro – URERJ.

### **6.2.6. Informações sobre os imóveis locados de terceiros**

**Quadro 97 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
<b>BRASIL</b>	<b>BRASÍLIA</b>	
	DISTRITO FEDERAL	<b>1</b>
	<b>RIO DE JANEIRO</b>	
	RIO DE JANEIRO	<b>1</b>
	<b>PARÁ</b>	
	BELÉM	<b>1</b>
	<b>PERNAMBUCO</b>	
	RECIFE	<b>1</b>
	<b>RONDÔNIA</b>	
	PORTO VELHO	<b>1</b>
	<b>AMAZONAS</b>	
	MANAUS	<b>1</b>
	<b>SÃO PAULO</b>	
	SÃO PAULO	<b>1</b>

<b>MARANHÃO</b>		
SÃO LUÍS	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>PARANÁ</b>		
PARANGUÁ	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>CEARÁ</b>		
FORTALEZA	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>MATO GROSSO DO SUL</b>		
CORUMBÁ	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>ESPÍRITO SANTO</b>		
VITÓRIA	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>BAHIA</b>		
SALVADOR	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>		
PORTO ALEGRE	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>SANTA CATARINA</b>		
FLORIANÓPOLIS	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Subtotal Brasil</b>	<b>15</b>	<b>15</b>
<b>EXTERIOR</b>	<b>PAÍS 1</b>	<b>0</b>
	<b>Subtotal Exterior</b>	<b>0</b>
	<b>Total (Brasil + Exterior)</b>	<b>15</b>

Fonte: GRL/CAP

Observação: O quantitativo de imóveis se refere ao número de imóveis alugados de terceiros.

### 6.2.7. Patrimônio de propriedade da União de uso da entidade

Quadro 98 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
<b>BRASIL</b>	Rio de Janeiro/RJ	1	0
	Porto Velho/RO	0	1
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>1</b>	<b>1</b>
<b>EXTERIOR</b>	<b>PAÍS 1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	<b>Subtotal Exterior</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	<b>Total (Brasil + Exterior)</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Fonte: CAP/GRL

Em 27/11/2015 houve a Cessão Definitiva de Uso Gratuito do imóvel situado na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Outorgante Cedente: União e Outorgado Cessionário:

ANTAQ. Processo Administrativo nº 04967.203887/2015-13 - SPURJ, constante do processo nº 50300.002563/2015-11. RIP nº 6001.02326.500-1.O imóvel cedido albergará a Unidade Regional do Rio de Janeiro.

### 6.2.8. Informações sobre a infraestrutura física

Relativamente à infraestrutura dos imóveis de terceiro, informa-se que os estabelecimentos vêm atendendo as demandas das Unidades Regionais e ANTAQ-SEDE. Existem, contudo, pedidos de mudança para outros estabelecimentos tendo em vista a necessidade de minorar os custos administrativos dos imóveis, em especial o valor locatício. O imóvel cedido pela Secretaria de Patrimônio da União do Rio de Janeiro - SPURJ está sendo adaptado às demandas da Unidade Regional do Rio de Janeiro – URERJ.

## 6.3. Gestão da tecnologia da informação

### 6.3.1. Principais sistemas de informações

Os quadros abaixo apresentam os sistemas computacionais utilizados pela ANTAQ e a necessidade de desenvolvimento de novo sistema, que estão diretamente relacionados aos macroprocessos finalísticos e objetivos estratégicos desta Agência.

**Quadro 99 - Sistemas Computacionais Utilizados pela ANTAQ**

SISTEMA	FUNÇÃO
Arrendamento	O Sistema de Arrendamento, administrado pela GPO - Gerência de Portos Organizados é responsável pelo cadastro de arrendamentos, controlar aspectos financeiros, controlar investimentos, aspectos físicos do arrendamento e visualização de relatórios gerenciais.
Corporativo	O Sistema Corporativo é um dos principais sistemas da Agência. Nele são feitos os cadastros de empresas, embarcações, portos, TUPs além do cadastro e controle de outorgas e autorizações. O banco de dados mantido por esse sistema serve de suporte para os demais sistemas da ANTAQ.
EVTE (Desativado)	O Sistema de Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica é um sistema administrado pela GPO - Gerência de Portos Organizados e tem por finalidade o cadastro de dados (cargas, custos, investimentos, despesas e receitas) relativos a projetos de arrendamento para futuros estudos referentes à concessão ou não do contrato de arrendamento.
Fiscalização	Sistema de Fiscalização é gerido pela GPF - Gerência de Planejamento e Inteligência da Fiscalização e é utilizado, principalmente, pelas URE's, no cadastramento das fiscalizações efetuadas. Esses cadastros proporcionam a geração de diversos relatórios, entre eles o SIGPLAN.
IDA	O IDA é um sistema disponibilizado para os regulados, que avalia, por meio de indicadores, a eficiência e a qualidade da gestão ambiental portuária a partir do preenchimento de um questionário.
Ouvidor	O Sistema da Ouvidoria (Versão 2) é uma aplicação que atua no recebimento, encaminhamento e resposta de manifestações (denúncias, críticas, agradecimentos, reclamações, elogios etc.) do público interno e externo (cidadãos).
SAMA	O Sistema de Afretamento da Navegação Marítima e de Apoio é utilizado pela Superintendência de Outorgas - SOG e tem por função efetuar o controle dos registros dos afretamentos feitos nas navegações de Longo Curso, Cabotagem e Apoio (Marítimo e Portuário).
SCP	O Sistema de Cadastro Portuário é um sistema para o cadastro e controle da especialização portuária nas suas diversas extensões: Porto Organizado, TUP (Terminal de Uso Privativo), IP4 (Instalação Portuária de Pequeno Porte) e ETC (Estação de Transbordo de Carga).
SDP	O Sistema de Desempenho Portuário é um dos principais sistemas da ANTAQ. Possui a gestão de seu uso disciplinado pela GEA - Gerência de Estatística e Avaliação de Desempenho e é utilizado para captar informações sobre movimentações e transporte de carga em Portos Organizados e Terminais de Uso Privativo.
SIG	O Sistema de Informação Gerencial é um sistema que fornece as informações produzidas pelas diversas áreas da ANTAQ. O SIG gera produtos de informação que apoiam muitas necessidades de tomada de decisão na agência. Entre os sistemas que produzem informações para o SIG está o SDP, o qual fornece dados para a confecção do Anuário Estatístico. O SIG também pode ser acessado por meio de um perfil público no portal da Internet da Agência.
SIGAv2	O Sistema Integrado de Gestão Ambiental é um sistema utilizado pela GMS - Gerência de Meio Ambiente e Sustentabilidade e contém questionários para coleta de dados de meio ambiente relacionados à área de atuação da ANTAQ junto à área portuária. Esses questionários possibilitam posterior geração de relatórios gerenciais relacionados a Gestão Ambiental nos portos brasileiros.
SISAP	O SISAP é um sistema no qual são cadastradas as normas passíveis de obtenção de contribuições do público em geral. Há dois módulos, um interno (Intranet) e outro externo (Internet). No primeiro a ANTAQ cadastra a norma, no segundo o público faz a contribuição.

**Quadro 100 - Necessidade de Desenvolvimento de Novos Sistemas Computacionais**

SISTEMA	FUNÇÃO
SDN	Sistema para envio e consolidação das informações operacionais das Empresas Brasileiras de Navegação (EBN's) que atuam na navegação interior e marítima. O acesso é restrito às EBN's e aos servidores da ANTAQ.

### 6.3.2. Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014-2015

Quadro 101 - Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014-2015

Nº do Contrato	Objeto	Fornecedores		Data Início	Data Término	Custo Total do Contrato	Valores Desembolsados 2014	Valores Desembolsados 2015
		Denominação	CNPJ					
30/2009	Prestação de serviços de telecomunicações de implantação, configuração, gerenciamento pró ativo e manutenção de uma rede corporativa de serviços de dados para acesso IP para ANTAQ. (rede WAN)	EMBRATEL	33.530.486/0001-29	29/12/09	28/06/12	R\$ 2.702.762,10		R\$ 1.081.104,84
1º TADI	Prorrogar a vigência por mais 30(trinta) meses			29/06/12	29/12/14	R\$ 2.702.762,10	R\$ 1.098.613,55	
2º TADI	Prorrogar a vigência por mais 12(doze) meses			29/12/14	29/12/15	R\$ 1.081.104,84		
06/2014.	Provimento de serviços de tecnologia da informação, no que se referem à utilização da INFOVIA Brasília e gestão de vídeo conferência a ser executado pelo SERPRO.	SERPRO	33.683.111/0001-07	25/03/14	25/03/15	R\$ 204.000,00	R\$ 133.033,00	155.327,10
1º TADI				25/03/15	25/03/16	R\$ 168.682,80		
05/2011	Contratação de empresa especializada para Atualização de software/firmware e manutenção e suporte técnico da solução de Firewall UTM	NCT Informática LTDA	03.017.428/0001-35	18/01/11	17/01/13	R\$ 183.221,37	R\$ 36.639,30	
1º TADI	Prorrogar vigência			18/01/13	18/01/15			
03/2015	Contratação de empresa especializada para Atualização de software/firmware e manutenção e suporte técnico da solução de Firewall UTM	NCT Informática LTDA	03.017.428/0001-35	20/02/15	20/02/17	233.624,92		R\$ 114.375,96
05/2013	Contratação de Serviços de Manutenção e Suporte da Solução de Antivírus.	DFTI Comércio E Serviços De Informática Ltda-Me	09.650.283/0001-91	18/02/13	18/02/15	R\$ 91.500,00	R\$ 13.725,00	
08/2015	Renovação de licenças, aquisição e suporte da solução antivírus.	DFTI Comércio E Serviços De Informática Ltda-Me	09.650.283/0001-91	18/05/15	18/05/16	R\$ 198.000,00		R\$ 117.900,00

03/2014	Supporte técnico presencial e remoto, reparação e fornecimento de peças e atualização de firmware e software de hardware, instalação, configuração, migração referentes à Solução de Armazenamento NetApp	NIVA Tecnologia Da Informação	09.053.350/0001-90	19/02/14	19/02/15	R\$ 39.780,00	R\$ 29.835,00	R\$ 41.099,40
1º TADI	Reajuste do contrato e Prorrogação da vigência			20/02/15	20/02/16	R\$ 41.363,28		
28/2013	Aquisição de Solução de Ativos de Rede - Switch Core, Topo de Rack e Borda - Brocade	SERVIX Informática Ltda	01.134.191/0001-47	27/12/13	27/12/16	R\$ 627.086,00	R\$ 627.086,00	
09/2014	Contratação de serviços técnicos especializados para todo o ciclo de projeto, construção e manutenção de sistemas e aplicativos, os quais deverão ser executados em regime de “fábrica de software”	CPMBRAXIS S/A (CAPGEMINI)	65.599.953/0004-06	05/05/14	05/11/16	R\$ 2.475.000,00	R\$ 463.206,11	R\$ 1.603.501,24
07/2014	Prestação de serviços de atendimento, operação, monitoramento e suporte técnico ao ambiente de tecnologia da informação e comunicação	GLOBALWEB Outsourcing Do Brasil S/A	12.130.013/0001-64	22/04/14	22/10/16	R\$ 1.467.381,50	R\$ 753.621,15	R\$ 1.465.408,15
19/2012	Renovação de Solução de licenças software da plataforma Microsoft	ALLEN Rio Serviços E Comércio De Produtos De Informática Ltda	00.710.799/0001-00	25/06/14	25/06/15	R\$ 744.788,34	R\$ 744.788,34	
12/2015	Cessão de direito de uso de softwares aplicativos da plataforma Microsoft	ALLEN Rio Serviços E Comércio De Produtos De Informática Ltda	00.710.799/0001-00	01/07/15	01/07/16	R\$ 1.186.865,86		R\$ 1.186.865,86
15/2014	Contratação de Solução de BI / Data Discovery.	TOCCATO Tecnologia Em Sistemas Ltda	08.689.089/0001-57	28/08/14	28/08/17	R\$ 800.377,48	R\$ 24.552,55	R\$ 223.708,13
016/2014	Aquisição de Máquina Servidora	CPD Consultoria, Planejamento e Desenvolviment o de Sistemas Ltda	00.395.228/0001-28	18/09/14	18/09/18	R\$ 415.201,76	R\$ 415.201,76	

17/2014	Aquisição de Pentes de Memória RAM para Máquinas Servidoras.	CPD Consultoria, Planejamento E Desenvolvimento De Sistemas LTDA	00.395.228/0001-28	18/09/14	18/01/18	R\$ 200.230,40	R\$ 200.230,40	
24/2014	Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Outsourcing de Impressão	SIMPRESS Comércio, Locações E Serviços S.A.	07.432.517/0001-07	02/10/14	02/10/16	R\$ 373.860,00	R\$ 193.930,01	R\$ 279.503,23
29/2014	Solução de TI: Aquisição de Estações de Trabalho - Desktops.	HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA	61.797.924/0007-40	19/12/14	19/01/15	R\$ 732.270,00		R\$ 732.270,00
26/2014	Aquisição de Solução de Rede Sem Fio (WIFI)	NCT Informática LTDA	03.017.428/0001-35	01/12/14	01/12/19	R\$ 135.000,00	R\$ 135.000,00	
Nº 02/2015	Contratação e Implantação de SALA COFRE para DATACENTER - ANTAQ	ACCECO TI	43.209.436/0001-07	06/02/15	06/02/16	R\$ 3.468.610,30		R\$ 2.357.459,30
Nº 32/2014	Solução de TI: Aquisição de 56 Microcomputadores Ultraportáteis - Ultrabooks.	LENOVO Tecnologia Ltda	07.275.920/0001-61	26/12/14	26/12/15	R\$ 241.864,00		R\$ 241.864,00
Nº 06/2015	Aquisição de Fitas de Backup tipo LTO-4	TECPARTES Importação e Distribuição de Peças Ltda	15.135.210/0001-64	18/01/13	18/01/15	R\$ 19.000,00		R\$ 19.000,00

### 6.3.3. *Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI*

O presente relatório apresenta os projetos empreendidos e os resultados alcançados no período de 2014-2015 considerando aspectos relacionados à governança de TI e ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2014-2015.

#### 6.3.3.1. *Governança de TI*

A governança permite o controle e a transparência das ações realizadas para gerar valor à organização. Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC *a governança é o sistema pelo qual as empresas são dirigidas e monitoradas de forma a contribuir com sua perenidade.*

Neste sentido, a seguir, algumas informações e resultados da ANTAQ apoiados por soluções tecnológicas:

- 44 RODs realizadas no biênio com mais de **1700 (mil e setecentos) processos deliberados**;
- Mais de **2.000.000,00 (dois milhões) de páginas impressas** contemplando sede e regionais com uma redução em 18% em 2015 ante o ano anterior com o novo modelo de impressão e digitalização implantado;
- Mais de **10.000 (dez mil) chamados** realizados pela central de atendimento da STI;
- **11 audiências públicas realizadas** com mais de **1500 (mil e quinhentas) contribuições** recebidas pelo SISAP – Sistema de Audiências Públicas;
- **Mais de 2.000 Fiscalizações realizadas e registradas no SIFIS – Sistema de Fiscalização**;
- Mais de 2.000 (duas mil) solicitações recebidas na Ouvidoria apoiadas pelo Sistema Ouvidor V2;
- Mais de 350 autorizações de outorgas concedidas;
- Mais de 6.000 afretamentos e mais de 5.000 registros de embarcações realizados pela Agência apoiados pelo Sistema SAMA;
- Mais de 3 Milhões e Trezentos Mil acessos ao Sítio da ANTAQ.

#### 6.3.3.2. *Projetos PDTI 2014-2015*

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2014-2015 contemplava 50 (cinquenta) projetos incluindo aquisições, contratações e desenvolvimento de soluções.

Dos projetos empreendidos, 70% (setenta por cento) foram concluídos ou estão em fase final, 22% (vinte e dois por cento) foram suspensos em razão de limitações orçamentárias ou despriorizados e os demais, 8% (oito por cento), foram cancelados em razão de terem sido absorvidos por outros projetos ao não se verificar mais necessidade em decorrência de alteração de lei ou procedimento.

No âmbito do portfólio, o relato de alguns projetos e os resultados alcançados.

### **A6N9 – Contratação e Implantação Sala Cofre**

Implantada em agosto de 2015, se trata de uma sala estanque, testada e certificada, que protege o Data Center e propicia à ANTAQ aderência aos padrões internacionais de segurança da informação com controle de acesso físico e lógico.

Depois de meses de planejamento da contratação pretendida, mais seis meses para entrega da solução e, após cerca de 40 horas de serviços envolvendo dezenas de empresas e diversos colaboradores, o ambiente foi migrado dentro da janela de parada com impacto mínimo dos serviços prestados.

A implantação do processo eletrônico, outras soluções em desenvolvimento e demais serviços já disponibilizados, serão alicerçados por uma infraestrutura redundante, segura e de alta disponibilidade.

### **A6N3 – Implantação do outsourcing de impressão**

Projeto de vanguarda, os usuários enviam a impressão e retira em qualquer dispositivo da Agência sem necessidade de configurações adicionais de forma segura, uma vez que o trabalho é impresso somente por meio do PIN do usuário.

A conscientização e as inovações empreendidas são percebidas com a diminuição no desperdício de impressões, bem como melhorou a segurança dos documentos impressos, além da redução nos custos do contrato se comparado ao contrato anterior.

### **A6N8- Renovação do Licenciamento Parque Computacional Microsoft**

Contratação do licenciamento de todo o parque de desktops, servidores de rede, banco de dados e correio eletrônico para todos os usuários da Agência

### **A6N11 – Aquisição de desktops**

Adquiridos para substituir estações de trabalho obsoletas e suprir a necessidade de aumento do parque em razão da chegada de novos concursados, as estações foram configuradas e distribuídas para todo o Brasil conforme levantamento prévio, incluindo além da sede, regionais e postos avançados.

Foram compradas 231 (duzentas e trinta e uma) máquinas. O mapeamento da necessidade e planejamento permitiu a configuração e distribuição prévia dos equipamentos tão logo ocorreram às nomeações dos concursados.

### **A6N20 – Aquisição de servidores multiprocessadores**

Para suportar as aplicações e serviços de TI disponibilizados pela ANTAQ, foram adquiridos e implantados 3 (três) servidores multiprocessadores, possibilitando o balanceamento e redundância das aplicações e garantindo alta disponibilidade das soluções.

### **A6N39- Aquisição e implantação de Rede Wifi**

A implantação da rede sem fio possibilitou aos usuários acessarem a rede da ANTAQ e Internet a partir de dispositivos móveis como celulares, tablets e notebooks dando mobilidade no âmbito do Programa ANTAQ Digital.

Os visitantes também podem acessar a rede após cadastro prévio.

### **A6N10 – Aquisição de ultrabooks**

Com um parque de notebooks que se encontrava obsoleto e fora de garantia com mais de 05 (cinco) anos de aquisição, os notebooks serão substituídos em sua totalidade.

Em razão de limitações orçamentárias, os portáteis da Agência ficaram por vários anos sem substituição. Foram adquiridos 56 (cinquenta e seis) ultrabooks, equipamentos mais portáteis se comparados aos notebooks atuais. Parte dos equipamentos foram distribuídos para as chefias e os demais são disponibilizados por empréstimo sob demanda.

### **R4N29 – Implantação de solução de Datadiscovery**

Trata-se de uma solução de descoberta de dados, que permite o cruzamento de informações, possibilitando trabalhar com inteligência de dados.

A solução possibilitou a obtenção dos dados, com economia de tempo e recursos financeiros. *O Painel trouxe consigo uma mudança de paradigmas na fiscalização, pois anteriormente as análises eram realizadas somente sobre os dados mais relevantes, dada da dificuldade de análise. Hoje podemos obter toda sorte de informação, segregando os dados pelas diversas áreas da fiscalização (portuária e navegação), por ano/mês, fazer comparação do histórico de empresas autuadas, multadas, etc.*

### **Implantação do Processo Eletrônico**

No âmbito do Programa ANTAQ Digital, o qual contemplava vários projetos de modernização de processos de trabalho apoiado por soluções tecnológicas, se implantou o SEI – Sistema Eletrônico de Informação que coloca a Agência em um paradigma de modernidade e celeridade processual, atendendo de forma mais eficiente as demandas da sociedade.

#### **6.3.3.3. PDTI 2016-2017**

Conforme Portaria nº 188/2011, de 14 de julho de 2011 (alterada pela portaria nº 265/2014, de 15/09/2014), está em fase de consolidação o relatório do PDTI 2014-2015 que subsidiará o planejamento do PDTI 2016-2017 a ser iniciado no mês de fevereiro de 2016.

Seguindo a metodologia do SISP proposto pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (SLTI/MP) será realizado o processo de Preparação (em curso), Diagnóstico (envolvendo todas das áreas) e Planejamento para submissão e aprovação do Colegiado.

#### **6.3.4. Ações relacionadas à recuperação e à modernização dos sistemas**

A ANTAQ mantém uma gama de Sistemas que suportam as atividades fim e de apoio da Agência. Conforme necessidades advindas das áreas de negócio, bem como, obrigações de cunho legal, são realizadas manutenções evolutivas nas aplicações.

Por meio de contrato de fábrica de software tomando por base metodologia de desenvolvimento de sistemas que contempla todo o ciclo de desenvolvimento, se levanta os requisitos e implementa-se as funcionalidades.

Dentre as principais ações de modernização dos Sistemas pode-se destacar:

- Modernização do **Sistema de Desempenho Portuário** para padronização de código de mercadorias permitindo cruzamento de dados com outros sistemas do Governo, garantindo rastreabilidade de cargas nos Portos;
- Modernização do **Sistema de Fiscalização** com cadastramento padronizado de informações e centralização da análise dos processos fiscalizatórios realizados em todo o Brasil, garantindo eficiência e efetividade no trabalho fiscalizatório dos outorgados e melhoria dos serviços prestados por estes.
- Modernização do **Sistema de Afretamento** com automação *on-line* do Registro de Embarcação Brasileira e liberação de carga prescrita, dando transparência e celeridade no processo.
- Modernização do **Sistema de Arrendamento** para Adequação a Lei 12.815 e melhor gestão dos contratos de arrendamentos.
- **Implantação do SEI** para tramitação eletrônica de processos, garantindo maior celeridade processual, além de ganhos de economia significativos com impressão, papel, serviços de mensageria, postagem, dentre outros benefícios intangíveis.
- Implantação do **Sistema de Desempenho da Navegação** (travessia) que irá possibilitar maior conhecimento do setor para ações fiscalizatórias, conhecimento da demanda e ações de políticas públicas para o segmento.

## **6.4. Gestão Ambiental e Sustentabilidade**

### **6.4.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras**

Todos os termos de referência do exercício de 2015 que trata sobre aquisições e contratações de serviços terceirizados, possuem item sobre Critério de Sustentabilidade.

## **6.5. Informações sobre depósitos judiciais e extrajudiciais**

Tendo em vista que em 25/05/2014 venceria o prazo de vigência do CONT-SAF-ANTAQ/Nº 19/2010, celebrado com a empresa Hotelaria Ary S/A, cujo objeto é a locação de imóvel para abrigar a Unidade Regional de Fortaleza, foi iniciado em 12/03/2014 o procedimento de instrução da prorrogação contratual pelo valor definido no último apostilamento (3º Termo de Apostilamento, assinado em 03/06/2013), correspondente a R\$ 71.220,00 (setenta e um mil, duzentos e vinte reais) por ano.

Os autos foram submetidos à análise da Procuradoria-Geral da ANTAQ, que, por meio do Parecer nº 130/2014/PF-ANTAQ/PGF/AGU, de 14/04/2014, fez algumas recomendações. A Unidade Regional da ANTAQ em Fortaleza e a Gerência de Licitações e Contratos apresentaram justificativas e esclarecimentos necessários para atendimento das recomendações exaradas. Diante disso, a prorrogação contratual e a respectiva despesa (no valor de R\$ 284.880,00 para 4 anos) foram devidamente autorizados pelo Senhor Diretor-Geral em 05/05/2014. Ato contínuo, foi emitida a Nota de Empenho nº 2014NE000375, de 14/05/2014.

Ao enviar o Termo Aditivo à Locadora para assinatura, a ANTAQ foi surpreendida, em 22/05/2014, pela informação de que a Locadora não assinaria o Termo Aditivo no valor do 3º Termo de Apostilamento e somente aceitaria prorrogar o contrato pelo valor anual de R\$ 92.400,00 (noventa e dois mil e quatrocentos reais). Ocorre que o aumento pleiteado pela Locadora extrapolava em muito o índice de reajuste previsto no contrato (IGP-M, que, em maio/2014, correspondia a

7,84%). Dessa forma, o aumento requerido pela Locadora somente poderia ser levado a efeito por meio de reavaliação do valor do aluguel, o que demandaria a realização de avaliação do imóvel por, no mínimo, 3 empresas especializadas, procedimento que seria inviável ser feito antes do fim da vigência do contrato.

A ANTAQ propôs à Locadora a prorrogação contratual e, após, seria realizada a reavaliação do imóvel para revisão do valor do aluguel. Todavia, a proposta não foi aceita pela Locadora.

Diante disso, foram os autos remetidos à Procuradoria-Geral da ANTAQ, que, por meio do Parecer nº 00001/2014/GAB/PFANTAQ/AGU, de 05/06/2014, consignou alternativa de solução para a situação o ajuizamento de ação de consignação de aluguel destinada ao ressarcimento pela ocupação do imóvel até a realização de nova contratação.

Instada a decidir sobre a medida a ser adotada, a Diretoria da ANTAQ, em sua 364<sup>a</sup> Reunião Ordinária, deliberou pela interposição de ação judicial para garantir a ocupação do imóvel pela UREFT por prazo determinado.

Assim, foi ajuizada ação de consignação em pagamento, sob o nº 0803860-56.2014.4.05.8100, em desfavor da Locadora. O pedido de antecipação de tutela foi indeferido, tendo a ANTAQ recorrido da decisão.

## 7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

### 7.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

#### 7.1.1. Deliberações do TCU atendidas no Exercício

**Quadro 102 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício**

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
012.194/2002-1.	1972/2012-Plenário	9.8.2	Ofício nº 249/2012-TCU/SEFID-1,de 21/08/2012	29/08/2012
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
<b>ANTAQ/ Superintendência de Regulação –SRG e Superintendência de Outorgas-SOG</b>				
Descrição da determinação/recomendação				
9.8. determinar à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ e à Codesp, que, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da ciência deste acórdão, encaminhem a este Tribunal toda a documentação relacionada: <b>9.8.2.</b> às providências adotadas, com as devidas fundamentações, para viabilizar o uso das áreas do Cais do Saboó, em observância ao art. 4º, inciso I, da Lei 8.630/1993, tendo em vista as datas de vencimento dos contratos de arrendamento relativos àquela região;				
Providências adotadas				
9.8.2 - Considerado cumprido pelo item 9.8 do Acórdão 1.077/2015-TCU-Plenário, cito: “ <i>esclarecer à Secretaria de Portos da Presidência da República que quaisquer dos terminais portuários previstos no Bloco I da Portaria 38/2013 da SEP/PR podem ser licitados imediatamente de forma isolada ou em sub-blocos, desde que sejam atendidas, em relação à respectiva área portuária, as condicionantes específicas consignadas no Acórdão 3.661/2013-Plenário</i> ”. Anote-se que o PIL - Portos foi reformulado por opção do Poder Concedente, anunciando novos termos em 9 de junho de 2015, dos quais constam a área “STS10 – Saboó” com previsão de licitação para 2016. Dessa forma, resta claro o atendimento às determinações do TCU relativamente às áreas do Cais do Saboó.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
002.988/2014-3	1553/2014-TCU-Plenário –	9.2 (9.2.1 e 9.2.2)	Ofício nº 0236/2014-TCU/SEFID, de 16/6/14	16/06/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
<b>ANTAQ/ Superintendência de Regulação – SRG</b>				
Descrição da determinação/recomendação				
9.2.Nos termos do artigo 43, inciso 1, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso 11, do Regimento Interno do TCU, determinar à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), em respeito ao art. 27, inciso XV, da Lei 10.233/2011, e ao princípio da transparéncia, que, previamente à publicação dos editais dos terminais de combustíveis de siglas VDC12, VDC25, VDC26, VDC27 e VDC28:				
9.2.1. Faça constar, na documentação específica da licitação referente aos arrendamentos em epígrafe- instrumento convocatório, minuta de contrato e diretrizes técnicas-, a previsão expressa de que cabe ao futuro arrendatário do VDC12 a implantação dos dutos de conexão entre o berço e suas instalações de armazenagem, cabendo aos terminais de distribuição a ligação de suas próprias instalações ao VDC12;				
9.2.2. Inclua, entre as cláusulas específicas das minuturas contratuais do terminal VDC25, regra que permita ao prévia à autorização a ser concedida, sob pena de infringir o princípio da supremacia do interesse público;				
Providências adotadas				

Inicialmente, convém informar que, conforme o item 9.5 do aludido Acórdão, o TCU decidiu por “apensar definitivamente os presentes autos ao TC [029.083/2013-3](#), que trata do acompanhamento da concessão dos arrendamentos de áreas e instalações portuárias nos portos organizados de Santos, Belém, Santarém, Vila do Conde e terminais de Outeiro e Miramar”. Portanto, o item 9.2 do Acórdão 1.553/2014-TCU-Plenário resta prejudicado pelo item 9.8 do Acórdão 1.077/2015-TCU-Plenário (este referente ao TC [029.083/2013-3](#)), cito: “esclarecer à Secretaria de Portos da Presidência da República que quaisquer dos terminais portuários previstos no Bloco I da Portaria 38/2013 da SEP/PR podem ser licitados imediatamente de forma isolada ou em sub-blocos, desde que sejam atendidas, em relação à respectiva área portuária, as condicionantes específicas consignadas no Acórdão 3.661/2013-Plenário”. Anote-se que o PIL - Portos foi reformulado por opção do Poder Concedente, anunciando novos termos em 9 de junho de 2015, e que as determinações do TCU relativas às áreas do bloco 1 serão atendidas conforme cronograma de licitação estipulado pelo Poder Concedente, à exemplo da fase 1 do PIL (STS04, STS07, STS36, VDC29).

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
043.840/2012-4	2748/2014-TCU-Plenário	9.4 e 9.6	Ofício nº 0492/2014-TCU/SefidTransporte, de 20/10/2014	24/10/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
ANTAQ				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.4. dar ciência à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) acerca da necessidade de, quando da celebração de Contrato de Uso Temporário, realizar a respectiva avaliação, com enfoque especial, mas não restrito, ao termo final previsto para vigência do ajuste, o qual, no caso da Flexibrás, deverá estar limitado ao vencimento do contrato da empresa com a Petrobrás, e observar o disposto no art. 44 da Resolução ANTAQ 2.240/2011 como condição prévia à autorização a ser concedida, sob pena de infringir o princípio da supremacia do interesse público;</p> <p>9.6. determinar à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c art. 250, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal que, no prazo de 90 (noventa) dias, encaminhe a este Tribunal a manifestação que vier a pronunciar quanto à repactuação do equilíbrio econômico-financeiro referente aos contratos de arrendamento firmados entre a Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) e a Flexibrás objetos do Termo de Unificação Contratual PE 1097/2005;</p>				
Providências adotadas				
<p>9.4 - Considera-se cumprido, conforme o disposto no art. 1º da Resolução nº 4098 -ANTAQ, de 18 de maio de 2015, transcrevo: “Art. 1º Aprovar a celebração do Contrato de Uso Temporário entre a Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA, CNPJ nº 27.316.538/0001-66 e a empresa Flexibrás Tubos Flexíveis Ltda., CNPJ nº 28.910.529/0001-61, tendo por objeto a utilização de uma área medindo 89.708,41 m² (oitenta e nove mil, setecentos e oito metros quadrados e quarenta e um centésimos), no Porto de Vitória, cujo termo final deverá estar limitado à vigência do contrato celebrado com a PETROBRAS em apoio às atividades de offshore que o justificou.” (grifei). Publicado no DOU de 20.05.2015 seção 1, pág. 4.</p> <p>Quanto ao item 9.6., considera-se cumprido, conforme o disposto no art. 1º da Resolução nº 4094-ANTAQ, de 11 de maio de 2015, cito: “Art. 1º Aprovar o estudo de viabilidade referente ao reequilíbrio econômico-financeiro dos Contratos de Arrendamento CODESA 04/85, 01/97, 029/98, 032/98 e 033/98, em face do Termo de Unificação Contratual PE nº 1097/2005, firmado entre a referida autoridade portuária e a empresa FLEXIBRAS TUBOS FLEXÍVEIS LTDA, CNPJ/MF nº 28.910.529/0001-61, resultando em um valor presente líquido que, atualizado para o mês de fevereiro de 2015, corresponde a R\$ 7.859.084,61 (sete milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, oitenta e quatro reais e sessenta e um centavos), importância essa a ser paga pela arrendatária FLEXIBRAS à autoridade portuária CODESA.”. Publicado no DOU de 12.05.2015 seção 1, pág. 2</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
011.480/2014-9	2907/2014 – TCU – Plenário	9.2 (9.2.1, 9.2.2, 9.2.3) e 9.3	Ofício nº 0549/2014-TCU/SefidTransporte, de 4/11/2014	11/11/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				

ANTAQ/ Superintendência de Outorga - SRG				
Descrição da determinação/recomendação				
9.2. Nos termos do artigo 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno, determinar à ANTAQ, em respeito ao art. 27, inciso XV, da Lei 10.233/2001 e ao princípio da transparéncia, que, previamente à publicação dos editais dos terminais de combustíveis de siglas VDC12, VDC25, VDC26, VDC27 e VDC28, inclua:				
9.2.1. Entre as cláusulas específicas das minutas contratuais dos terminais VDC25, VDC26 e VDC27, regra que permita ao operador da área arrendada em Vila do Conde a continuidade das atividades em Miramar por prazo superior a 5 (cinco) anos no caso de sobrevir atraso na implantação do VDC12, a fim de evitar a descontinuidade do serviço de movimentação de combustíveis na região;				
9.2.2. Entre as cláusulas específicas das minutas contratuais dos terminais VDC26 e VDC27, regra que permita ao operador da área arrendada em Vila do Conde a continuidade das atividades em Miramar por prazo superior a 5 (cinco) anos no caso de sobrevir atraso na implantação das novas áreas a serem operadas por cada arrendatário em Vila do Conde, a fim de evitar a descontinuidade do serviço de movimentação de combustíveis na região, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis ao concessionário, caso verificada sua responsabilidade no atraso;				
9.2.3. na documentação relativa ao certame do VDC28, cláusula que estabeleça a inaplicabilidade de penalização do seu arrendatário se houver retardamento do início de suas atividades em decorrência de atrasos na implantação do VDC12;				
9.3. nos termos do artigo 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno, determinar à ANTAQ que, antes da publicação do edital de concorrência para concessão da área do terminal BEL09, em Miramar/PA, proceda ao levantamento da parcela não amortizada dos investimentos realizados pela atual arrendatária em bens incorporados ao novo arrendamento e, se necessário, ajuste as projeções de investimentos; operador da área arrendada em Vila do Conde a continuidade das atividades em Miramar por prazo superior a 5 (cinco) anos no caso de sobrevir atraso na implantação do novo terminal, a fim de evitar a descontinuidade do serviço de movimentação de combustíveis na região, a despeito da aplicação das penalidades cabíveis ao arrendatário, caso verificada sua responsabilidade no atraso;				
Providências adotadas				
<p><i>Incialmente, convém informar que, conforme o item 9.7 do aludido Acórdão, o TCU decidiu por “apensar definitivamente os presentes autos ao TC 029.083/2013-3, que trata do acompanhamento da concessão dos arrendamentos de áreas e instalações portuárias nos portos organizados de Santos, Belém, Santarém, Vila do Conde e terminais de Outeiro e Miramar”. Portanto, os itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 2907/2014 – TCU – Plenário restam prejudicados pelo item 9.8 do Acórdão 1.077/2015-TCU-Plenário (este referente ao TC 029.083/2013-3), cito: “esclarecer à Secretaria de Portos da Presidência da República que quaisquer dos terminais portuários previstos no Bloco I da Portaria 38/2013 da SEP/PR podem ser licitados imediatamente de forma isolada ou em sub-blocos, desde que sejam atendidas, em relação à respectiva área portuária, as condicionantes específicas consignadas no Acórdão 3.661/2013-Plenário”. Anote-se que o PIL - Portos foi reformulado por opção do Poder Concedente, anunciando novos termos em 9 de junho de 2015, e que as determinações do TCU relativas às áreas do bloco 1 serão atendidas conforme cronograma de licitação estipulado pelo Poder Concedente, à exemplo da fase 1 do PIL (STS04, STS07, STS36, VDC29).</i></p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
038.762/2012-9	7655/2014 - TCU - 1ª Câmara	1.9/1.9.2,	Ofício nº 0610/2014-TCU/SefidTransporte de 9/12/2014.	15/12/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
ANTAQ/ Superintendência de Administração e Finanças- SAF/Gerência de Recursos Humanos-GRH				
Descrição da determinação/recomendação				
1.9. Determinar:				
1.9.2. À Agência Nacional de Transportes Aquaviários que, no prazo de 60 (sessenta) dias, elabore normativos internos regulamentando procedimentos administrativos que tratem da sistemática de monitoramento dos controles internos na área da folha de pagamentos;				
Providências adotadas				
1.9.2 - o Manual foi aprovado na 386ª Reunião Ordinária da Diretoria, ocorrida em 25 de junho de 2015 e publicado por meio da Portaria nº 177/2015 no Boletim de Pessoal e Serviço.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 031.996/2013-2	240/2015 – TCU – Plenário	9.1(9.1.1, 9.1.2), 9.2, 9.3	Ofício nº 0051/2015-TCU-SeinfraPetróleo, de 5/03/2015.	11/03/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
<b>ANTAQ/Secretaria de Planejamento-SPL e Secretaria Geral - SGE</b>				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.1. recomendar à Agência Nacional de Transportes Terrestres, Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Agência Nacional de Aviação Civil, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Agência Nacional de Telecomunicações e Agência Nacional de Energia Elétrica, com fulcro no art. 250, inciso III, do Regimento Interno TCU, que adotem:</p> <p>9.1.1. as boas práticas referentes a Análise de Impacto Regulatório (AIR) recomendadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE);</p> <p>9.1.2. medidas com vistas a gerenciar seus riscos institucionais, por meio do desenvolvimento de uma política de gestão de risco;</p> <p>9.2. recomendar à Agência Nacional de Transportes Terrestres, Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Agência Nacional de Telecomunicações e Agência Nacional de Energia Elétrica, com fulcro no art. 250, inciso III, do Regimento Interno TCU, que elaborem seus planos estratégicos e estabeleçam em normativos regras que orientem o processo de implementação, acompanhamento e revisão da estratégia organizacional, assim como o estabelecimento dos responsáveis por cada etapa;</p> <p>9.3. recomendar à Agência Nacional de Transportes Terrestres, Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Agência Nacional de Aviação Civil e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, com fulcro no art. 250, inciso III, do Regimento Interno TCU, que evidem esforços para que, de um lado, todos os elementos característicos da tomada de decisão transparente sejam implementados e, por outro lado, os sítios eletrônicos se apresentem de forma mais amigável e com usabilidade melhor, permitindo, assim, fácil interação com essas informações;</p>				
Providências adotadas				
<p>9.1.1 -Ao longo de 2015, foram retomadas, através da Superintendência de Regulação (SRG), os contatos junto ao PROREG, ensejando a participação de servidores da ANTAQ em reuniões, eventos e oficinas, assim como foi dada continuidade às ações propostas em 2013, culminando com a aprovação, pela Diretoria, da implementação da Agenda Regulatória da ANTAQ, juntamente com o Formulário de Análise para Proposição de Ato Normativo. Na sequência, instituiu-se o processo de elaboração da Agenda Regulatória 2016/2017, contemplando etapas de consulta interna e externa, validação e aprovação na última reunião ordinária de 2015, consistindo de 24 temas referenciados em 4 eixos.</p> <p>Nesse diapasão, informa-se que, desde a edição de Resolução Normativa nº 1, de 2015, todos os processos de elaboração e revisão de Resolução Normativa pautam-se pela utilização do Formulário de Análise para Proposição de Ato Normativo, propiciando, ainda que em caráter parcial, a consideração de elementos norteadores de AIR, ao invocar a identificação clara dos problemas a enfrentar, do contexto, das alternativas regulatórias consideradas, dos eventuais impactos decorrentes da não regulação e dos resultados almejados com o ato normativo proposto. Além disso, encetando maior transparência e accountability sobre seus atos, todas as audiências públicas referentes a atos normativos são disponibilizadas no sítio da ANTAQ na internet, com divulgação da proposta, da exposição de motivos e notas técnicas e pareceres jurídicos que a fundamentam.</p> <p>Por fim, a Superintendência de Regulação está com a incumbência de retomar prontamente os trabalhos relativos ao estabelecimento do fluxo processual, em sequência à adoção do Formulário de Análise para Proposição de Ato Normativo.</p> <p>9.1.2 - Durante a elaboração do II Ciclo de Planejamento Estratégico da ANTAQ 2016-2020, foi recomendado um novo projeto estratégico para a implantação da gestão de risco na ANTAQ, que será um dos viabilizadores do cumprimento do objetivo estratégico “FORTALECER MECANISMOS DE GESTÃO E DECISÃO”. Tal recomendação será submetida no início de 2016 para deliberação pela Diretoria, juntamente com as demais propostas do Núcleo de Planejamento e Modernização da Gestão.</p> <p>9.2 - A Secretaria de Planejamento e Coordenação Interna realizou ao longo dos meses de agosto, setembro e outubro reuniões do Núcleo de Planejamento e Modernização da Gestão (NPMG), que resultaram no conteúdo do II Ciclo do</p>				

Planejamento Estratégico da ANTAQ 2016-2020. O documento consolidando o conteúdo está em fase de finalização para ser validado pelo NPMG e encaminhado para deliberação da Diretoria Colegiada. Constarão do documento o novo MAPA ESTRATÉGICO, o detalhamento dos objetivos estratégicos e dos desafios correspondentes, e as iniciativas, projetos estratégicos e indicadores estratégicos, com a indicação dos respectivos responsáveis.

**9.3** - “A Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, transmite, desde o ano de 2013, em tempo real, por link específico disponibilizado no respectivo portal, as Reuniões Ordinárias e Extraordinárias da Diretoria Colegiada. Encontra-se em final, sob a relatoria do Diretor Adalberto Tokarski, proposta de alteração da norma aprovada pela Resolução nº 2.900-ANTAQ, de 14 de maio de 2013, visando permitir a participação presencial de interessados nas Reuniões em comento, incluída a possibilidade de sustentação oral.

Encontra-se, também, em fase de implementação a utilização de sistema de gerenciamento de acervo e legislação – SOPHIA, que irá facilitar a busca e visualização de atos advindos de processo decisório.”

No que se refere ao sítio eletrônico, a ANTAQ reconhece as fragilidades atuais do mesmo. No segundo semestre de 2014 foi criado um Grupo de Trabalho para reformular o Portal da Agência, constituído por representantes de todas as unidades organizacionais. Como parte dos trabalhos do GT, foram realizadas consultas a outras Agências Reguladoras Federais (ANCINE, ANTT e ANEEL) e uma comissão esteve pessoalmente na ANEEL, com a finalidade de entender como o mesmo problema foi encaminhado. A conclusão reforçou a percepção dos membros do GT de que a ANTAQ necessita de suporte profissional externo, uma vez que não temos no quadro de servidores da Agência nenhum profissional habilitado para orientar a reformulação conceitual, visual e de gestão da rotina de atualização. Todas as tentativas de melhoria acabam se tornando esforços pontuais, sem a necessária modernização da mais importante ferramenta de comunicação da Agência. Assim, como resultado das reflexões do II Ciclo do Planejamento Estratégico foi proposta a criação de uma equipe de projeto, denominado P32, com a finalidade de elaborar um termo de referência para contratação de consultoria especializada, sem a qual não será possível dotar a Agência do Portal adequado para melhor atender seu público. A proposta consta do processo SEI 50300.001991/2016-15, ora em análise pelo Núcleo de Planejamento e Modernização da Gestão, para posterior deliberação pela Diretoria Colegiada.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 029.083/2013-3	1077/2015 – TCU – Plenário	9.9 e 9.11.	Ofício 362/2015-TCU-SeinfraHidroferrovias de 15/05/2015	28/05/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
ANTAQ/Superintendência de Outorgas- SOG e Secretaria de Planejamento - SPL				
Descrição da determinação/recomendação				
9.9 determinar à ANTAQ e à Secretaria de Portos que, no edital de licitação da área STS-4, do Porto de Santos, do Bloco I, se for o caso, faça expressa menção a quaisquer restrições judiciais, a exemplo da existência da ADPF 316, que tramita no STF, com medida cautelar concedida a favor da União, bem como administrativas que, na época da realização do referido certame, incidam sobre a determinada área licitada e que possam, no futuro, causar impacto na eventual contratação decorrente;				
9.11. recomendar à ANTAQ que proceda a amplo diagnóstico acerca de sua situação atual, com a indicação de suas fragilidades e forças, bem como dos desafios futuros a serem enfrentados, consubstanciado em um sistema de planejamento institucional, com vistas a elaborar medidas que visem a fortalecer sua atuação, gestão e governança, para que aquela unidade possa melhor desempenhar suas competências legais e normativas em benefício da sociedade brasileira;				
Providências adotadas				
9.9 – Determinação atendida.				
9.11 – Entre agosto e outubro de 2015, o Núcleo de Planejamento e Modernização da Gestão realizou seis workshops com o objetivo de elaborar o conteúdo do II Ciclo do Planejamento Estratégico da ANTAQ, referente ao quinquênio 2016-2020. Entre titulares, suplentes e convidados (Especialistas, Analistas e Gerentes que não são membros permanentes), 39 servidores contribuíram nas discussões e debates sobre o futuro próximo da Agência, compondo a EQUIPE ESTRATÉGICA DA ANTAQ.				
Em 15/02/16 a SPL criou o processo SEI nº 50300.001991/2016-15 contendo a minuta preliminar do relatório consolidado das seis reuniões do NPMG incluindo o Balanço do I Ciclo 2011-2015, o Diagnóstico (Cenário Interno e Cenário Externo) e as Propostas do NPMG (Detalhamento dos Objetivos Estratégicos e dos Desafios Correspondentes; Iniciativas Estratégicas; Projetos Estratégicos; e Indicadores de Desempenho) para o II Ciclo, referente ao quinquênio 2016-2020. A proposta prevê 44 Iniciativas Estratégicas, 08 novos Projetos Estratégicos e 28 Indicadores de Desempenho, referentes a 12 Objetivos Estratégicos. Até o final de fevereiro os membros do NPMG devem validar as propostas ou apresentar novas sugestões. O processo será então encaminhado para o sorteio de Diretor-Relator.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 029.083/2013-3	2413/2015 – TCU – Plenário	9.3 e 9.5	Ofício nº 0918/2015- TCU/SeinfraHidroFerrovia, de 9/10/15,	20/10/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
ANTAQ/Superintendência de Outorgas-SOG				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.3. determinar à SEP/PR e à ANTAQ que, ao enviar a documentação pertinente ao 2º estágio de fiscalização, nos termos definidos nos artigos 7º e 8º da IN TCU 27/1998, comprovem a este Tribunal que, em relação aos terminais OUT01, OUT02 e OUT03, foram adotadas medidas que mitiguem os riscos decorrentes do insucesso na adjudicação de um dos terminais e do inadimplemento ou atraso de um dos concessionários na realização da contraparte nos investimentos e atividades atribuídos simultaneamente à responsabilidade dos três futuros arrendatários;</p> <p>9.5. recomendar à SEP/PR e à ANTAQ que:</p> <p>9.5.1. façam constar, no sítio oficial na Internet criado para abrigar dados relativos aos arrendamentos portuários, todas as explicações encaminhadas a este Tribunal sobre os quantitativos dos projetos, de forma a que os licitantes venham a ter informações mais completas sobre o estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental desenvolvido pelo poder público;</p> <p>9.5.2. avaliem a pertinência de alterar a matriz de riscos definida para a atual fase de concessões portuárias, de modo a atribuir ao Poder Concedente o encargo de obter licença prévia para os terminais <i>greenfield</i> e reservar a obtenção das demais licenças ambientais aos arrendatários;</p>				
Providências adotadas				
<p>9.3 – Acerca desse item, informo que foi incluído um dispositivo no contrato de arrendamento que afirma que “Sem prejuízo das demais disposições das Condições Gerais do Contrato sobre o tema, caso, por qualquer motivo, não seja celebrado o Contrato de Arrendamento para quaisquer dos Arrendamentos objeto do Leilão nº 01/2016, o presente Contrato poderá ser extinto de pleno direito, mediante notificação do Poder Concedente à Arrendatária, ou poderá ser objeto de procedimento de Revisão Extraordinária, nos termos da cláusula 14.2 das Condições Gerais do Contrato”. Com esse dispositivo haverá a possibilidade do futuro arrendatário, através de Revisão Extraordinária, concretizar os investimentos necessários à operacionalização do terminal, ou até mesmo a extinção contratual, caso tais investimentos sejam inviáveis de se realizarem isoladamente.</p> <p>9.5.1 – Item atendido.</p> <p>9.5.2 – Esta recomendação enquadra-se como uma diretriz ao procedimento licitatório, ou seja, cabe à SEP/PR avaliar a sua efetivação. Outro motivo que remete ao Poder Concedente a análise acerca dessa recomendação se dá pelo fato de que a emissão da licença prévia passaria a ser de responsabilidade da SEP/PR.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
034062/2011-4	1176/2015 – TCU – Plenário	9.2, 9.3, e 9.4	Ofício-Circular nº 17/2015/COFIP-CISET-SG-PR, de 25/06/2015	29/06/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
ANTAQ/ Superintendência de Administração e Finanças – SAF/Gerência de Recursos Humanos-GRH				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.2. determinar a todos os órgãos, autarquias e fundações autárquicas da administração pública federal que, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da ciência desta deliberação, quando dos cálculos dos proventos de aposentadoria dos servidores titulares de cargo efetivo, concedida com fundamento no art. 40, § 3º, da Constituição Federal (redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003) e no art. 2º dessa mesma Emenda, a partir da vigência da Medida Provisória nº 167, de 2004, convertida na Lei nº 10.887, de 2004, passem a observar os seguintes critérios e procedimentos:</p> <p>9.2.1. no cálculo dos proventos de aposentadoria pela média das maiores remunerações, compute as seguintes parcelas:</p>				

9.2.1.1. as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência (art. 1º da Lei nº 10.887, de 2004);

9.2.1.2. a remuneração do servidor no cargo efetivo nas competências a partir de julho de 1994 em que não tenha havido contribuição para regime próprio (art. 1º, § 2º, da Lei nº 10.887, de 2004);

9.2.2. no cálculo dos proventos de aposentadoria pela média das maiores remunerações, compute: as parcelas remuneratórias percebidas em decorrência de local de trabalho ou do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40 da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição Federal, desde que o servidor opte por incluí-las na sua base de contribuição (art. 4º, § 2º, da Lei nº 10.887, de 2004, com nova redação dada pela Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012);

9.2.3. no cálculo dos proventos de aposentadoria pela média das maiores remunerações, não compute a seguinte parcela:

9.2.3.1. o adicional de férias, por não fazer parte da base de contribuição, conforme o art. 4º da Lei nº 10.887, de 2004;

9.2.4. no cálculo do valor inicial dos proventos relativos à aposentadoria proporcional, o valor resultante do cálculo pela média deve ser previamente confrontado com o limite de remuneração do cargo efetivo previsto no § 5º, do art. 1º, da Lei nº 10.887, de 2004, promovendo-se, posteriormente, a aplicação da fração correspondente, segundo o disposto no art. 62, § 1º, da Orientação Normativa MPS/SPS nº 2, de 31 de março de 2009;

9.3. determinar a todos os órgãos, autarquias e fundações autárquicas da administração pública federal que observem as seguintes orientações:

9.3.1. quaisquer vantagens pessoais que serviram de base de cálculo para o pagamento de contribuição previdenciária devem ser consideradas no cálculo da média das maiores remunerações e não somadas, ao final, à média obtida, sob pena de violar não só o disposto na Lei nº 10.887, de 2004, mas também o princípio da contributividade previdenciária insculpido no art. 40 da CF88, excluídas as vantagens expressamente previstas no § 1º, do art. 4º, da Lei 10.887/2004;

9.3.2. a inclusão de parcelas de planos econômicos (Plano Collor, URV, URP e outros) no cálculo da média das remunerações de contribuição depende da existência de sentenças judiciais que lhes deem suporte jurídico, devendo ser considerado apenas o período em que foram legalmente recebidas, uma vez que parcelas indevidas não podem compor essa média, independentemente de o servidor ter eventualmente contribuído sobre elas, sem prejuízo de que, nos termos da lei, o interessado possa buscar a devida repetição desse indébito; e

9.3.3. as diferenças remuneratórias devidas em razão de pagamentos de atrasados ou de adiantamentos concedidos devem ser consideradas no cálculo dos proventos de aposentadoria, segundo o art. 40 da CF88 (média das remunerações), nos respectivos meses de competência;

9.4. determinar a todos os órgãos, autarquias e fundações autárquicas da administração pública federal que, nos casos em que os proventos de aposentadoria não estejam sendo pagos de acordo com as regras indicadas nos itens deste Acórdão, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência desta deliberação, adotem as providências cabíveis para a efetiva regularização desses pagamentos, com a observância, se necessário, do contraditório e da ampla defesa, informando o TCU sobre o resultado dessas providências em item específico do correspondente relatório de gestão nas respectivas tomadas ou prestações de contas anuais, observadas as seguintes regras:

9.4.1. aplicar o disposto no presente item para as aposentadorias ainda não encaminhadas ao TCU, desde que sua concessão tenha ocorrido em prazo inferior a cinco anos;

9.4.2. no caso de a aposentadoria ainda não ter sido enviada ao TCU, concedida a mais de cinco anos, enviar o ato de aposentadoria original e respectivo ato de alteração, com expressa menção ao presente acórdão;

9.4.3. no caso de a aposentadoria já tiver sido encaminhada ao TCU, ainda não apreciada e tendo ela prazo inferior a cinco anos contados de sua concessão, solicitar o retorno do respectivo ato ao órgão concedente, ajustar o pagamento e proceder à alteração devida no ato com posterior reenvio a este Tribunal, via controle interno;

9.4.4. no caso de a aposentadoria já tiver sido encaminhada ao TCU, ainda não apreciada e tendo ela prazo superior a cinco anos contados de sua concessão, encaminhar ato de alteração com a especificação completa da alteração realizada, fazendo expressa menção ao presente acórdão;

9.4.5. no caso de a aposentadoria já tiver sido registrada pelo TCU nos últimos cinco anos, enviar expediente a esta Corte dando conta da necessidade de revisão dos pagamentos, para fins de o TCU adotar as providências internas cabíveis.

#### Providências adotadas

Itens 9.2 e 9.3 – A ANTAQ está ciente e já cumpriu essa determinação no cálculo dos proventos das aposentadorias. Item 9.4 - No que se refere a esse item, aposentadorias com menos de cinco anos, existem apenas dois processos, ou seja, os de nºs 50300.000667/2015-91 e - 50300.000668/2015-35 que se encontram em análise na CISET/PR e que somente serão enviados ao TCU após obter do mesmo parecer favorável da sua legalidade.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 024.882/2014-3	2200/2015 - TCU – Plenário	9.2(9.2.2)	ofício 0808/2015-TCU- SeinfraHidroFerrovia, de 15/9/15, encaminhando o Acórdão 2200/15- Plenário	22/09/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				

**ANTAQ/Superintendência de Outorgas – SOG e Superintendência de Regulação - SRG**

## Descrição da determinação/recomendação

9.2. determinar à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) que:

9.2.2. no prazo de trinta dias, encaminhe a este Tribunal plano de ação contemplando cronograma, atividades detalhadas e responsáveis, para a elaboração de manual de contabilidade próprio para o setor portuário, contendo plano de contas, com vistas a disciplinar e uniformizar os critérios para o registro contábil das operações dos arrendamentos portuários;

## Providências adotadas

9.2.2 – SRG - Enviado o Ofício nº 120-DG de 18/12/2015, encaminhando o CD contendo o plano de ação para atendimento do item 9.2.2 do Acórdão 2.200/15-TCU/Plenário.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 026.415/2007-7	2815/2015 – TCU – Plenário	9.3	Ofício nº 17622/2015- TCU/SEFIP de 10/11/2015,	17/11/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				

**ANTAQ/ Superintendência de Administração e Finanças - SAF**

## Descrição da determinação/recomendação

9.3. determinar à Agência Nacional de Transportes Aquaviários, com fulcro nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

## Providências adotadas

O benefício foi suspenso a partir de 03/12/2015, considerando a data de ciência em 19/11/2015, conforme consta dos autos do processo.

Cabe destacar que o TCU encaminhou o Ofício nº 0122/2015-TCU/SERUR, recebido em 18/12/2015 na GRH, comunicando que foi interposto recursos de reexame contra o acórdão em referência, e ainda informando que o referido recurso foi conhecido com efeito suspensivo em relação aos itens 9.1 e 9.3.1.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 023.395/2013-3	4.113/2015 - TCU - 1ª Câmara de 21/7/2015	1.11	Ofício nº 0643/2015- TCU/SeinfraHidroFerrovias, de 27/7/15	05/08/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				

**ANTAQ/ Diretoria**

## Descrição da determinação/recomendação

1.11. Recomendar à Agência Nacional de Transportes Aquaviários que formalize e normalize, com posterior aprovação da Diretoria Colegiada, as rotinas e procedimentos internos para acompanhamento e atendimento das determinações do Tribunal de Contas da União;

## Providências adotadas

1.11 – A Recomendação foi atendida com a definição no Regimento Interno, Artigo 41, Inciso III, que define como competência da Auditoria Interna responder pela sistematização das informações requeridas pelos órgãos de controle do Governo Federal e Tribunal de Contas da União – TCU;

## 7.1.2. Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

**Quadro 103 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento**

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
012.194/2002-1.	1972/2012-Plenário	9.7 e 9.8	Ofício nº 249/2012-TCU/SEFID-1, de 21/08/2012.	29/08/2012
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
<b>ANTAQ/ Superintendência de Regulação – SRG e Superintendência de Outorgas-SOG</b>				
Descrição da determinação/recomendação				
<p><b>9.7.</b> determinar à ANTAQ que, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da notificação do presente decisum, apresente a este Tribunal plano de ação destinado ao estabelecimento de normas e procedimentos a serem observados pelas autoridades portuárias para classificação, contabilização e controle dos investimentos realizados por arrendatários, bem como para controle dos bens reversíveis, com observância das normas contábeis vigentes e aplicáveis ao setor, com fundamento no art. 27, incisos XIV e XVI, da Lei 10.233, de 5/6/2001;</p> <p><b>9.8.</b> determinar à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ e à Codesp, que, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da ciência deste acórdão, encaminhem a este Tribunal toda a documentação relacionada: <b>9.8.1.</b> ao reequilíbrio econômico-financeiro determinado pelo art. 3º da Resolução-ANTAQ 2.191/2011, inclusive os subsequentes aditivos contratuais devidamente aprovados pela referida Agência, adotando a mesma medida na hipótese de novas alterações dos termos contratuais atualmente em vigor;</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>9.7 - Em se tratando da referida determinação, informo que está em curso, no bojo dos Processos nº 50300.000228/2003 e 50300.001321/2009-21, proposta de norma de procedimentos para incorporação e desincorporação de bens da União sob a guarda e responsabilidade das administrações portuárias e dos arrendatários de instalações portuárias, em cumprimento ao disposto na legislação de regência (Lei nº 10.233/2001; Lei nº 9.636/1998 e Decreto nº 99.658/1990).</p> <p>A proposta de norma encontra-se em análise pela Gerência de Regulação Portuária - GRP e posteriormente será encaminhada à Procuradoria-Federal junto à ANTAQ para manifestação. Após deliberação da Diretoria a proposta será submetida à audiência pública com previsão de publicação da norma até o mês de agosto de 2016.</p> <p>Quanto à classificação, ao controle e à contabilização dos investimentos feitos pelos arrendatários, em especial no tocante à reversibilidade de bens em favor do Poder Público, o plano de ação especificamente voltado ao controle contábil e operacional dos empreendimentos arrendados já foi exarado pela área técnica, em cumprimento às determinações contidas no Acórdão nº 2.200/2015-TCU-Plenário, tendo já sido encaminhado ao Tribunal de Contas.</p> <p>9.8.1 - Em decorrência do disposto na PORTARIA 349-SEP/2014, as solicitações de prorrogação antecipada, nos termos do art. 57 da Lei 12.815/2013, só serão objeto de análise da ANTAQ após deferimento preliminar da Secretaria de Portos-SEP/PR. Esta deverá encaminhar O Plano de Investimentos, EVTEA e eventual Pedido de Reequilíbrio do Contrato realizado pela arrendatária. Não obstante, os pedidos de prorrogação antecipada em tramitação (solicitação e EVTEA entregue na ANTAQ antes da publicação da PORTARIA 349-SEP/2014) deverão ser adaptados aos termos dessa portaria, mediante instrução complementar, sem prejuízo da continuidade das análises em curso. Desse modo, independente da análise está em curso ou não nesta ANTAQ, sua conclusão está condicionada ao deferimento preliminar da SEP/PR que, por conseguinte, ensejará confrontação entre as análises em andamento e o Plano de Investimentos e EVTEA encaminhados pela SEP/PR. Desse modo, a análise do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Arrendamento PRES/028.1998 encontra-se sobrestada – aguardando manifestação da SEP/PR.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
010159/2012-6	2676/2012 – Plenário	9.3	Ofício nº 293/2012-TCU/SEFID-1	17/10/2012
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
<b>ANTAQ/ Superintendência de Regulação - SRG</b>				
Descrição da determinação/recomendação				
<p><b>9.3.</b> determinar à Agência Nacional de Transportes Aquaviários que:</p> <p><b>9.3.2.</b> com base na sua competência estabelecida no art. 27, inciso IV, da Lei nº 10.233/2001 e no art. 12, inciso VIII, da Resolução ANTAQ nº 2.240/2011, envie ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, plano de ação detalhado com cronograma e responsáveis por cada ação, para regulamentação dos parâmetros mínimos de qualidade e de produtividade para a prestação do serviço portuário adequado, a serem exigidos nos contratos de arrendamento de áreas e instalações portuárias;</p> <p><b>9.3.3.</b> com base na sua competência estabelecida no art. 27, inciso IV, da Lei nº 10.233/2001 e no art. 12, inciso XV, da Resolução ANTAQ nº 2.240/2011, envie ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, plano de ação detalhado, com cronograma e responsáveis por cada ação, para regulamentação da avaliação patrimonial dos bens reversíveis que deve ser exigida nos editais de licitação dos arrendamentos de áreas e instalações portuárias, esclarecendo a qual agente (ANTAQ, autoridade portuária ou potencial licitante e futuro arrendatário) cabe a realização de tal avaliação;</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Para atendimento desta determinação, conforme já informado a esse Tribunal, a ANTAQ contratou pesquisa a ser realizada com os usuários dos portos, com vistas a verificar aspectos atinentes à satisfatoriedade dos serviços prestados, mediante levantamento de abrangência nacional, elaborado segundo rígidos critérios estatísticos, com vistas a conhecer a percepção das empresas sobre os serviços portuários que lhe são prestados. Para além de uma aferição de percepção da satisfação subjetiva, a pesquisa alvitra a construção de diversos indicadores que servirão a nortear a prática regulatória, a fiscalização e as exigências para implementação de serviços adequados.</p> <p>A aferição dos resultados da pesquisa mencionada está sendo analisada no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento, Desempenho e Sustentabilidade da ANTAQ, inclusive com vistas a subsidiar a atuação da ANTAQ na implementação da Agenda Regulatória do Biênico 2016-2017, mormente quanto a seu item 3.1, no qual consta o compromisso de a ANTAQ regular “<i>Definição de conceitos e indicadores de prestação de serviço adequado nos Portos Organizados e Instalações Portuárias</i>”.</p> <p>Com base, pois, nos dados coligidos pela Superintendência de Desenvolvimento, Desempenho e Sustentabilidade, a partir, em especial, da (i) <b>Pesquisa de Satisfação dos Usuários</b>, somada às informações e aos dados alcançados por meio do (ii) <b>Sistema de Desempenho Portuário – SDP</b>, bem como do (iii) <b>Indicador de Desempenho Ambiental monitorado</b> pela Gerência de Meio Ambiente e Sustentabilidade e, ainda, (iv) das informações e dados de qualidade e desempenho utilizados pela Superintendência de Outorgas na análise dos <b>Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental</b> e no <b>monitoramento dos instrumentos contratuais e de seus mecanismos de atualização</b>, além, ainda, (v) das informações colhidas na <b>atuação e interlocução das áreas técnicas da Agência com a Secretaria de Portos da Presidência - SEP/PR</b>, inclusive no âmbito da <b>CONAPORTOS</b>, sem contar com (vi) o <b>benchmark entre autoridades portuárias e, ainda, com outros setores regulados</b>, será possível construir parâmetros e metodologias de definição de desempenho com qualidade e produtividade.</p> <p>A <b>Nota Técnica GRP Nº 57/2015</b> apresenta subsídios assertivos para definição de plano de ação detalhado, com cronograma e responsáveis por cada ação, para regulamentação dos parâmetros mínimos de qualidade e de produtividade para a prestação do serviço portuário adequado, a serem exigidos nos contratos de arrendamento de áreas e instalações portuárias.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
005.956/2014-5	1338/2014-Plenário	9- Item XXXII do Anexo	Ofício nº 0231//2014- TCU/SEMAG, DE 14/6/2014	03/07/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
<b>ANTAQ/ Diretoria</b>				
Descrição da determinação/recomendação				
XXXII. À Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) que tomem providências no sentido de franquear o acesso por qualquer interessado às reuniões deliberativas de seus colegiados, aprimorando a transparência do processo decisório				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O processo de revisão da norma aprovada pela Resolução nº 2.900-ANTAQ de 4 de maio de 2013, encontra-se em fase final, sob a relatoria do Diretor Adalberto Tokarski.				
No início de 2015, a Agência iniciou as tratativas para implantação do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, cuja Gestão é do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.				
A fim de evitar uma prematura desatualização da revisão normativa em questão, diante dos impactos decorrentes da implantação do SEI, o Relator optou por aguardar o lançamento do sistema, para após isso, dá o encaminhamento final.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 019.872/2014-3	1215/2015 – TCU – Plenário	9.1	Ofício nº 0170-TCU- Semag, de 2/6/15	08/06/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
<b>ANTAQ/ Superintendência de Administração e Finanças, Superintendência de Fiscalização – SFC e Secretaria de Tecnologia da Informação- STI</b>				
Descrição da determinação/recomendação				
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:				
9.1 nos termos do art. 250, inciso II, determinar à Agência Nacional de Transportes Aquaviários que, para o correto cumprimento da determinação contida no item 9.6 do Acórdão 482/2012-TCU-Plenário, adote, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência, as providências necessárias – incluindo, quando couber, a criação e o aperfeiçoamento de sistemas informatizados – para viabilizar a apuração das receitas com arrecadação de multas conforme os conceitos de “multas exigíveis e definitivamente constituídas” e de “multas aplicadas” definidos no item 33 do Relatório que integra este Acórdão, associando os valores recebidos com os correspondentes períodos de competência das respectivas multas;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Quanto ao acórdão 482/2012-TCU-Plenário item 9.6, esta Autarquia já vinha realizando tratativas no sentido de automatizar o processo de geração de multas e apuração de receitas com esforços conjuntos da Superintendência de Fiscalização, Gerência de Orçamento e Finanças e Secretaria de Tecnologia da Informação.				
Nesse sentido, foram realizados aperfeiçoamentos no SFIS – Sistema de Fiscalização de modo que todo o trâmite dos processos da fiscalização da Agência (da composição de equipes à aplicação de multas) se encontra replicado de forma eletrônica. Isso é dizer que o SFIS controla as notificações emitidas, autos lavrados, julgamentos, defesas, recursos e reconsiderações, inclusive as multas aplicadas após exauridas todas as instâncias recursais dos referidos processos.				
Dessa forma, concluído o processo sancionador, já é possível obter, via SFIS, os valores das multas aplicadas aos regulados, que passam a ser denominados como créditos constituídos logo que o apenado é cientificado do resultado final após o trânsito em julgado dos autos.				

Também foi objeto de aprovação do colegiado a Resolução Administrativa nº 4, de 04 de agosto de 2015, que trata de parcelamento de multas. Nesta esfera já havia se identificado a necessidade de sistematização do controle de arrecadação de multas, parcelamentos e automatização da geração da Guia de Arrecadação da União - GRU.

No intuito de dar o devido encaminhamento em tempo hábil com entregas intermediárias, as necessidades foram modularizadas em Pacotes de modo que o Pacote 1 contemplava a sistematização da publicidade da multa (*workflow* de publicação do extrato de multa no Diário Oficial da União - D.O.U) para ciência do outorgado. Este módulo foi desenvolvido e disponibilizado para homologação.

Para o Pacote 2 e 3(Obtenção de dados e geração da GRU) iniciou-se o levantamento de informações para Geração da GRU.

Por fim, no pacote 4 o parcelamento de Multas conforme a legislação vigente.

Cumpre destacar que em processo de levantamento de requisitos dos pacotes supracitados, se tomou conhecimento que a ANATEL e ANAC já detinham sistemas que possivelmente atenderia as necessidades desta Autarquia. Posto isto, se tentou a sessão de direito de uso do software em questão objetivando celeridade e economia ao erário, uma vez que não careceria de desenvolver uma nova aplicação, apenas adaptá-la.

Em contato com a ANATEL a iniciativa não prosperou, ao passo que a ANAC cedeu o código fonte da aplicação para estudo, implantação e adaptação para o ambiente e necessidades da ANTAQ.

Neste sentido, esforços estão sendo empreendidos para que se consiga implantar a referida aplicação no ambiente de modo que seja possível tomar conhecimento das funcionalidades e realizar as adaptações necessárias.

Apesar de uma possível economia ao erário no reuso da aplicação supracitada, se enfrenta dificuldades de operacionalizar a aplicação, haja vista a falta de documentação e ausência das tabelas de parametrização que não foram cedidas.

Assim, está se buscando uma solução terminativa de modo que as fases de controle de arrecadação sejam devidamente sistematizadas.

A mudança de legislação ao que tange o processo de fiscalização bem como, a normatização de parcelamentos de multas retardou a sistematização, haja vista que tais fatos são pré-condições para automatizar.

Por outro lado, a maturação e clareza advindas, da norma possibilitarão melhor entendimentos das regras de negócio ao que tange requisitos de sistema.

Cumpre destacar também que de forma exaustiva buscou-se uma solução na Administração Pública Federal – APF de modo que pudesse sistematizar todo o processo de forma célere e com economicidade, mas tal iniciativa na prática foi frustrada conforme externado.

Buscando o aprimoramento, melhoria de processos e sistematização materializados com as iniciativas supracitadas, esta Autarquia irá dar continuidade no desenvolvimento de uma solução inerente aos processos da Antaq, haja vista que o aproveitamento de soluções advindas de outros órgãos se mostrou na prática inadequada.

Ademais, a estimativa de esforços e, consequentemente, prazos ainda não são passíveis de serem mensurados. Entretanto, utilizando-se das melhores práticas já preconizadas, a modularização e desenvolvimento ágil serão adotados para que os módulos concebidos da aplicação sejam desenvolvidos em tempo hábil.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 029.083/2013-3	1077/2015 – TCU – Plenário	9.5	Ofício 362/2015-TCU-SeinfraHidroferrovias de 15/05/2015	28/05/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
ANTAQ/Superintendência de Outorgas - SOG				
Descrição da determinação/recomendação				
9.5. determinar à Secretaria de Portos e à ANTAQ que remetam a este Tribunal, para análise no próximo estágio deste processo de desestatização, os critérios utilizados para a fundamentação da política tarifária de cada arrendamento, de maneira a evidenciar as diferentes estratégias regulatórias, inclusive quanto à alimentação do fluxo de caixa, especialmente quando forem adotadas soluções tarifárias distintas entre terminais análogos, bem assim os mecanismos de proteção aos direitos dos usuários em caso de aplicação do regime de liberdade tarifária;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
9.5 - A determinação deste item será cumprida nos próximos blocos de concessões portuárias, momento em que será apresentada a requerida fundamentação.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 029.083/2013-3	2413/2015 – TCU – Plenário	9.4 e 9.5	Ofício nº 0918/2015-TCU/SeinfraHidroFerrovia, de 9/10/15	20/10/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
ANTAQ/Superintendência de Outorgas - SOG				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.4. determinar à SEP/PR e à ANTAQ que, para os próximos blocos do programa de concessões portuárias, apresentem fundamentação consistente para adoção ou não de regras de vedação à adjudicação de mais de um terminal a um mesmo proponente;</p> <p>9.5. recomendar à SEP/PR e à ANTAQ que:</p> <p>9.5.3. nos próximos processos de concessões portuárias, evidem esforços para evitar incluir, nos contratos de arrendamento, obrigações de fazer na modalidade solidária, ante o elevado risco de imputação recíproca de culpa pelo inadimplemento entre os coobrigados;</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>9.4 – A determinação será cumprida nos próximos blocos de concessões portuárias, momento em que será apresentada a requerida fundamentação.</p> <p>9.5.3 – Esta recomendação será objeto de análise para os próximos editais.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 024.882/2014-3	2200/2015 - TCU – Plenário	9.2(9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3) e 9.4	ofício 0808/2015-TCU- SeinfraHidroFerrovia, de 15/9/15, encaminhando o Acórdão 2200/15-Plenário	22/09/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
ANTAQ/Superintendência de Outorgas – SOG e Superintendência de Regulação - SRG				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.2. determinar à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) que:</p> <p>9.2.1. em relação aos pedidos de prorrogação antecipada apresentados após 60 dias da ciência da presente deliberação, somente aprove os EVTEA que obedeçam a sistemática estabelecida em regulamento específico a ser desenvolvido pela agência, no qual estejam registradas as metodologias para análise dos estudos, incluindo a definição de critérios baseados em relevância, risco e materialidade para balizar a avaliação, a circularização das informações apresentadas pela arrendatária, a aferição de custos e da eficiência (presente e futura) dos terminais e o exame detalhado das premissas que embasaram a elaboração dos respectivos EVTEA;</p> <p>9.2.3. em relação aos pedidos de prorrogação antecipada apresentados após a ciência da presente deliberação, somente aprove os projetos executivos que obedeçam a sistemática estabelecida em regulamento específico a ser desenvolvido pela agência, no qual estejam registrados:</p> <p>9.2.3.1. os elementos que deverão constar do projeto executivo previsto no art. 19 da Portaria-SEP/PR 349/2014;</p> <p>9.2.3.2. metodologia para análise dos projetos executivos;</p> <p>9.2.3.3. metodologia e padrões de acompanhamento da execução das obras previstas nos processos de prorrogação antecipada;</p> <p>9.4. recomendar à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) que regulamente, por meio de normativo específico, a aplicação dos parâmetros de desempenho nos termos aditivos de prorrogação antecipada, contemplando regras relacionadas, entre outras, à definição, à revisão, à atualização dos índices de eficiência e às penalidades aplicáveis em casos de descumprimento, observadas as diretrizes de modernização e aperfeiçoamento a serem previstas na Portaria SEP/PR 349/2014;</p>				
Providências adotadas				

9.2.1 – GPO/SOG – A Gerência de Portos Organizados – GPO está elaborando regulamento específico, denominado “Manual de Análise de Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA de projetos de arrendamentos portuários”, com vistas a padronizar e sistematizar as análises realizadas pela área técnica. Para tanto, foi instituído o Processo Administrativo nº 50300.002401/2015-82. Estima-se que o “Manual” seja concluído e implementado ainda no 1º semestre de 2016.

9.2.3 - Os três subitens (9.2.3.1, 9.2.3.2 e 9.2.3.3) estão sendo tratados na ANTAQ sob forma multidisciplinar, porém sem caráter dissociativo, haja vista tratar de metodologias para apresentação do Projeto Executivo e da Metodologia para análise desse Projeto Executivo (Superintendência de Outorga) e da metodologia para acompanhamento da implantação dos investimentos constantes do Projeto Executivo (Superintendência de Fiscalização), que pressupõe atividades encadeadas, onde a primeira é requisito para a segunda e ambas são requisitos para a terceira. Para tal, foi constituído o Processo Administrativo nº 50300.00 002364/2015-11. Estima-se que a manualização dessas metodologias esteja concluída ainda no primeiro semestre de 2016.

9.4 - informa-se que está em andamento, nesta Agência, os procedimentos de regulamentação dos parâmetros de desempenho dos terminais portuários, em consonância com o tema 3.1 da Agenda Regulatória da ANTAQ para o biênio 2016-2017: Definição de conceitos e indicadores de prestação de serviço adequado nos Portos Organizados e Instalações Portuárias.

Ressalta-se que, em 18/12/2015, por meio da Nota Técnica nº 57/2015/GRP/SRG/ANTAQ do [Processo 50300.002578/2015-89](#), foram apresentados conceitos, fundamentos e critérios a serem aplicados à uma Gestão do Desempenho Portuário e à definição de parâmetros de desempenho, propondo um plano de ação para implementar um conjunto de indicadores e regulamentá-los.

Coordenado pela SRG, em conjunto com as demais áreas interessadas da Agência (SDS, SOG e SFC) e a SEP, está em atividade um grupo de trabalho para a confecção de uma minuta de norma que conterá as instruções para a gestão e monitoramento do desempenho portuário.

O grupo objetiva a elaboração de estudos para a definição dos conceitos e dos principais indicadores suficientemente representativos, confiáveis, simples, objetivos, exequíveis, econômicos, auditáveis, estáveis ao longo do tempo e sensíveis às mudanças na realidade setorial.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 023.395/2013-3	4.113/2015 - TCU - 1ª Câmara de 21/7/2015	1.10	Ofício nº 0643/2015-TCU/SeinfraHidroFerroviás, de 27/7/15	05/08/2015

#### Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

ANTAQ/Superintendência de Administração e Finanças-SAF/Gerência de Recursos Humanos=GRH

#### Descrição da determinação/recomendação

1.10. Determinar à Agência Nacional de Transportes Aquaviários que, no prazo de 90 (noventa) dias, realize estudo detalhado sobre a sua real necessidade de pessoal, tanto na sede quanto nas unidades regionais, levando em consideração as atribuições institucionais estipuladas pelas Leis 10.233/2001 e 12.815/2013, de modo a evidenciar as áreas críticas, prioridades e número de servidores necessários para que a Agência desempenhe adequadamente suas funções;

#### Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

O Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão-MP autorizou a nomeação das 143 vagas do concurso público da ANTAQ e a nomeação dos candidatos já foram efetivadas. Até a presente data, 137 (cento e trinta e sete) candidatos tomaram posse e entraram em exercício, na sede e nas Unidades Regionais. Apenas 6 (seis) vagas do cargo de Especialista em Regulação (ERSTA) não estão preenchidas devido às vacâncias ou desistências. Ressalta-se que para o provimento das vagas do cargo de ERSTA é necessário a realização de uma 2ª Turma do Curso de Formação.

Com vista a subsidiar, em parte, a realização do estudo de forma a determinar o necessário e adequado quantitativo de servidores para a consecução dos objetivos institucionais da ANTAQ foi aprovado pela Diretoria e assinado com a Universidade Federal do Pará - UFPA, em 25/05/2015 o Termo de Execução Descentralizado-TED, para a implantação da Gestão por Competência na Agência. Entretanto, por restrições de ordem orçamentária, o repasse relativo a 1ª parcela ocorreu apenas no mês de novembro de 2015, o que provocou ajuste no cronograma de Execução.

O Relatório prévio de Análise Documental referente à 1ª etapa do cronograma foi apresentado pela UFPA, estando em apreciação pela área técnica.

Dessa forma, o levantamento de necessidade de pessoal, já realizado, junto às unidades organizacionais, quando da distribuição das 143 vagas autorizadas do concurso público e ainda o resultado do estudo contratado com a UFPA possibilitará a avaliação da real necessidade do dimensionamento da força de trabalho da ANTAQ.

## 7.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

### 7.2.1. Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

**Quadro 104 – Cumprimento das recomendações do órgão de controle interno**

Caracterização da recomendação do OCI			
Ordem	Identificação do relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
1	15201203695	1.1.2.4 - CONSTATAÇÃO: (16)	Ofício nº 19453/DITRA/DI/SFC/CGU-PR, de 09/07/2012.
<b>Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação</b>			
<b>ANTAQ/Diretoria</b>			
<b>Descrição da recomendação</b>			
Recomendação 2: Que a ANTAQ adote medidas de forma a reduzir o nível de participação de terceirização nas soluções de TI no âmbito da Unidade.			
<b>Providências adotadas</b>			
Em razão do concurso público foram nomeados 5 (cinco) servidores efetivos para atuação na Secretaria, embora encontra-se aberta a posse de 2 (dois) candidatos, haja vista vacância de 2 (duas) vagas. Registra-se que mesmo com a efetiva nomeação e posse para as vagas supracitadas, o atendimento das recomendações não ocorrerá em sua totalidade. As vagas foram devidamente designadas para atuação de carreira específica de Analista de TI minimizando gap de competências do quadro. Registra-se, entretanto para concursos futuros necessita prover vagas adicionais para a Secretaria, haja vista que algumas coordenações ainda se encontram sem pessoal			

Caracterização da recomendação do OCI			
Ordem	Identificação do relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
2	15/2014	1.1.2.1	Ofício nº 321/2014COAVA-CISET-SG-PR
<b>Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação</b>			
ANTAQ/Superintendência de Administração e Finanças – SAF e Secretaria de Planejamento - SPL			
<b>Descrição da recomendação</b>			
Recomendação 1 - Implemente indicadores de desempenho em quantidade e qualidade suficientes e adequadas, de forma a se mensurar o alcance dos objetivos estratégicos a serem redefinidos para a Unidade, conforme cronograma objeto da Recomendação 01 da constatação 1.1.1.1. Recomendação 2 - Analise a viabilidade de se implantar indicadores de gestão nas várias áreas de atuação da Unidade.			
<b>Providências adotadas</b>			
Recomendação 1 - Vinte e oito Indicadores de Desempenho foram propostos no Planejamento Estratégico 2016-2020 (processo SEI nº 50300.001991/2016-15) e aguardam deliberação da Diretoria para começarmos as discussões das metas do quinquênio. Entende a SPL que com essas providências encerra a pendência referente à recomendação acima. Recomendação 2 - Na Superintendência de Administração e Finanças encontram-se implantados os seguintes indicadores de gestão: - Recursos Humanos: - EOC - Execução Orçamentária da Capacitação; - Índice de Absenteísmo; - Índice TURNOVER; - Indicador de Pós-Graduação (IPG) e - Indicador de Número de Servidores com Horas de Capacitação suficientes para Progressão e Promoção. - Orçamento e Finanças: - EOG - Execução Orçamentária Global. Licitações e Contratos - PCA = (Número de Processos realizados sem Ad Referendum/Número total de processos de compras abertos no período). Na área de Recursos Logísticos, foi sugerida a implantação do Indicador de Patrimônio Imobiliário, mas entendeu-se desnecessária, visto que não existirá impacto direto nas rotinas administrativas e sim apenas o cumprimento legal de informar à Secretaria de Patrimônio da União - SPU sobre os dados dos imóveis de terceiros alugados pela da Agência.			

Caracterização da recomendação do OCI			
Ordem	Identificação do relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
3	201306052	2.1.2.1	Ofício nº 22.252/2013/DITRA/DI/SFC/CGU-PR, de 26/07/2013
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação			
ANTAQ/Secretaria de Planejamento - SPL			
Descrição da recomendação			
<p>Recomendação 2: Que a SPL continue a revisão do planejamento estratégico da Agência visando: a adequação dos projetos estratégicos às metas ainda não definidas, a definição dos indicadores de desempenho atrelados aos objetivos e projetos e a definição do cronograma de avaliações. Além disso, que apresente à Diretoria o cronograma com as etapas do processo (revisão dos projetos estratégicos, redesenho dos macroprocessos, definição dos indicadores e responsáveis, etc.) de revisão e aprovação desse planejamento.</p> <p>Recomendação 3: Que a Diretoria-Geral determine, juntamente com a APL, um prazo final de revisão e de aprovação do Planejamento Estratégico.</p>			
Providências adotadas			
<p>Com o encerramento do I Ciclo do Planejamento Estratégico da ANTAQ em dezembro de 2015, a SPL coordenou seis workshops com o objetivo de elaborar o conteúdo do II Ciclo do Planejamento Estratégico da ANTAQ, referente ao quinquênio 2016-2020.</p> <p>Em 15/02/16 a SPL criou o processo SEI nº 50300.001991/2016-15 contendo a minuta preliminar do relatório consolidado das seis reuniões do NPMG incluindo o Balanço do I Ciclo 2011-2015, o Diagnóstico (Cenário Interno e Cenário Externo) e as Propostas do NPMG (Detalhamento dos Objetivos Estratégicos e dos Desafios Correspondentes; Iniciativas Estratégicas; Projetos Estratégicos; e Indicadores de Desempenho) para o II Ciclo, referente ao quinquênio 2016-2020. A proposta prevê 44 Iniciativas Estratégicas, 08 novos Projetos Estratégicos e 28 Indicadores de Desempenho, referentes a 12 Objetivos Estratégicos. Até o final de fevereiro os membros do NPMG devem validar as propostas ou apresentar novas sugestões. O processo será então encaminhado para o sorteio de Diretor-Relator.</p>			

Caracterização da recomendação do OCI			
Ordem	Identificação do relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
4	15/2014	1.1.1.1	Ofício nº 321/2014COAVA-CISET-SG-PR
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação			
ANTAQ/Secretaria de Planejamento - SPL			
Descrição da recomendação			
<p>Estabeleça, formalmente, cronograma para atualização de seu Planejamento Estratégico, o qual deverá redefinir objetivos estratégicos de forma a retratar com razoável alcance e precisão a performance da Unidade, devendo, ainda, serem passíveis de monitoramento por meio de metas e indicadores factíveis e compatíveis com a estrutura da UJ.</p>			
Providências adotadas			
<p>O Planejamento Estratégico 2016-2020 contempla a revisão do enunciado dos Objetivos Estratégicos da ANTAQ, tendo sido alterada a redação de 8 dos 18 Objetivos Estratégicos, tornando-as mais compreensíveis. Adicionalmente, pela primeira vez todos os objetivos estratégicos foram descritos e seus respectivos desafios foram explicitados, proporcionando a institucionalização da memória do Planejamento Estratégico da Agência. Vinte e oito Indicadores de Desempenho foram propostos e aguardam deliberação da Diretoria para começarmos as discussões das metas do quinquênio.</p>			

## 7.2.2. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

**Quadro 105 - Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**

Caracterização da recomendação do OCI			
Ordem	Identificação do relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
01	15/2014	1.1.3.1 CONSTATAÇÃO	Ofício nº 321/2014COAVA-CISET-SG-PR
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação			
ANTAQ/SAF/Gerência de Recursos Humanos-GRH			
Descrição da recomendação			
Recomendação 01 - Realizar estudo de forma a determinar o necessário e adequado quantitativo de servidores para a consecução dos objetivos institucionais da UJ.			
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas			
<p>O Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão-MP autorizou a nomeação das 143 vagas do concurso público da ANTAQ e as nomeações dos candidatos já foram efetivadas. Até a presente data, 137 (cento e trinta e sete) candidatos tomaram posse e entraram em exercício, na sede e nas Unidades Regionais. Apenas 6 (seis) vagas do cargo de Especialista em Regulação (ERSTA) não estão preenchidas devido às vacâncias ou desistências. Ressalta-se que para o provimento das vagas do cargo de ERSTA é necessário a realização de uma 2ª Turma do Curso de Formação.</p> <p>Com vista a subsidiar, em parte, a realização do estudo de forma a determinar o necessário e adequado quantitativo de servidores para a consecução dos objetivos institucionais da ANTAQ foi aprovado pela Diretoria e assinado com a Universidade Federal do Pará - UFPA, em 25/05/2015 o Termo de Execução Descentralizado-TED, para a implantação da Gestão por Competência na Agência. Entretanto, por restrições de ordem orçamentária, o repasse relativo da 1ª parcela ocorreu apenas no mês de novembro de 2015, o que provocou ajuste no cronograma de Execução.</p> <p>O Relatório prévio de Análise Documental referente à 1ª etapa do cronograma foi apresentado pela UFPA, estando em apreciação pela área técnica.</p> <p>Dessa forma, o levantamento de necessidade de pessoal, já realizado, junto às unidades organizacionais, quando da distribuição das 143 vagas autorizadas do concurso público e ainda o resultado do estudo contratado com a UFPA possibilitará a avaliação da real necessidade do dimensionamento da força de trabalho da ANTAQ.</p> <p>Como somente em novembro de 2015 foi liberado a 1ª parcela de pagamento por motivos orçamentários e o prazo estimado de entrega do produto final é de 13 (treze) meses, a data prevista passa a ser dezembro de 2016.</p> <p>Cabe observar que a situação orçamentária é das mais difíceis e, portanto, poderão ocorrer atrasos nas futuras liberações de recursos.</p>			

## 7.3. Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

No exercício de 2015 não ocorreu nenhum fato para apuração de responsabilidade por danos ao Erário, sendo que todos os casos foram em função de apuratórios administrativos, não tendo nenhum desses por finalidade a recuperação de haveres e ou restituição ao Erário Público.

## 7.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A ordem cronológica é instituto previsto em Lei e que vincula a Administração Pública a efetuar os pagamentos em conformidade com a exigibilidade dos créditos que se apresentem ao pagamento. Neste contexto, foram atribuídas as liquidações e aos pagamentos os princípios da isonomia, impessoalidade e da moralidade concernentes ao direito administrativo, considerando, ainda, as disponibilidades orçamentárias e financeiras.

## 7.5. *Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento*

- A Agência procedeu ao devido levantamento, chegando à conclusão que não haveria necessidade de rever seus contratos vigentes na área de Tecnologia da Informação – TI, por tratar-se de remuneração por ponto de função, no qual as planilhas de custos não são exigidas detalhadamente quando da contratação.
- A partir de 2014 em função da grande dificuldade em enquadrar, as empresas que se beneficiaram da desoneração que trata a Lei nº 12.546/2011 e o Decreto nº 7.828/2012, no Código Nacional de Atividade Econômica – CNAE, essa Agência iniciou novo levantamento abrangendo a totalidade de empresas contratadas para definir junto à Receita Federal as suas atividades e como consequência tomar as medidas decorrentes.
- Após o levantamento mencionado, foram realizadas algumas reuniões com o corpo técnico de outras Agências Reguladoras para que fosse verificado o procedimento que vinha sendo adotado.
- Porém, em abril de 2015, tomamos conhecimento da orientação da SLTI publicado no site do COMPRASNET:

*“A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI informa aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional integrantes do SISG que foi conhecido o pedido de reexame com efeito suspensivo em relação aos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2.859/2013 – Plenário, nos termos do Despacho do Relator, Ministro Raimundo Carreiro (Processo TC 013.515/2013-6).”*
- Mesmo com o efeito suspensivo mencionado acima foi iniciada uma revisão do levantamento realizado anteriormente, levando em consideração o CNAE das empresas contratadas, com objetivo de analisar pontualmente a situação de cada contrato da ANTAQ, nos preparando para atender as ações a serem definidas na decisão final do TCU. Além disso, as novas contratações na área de Tecnologia da Informação – TI, foram realizadas de acordo com a legislação vigente.

## 7.6. *Informações sobre as ações de publicidade e propaganda*

Anteriormente à disponibilidade dos limites orçamentários para a captação do Projeto de Lei 2015, realizado pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF, esta Agência encaminhou à SEP e a Presidência da República solicitação limite, no valor de R\$ 2.000.000,00, para a ação de Publicidade de Utilidade Pública, que não foi atendida.

## ***8. CONSIDERAÇÕES FINAIS***

---

### ***8.1. Resultados e Conclusões***

A ANTAQ manteve em 2015 um forte ritmo de mudança na sua forma de atuação, que tem se caracterizado nos últimos anos por uma diversificação da agenda de trabalho, seja como consequência de mudanças no marco regulatório do modal aquaviário, seja como consequência do planejamento estratégico e operacional da Agência.

Investimentos importantes, tanto financeiros quanto no modelo de gestão, tem gerado benefícios em todas as Unidades Organizacionais da ANTAQ, com a finalidade de aperfeiçoar a entrega dos bens e serviços que a Agência deve entregar à sociedade.

São exemplos significativos a consolidação dos Postos Avançados de Fiscalização, a adoção de uma Agenda Regulatória, a criação da Agenda Ambiental e de Segurança Aquaviária, o fortalecimento da área de estudos e de produção de estatística e conhecimento do mercado regulado, os constantes aperfeiçoamentos dos procedimentos e das normas de fiscalização, a evolução do planejamento estratégico e o fortalecimento das áreas de suporte, como a tecnologia da informação e de gestão de pessoas.

A ANTAQ tem envidado esforços também no sentido de ser uma Agência cada vez mais próxima de seu mercado regulado, aperfeiçoando sua atividade finalística com ações e iniciativas que proporcionam maior sensibilidade para as reais necessidades dos prestadores de serviço de transportes aquaviários e dos seus respectivos usuários, além de se tornar cada vez mais acessível e transparente no seu processo decisório.

OUVIDORIA  
0800-644 5001  
[ouvidoria@antaq.gov.br](mailto:ouvidoria@antaq.gov.br)



[www.antaq.gov.br](http://www.antaq.gov.br)

**Secretaria de Portos da Presidência da República**  
**Agência Nacional de Transportes Aquaviários**

**ANEXO I**

**RELATÓRIO DE GESTÃO  
EXERCÍCIO DE 2015**

**Brasília/2016**





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	682010 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS
ÓRGÃO SUPERIOR	68201 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 08/03/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.022.984,17	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.569.067,90
Créditos a Curto Prazo		Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-
Créditos Tributários a Receber	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	3.738.944,28
Clientes	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-
Créditos de Transferências a Receber	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	Provisões de Curto Prazo	-
Dívida Ativa Tributária	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	523.023,56
Dívida Ativa Não Tributária	-		353.942,08
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	1.408.922,03		
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-		
Estoques	65.547,28		
VPDs Pagas Antecipadamente	2.453,74		
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>21.115.169,56</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-
Estoques	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	Provisões de Longo Prazo	-
Investimentos	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-
Participações Permanentes	-	Resultado Diferido	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-		
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>5.831.035,74</b>
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-		1.259.162,74
Propriedades para Investimento	-		
Propriedades para Investimento	-	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>2015</b>
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	Patrimônio Social e Capital Social	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	Reservas de Capital	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	Reservas de Lucros	-
Demais Investimentos Permanentes	-	Demais Reservas	-
Demais Investimentos Permanentes	-	Resultados Acumulados	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	Resultado do Exercício	20.784.041,04
<b>Imobilizado</b>		Resultados de Exercícios Anteriores	-389.762,81
Bens Móveis	10.910.989,47	Ajustes de Exercícios Anteriores	17.590.834,54
Bens Móveis	10.910.989,47	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	3.582.969,31
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	7.019.161,09		-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-2.517.984,97	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>20.784.041,04</b>
	13.428.974,44		17.590.834,54
	8.920.226,14		
	-1.901.065,05		



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	682010 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS
ÓRGÃO SUPERIOR	68201 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 08/03/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO		
	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO		
			2015	2014	
Bens Imóveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível					
Softwares					
Softwares	10.204.180,09	5.054.544,04			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	10.204.180,09	5.054.544,04			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	10.699.328,26	5.284.208,82			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>26.615.076,78</b>	<b>18.849.997,28</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>26.615.076,78</b>	<b>18.849.997,28</b>

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO	
	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015
ATIVO FINANCEIRO	4.022.984,17	12.547.560,57	PASSIVO FINANCEIRO	10.148.984,32
ATIVO PERMANENTE	22.592.092,61	6.302.436,71	PASSIVO PERMANENTE	22.044.649,84
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>1.530.350,96</b>
				<b>-10.392.743,55</b>
				<b>14.935.741,50</b>
				<b>7.198.090,99</b>

Quadro de Compensações

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO	
	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>2.125.162,16</b>	<b>1.765.474,87</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>41.445.557,08</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	2.125.162,16	1.765.474,87	Execução dos Atos Potenciais Passivos	41.445.557,08
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	2.125.162,16	1.765.474,87	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêñ	4.326.601,37
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	37.118.955,71
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.125.162,16</b>	<b>1.765.474,87</b>	<b>TOTAL</b>	<b>41.445.557,08</b>
				<b>43.775.637,53</b>



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	682010 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS
ORGÃO SUPERIOR	68201 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

EXERCICIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSAO 08/03/2016	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-7.293.737,06
Recursos Vinculados	1.167.736,91
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.167.736,91
<b>TOTAL</b>	<b>-6.126.000,15</b>

Carlos Augusto Andrade Sílvio  
Coordenador de Contabilidade  
Contador CRC-CE 6.223



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	682010 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS
ÓRGÃO SUPERIOR	68201 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 08/03/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	2015	2014	
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>129.392.262,24</b>		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	
Impostos	-	-	
Taxas	-	-	
Contribuições de Melhoria	-	-	
Contribuições	-	-	
Contribuições Sociais	-	-	
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	
Contribuição da Iluminação Pública	-	-	
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-	
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	450,00	-	
Venda de Mercadorias	-	-	
Vendas de Produtos	-	-	
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	450,00	-	
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	259.088,16	-	
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	
Juros e Encargos de Mora	259.088,16	-	
Variações Monetárias e Cambiais	-	-	
Descontos Financeiros Obtidos	-	-	
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-	
Aportes do Banco Central	-	-	
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-	
Transferências e Delegações Recebidas	124.717.165,32	-	
Transferências Intragovernamentais	121.248.555,02	-	
Transferências Intergovernamentais	-	-	
Transferências das Instituições Privadas	-	-	
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-	
Transferências de Consórcios Públicos	-	-	
Transferências do Exterior	-	-	
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-	
Transferências de Pessoas Físicas	-	-	
Outras Transferências e Delegações Recebidas	3.468.610,30	-	
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	5.991,99	-	
Reavaliação de Ativos	-	-	
Ganhos com Alienação	-	-	
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-	
Ganhos com Desincorporação de Passivos	5.991,99	-	
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-	
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	4.409.566,77	-	
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-	
Resultado Positivo de Participações	-	-	
Operações da Autoridade Monetária	-	-	



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	682010 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS
ÓRGÃO SUPERIOR	68201 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 08/03/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2015	2014
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	4.409.566,77	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>129.782.025,05</b>	<b>-</b>
Pessoal e Encargos	86.106.837,85	-
Remuneração a Pessoal	69.315.374,62	-
Encargos Patronais	13.098.639,15	-
Benefícios a Pessoal	2.445.107,39	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.247.716,69	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.148.783,62	-
Aposentadorias e Reformas	2.603.389,53	-
Pensões	545.394,09	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	30.455.488,59	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	168.221,39	-
Uso de Material de Consumo	29.404.863,89	-
Serviços	882.403,31	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	20.058,08	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	20.058,08	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	9.949.205,13	-
Transferências e Delegações Concedidas	5.711.794,33	-
Transferências Intragovernamentais	761.527,80	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	7.272,70	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	3.468.610,30	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2015	PERÍODO Anual
SUBTITULO	682010 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	EMISSAO 08/03/2016	PAGINA 3
ORGÃO SUPERIOR	68201 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS		VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	-	-
Tributárias	72.805,01	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.089,79	-
Contribuições	63.715,22	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	28.846,77	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	28.846,77	-
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>-389.762,81</b>	<b>-</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014

Carlos Augusto Andrade Sílvio  
Coordenador de Contabilidade  
Contador CRC-CE 6.223



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 08/03/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	682010 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS
ÓRGÃO SUPERIOR	68201 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
<b>Receitas Orçamentárias</b>			<b>Despesas Orçamentárias</b>		
Ordinárias	4.669.104,93		Ordinárias	120.531.392,52	
Vinculadas	25.367,14		Vinculadas	115.683.340,54	
Educação	4.783.562,07		Educação	4.848.051,98	
Seguridade Social (Exceto RGPS)			Seguridade Social (Exceto RGPS)		
Operação de Crédito			Operação de Crédito		
Alienação de Bens e Direitos			Alienação de Bens e Direitos		
Transferências Constitucionais e Legais			Transferências Constitucionais e Legais		
Previdência Social (RGPS)			Previdência Social (RGPS)		
Doações			Doações		
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	4.783.562,07		Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.838.357,00	
Outros Recursos Vinculados a Fundos			Outros Recursos Vinculados a Fundos		
Demais Recursos			Demais Recursos		
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-139.824,28				
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>121.248.555,02</b>	<b>116.113.052,43</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>5.711.794,33</b>	
Resultantes da Execução Orçamentária			Resultantes da Execução Orçamentária		
Cota Recebida			Cota Concedida		
Repasso Recebido			Repasso Concedido		
Sub-repasso Recebido			Sub-repasso Concedido		
Recursos Arrecadados - Recebidos			Recursos Arrecadados - Concedidos		
Valores Diferidos - Baixa			Valores Diferidos - Baixa		
Valores Diferidos - Inscrição			Valores Diferidos - Inscrição		
Correspondência de Débitos			Correspondências de Créditos		
Cota Devolvida			Cota Devolvida		
Repasso Devolvido			Repasso Devolvido		
Sub-repasso Devolvido			Sub-repasso Devolvido		
Independentes da Execução Orçamentária	5.135.502,59		Independentes da Execução Orçamentária	3.534.544,03	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	5.039.711,86		Transferências Concedidas para Pagamento de RP		
Demais Transferências Recebidas			Demais Transferências Concedidas		
Movimentação de Saldos Patrimoniais	95.790,73		Movimento de Saldos Patrimoniais	3.534.544,03	
Movimentações para Incorporação de Saldos			Movimentações para Incorporação de Saldos		
Aporte ao RPPS			Aporte ao RPPS		
Aporte ao RGPS			Aporte ao RGPS		
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>5.880.430,55</b>		<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>6.565.208,05</b>	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.197.135,72		Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.253.870,67	
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	4.633.884,78		Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	5.288.126,67	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	19.840,66		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	23.210,71	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	29.569,39		Outros Pagamentos Extraorçamentários		
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento			Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		
Restituições a Pagar			Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		
Passivos Transferidos			Pagamento de Passivos Recebidos		
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	682010 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS
ORGÃO SUPERIOR	68201 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

EXERCICIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSAO 08/03/2016	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade			Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		
Variação Cambial			Variação Cambial		
Valores para Compensação			Valores Compensados		
Valores em Trânsito			Valores em Trânsito		
DARF - SISCOMEX			Ajuste Acumulado de Conversão		
Ajuste Acumulado de Conversão			Demais Pagamentos		
Demais Recebimentos					
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>29.569,39</b>	<b>-</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>4.022.984,17</b>	<b>-</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	<b>5.033.288,57</b>	<b>5.033.288,57</b>	Caixa e Equivalentes de Caixa	<b>4.022.984,17</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>	<b>136.831.379,07</b>	<b>-</b>	<b>TOTAL</b>	<b>136.831.379,07</b>	<b>-</b>

Carlos Augusto Andrade Silveira  
Coordenador de Contabilidade  
Contador CRC-CE 6.223



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSAO 08/03/2016	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	682010 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS
ÓRGÃO SUPERIOR	68201 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>				
Receitas Tributárias				
Impostos				
Taxes				
Contribuições de Melhoria				
Receitas de Contribuições				
Contribuições Sociais				
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico				
Contribuição da Iluminação Pública				
Receita Patrimonial				
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Receita de Concessões e Permissões				
Compensações Financeiras				
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos				
Receita da Cessão de Direitos				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receitas Agropecuárias				
Receita da Produção Vegetal				
Receita da Produção Animal e Derivados				
Outras Receitas Agropecuárias				
Receitas Industriais				
Receita da Indústria Extrativa Mineral				
Receita da Indústria de Transformação				
Receita da Indústria de Construção				
Outras Receitas Industriais				
Receitas de Serviços				
Transferências Correntes				
Transferências Intergovernamentais				
Transferências de Instituições Privadas				
Transferências do Exterior				
Transferências de Pessoas				
Transferências de Convênios				
Transferências para o Combate à Fome				
Outras Receitas Correntes				
Multas e Juros de Mora	1.838.357,00	1.838.357,00	4.668.654,93	2.830.297,93
Indenizações e Restituições	1.838.357,00	1.838.357,00	4.642.315,96	2.803.958,96
Receita da Dívida Ativa			25.031,05	25.031,05
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS				
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS				
Receitas Correntes Diversas			1.307,92	1.307,92
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>				



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	682010 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS
ÓRGÃO SUPERIOR	68201 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 08/03/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>1.838.357,00</b>	<b>1.838.357,00</b>	<b>4.669.104,93</b>	<b>2.830.747,93</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Internas</b>	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Externas</b>	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>1.838.357,00</b>	<b>1.838.357,00</b>	<b>4.669.104,93</b>	<b>2.830.747,93</b>
<b>DÉFICIT</b>	-	-	<b>115.862.287,59</b>	<b>115.862.287,59</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.838.357,00</b>	<b>1.838.357,00</b>	<b>120.531.392,52</b>	<b>118.693.035,52</b>
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	682010 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS
ÓRGÃO SUPERIOR	68201 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 08/03/2016	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO	
<b>DESPESAS CORRENTES</b>							
Pessoal e Encargos Sociais	108.944.933,00	125.443.484,00	118.431.392,52	114.713.062,21	113.515.926,49	7.012.091,48	
Juros e Encargos da Dívida	73.149.476,00	88.748.027,00	85.817.764,02	85.052.789,35	85.007.924,75	2.930.262,98	
Outras Despesas Correntes	35.795.457,00	36.695.457,00	32.613.628,50	29.660.272,86	28.508.001,74	4.081.828,50	
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>							
Investimentos	3.000.000,00	2.100.000,00	2.100.000,00	1.184.445,53	1.184.445,53	-	
Inversões Financeiras	3.000.000,00	2.100.000,00	2.100.000,00	1.184.445,53	1.184.445,53	-	
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>							
<b>RESERVA DO RPPS</b>							
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>111.944.933,00</b>	<b>127.543.484,00</b>	<b>120.531.392,52</b>	<b>115.897.507,74</b>	<b>114.700.372,02</b>	<b>7.012.091,48</b>	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>							
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>111.944.933,00</b>	<b>127.543.484,00</b>	<b>120.531.392,52</b>	<b>115.897.507,74</b>	<b>114.700.372,02</b>	<b>7.012.091,48</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>111.944.933,00</b>	<b>127.543.484,00</b>	<b>120.531.392,52</b>	<b>115.897.507,74</b>	<b>114.700.372,02</b>	<b>7.012.091,48</b>	

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>						
Pessoal e Encargos Sociais	-	5.284.387,59	3.166.637,40	3.166.637,40	816.222,45	1.301.527,74
Juros e Encargos da Dívida	-	1.125.091,00	832.286,93	832.286,93	-	292.804,07
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>						
Investimentos	-	4.159.296,59	2.334.350,47	2.334.350,47	816.222,45	1.008.723,67
Inversões Financeiras	-	5.108.355,96	5.108.355,96	2.121.489,27	-	2.986.866,69
Amortização da Dívida	-	5.108.355,96	5.108.355,96	2.121.489,27	-	2.986.866,69
<b>TOTAL</b>	-	<b>10.392.743,55</b>	<b>8.274.993,36</b>	<b>5.288.126,67</b>	<b>816.222,45</b>	<b>4.288.394,43</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>					
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.259.687,91	1.252.740,67	6.947,24	-0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	226.898,27	220.446,84	6.451,43	-0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	682010 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS
ÓRGÃO SUPERIOR	68201 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 08/03/2016	PÁGINA 4
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	-	1.032.789,64	1.032.293,83	495,81	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	1.130,00	1.130,00	-	-
Investimentos	-	1.130,00	1.130,00	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>1.260.817,91</b>	<b>1.253.870,57</b>	<b>6.947,24</b>	<b>-0,00</b>

Carlos Augusto Andrade Siqueira  
Coordenador de Contabilidade  
Contador CRC-CE 6.223



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	682010 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS
ÓRGÃO SUPERIOR	68201 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 08/03/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2015	2014
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>2.296.760,40</b>	-
<b>INGRESSOS</b>	<b>125.967.070,00</b>	-
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>4.669.104,93</b>	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	450,00	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	4.668.654,93	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>121.297.965,07</b>	-
Ingressos Extraorçamentários	19.840,66	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	121.248.555,02	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	29.569,39	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-123.670.309,60</b>	-
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-104.420.314,74</b>	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-3.117.908,26	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	682010 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS
ÓRGÃO SUPERIOR	68201 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 08/03/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-800,00	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-101.301.606,48	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-13.514.989,82</b>	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-13.507.717,12	-
Outras Transferências Concedidas	-7.272,70	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-5.735.005,04</b>	-
Dispêndios Extraorçamentários	-23.210,71	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-5.711.794,33	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-3.307.064,80</b>	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2015	PERÍODO Anual
SUBTÍTULO	682010 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	EMISSAO 08/03/2016	PAGINA 3
ÓRGÃO SUPERIOR	68201 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2015	2014
<b>DESEMBOLSOS</b>		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-3.307.064,80	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-1.520.667,61	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.786.397,19	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>		
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	-1.010.304,40	-
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	5.033.288,57	-
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	4.022.984,17	-

Carlos Augusto Andrade Silveira  
Coordenador de Contabilidade  
Contador CRC-CE 6.223



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERÍODO DEZ(Encerrado)
-------------------	---------------------------

EMISSAO 08/03/2016	PAGINA 1
-----------------------	-------------

TITULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS	
SUBTITULO	68201 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS - AUTARQUIA	
ORGÃO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA	VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	-	-	-	-	-	17.590.834,54	-	-	17.590.834,54
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-48.096,94	-	-	-48.096,94
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	3.631.066,25	-	-	3.631.066,25
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-389.762,81	-	-	-389.762,81
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	20.784.041,04	-	-	20.784.041,04
Saldo Final do Exercício 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Carlos Augusto Andrade Silva  
Coordenador de Contabilidade  
Contador CRC-CE 6.223